

Juliana Frandalozo Alves dos Santos

**DO DESASTRE PARA O RISCO: QUALIDADE NA
COBERTURA EM REVISTAS SEMANAIS DE INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Jornalismo. Linha de pesquisa: Processos e Produtos Jornalísticos.
Orientador: Prof. Dr. Eduardo Barreto Vianna Meditsch

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Frandalozo Alves dos Santos, Juliana

Do desastre para o risco : qualidade na cobertura em revistas semanais de informação / Juliana Frandalozo Alves dos Santos ; orientador, Eduardo Barreto Vianna Meditsch - Florianópolis, SC, 2014.

253 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo.

Inclui referências

1. Jornalismo. 2. Cobertura dos Desastres de 2008 e 2011. 3. Qualidade no Jornalismo. 4. Comunicação de Risco e Desastre. 5. Processos e Produtos Jornalísticos. I. Meditsch, Eduardo Barreto Vianna. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. III. Título.

Juliana Frandalozo Alves dos Santos

DO DESASTRE PARA O RISCO: QUALIDADE NA COBERTURA
EM REVISTAS SEMANAIS DE INFORMAÇÃO

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “ Mestre em Jornalismo ” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 16 de julho de 2014.

Prof. Dr. Francisco José Castilhos Karam
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo
da Universidade Federal de Santa Catarina

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Eduardo Barreto Vianna
Meditsch
Orientador
Universidade Federal de Santa
Catarina

Prof. Dr. Antônio Edésio Jungles
Universidade Federal de Santa
Catarina

Prof. Dr. Rogério Christofolletti
Universidade Federal de Santa
Catarina

Prof.^a Dr.^a Cilene Victor da Silva
Faculdade Cásper Líbero

AGRADECIMENTOS

Agradeço por nascer e viver em um país onde é possível estudar e pesquisar em uma universidade pública, gratuita e de qualidade como a Universidade Federal de Santa Catarina.

À minha mãe, Irma, e meu pai, José Edmar, e toda minha grande família que, mesmo sem tradição acadêmica, me mostra, a cada dia, que um trabalho científico deve servir ao coletivo.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Eduardo Barreto Vianna Meditsch, pela paciência, exemplo, incentivo, motivação, crítica, ensinamentos e tranquilidade em momentos tensos.

Obrigada a todos os colaboradores do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo incentivo, apoio, motivação, perguntas e respostas. Não fosse a oportunidade de trabalhar no CEPED UFSC, a necessidade de respostas, que é a principal motivadora de uma pesquisa científica, não teria sido tão urgente.

Aos professores do Departamento de Jornalismo da UFSC, da graduação e da pós, aos colegas, pelas trocas produtivas, pela amizade, pelo companheirismo. Aos amigos, sempre dispostos a serem o que são quando você precisa simplesmente ser o que é.

A todos os que, direta e indiretamente, colaboraram com a base teórica e prática dessa dissertação, entrevistados, pesquisadores, técnicos, relatoristas. A ciência só progride porque é uma construção coletiva e evolutiva de saberes. Sem antecessores, continuaríamos a inventar a roda todos os dias.

DEDICATÓRIA

Eu nunca havia pisado numa área de desastre até aqueles dias de maio de 2011, quase quatro meses depois do grande desastre que matou 905 pessoas, segundo os registros oficiais. Até então não havia me convencido da necessidade de estar em um lugar que havia sido completamente devastado, talvez por considerar o tipo de curiosidade que considero intrusa da dor alheia, desnecessária. Mas, foi lá que as perguntas me atormentaram e a necessidade de respondê-las se tornou urgente.

Foi enquanto conversava com uma sobrevivente daquele desastre terrível. Ela se sentia revoltada pela humilhação de não ter onde morar enquanto pessoas mais favorecidas recebiam benefícios, por ter de ficar em filas para ter como alimentar sua filha, por ter depositado esperanças em formulários que prometiam ajuda, mas apenas se perdiam em meio à bagunça generalizada da gestão da emergência e de um prefeito corrupto, que em meio ao desastre teve a capacidade de desviar dinheiro público destinado à ajuda emergencial aos atingidos. Ela morava no bairro de Campo Grande, um dos mais afetados de Teresópolis, na região serrana do Rio de Janeiro, um lugar outrora lindo, cercado de morros cheios de verde, paradisíaco, não fosse o cenário transformado pelo desastre. Onde antes eram casas construídas ao longo das margens do rio que se bifurcava, agora era um leito largo tomado por pedras gigantescas, galhos, árvores inteiras, pedaços de casas, carros, entulho e um silêncio funesto.

Junto com o marido, a mãe e sua filha pequena, a moça sobrevivente havia acabado de voltar para sua casa que, como todas naquele bairro, estava marcada para demolição, quando a encontramos. Estávamos, a pesquisadora Janaína Furtado e eu, acompanhadas de uma colaboradora da Ong Care Brasil, em uma pesquisa de campo para o estabelecimento de diretrizes para a redução de riscos na região serrana. No princípio ela não quis falar conosco, nem quis que tirássemos fotos. Mas, sua mãe começou a conversar e em poucos minutos ela contou o motivo de toda sua revolta. A casa ficava a poucos metros do pequeno córrego que transbordara em minutos e matara um número estimado em 400 pessoas naquela área. Era um riozinho de nada, que dava para pular a pé. Lembro de ter me espantado e perguntado mais uma vez: “Foi esse rio que transbordou? Esse?”

Sim foi aquele pequeno rio que em dez minutos se elevou até o teto da casa e teria levado embora toda a família, se não tivessem se abrigado a tempo no segundo piso.

Tentávamos convencê-la a ir para um lugar mais seguro e ela disse que preferia ficar ali, com o risco e a destruição ao redor, do que viver da forma indigna e humilhante como havia sido tratada logo depois do desastre. Além disso, acreditava que o que havia acontecido não ia mais se repetir. Ela apontou para um dos morros que cercavam o bairro, dele havia rolado parte daquelas pedras que mataram tantos por ali. Os sinais de deslizamento estavam marcados no morro como uma cicatriz. O desenho que formava parecia uma mão e a moça sobrevivente disse: “Aquela é a mão de Deus”.

Ouvi outros relatos durante o trabalho de campo, mas aquilo me marcou. Ali percebi que sim, há algo pior que a morte e é viver em condições indignas de um ser humano, sem esperança, sem perspectiva de futuro. Uma morte em vida. E o que podemos fazer, nós jornalistas e pesquisadores? Que não seja apenas contar os mortos, mas devolver a esperança a quem sobrevive. Contribuir para que essas pessoas não percam sua vida inteira toda vez que chove demais.

Tenho uma visão do mundo que alguns podem chamar de pragmática, utilitarista, estruturalista, mas no fundo, a única coisa que sempre busco é um sentido para tudo, dentro de uma cadeia evolutiva, na qual não podemos retroceder, e que nos conduz a um sentido maior. Para mim não bastam argumentos de que se faz jornalismo para vender jornais ou revistas, para dar audiência, para justificar os anunciantes, isso não faz sentido. O que faz sentido é que tudo, um dia, se transforma. O que o jornalismo é hoje, amanhã será diferente, mas só se transformará em algo melhor se tiver um sentido maior. E que sentido queremos dar ao jornalismo, a nossas vidas?

Não sei dos sentidos dos outros, mas o jornalismo para mim deve ser como o jornalista José Hamilton Ribeiro, um jovem senhor de 78 anos de idade, relatou, certa vez, em uma palestra na UFSC: "O jornalista só existe para mudar o mundo, para melhorar o mundo. Se não pensar assim, ele não existe".

E é por isso que dedico essa pesquisa àquela moça revoltada que encontrou a mão de Deus em um morro de Teresópolis, em nome de todas as pessoas que convivem com riscos e sobrevivem a desastres e precisam de esperança em um sentido maior.

”É preciso ter dúvidas. Só os estúpidos têm
uma confiança absoluta em si mesmos.”
(Orson Welles)

RESUMO

Este trabalho parte do debate sobre a questão da qualidade no Jornalismo e o relaciona com seu papel de comunicação e informação na gestão e Redução de Risco e Desastre. Com o objetivo de refletir sobre essa relação, avalia a qualidade do produto da cobertura realizada pelas três revistas semanais de informação de maior circulação nacional, *Veja*, *IstoÉ* e *Época*, nos dois maiores desastres já ocorridos no Brasil, respectivamente em Santa Catarina, em novembro de 2008, e na região serrana do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011, e entrevista os jornalistas que trabalharam nas coberturas analisadas. A pesquisa conclui que as coberturas têm qualidade satisfatória no que se refere à informação factual sobre os eventos em si, mas que existe espaço e necessidade de ir além do acontecimento catastrófico, buscando expandir seu foco para a percepção da exposição cada vez maior da sociedade ao risco e às condições de vulnerabilidade, ampliando a responsabilização da mídia diante de assuntos de interesse público. Para tanto, indica a necessidade de treinamento e especialização dos profissionais para que as coberturas jornalísticas sejam mais qualificadas e se desloquem do desastre para o risco.

Palavras-chave: 1. Cobertura dos Desastres de 2008 e 2011; 2. Qualidade no Jornalismo; 3. Comunicação de Risco e Desastre; 4. Revistas Semanais de Informação; 5. Processos e Produtos Jornalísticos

ABSTRACT

This work brings the debate on the issue of quality in journalism and relates to its role in communication and information on Disaster Risk Reduction and Management. With the goal to reflect on this issue, the study evaluates the quality of the coverage done by the three biggest Brazilian weekly news magazines, *Veja*, *IstoÉ* and *Época*, at the worst disasters ever occurred, respectively in Santa Catarina, in November 2008, and in the mountainous region of Rio de Janeiro, in January 2011, and also analyzed interviews of journalists who worked in coverage. The research concludes that the coverages have satisfactory quality with regard to factual information about the disaster itself, but that there is room and need to go beyond the catastrophic event, seeking to expand its focus to the perception of growing exposure of society to risk and vulnerability conditions, increasing the media accountability on issues of public interest. For this, it indicates the need for training and especialization of professional for more qualified media coverage for moving from disaster to risk.

Keywords: 1. Journalism quality; 2. Coverage of the 2008 and 2011 Disasters; 3. Disaster Risk Communication; 4. Weekly news magazines; 5. Journalistic Processes and Products

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E QUADROS

Quadro 1 – Desastre de Santa Catarina – 22 de novembro de 2008 – cobertura central.....	135
Quadro 2 – Desastre da região serrana do Rio de Janeiro – 12 de janeiro de 2011 – cobertura central.....	135
Figura 1 – Capa da edição Veja nº 2089 (3/12/2008).....	136
Figura 2 – Capa da edição IstoÉ nº 2039 (3/12/2008).....	136
Figura 3 – Capa da edição Época nº 550 (01/12/2008).....	136
Figura 4 – Capa da edição Veja nº 2200 (19/01/2011).....	136
Figura 5 – Capa da edição Veja nº 2201 (26/01/2011).....	136
Figura 6 – Capa da edição IstoÉ nº 2149 (19/01/2011).....	136
Figura 7 – Capa da edição Época nº 661 (17/01/2011).....	136
Figura 8 – Capa da edição Época nº 662 (24/01/2011).....	136
Quadro 3 – Proporção da cobertura - revista Veja 2008.....	156
Quadro 4 – Proporção da cobertura - revista IstoÉ 2008.....	157
Quadro 5 – Proporção da cobertura - revista Época 2008.....	157
Quadro 6 – Proporção de todas as edições de 2008 analisadas.....	158
Quadro 7 – Proporção da cobertura - revista Veja 2011.....	178
Quadro 8 – Proporção da cobertura - revista IstoÉ 2011.....	178
Quadro 9 – Proporção da cobertura - revista Época 2011.....	179
Quadro 10 – Proporção de todas as edições de 2011 analisadas.....	179
Quadro 11 – Proporção de todas as edições analisadas.....	180
Gráfico 1 – Importância de itens da cobertura de acordo com os entrevistados.....	193
Quadro 12 – Necessidades da cobertura.....	194

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAJI - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
APP – Área de Proteção Permanente
CENAD - Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres
CEPED UFSC - Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres da Universidade Federal de Santa Catarina
CPTEC/INPE - Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
CRED – Centre for Research on the Epidemiology of Disasters
ECP - Estado de Calamidade Pública
EIRD ONU - Estratégia Internacional de Redução de Desastres da Organização das Nações Unidas
EM-DAT - Emergency Disasters Data Base
ENOS – El Niño-Oscilação Sul
FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas
FEMA – Federal Emergency Management Agency
GRD – Gestão de Risco e Desastre
HFA – Hyogo Framework for Action
IML – Instituto Médico Legal
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change
MAH – Marco de Ação de Hyogo
MAS - Mass Accountability System
NUDEC – Núcleo Comunitário de Defesa Civil
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PMRR – Plano Municipal de Redução de Riscos
PPDPPJ - Programa de Pesquisa & Desenvolvimento de Produtos e Processos em Jornalismo
PQJ – Programa de Qualidade Jornalística
RENER - Rede Nacional de Emergência de Radioamadores
RENOI - Rede Nacional de Observatórios de Imprensa
RRD – Redução de Risco e Desastre
S2ID - Sistema Integrado de Informações sobre Desastres
SE – Situação de Emergência
SEDEC - Secretaria Nacional de Defesa Civil
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZCAS – Zona de Convergência do Atlântico Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 JORNALISMO E QUALIDADE.....	17
1.1 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO JORNALISMO.....	17
1.2 ELEMENTOS DE QUALIDADE EM JORNALISMO	34
1.3 A RELAÇÃO ESTREITA ENTRE QUALIDADE E ÉTICA.....	53
1.4 JORNALISMO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	59
1.5 JORNALISMO PÚBLICO, CÍVICO, CIDADÃO	67
1.6 QUALIDADE E CONHECIMENTO ESPECIALIZADO	69
1.7 PORQUE O DESASTRE É NOTÍCIA: CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE.....	76
2 JORNALISMO E DESASTRE	79
2.1 O QUE É PRECISO SABER SOBRE DESASTRES	79
2.2 COMUNICAÇÃO DE RISCO PARA A REDUÇÃO DE DESASTRES	92
2.3 CARACTERÍSTICAS DAS GRANDES COBERTURAS DE DESASTRES.....	107
2.4 COMO COBRIR DESASTRES	116
3 METODOLOGIA	127
3.1 METODOLOGIA APROPRIADA PARA UMA PESQUISA MISTA.....	127
3.2 DEFINIÇÃO DO OBJETO EMPÍRICO.....	132
3.3 BREVE HISTÓRICO E DESCRIÇÃO DAS REVISTAS ANALISADAS.....	138
4 DESASTRE DE SANTA CATARINA - NOVEMBRO DE 2008	143
4.1 O DESASTRE	143
4.2 COBERTURA DA REVISTA VEJA.....	147
4.3 COBERTURA DA REVISTA ISTOÉ.....	148
4.4 COBERTURA DA REVISTA ÉPOCA.....	148
4.5 ANÁLISE DOS INDICADORES DA COBERTURA EM 2008...149	
5 DESASTRE DA REGIÃO SERRANA DO RIO DE JANEIRO - JANEIRO DE 2011	159
5.1 O DESASTRE	159
5.2 COBERTURA DA REVISTA VEJA.....	164

5.3	COBERTURA DA REVISTA ISTOÉ	165
5.4	COBERTURA DA REVISTA ÉPOCA.....	166
5.5	ANÁLISE DOS INDICADORES DA COBERTURA EM 2011..	167
5.6	DESASTRES NAS REVISTAS: AS COBERTURAS DE 2008	
E 2011	179
6	JORNALISTAS NO DESASTRE.....	183
6.1	A PARTICIPAÇÃO DOS ENTREVISTADOS NAS	
	COBERTURAS.....	183
6.2	DIFICULDADES NA COBERTURA.....	187
6.3	NECESSIDADES DA COBERTURA	192
6.4	COBERTURA DO RISCO.....	195
6.5	O PAPEL DO JORNALISTA	200
6.6	O LADO HUMANO DO DESASTRE.....	207
	CONCLUSÃO	211
	REFERÊNCIAS	223
	APÊNDICE – Questionário enviado aos entrevistados...	249
	ANEXO – Revistas analisadas	251

INTRODUÇÃO

Nós jornalistas temos uma lição de casa a fazer. Todos os dias convivemos com pessoas que nos odeiam, acham o trabalho da imprensa desprezível e nos dão adjetivos nada amigáveis, alguns impronunciáveis, mas um, particularmente, cabe a essa pesquisa pois se refere a um pássaro carniceiro, que está sempre sinalizando onde está a morte e, conseqüentemente o desastre: o abutre.

Por vezes temos a impressão de que somos abutres, quando em uma situação de desastre, nosso dever parece pequeno e egoísta perto da dimensão da dor e da perda presenciada nesses lugares e da sensação de impotência diante dos fatos. É uma pergunta muito frequente feita por jornalistas que trabalharam em desastres: O que podemos fazer além de relatar o que acontece aqui? Responder essa pergunta é metade de nossa lição de casa. É preciso saber mais sobre desastres, passar a entender dos riscos e sair do lugar do abutre. A outra metade é estabelecer um processo de transparência que permita ao público consumidor de notícias entender mais sobre o que é e como funciona o jornalismo. Para isso é necessário reconhecer os elementos fundamentais que marcam a essência do jornalismo. Eles poderão nos guiar para a determinação do que é qualidade e do estabelecimento de indicadores aplicáveis que contribua para melhorar o jornalismo e reafirmar seu papel na manutenção da democracia.

Com as mudanças climáticas em curso, vivemos num período onde a adaptação e minimização de seus impactos já é realidade em todo o mundo. Dentre as necessidades prementes da Redução de Risco e Desastre, a comunicação eficiente e a participação responsável da mídia figuram entre as prioridades determinadas pelo documento Marco de Ação de Hyogo. Com essa responsabilidade, o papel do jornalismo é questionado e suas funções são pensadas além da cobertura factual dos desastres, mas também para a consciência da necessidade de uma participação social ativa que leva a ver o risco como pauta constante e crescente numa sociedade cada vez mais vulnerável. Para isso, é necessário pensar sobre a ampliação das funções do jornalismo e sua responsabilização através da análise da qualidade da cobertura de desastres.

A comunicação de riscos e desastres é uma área de pesquisa ainda pouco explorada no Brasil, quando comparamos a quantidade de material publicado aqui e em outros países. Isso representa um problema para a sociedade em geral e para as instituições envolvidas na gestão do

risco e do desastre, inclusive a imprensa, pois os estudos feitos em outros países podem, no máximo, referenciar os realizados no Brasil, mas não são suficientes para subsidiar a tomada de decisões.

Também existe uma distância entre a imprensa e as instituições que trabalham para a redução de risco e desastre, dada a diferença evidente de rotinas e interesses de trabalho e o desconhecimento mútuo, o que ambos esperam um do outro nem sempre corresponde à realidade do que pode ser feito. Neste trabalho tentamos diminuir essa distância, mostrando o que é e o que se pode esperar do Jornalismo e as necessidades dos órgãos de gestão e Redução de Risco e Desastre e suas limitações relacionadas à informação e comunicação, provocando assim, um entendimento mútuo. Para isso, a pesquisa é conduzida pelo objetivo geral de **refletir sobre a cobertura de desastres de modo a estender essa reflexão para o papel do jornalismo na Redução de Risco e Desastre.**

Com base em literatura de referência, foram desenvolvidas discussões nesses dois campos nos dois capítulos teóricos iniciais, ficando para o terceiro capítulo uni-los em torno de uma metodologia aplicável para a análise da qualidade na cobertura das três maiores revistas semanais de informação nos dois maiores desastres que ocorreram no Brasil.

No capítulo um são revisados os princípios fundamentais que fazem do jornalismo o que ele é. Essa é a base das discussões sobre qualidade, pois se assume que o jornalismo de qualidade deve seguir seus fundamentos como guia para o desenvolvimento de parâmetros de avaliação e responsabilização de mídia. No jornalismo, as pesquisas que determinam parâmetros de avaliação de qualidade têm abordagens diversas: ampliar as funções do jornalismo(1), melhorar as condições de trabalho do jornalista(2), a gestão das empresas jornalísticas(3), os produtos(4) e a satisfação do público(5).

O capítulo um também aborda as discussões sobre o jornalismo enquanto produtor de conhecimento para introduzir sua responsabilidade na disseminação de informação ética e comprometida, componentes básicos do jornalismo cívico que é apresentado brevemente como um resgate do comprometimento da profissão com a responsabilidade social. A necessidade do conhecimento especializado, principalmente no campo do jornalismo ambiental e científico, é discutida a seguir como forma de ampliar a qualidade e garantir uma cobertura de desastres mais aprofundada. Ao final do capítulo, os motivos que levam os desastres a

figurarem em destaque entre as notícias são mostrados a partir dos critérios de noticiabilidade.

No capítulo dois o referencial teórico sobre desastres apresenta conceitos-chave e alguns assuntos discutidos na Gestão de Risco e Desastre (GRD) para diretrizes em Redução de Risco e Desastre (RRD), já direcionando-as para a área da comunicação, com casos relevantes de atuação em desastres. São analisadas as diretrizes dos principais documentos em RRD, a Estratégia de Yokohama e o Marco de Ação de Hyogo como base da inserção da participação social da mídia na Redução de Risco. Os elementos da comunicação de risco e desastre são apresentados e a cobertura e gestão da comunicação no desastre provocado pelo furacão Katrina, que atingiu os Estados Unidos em 2005, são utilizados como exemplo para pontuar alguns problemas e soluções que figuram neste campo.

Neste capítulo também são apresentadas algumas características comuns que podem ser observadas nas grandes coberturas de desastres, com alguns casos mencionados e discutidos a partir do referencial teórico disponível. A partir de alguns guias disponíveis para a orientação de jornalistas para a cobertura de desastres e emergências e para a redução de riscos, é possível estabelecer algumas linhas-guias que mostram a melhor forma de cobrir desastres.

O capítulo três se destina a esclarecer as etapas metodológicas percorridas pelo trabalho, desde a metodologia de análise de conteúdo das revistas e das entrevistas, até a definição do objeto empírico com um breve histórico e descrição das publicações analisadas. O corpus da pesquisa é definido como as coberturas dos dois maiores desastres já ocorridos no Brasil, o de Santa Catarina, em 2008, e o da região serrana do Rio de Janeiro, em 2011, realizadas pelas três revistas nacionais de informação de maior circulação, *Veja*, *IstoÉ* e *Época*, acrescidas das entrevistas feitas com jornalistas que atuaram nessas mesmas coberturas.

O corpus e o método de trabalho são explicados detalhadamente, assim como a grade de indicadores de qualidade é definida para a análise de conteúdo a que as revistas são submetidas. A Redução de Risco e Desastre figura como eixo central da análise, definindo um Índice Temático, com seis indicadores subordinados a ele: imagens, marcas da apuração, texto, pluralidade de fontes, abordagem da crítica, distribuição e equilíbrio da informação.

Os capítulos quatro e cinco são muito parecidos, pois abrigam a análise das revistas feita a partir de seus seis indicadores subordinados ao Índice Temático. O capítulo quatro é dedicado ao desastre de 2008,

em Santa Catarina, e o cinco ao da região serrana do Rio de Janeiro, em 2011. No início de cada capítulo é feito um levantamento introdutório de informações gerais sobre o que aconteceu em cada desastre para contextualizar os eventos. Ao final do capítulo cinco, um subcapítulo é dedicado ao cruzamento de dados e interpretação de todo o material analisado nas revistas para extrair informações comuns e pontos para reflexão.

No capítulo seis as respostas dos jornalistas entrevistados são organizadas em tópicos que reúnem impressões provenientes da experiência relatada por eles a partir das dificuldades e itens importantes da cobertura, sua preocupação com a cobertura do risco e discussões sobre o papel do jornalista diante de desastres e uma sociedade onde o risco é crescente.

Nesses seis capítulos, o jornalismo é repensado em seus vários papéis conduzidos a partir de sua responsabilidade como um dos pilares da democracia, o que o torna um guardião do interesse público. A gestão e redução de risco e desastre é um assunto de interesse público que deve ser monitorado constantemente, e por isso é tão importante que a mídia seja inserida nesse meio. A articulação de organizações civis em torno da redução de riscos para prevenir desastres é um ponto estratégico a ser considerado não apenas em assuntos de defesa civil, mas também em questões relacionadas à redução de vulnerabilidades negligenciadas pelas políticas públicas e que são tão determinantes nos impactos provocados por desastres. Educação, saneamento, moradia, emprego, segurança, mobilidade, planejamento urbano, preservação de reservas estratégicas, poderiam ser pautas, mas são apenas algumas dessas vulnerabilidades que aumentam a dimensão de um desastre. Elas dão uma dica de como o jornalismo pode sair do papel de abutre para participar como instituição democrática para a redução de risco e desastre.

1 JORNALISMO E QUALIDADE

Neste capítulo, são abordados aspectos que marcam a identidade do jornalismo como profissão e instituição. Seus princípios fundamentais formam a base para a determinação dos elementos de qualidade que possuem como elementos norteadores a ética e a responsabilidade social. Refletimos brevemente sobre o jornalismo como produtor de conhecimento para ampliar as reflexões sobre o jornalismo cívico que busca na revitalização da vida pública uma forma de revitalizar o próprio jornalismo e sobre a especialização na profissão para atuar de forma mais precisa e qualificada nas diversas frentes de informação. O capítulo termina tratando de critérios de noticiabilidade para pensar porque o desastre é notícia.

1.1 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO JORNALISMO

A reflexão sobre qualidade, em qualquer campo, nos direciona para o melhoramento de processos e a maximização dos resultados nos diversos setores de produção. Essa é uma caminhada contínua e para a qual é necessária a adoção de métodos claros e eficientes de avaliação. Para iniciar essa jornada e basear solidamente o aprimoramento dos processos em necessidades reais, é importante reconhecer as bases elementares que formam o objeto do nosso estudo, pois elas servirão de guia.

Antes de estabelecer quais são os critérios de qualidade, recordamos os fundamentos do jornalismo a partir de alguns marcos teóricos. Apontado como o primeiro teórico do jornalismo, o filósofo alemão Tobias Peucer tentou sistematizar em sua tese defendida em 1690, na Universidade de Leipzig, na Alemanha, a forma de se fazer jornalismo, comparando-o com a História (Peucer, 2004, p. 13). No texto, Peucer enumera três precauções às quais o jornalismo da época deveria atentar.

Na primeira, determina que a matéria digna do relato jornalístico não deve ser de pouco peso ou de ações cotidianas (Peucer, 2004, p. 21-22). Isso pode ser traduzido, no jornalismo atual, como a base dos critérios de noticiabilidade. A determinação de que apenas o incomum

vira notícia ainda permanece, principalmente nas *hard news*¹, apesar da ideia ter sofrido transformações que aparecem no Novo Jornalismo com a inserção dos fatos mais triviais nas pautas, tratando de incluir a “história não oficial” narrada por pessoas comuns, existente por trás da história dos fatos extraordinários, narrados pelas autoridades. O movimento se notabilizou nos romances de não-ficção que transformaram pessoas reais como o mendigo Joe Gould (Mitchell, 2003) e os assassinos Richard Hickock e Perry Smith (Capote, 2003), em personagens cujo cotidiano foi a tônica da história.

A segunda precaução apontada por Peucer é que apenas seja divulgado o que for de agrado dos príncipes, para evitar punições. Peucer aconselha a “esperar até que aqueles tenham desaparecido dentre os vivos ou que já não lhe possam causar danos” (2004, p. 22). Esse tipo de precaução era bastante válida para a época em que Peucer viveu, mas o jornalismo foi-se modificando e a necessidade de agradar autoridades para manter a circulação dos jornais passou a ser desnecessário na medida em que as redações adquiriam independência financeira e editorial, o que permitiu que pudessem ter autonomia de divulgar a informação útil ao público comum, não apenas às autoridades.

Na terceira precaução, Peucer recomenda que os periódicos não prejudiquem os bons costumes e a verdadeira religião, ao destacar “coisas obscenas, crimes cometidos de modo perverso, expressões ímpias dos homens” (2004, p. 23), que na atualidade são alguns dos assuntos preferidos da linguagem sensacionalista.

Ao comparar as observações de Peucer, no século XVII, com o jornalismo atual, pode-se afirmar que a profissão mantém sua essência informativa, mas se adaptou ao contexto social, ao longo do tempo. Apesar de ainda não constituir uma ciência amplamente reconhecida, algumas discussões no campo do jornalismo cresceram e amadureceram, outras permanecem longe de alcançar consenso, a exemplo do próprio conceito de jornalismo.

A discussão sobre o que é jornalismo já começa na sua definição ideológica: jornalismo é profissão ou atividade? No Brasil, a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) defende que jornalismo é, ou deve ser considerado, profissão e como tal deve ser regulamentada. A pesquisa Perfil profissional do jornalismo brasileiro (Bergamo; Mick; Lima,

¹ *Hard news* é uma forma de designar as notícias fortes, factuais e quentes. As notícias de conteúdo leve e sem grande impacto são chamadas *soft news*. As *hard news* ocupam os espaços mais importantes nos jornais diários, telejornais e rádiojornais.

2013) aponta, por meio de entrevistas com jornalistas em diversas ocupações, que 72% da categoria é favorável à criação de um órgão de autorregulamentação do exercício da profissão. A mesma pesquisa mostra que 90,2% dos jornalistas concordam com a exigência de algum tipo de ensino superior para o exercício da profissão (Bergamo; Mick; Lima, 2013), mesmo com a queda da exigência de diploma, determinada pelo Supremo Tribunal Federal em 2009.

Ao defender o jornalismo como profissão, Perseu Abramo afirma que o jornalismo “não é uma atividade geral, que qualquer um possa fazer. É um processo específico e complexo e que, por isso, exige formação especializada”. Ele sinaliza a tendência histórica que favorece a especialização, dado o aumento da complexidade do mundo e por esse motivo a necessidade real formação de nível superior, pois “trata-se do direito de a sociedade exigir do profissional a prova da sua formação regular, escolar e superior específica” (Abramo, 2006). A essência da profissão é tratar das informações obtidas no mundo real. Suas funções incluem “organizar, estruturar e hierarquizar essas informações, explicá-las, analisá-las e interpretá-las, e apresentá-las e difundi-las através de diversos processos, utilizando-se de meios impressos, auditivos, visuais, geralmente combinados entre si” (Abramo, 2006).

Atividade ou profissão, o jornalismo é praticado em todo o mundo por pessoas com e sem diploma e, inclusive com formação em outras áreas acadêmicas, o que, no entanto, não diminui o grau de exigência determinado por cada veículo, pelo público e pela sociedade.

Ao responder o que é jornalismo, o jornalista Clóvis Rossi (1980, p. 7) escreve que,

Jornalismo, independentemente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra, acrescida, no caso da televisão, de imagens.

Essa definição apaixonada mostra o jornalismo a partir de sua função de compromisso social com o público, independente de padrões e veículos. Otto Groth alerta para necessidade de clareza conceitual no que ele chama de Ciência dos Jornais, primando pelo cuidado de não misturar a obra com a editora. Para ele o conceito deve ser independente de elementos próprios da empresa por trás do jornal (2011, p. 145-146).

A definição de jornalismo presente nos princípios editoriais da editora Globo não tem tanta paixão, mas destaca o imediatismo, um ponto vital para definir o jornalismo: “jornalismo é o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas” (Globo).

Para Fraser Bond (1962, p. 15) jornalismo define “todas as formas quais e pelas quais as notícias e seus comentários chegam ao público. Todos os acontecimentos mundiais, desde que interessem ao público, e todo o pensamento, ação e ideias que esses acontecimentos estimulam, constituem o material básico para o jornalista”. Bond se baseou em definições dadas por jornalistas da época, como Eric Hodgins, da revista Time: “Jornalismo é a transmissão de informação, de um ponto a outro, com exatidão, penetração e rapidez, numa forma que sirva à verdade e torne aquilo que é certo evidente aos poucos, quando não imediatamente” (Bond, 1962, p. 15).

Bond também destaca que a definição depende de pontos de vista “para o cínico, jornalismo é meramente um comércio; para o idealista, revela-se como uma responsabilidade e um privilégio” (Bond, 1962, p. 15).

António Fidalgo (2004, p. 2) marca um ponto de vista que ajuda a compreender porque não existe ainda um conceito abrangente e único do que é jornalismo:

O que é e não é jornalismo não é uma questão a que se responda como se responde a uma questão de física ou química, mas antes, como todas as questões que envolvem a actividade humana, uma questão a resolver em confronto com a realidade do passado, e respectivo entendimento dessa realidade, e com as expectativas do futuro.

A manifestação do jornalismo em diferentes meios segue necessariamente os mesmos princípios, sendo, portanto, irrelevante determinar, de início, elementos de qualidade específicos, mas, partindo dos fundamentos do jornalismo, reunir os critérios universais de qualidade e, só então, partir para as necessidades particulares. Ao classificar jornais e revistas como obras culturais, Otto Groth pontua que o que interessa em uma obra cultural é a essência, o sentido” (2011, p. 36). “Assim, a essência do jornal permanece a mesma, indiferente da materialização na qual se manifesta, se em papel impresso, em letras na parede ou em palavras no rádio” (Groth, 2011, p. 36).

Muito já se publicou na busca de definir o que compõe essa essência. Os deveres da imprensa, enumerados por Fraser Bond, nortearam outros pesquisadores de peso para definir a forma como a imprensa deve cumprir suas obrigações com a sociedade tendo, o jornalista, a mesma obrigação do historiador com a verdade. De acordo com Bond (1962), a imprensa deve ser independente, imparcial, exata, honesta, responsável, decente.

Em uma pesquisa feita a partir dos encontros do Comitê dos Jornalistas Preocupados, que reuniu mais de três mil jornalistas e cidadãos dos Estados Unidos em 21 discussões públicas, e recolheu o testemunho de mais de 300 jornalistas, Bill Kovach & Tom Rosenstiel (2004, p. 22-23) definiram nove elementos básicos do jornalismo:

1. A primeira obrigação do jornalismo é com a verdade.
2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos.
3. Sua essência é a disciplina da verificação.
4. Seus praticantes devem manter independência daqueles a quem cobrem.
5. O jornalismo deve ser um monitor independente do poder.
6. O jornalismo deve abrir espaço para a crítica e o compromisso público.
7. O jornalismo deve empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante.
8. O jornalismo deve apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional.
9. Os jornalistas devem ser livres para trabalhar de acordo com sua consciência.

De 1928 a 1930, o jornalista alemão e estudioso de mídia, Otto Groth, publicou, em Berlim, uma série de quatro livros que o transformou em um dos precursores da teoria do jornalismo. Na série chamada de *Die Zeitung*, O Jornal, Groth começou a definir uma ciência dos jornais à qual dedicou sua vida. Em outro livro, publicado em 1965, *O poder cultural desconhecido: Fundamentos da ciência dos jornais* defendeu que a investigação comece pelo todo para chegar às características isoladas que não são independentes, mas produzem um mesmo sentido, “analisamos as partes com o olhar voltado para o todo” (2011, p. 144). As partes são, de acordo com Groth, as quatro

características essenciais do jornalismo: periodicidade, atualidade, universalidade, publicidade.

Ao investigar a essência do objeto da Ciência dos Jornais, nós nos deparamos primeiro com a periodicidade como a característica manifesta e, portanto, imediatamente saliente e incondicionalmente evidente. Ao infiltrarmo-nos no conteúdo dos objetos, nós reconhecemos as características da universalidade e nela contida atualidade, e por fim identificamos a qualidade da publicidade, que nos dá a direção, o objetivo da obra e com isso nos conduz ao seu sentido (Groth, 2011, p. 144).

A primeira característica, periodicidade, diz respeito à velocidade com que chega a nova edição do periódico, não exatamente com a regularidade exata da publicação. Groth ressalta que

A perfeição da periodicidade do jornal não é a sua regularidade estrita, o retorno exato da aparição no mesmo momento, não pode ser o seu ideal, mas sim a maior brevidade possível dos intervalos, a sequência mais rápida possível da sua republicação e, como nós veremos, com o objetivo – inalcançável na realidade – de concomitância entre acontecimento e publicação (2011, p. 158).

Essa característica se revela não apenas essencial para o jornalismo, mas marcante no sentido de diferenciar a profissão de outras do campo da comunicação. O imediatismo está na essência do jornalismo, “é definido como um conceito temporal que se refere ao espaço de tempo (dias, horas, segundos) que decorre entre o acontecimento e o momento em que a notícia é transmitida, dando existência a esse acontecimento” (Traquina, 2008, p. 37).

O fator tempo e seu papel na produção de notícias é um dos pontos que Traquina considera tão relevante quanto os estudos sobre objetividade, valores-notícia e profissionalismo (2008, p. 39). “O valor do imediatismo traduz, melhor dito, exprime como o fator tempo constitui o eixo central do campo jornalístico” (Traquina, 2008, p. 38). As notícias são perecíveis, só as quentes tem valor. No país do

jornalismo, a “Novaslândia”, cuja paisagem é tomada por relógios, “quem ganha é o primeiro que dá a notícia” (Traquina, 2008, p. 37-38).

Kovach & Rosenstiel (2004) refletem sobre o procedimento da produção das notícias ao relatar as primeiras horas após a ocorrência do fato quando a opinião pública começa a se formar. Neste momento, “obter a informação mais próxima da versão completa da verdade tem consequências reais” (2004, p. 73-74). É esse o momento mais importante para o jornalista, no qual a rapidez com que ocorrem os fatos não pode comprometer a apuração precisa.

Toda a rotina de produção jornalística é regida pelo imediatismo. Um exemplo interessante disso foi dado pelo jornalista Mario Sérgio Conti, ao descrever o processo de aprimoramento das matérias da revista *Veja* nos anos 1980:

Assumia-se que todas as reportagens publicadas tinham um nível aceitável de qualidade porque passavam por um penoso processo de aprimoramento. O ciclo poderia começar com um repórter querendo fazer uma matéria. Ele tinha de convencer o seu editor de que a idéia, a pauta, era boa. Se conseguisse, o editor a encaminhava ao editor executivo, que a conduzia ao seu chefe, e assim sucessivamente. No caminho, a pauta ia sendo burilada e completada. Na apuração, eram feitas quantas fotografias e entrevistas fossem necessárias, onde fosse preciso, inclusive na Europa e nos Estados Unidos pelos correspondentes. Depois de percorrer pilhas de fotos, para escolher as melhores, e de fazer tabelas, mapas ou gráficos com a editoria de Arte, o repórter diagramava a matéria, que era repaginada pelo editor e depois pelo editor executivo. O encarregado escrevia o texto, seu editor pedia complementos e determinava que fosse reescrito. A cada degrau na hierarquia a reportagem era reescrita novamente. Autorizada a publicação, era hora da checagem. Os checadores conferiam as datas, grafias de nomes e comparavam com os originais buscando incongruências e erros. Esse ir-e-vir levava dias, às vezes até semanas e, no gargalo final, era extenuante e neurótico. À meia-noite, acontecia de se reescrever uma matéria de oito páginas, com

um novo enfoque e mais entrevistados, que às vezes precisavam ser tirados da cama. Às três horas da madrugada, o chefe poderia decidir que a reportagem fosse reduzida para duas páginas. O repórter que teve a idéia original saía da redação às nove da manhã, com o sol alto, e chegava em casa massacrado. Apenas uma das oito pessoas que entrevistara durante horas fora citada. Do seu texto original não sobravam nem as vírgulas. Tivera de refazer uma legenda cinco vezes (Conti, 1999, p. 63).

Mas o fator tempo também representa ponto crítico para a qualidade, afinal todo processo de qualidade exige reflexão e reflexão exige tempo. Conti revela que a rotina da revista *Veja* com seu nível aceitável de qualidade era extenuante e problemático. O fechamento da edição da semana começava na quarta-feira com as páginas de Geral, que eram notícias frias. Na quinta, eram a entrevista das páginas amarelas, os artigos de opinião e a editoria de artes. “Sexta-feira era o dia do fechamento quente, o das páginas de Brasil, Internacional e Economia. Nos três dias, o fechamento se estendia até as cinco horas da manhã, no mínimo” (Conti, 1999, p. 64). Apesar das reuniões e da consultoria contratada para descobrir como evitar os atrasos, não houve mudanças significativas. “A maior revista do Brasil, diziam os consultores, era produto de um submarino em guerra” (Conti, 1999, p. 65).

Chamadas de matérias de fôlego, as reportagens com mais apuração giram em torno das interpretações de um fato e seu contexto. Mas isso não significa que dão informações completas sobre o fato. “Mesmo praticando jornalismo interpretativo, as revistas semanais de informação apresentam falhas na sequência da elaboração, impostas também pela periodicidade. As revistas buscam conectar os acontecimentos e oferecer uma visão mais aprofundada da realidade” (Vilas-Boas, 1996, p. 87). O assunto que ganhou capa em uma edição pode não aparecer na edição seguinte, mesmo que tenha gerado mais repercussão porque “o fato elevado à condição de notícia não é o foco central da cobertura, e sim o contexto” (Vilas-Boas, 1996, p. 87). Dessa forma, o assunto morre na mesma edição em que foi capa, e fica sem continuidade.

Para Eduardo Meditsch (1997, p. 10) a velocidade de produção do jornalismo representa tanto um limite, quanto uma vantagem em

relação a outros modos de conhecimento. Essa não é uma característica exclusiva do jornalismo e sim da civilização em que vivemos que necessita de rapidez nas informações. Não seria exatamente um conhecimento produzido pela reflexão, mas, pela ação, “a História escrita à queima-roupa” (Meditsch, 1997, p. 3). Como enfatiza Traquina (2008, p. 44), “os jornalistas são pragmáticos; o jornalismo é uma atividade prática, continuamente confrontada com “horas de fechamento” e o imperativo de responder à importância atribuída ao valor do imediatismo. Não há tempo para pensar, porque é preciso agir” e o processo da reportagem é “a busca estimulante do Agora” (Taylor, 1990, apud Traquina, 2008, p. 48-49). Principalmente em vista ao domínio cada vez maior da internet e das mídias sociais.

A segunda característica destacada por Otto Groth é a causa da necessidade que o jornalismo tem do imediato. “Atualidade designa em si a característica e a tarefa do jornal de oferecer, de mediar algo atual, portanto, presente, agora, em voga, novo” (2011, p. 223), no entanto atual não é sinônimo de novo, “significa o cair de um ser ou acontecer no agora, no presente. Atual é aquilo que cai no presente ou tem uma relação com o presente” (2011, p. 224).

Francisco Karam ressalta a influência do presente, pois, “tal presente, objeto imediato do interesse do jornalismo, é, potencialmente, a possibilidade de nos aproximarmos dos movimentos da humanidade para si mesma, no ritmo em que ela se produz” (2004, p. 30). Karam reforça que as características de seleção de acontecimentos que viram notícia são reflexo da dimensão rítmica imediata do presente, representam não a duração integral de um evento, “mas o recorte temporal imediato de um acontecimento” (Karam, 2004, p. 31).

A universalidade, terceira característica do modelo de Groth, traz à discussão o jogo entre objetividade e subjetividade que existe no jornalismo, a conexão entre a realidade do leitor e a realidade experimentada dentro da redação e por cada jornalista concretizada em um produto. “Aqui a Ciência dos Jornais deve avançar sobre um dos últimos fundamentos do seu objeto e com isso esbarra na questão filosófica básica do “eu e o mundo”, do “eu e tu”, do “eu e a natureza, a cultura e a sociedade” (Groth, 2011, p. 170). A ética e a política da Ciência dos Jornais devem então se desenvolver a partir de normas que abarquem os valores particulares das relações estabelecidas. “E se o periódico se baseia na relação “eu e o mundo”, então os dogmas e os valores que valem para esta relação devem criar a atividade da imprensa periódica, dos seus jornalistas e dos editores” (Groth, 2011, p. 172).

Fidalgo aponta que o “jornal é um elemento indispensável de informação ao homem moderno para conhecer o seu mundo objectivo e para nele se orientar, para construir o seu pensamento e formular os seus juízos” (2004, p. 5). No entanto, esse relacionamento se mantém enquanto for mantida a função de representatividade que o jornalismo toma para si ao noticiar acontecimentos que têm sentido social para o público leitor.

Ao cumprir sua função social de informar, de ser mediador da informação, o jornalismo se coloca o tempo todo dentro da necessidade de relacionar-se com o mundo e com as diferenças sociais, equilibrando-se entre valores e criando os seus próprios. Mas, em cada meio e veículo, seus princípios são reconfigurados para abranger suas necessidades mercadológicas. Além disso, também são representantes de seu período histórico e econômico, constituindo um retrato do predomínio sociocultural.

Nessa relação entre a realidade do mundo e a sua representação nos meios de comunicação, o jornalismo se utiliza de técnicas desenvolvidas para tornar essa transição mais rápida e próxima do necessário para transformar fatos em notícias. Uma redação mista contribui para que cada partícula da realidade seja representada dentro do jornal, o que funciona se nela estiverem uma variedade de pessoas com formação sociocultural diferente. Dessa forma, pode-se pensar na redação como uma pequena representação da sociedade, cada indivíduo traduzindo sua própria visão da sociedade, partículas da realidade, em notícias. Não é uma representação completa do mundo, mas é um caleidoscópio formado por partículas da realidade em constante mudança (Traquina, 2008, p. 48). Essas partículas são construídas com base em elementos técnicos que ajudam a criar uma representação da realidade, como explica Vizeu (2002, p. 5):

Os jornalistas apresentam versões diferentes de uma mesma realidade; apresentam provas suplementares para fundamentar um fato; usam aspas para indicar que o repórter não está dando a sua versão do fato, mas a da fonte, do entrevistado; apresentam os fatos mais importantes primeiro, e separam cuidadosamente os fatos das opiniões através da utilização do rótulo de informação opinativa.

Para definir essa relação entre a notícia e a realidade, além das técnicas jornalísticas, há algumas teorias que contribuem para aprofundar essa reflexão. A Teoria do Espelho pressupõe que as notícias são como são porque a realidade assim as determina, espelhando a realidade tal qual ela é. Inspirada no Positivismo do filósofo francês Auguste Comte, essa teoria surgiu em meados do século XIX, quando o jornalismo buscava separar opinião de informação se firmando em fatos e buscando uma técnica baseada na ideia de objetividade.

A ideia da objetividade, de acordo com Josenildo Guerra (2003), se fundamenta principalmente em razões econômicas, com viés político. O pesquisador enfatiza o percurso que o jornalismo teve de percorrer para ostentar uma posição de neutralidade. Ao se distanciar do partidarismo para ampliar o número de leitores e, com isso, atrair mais anunciantes e ampliar o faturamento, os jornais adotam a neutralidade como estratégia “um grande trunfo não apenas para o seu estabelecimento empresarial, mas também para a sua pretensão de objetividade” (2003, p. 7). A neutralidade passou a fazer parte das obrigações do jornalista, firmando-se o compromisso profissional com os fatos e com a verdade. “A afirmação da neutralidade tanto das organizações quanto dos jornalistas conferia credibilidade ao trabalho realizado” (Guerra, 2003, p. 7).

Apesar de ser amplamente aceita até hoje na construção da notícia, ao exigir que o jornalista seja um mediador neutro que transcreve exatamente a realidade, a ideia de objetividade tem seus opositores. Entre outros pontos de conflito, eles defendem que o jornalista é uma pessoa, como qualquer outra, influenciada por questões culturais de sua formação, o que impossibilita uma visão neutra dos fatos.

Para Nilson Lage (2001) a busca por isenção, a tentativa de eliminar crenças e perspectivas em uma notícia desprovida de emoção, não passa de neurose burguesa. Ele alerta que “a melhor técnica apenas oculta preconceitos e pontos de vista do grupo social dominante” (2001, p. 49). Sem a reflexão necessária para os efeitos negativos da busca pela objetividade, ela acaba pasteurizando o conteúdo de tal forma que prejudica a intenção de representatividade.

De qualquer forma, a objetividade permanece na cultura profissional, seja como técnica de apuração e construção da notícia, seja como uma busca ideológica. A necessidade da produção de notícias no ritmo acelerado do jornalismo, em escala industrial, com cada vez mais informações circulando em tempo real na internet e nas mídias sociais,

redações cada vez mais enxutas e a pressão constante do tempo, não deixa muito espaço para a reflexão.

Traquina (2008, p. 14-15) considera que para entender porque as notícias são como são é necessário compreender os profissionais por trás das notícias dentro de sua cultura profissional, constituindo uma comunidade interpretativa particularmente definida a partir de características comuns. Essas características tornam os jornalistas uma tribo capaz de identificar informações que podem virar notícias e desempenhar as tarefas de seleção de fatos noticiáveis para caber dentro do espaço e do tempo de cada veículo. É uma capacidade quase intuitiva, dentre uma gama de fatos, reconhecer os mais importantes dentro de uma série de circunstâncias que determinam o valor da notícia a partir de critérios de noticiabilidade.

O primeiro entendimento sobre esses critérios é de que a seleção de notícias é baseada em regras práticas. Essas regras são implícitas e compreendidas a partir da convivência na redação e incluem conhecimento e experiência profissionais (Wolf, 1987, p. 223).

Podemos exemplificar de forma simplória a seleção de notícias na prática usando as três revistas semanais de informação que formam o corpus dessa pesquisa. *Veja*, *IstoÉ* e *Época* tem redações e linhas editoriais distintas, disputam o mesmo público-alvo e deram capa aos desastres analisados, de 2008 e 2011. Isso ocorre porque aquele era o acontecimento mais importante naquela semana e as redações das três revistas rivais, reconheceram isso independentemente. Existem outros fatores que permeiam as decisões das redações, mas obviamente, elas não comunicam suas decisões umas às outras, porque são concorrentes, mesmo assim, o assunto de capa foi igual para as três.

Em 1922, Walter Lippmann lançava em seu livro *Opinião Publica* que começava citando um exemplo para mostrar que as pessoas possuem imagens mentais sobre os acontecimentos do mundo baseadas no que a mídia propaga. Através do relato de uma ilha onde, em 1914, viviam ingleses, franceses e alemães, Lippmann (2010, p. 21) mostra como uma notícia pode alterar completamente a realidade de um ambiente, pela imagem que cria na cabeça das pessoas. Os moradores da ilha recebem com seis semanas de atraso a notícia de que a Europa estava em guerra e veem sua realidade mudar instantaneamente, com a ciência de que agora parte dos vizinhos, antes considerados amigos, agora são seus inimigos. “Olhando para trás podemos ver o quão indiretamente conhecemos o ambiente no qual, todavia, vivemos. Podemos observar que as notícias sobre ele nos chegam ora

rapidamente, ora lentamente; mas o que acreditamos ser uma imagem verdadeira, nós a tratamos como se ela fosse o próprio ambiente” (Lippmann, 2010, p. 22).

Alguns conceitos e correntes de pensamento discorrem sobre a influência ou não da mídia na construção da realidade social e o processo circular e compartilhado de construir interpretações da realidade e estar ao mesmo tempo inserido nela.

Independente de ser influenciado ou influenciar a mídia, o leitor desenvolve com o jornal uma relação de reconhecimento da realidade existente aceitando que o que é importante no mundo sai no jornal. O leitor reconhece na linguagem sistematizada, imagens, distribuição das informações, parte da realidade que necessita para tomar suas decisões. Nilson Lage (1998, p. 6) mostra que a linguagem jornalística é formada de sistemas simbólicos, que não correspondem apenas ao texto. A informação, como um todo, é um bem simbólico, que, num jornal impresso é distribuído entre o projeto gráfico, sistemas analógicos (fotografias e imagens ilustradas) e sistema linguístico (padronização da linguagem em títulos, manchetes, legendas). Cada elemento contribui para a determinação do grau de importância de cada informação, o lugar na página, quantidade de caracteres, se o texto é ilustrado com imagens, fotos ou infográficos, se tem destaque na capa, entre outros. Esses elementos compõem a informação jornalística como um todo, pois são interdependentes.

Lage destaca que os trabalhadores da notícia pretendem fazer chegar a informação do que acontece no mundo à sociedade, “o redator ficará gratificado e o projetista satisfeito se o leitor se motivar pelo acontecido, entender o que aconteceu e tiver condições de formar juízo adequado a respeito. Para isso, evidentemente, a notícia deve ser bem escrita e o layout bem projetado”. “importa sustentar o padrão de qualidade do conjunto. Esse padrão é encargo de muitas pessoas e se mantém dia a dia” (Lage, 1998, p. 9).

O texto jornalístico é a parte principal desse conjunto. Ao definir as competências profissionais que o jornalista deve ter para apurar e redigir notícias, Traquina aponta três saberes específicos, de reconhecimento, de procedimento e de narração (2008, p. 42).

O saber de reconhecimento “é a capacidade de reconhecer quais são os acontecimentos que possuem valor como notícia” (2008, p. 42), atribuído ao “faro jornalístico”. Essa capacidade é regida pelos critérios de noticiabilidade. Depois de reconhecer o que pode virar notícia, o saber de procedimento reúne o conhecimento necessário para a apuração

dos dados para virarem notícia. O procedimento básico é a entrevista e é importante conhecer certas regras no tratamento e abordagem de fontes, e na forma de fazer as perguntas (Traquina, 2008, p. 42-43).

Traquina atribui ao saber de narração a “capacidade de compilar todas essas informações e ‘empacotá-las’ em uma narrativa noticiosa, em tempo útil e de forma interessante” (Traquina, 2008, p. 43). Cabe ao jornalista a tarefa de narrar fatos reais buscando “formas de transformar o significativo em interessante, em cada matéria, e encontrar a mistura exata do sério e do menos sério que oferece no relato do dia” (Kovach e Rosenstiel, 2004, p. 226).

A técnica básica de compilação, o *lead*, que corresponde à informação retirada de seis perguntas básicas - quem, o que, onde, quando, porque e como - corresponde ao início do texto que obedece ao formato de pirâmide invertida, na qual os fatos mais importantes são contados primeiro. A exigência do *lead* como uma característica do jornalismo moderno confere dinamismo ao texto e é um elemento de objetividade.

Adelmo Genro Filho marcou notavelmente a teoria do jornalismo no Brasil ao propor a inversão (ou restauração) dessa pirâmide, levando em conta algo além do grau de relevância dos fatos: o valor epistemológico deles, seu aspecto singular.

Do ponto de vista meramente descritivo, o *lead*, enquanto apreensão sintética da singularidade ou núcleo singular da informação, encarna realmente o momento jornalístico mais importante. Não obstante, sob o ângulo epistemológico - que é o fundamental - a pirâmide invertida deve ser revertida, quer dizer, recolocada com os pés na terra. Nesse sentido, a notícia caminha não do mais importante para o menos importante (ou vice-versa), mas do singular para o particular, do cume para a base. O segredo da pirâmide é que ela está invertida, quando deveria estar como as pirâmides seculares do velho Egito: em pé, assentada sobre sua base natural (Genro Filho, 1987, p. 216).

A notícia pode então ser produto da realidade recortada, espelhada, compartilhada, construída ou reinterpretada, dependendo da corrente de ideias, e sua relação com a sociedade é de interdependência.

Essa relação tem muito a dever ao fato de que a sociedade espera ver a verdade no jornal.

Isso já era observado no século XVII, quando Peucer relacionava “com a vontade do escritor de periódicos a credibilidade e o amor à verdade” (2004, p. 19). Ele atribui aos relatos uma forma de vigilância da verdade, pois assim ela pode ser confirmada pelas testemunhas dos acontecimentos. “Não se pode mentir nem dizer coisas falsas de sorte que o outro forme uma opinião falsa ou seja enganado, em tais casos, o autor trabalhará mais retamente, abstendo-se em transmitir coisas abertamente falsas” (Peucer, 2004, p. 19).

Para Walter Lippmann, (2010, p. 304) “as notícias e a verdade não são a mesma coisa, e precisam ser claramente distinguidas”. Não significa que a notícia é uma falácia, mas que a função da notícia é “sinalizar um evento”, enquanto que “a função da verdade é trazer luz aos fatos escondidos, pô-los em relação um com o outro e fazer uma imagem da realidade com base na qual os homens possam atuar” (2010, p. 304). A verdade na notícia existe nessa imagem representada para ter sentido dentro de um fragmento da realidade que é a notícia.

Alinhados com as ideias de Walter Lippmann, Kovach & Rosenstiel também reconhecem o valor relativo da verdade prática que o jornalismo precisa adotar. “É muito mais produtivo, e mais realista, entender a verdade jornalística como um processo – ou uma caminhada contínua na direção do entendimento – que começa com as primeiras matérias e vai se construindo ao longo do tempo” (Kovach & Rosenstiel, 2004, p. 70). Isso porque é difícil até mesmo para um repórter imbuído de técnicas e experiência apreender todos os detalhes de um fato no pouco tempo que tem para apurar as informações e transformá-las em notícia. Mas quando uma matéria repercute, ele pode ir complementando as informações no texto seguinte e no seguinte, num processo contínuo de busca da verdade. Assim, ele sempre estará atrás da verdade possível.

No entanto Kovach & Rosenstiel discordam de Lippmann no que diz respeito ao público que eles acreditam

muito mais capaz do que Lippmann sonhava, e a imprensa não tem a tarefa desanimadora de difundir a verdade a um público passivo como ele pensava. A função da imprensa [...] é dar a esse público mais complexo e dinâmico o que precisa para encontrar por si próprio a verdade num

processo que se estende ao longo do tempo (2004, p. 48).

Na busca de compreender a verdade, é relevante destacar a ideia de estereótipos que Lippmann desenvolveu. Uma parte das imagens mentais que as pessoas têm derivam das informações que chegam até elas pela mídia. Como nosso círculo de conhecimento e de relações é pequeno em comparação ao tamanho do mundo, temos acesso a uma parte relativamente pequena de informações que podemos julgar pessoalmente como reais, o restante é fruto dessas imagens mentais que se consolidam em nossas mentes como estereótipos. Lippmann mostra como eles fazem parte de nossa dia-a-dia, pois “imaginamos a maior parte das coisas antes de as experimentarmos. E estas preconcepções, a menos que a educação tenha nos tornado mais agudamente conscientes, governam profundamente todo o processo de percepção” (2010, p. 91).

Tendo que dar conta de uma série de assuntos e acontecimentos diários, a tendência dos jornalistas é estereotipar o mundo, pregando etiquetas que generalizam as informações, o que poupa tempo (crucial no processo de produção de notícias) e favorece o entendimento, pois o público também está acostumado aos estereótipos.

Os estereótipos definem o mundo como o conhecemos e marcam uma zona de conforto conceitual, na qual nos sentimos protegidos. “Os sistemas de estereótipos podem ser os cerne de nossa tradição pessoal, as defesas de nossa posição na sociedade”, guias do pensamento e o comportamento (Lippmann, 2010, p. 96). Com toda a significação trazida pelos estereótipos, “não surpreende, portanto, que qualquer distúrbio dos estereótipos parece ser um ataque nos fundamentos do universo” (Lippmann, 2010, p. 96).

Mas, rotular o mundo é perigoso. Além disso, é discutível a ideia de fornecer ao público o que ele quer ver, apesar das objeções do próprio público. Estereótipos são construções mentais reducionistas e simplificam a imagem que temos das coisas, o que, no jornalismo, representa menos que a verdade, como afirma Lippmann (2010, p. 103), “nosso mundo estereotipado não é necessariamente o mundo que gostaríamos que fosse. É simplesmente o tipo de mundo que esperávamos que fosse”.

Dessa forma, quando o jornalismo se sustenta a partir de estereótipos, deixa de fazer uma leitura crítica da sociedade, restringindo-se a meramente reproduzir chavões e frases feitas como “o desastre anunciado”, o qual aparentemente todos sabiam que ia

acontecer, mas curiosamente a imprensa só noticiou depois que aconteceu.

Desafiar padrões estabelecidos e desmistificar sistemas prontos é um cuidado que o jornalista deve ter na busca da qualidade. “Sustentado acriticamente, o estereótipo não só censura o muito que precisa ser levado em conta, mas quando o dia da avaliação chegar, e o estereótipo for abalado, provavelmente o que apropriadamente foi levado em conta afunda com ele” (Lippmann, 2010, p. 109).

Os estereótipos dão conta de mostrar, mesmo que superficialmente, a variedade de grupos sociais, e é aí que está a importância de reconhecê-los. No entanto, sua desconstrução contribui para que possamos repensar a forma como os grupos sociais são retratados na mídia, tornando sua representatividade mais justa e abrangente.

Essa questão pode ser discutida a partir da quarta característica do modelo de Groth, a publicidade – ou publicização -, que “significa o estar aberto, a abertura, a acessibilidade geral da coisa” (2011, p. 263) Ela confere atributos de disseminador social de informação para o público geral e para determinados grupos socioculturais. “A publicidade do jornal como sua característica essencial é, portanto, a acessibilidade a cada um e com isso a notoriedade de tudo aquilo que o jornal traz, de tal forma que cada um possa tomar conhecimento, que ninguém esteja excluído da recepção do conteúdo” (Groth, 2011, p. 263).

Cada uma das quatro características do modelo proposto por Otto Groth se converge e se busca. “A partir da universalidade e da atualidade tornam-se claras primeiro a periodicidade, que é exigida necessariamente pela universalidade e atualidade, mas que também as determina, e, da mesma maneira, a publicidade” (Groth, 2011, p. 178).

Ao definir o jornalismo através dos autores selecionados, é feito um recorte da teoria e da prática que se completa quando o jornalismo se encaixa dentro da sociedade democrática em papéis funcionais, dentro dos quais, sua representação histórica tem fundamental importância na constituição da democracia. No contexto das sociedades democráticas, a manutenção da liberdade de expressão tem no jornalismo seu principal pilar de sustentação.

Sendo o jornalismo uma instituição central no sistema de freios e contrapesos das sociedades democráticas, no agendamento das questões relevantes para essas mesmas sociedades, bem como na informação precisa, veraz e crível aos

cidadãos e cidadãs é desejável, assim como é, por exemplo, para o sistema educacional, que critérios e ferramentas para a produção de informações jornalísticas de elevada qualidade possam ser postos em execução (Guerra, 2010a, p. 11).

A cientista política Pippa Norris (2010, p. 4-5) define os três papéis centrais do jornalismo para fortalecer a esfera pública democrática: como cães de guarda² da sociedade, no sentido de exercer a função de quarto poder, o vigia dos outros três poderes; como *agenda setters*, chamando a atenção para temas relevantes para a sociedade como desastres e crises humanitárias; e como *gatekeepers*, mantendo uma gama diversificada e equilibrada de perspectivas políticas e setores sociais, com pluralidade de vozes. Os autores argumentam que cada um desses papéis é vital para a qualidade da deliberação democrática na esfera pública.

Josenildo Guerra reforça que as ferramentas de avaliação de qualidade aplicadas ao jornalismo, “reforçam princípios e fundamentos tradicionalmente ligados às responsabilidades dos jornalistas nas sociedades democráticas” (2010a, p. 20). Nessa responsabilidade, o jornalista como cidadão e os próprios cidadãos constroem uma democracia abrangente e acessível de fato, traçando rumos cada vez mais qualificados para os assuntos de interesse público. Dentre os benefícios que o jornalismo de qualidade traz ao sistema democrático, é fundamental o acesso à pluralidade de vozes, a construção da cidadania, o dever institucional e democratização de mensagens, evitando os pensamentos unilaterais (FOPEA, 2008, p. 7).

Definidos alguns dos fundamentos mais importantes que fazem o jornalismo ser o que é, podemos embasar os indicadores de qualidade, os quais servirão de parâmetro para as análises.

1.2 ELEMENTOS DE QUALIDADE EM JORNALISMO

A possibilidade de melhorar o que fazemos, buscando sempre o passo seguinte, resulta de uma inquietação própria do ser humano. Desde o primeiro grande marco tecnológico da humanidade, a descoberta do fogo, busca-se a ampliação de saberes, mesmo que os fins

² A expressão em inglês é *watchdogs*

não sejam muito claros, pode-se dizer que, em geral, a motivação é melhorar a qualidade de vida.

Essa demanda por qualidade vem crescendo na sociedade como um todo e aprofundando conhecimentos em campos específicos, e no jornalismo não é diferente. Conhecer qual é o lugar da imprensa em uma determinada sociedade ajuda a compreender até onde se pode melhorar o trabalho jornalístico e aportar a isso a ideia de qualidade (Amado Suárez, 2007, p. 18). Nem sempre há consenso no entendimento sobre o que é melhor e se um determinado conhecimento significa evolução, melhoria ou estagnação, mas a partir das pesquisas já realizadas, temos um bom ponto de partida.

Ao buscar as definições do que é jornalismo de qualidade, visualizamos os diferentes enfoques das pesquisas em qualidade já realizadas. Elas analisam aspectos essenciais da profissão, ética jornalística, análise do processo e do produto, as particularidades de cada veículo, impresso, rádio, televisão e internet, gestão empresarial no jornalismo e percepção do público sobre os produtos.

As pesquisadoras argentinas Ligia De la Torre e Maria Teresa Téramo atribuem a origem do conceito de qualidade aos Estados Unidos, que nos anos 1920, buscou estabelecer padrões na produção industrial para a melhora da produtividade. O conceito de qualidade começou a ser pensado no meio empresarial como propriedade ou conjunto de propriedades inerentes a algo, que permitem julgar seu valor. Na indústria a qualidade é definida como o melhor dentro de certas condições do produto e da satisfação do consumidor (De La Torre; Téramo, 2007, p. 41). A partir daí passou-se ao aprimoramento de sistemas de medição de qualidade, com programas de controle e gestão de qualidade total, estabelecendo a padronização e normatização dos processos produtivos (De La Torre; Téramo, 2007, p. 41-47).

Se as padronizações e normas de qualidade contribuíram para o aprimoramento da indústria de bens e serviços, o conhecimento gerado para isso poderia ser extrapolado para outras áreas, como o jornalismo. Entretanto, o jornalismo não é algo fácil de mensurar. Inicialmente porque o produto do jornalismo, informação, é abstrato. A mesma dificuldade tange o conhecimento científico que não pode ser restringido meramente à sua utilidade e, muitas vezes, não se encaixa na ideia utilitarista que a tudo tenta monetarizar. O que se paga do jornalismo é o papel, a transmissão, o aparelho, enfim, produtos que se encaixam no modelo comercial sem problemas, portanto, a importação dos modelos

de qualidade advindos da indústria não traz exatamente a resposta que precisamos.

Já na década de 1920, Walter Lippmann (2010, p. 276) achava difícil comparar a imprensa com qualquer outro negócio ou instituição, dada à relação incomum que se estabelece entre o leitor e a imprensa. O jornal se propõe a fornecer a verdade e o leitor assim espera e por esse serviço está disposto a pagar uma pequena quantia, sem nenhum contrato ou obrigação. “Não é um negócio puro e simples, parcialmente porque o produto é regularmente vendido abaixo do custo, mas principalmente porque a comunidade utiliza uma medida ética para a imprensa e outra para o comércio e a manufatura. Eticamente o jornal é julgado como uma escola ou igreja” (Lippmann, 2010, p. 276).

De la Torre e Téramo salientam que a qualidade não tem significado no sentido absoluto, depende da natureza das coisas, por isso é relativa (2007, p. 42). Portanto, é necessário que haja parâmetros, indicadores, que deem um ponto de partida para a análise.

A definição dos parâmetros, neste trabalho, parte da determinação de que a qualidade deve ser guiada pelos elementos essenciais do jornalismo, ou seja, aquilo que determina o que é o jornalismo, é exatamente o que determina como ele deve ser. A partir disso, pode-se buscar os fatores desviantes da qualidade que fazem com que o jornalismo perca suas características norteadoras.

Os indicadores apontados pelo estudo de Adriana Amado Suárez se dividem entre dois grupos:

1. Princípios que dependem diretamente do trabalho do jornalista, da formação, o compromisso, a ética:
 - Transparência nos processos de construção e processamento da informação;
 - Verificação e contextualização de dados e informação;
 - Investigação jornalística;
 - Direitos e obrigações na relação entre os jornalistas e seus diretores.
2. Princípios que dependem do entorno do jornalista:
 - Códigos de ética;
 - Mecanismos de contrapeso aos meios: direito de resposta, defensor do leitor (*ombudsman*), fiscalização do cidadão, observatórios civis;

- Equidade na atribuição da publicidade. Comercialização e publicidade oficial;
- Direito e acesso à informação (Amado Suárez, 2007, p. 35, tradução nossa).

A pesquisadora ressalta que é evidente que a busca pela qualidade não é tarefa só dos jornalistas e menos ainda uma decisão empresarial, é uma questão da sociedade em seu conjunto. E que ninguém deve duvidar de que a melhora na qualidade informativa resulta em melhora na democracia (Amado Suárez, 2007, p. 36).

A definição de padrões profissionais e indicadores de qualidade jornalística é imprescindível para o avanço das discussões. Pensando nisso, pesquisadores do Foro de Periodismo Argentino (Fopea) e convidados se reuniram em um congresso na Argentina para definir alguns eixos centrais de discussão, em torno dos quais se organizou o debate: ética, rigor informativo, multiplicidade de fontes, orais e documentais, critério profissional, investigação jornalística, capacitação, responsabilidade, diversidade e pluralismo, reconhecimento de erros e sua correção, ferramentas para a representação do público, manuais de estilo, códigos de ética e outros instrumentos orientadores, aportes ao sistema democrático (FOPEA, 2008, p. 5). O eixo central que une todos esses eixos secundários trazidos pelo FOPEA é o casamento indissolúvel entre ética e qualidade jornalística, o que implica maior responsabilidade social (FOPEA, 2008, p. 5). A partir da ética, os indicadores seguintes vão se desenvolvendo de forma mais específica.

Dos poucos estudos sobre qualidade, um se destaca por ser voltado para um tipo específico de produto. Beatriz Becker desenvolveu com Juliana Teixeira estudos sobre qualidade em audiovisuais na web, buscando definir quais elementos são necessários para melhorar a qualidade de produtos televisivos.

Muitos se referem à qualidade como uma abordagem inovadora da linguagem televisiva, seja do ponto de vista técnico ou estético. Outros vinculam a qualidade em televisão a questões conjunturais de recepção e participação da audiência. A qualidade também pode ser entendida como vetor para a construção de valores sociais, tais como a cidadania, a solidariedade, os interesses coletivos ou a expressão de minorias excluídas. Pode ser ainda uma forma mais aberta de pensar e fazer televisão, como forma de

estimular a diversidade e a oferta de diferentes experiências multiculturais (Becker & Teixeira, 2008, p. 100).

Nessas pesquisas Becker & Teixeira (2008) apontam aspectos particulares da qualidade no telejornalismo, como a criatividade, a diversidade de representações, a pluralidade de expressões e a democratização dos meios. As autoras fazem uma releitura dos critérios de noticiabilidade sincronizados com as demandas contemporâneas, propondo quatro critérios para que sejam “referência para a promoção de uma relação mais simétrica e criativa entre a produção e a audiência” (Becker & Teixeira, 2008, p. 102): Nova Pedagogia da Informação – jornalismo com responsabilidade social; Pluralidade de conteúdos e diversidade de fontes e representações de grupos sociais; Criatividade no Uso da Linguagem Audiovisual; e Interatividade.

Carina Benedeti (2006, p. 145) observa que “o compromisso com uma informação de qualidade faz parte dos fundamentos conceituais e históricos da atividade jornalística”. Para ela, a comparação normativa entre o ser e o dever-ser funciona como parâmetro de avaliação da qualidade do jornalismo. A pesquisadora identificou os seguintes critérios de qualidade da informação jornalística:

veracidade (correspondência à realidade, coerência lógica, confiabilidade, verificabilidade e aplicabilidade), comunicabilidade (competência linguística e expositiva); pluralidade (equilíbrio democrático e imparcialidade), liberdade (independência e universalidade), socioreferenciabilidade (interesse público); inteligibilidade (possibilitar a compreensão do sentido); transmissibilidade (transparência do método e rigor investigativo) (Benedeti, 2006, p. 152).

A autora segue a linha de estudo de Josenildo Guerra (2003) que defende que a neutralidade obtida através da objetividade é o que confere credibilidade para o trabalho jornalístico, o que configura, portanto, a motivação para o aprimoramento das funções jornalísticas. Para Guerra, a demanda por qualidade é global (2009, p. 11) e todos os aspectos tem importância na busca de atendê-la.

A credibilidade é aceita universalmente como um valor essencial do jornalismo. O maior patrimônio do jornalista é sua credibilidade e ela

está inevitavelmente associada à qualidade da investigação jornalística. Essa credibilidade só aparece se existe um firme compromisso com valores éticos e jornalísticos tanto de jornalistas quanto de meios de comunicação. Esses valores são alimentados pelo exame de consciência e da autocrítica, como o equilíbrio, a imparcialidade, a pluralidade e a separação entre informação, opinião e publicidade. Mas também há outros valores de aumentam a credibilidade: a correção adequada dos erros jornalísticos e o direito de resposta (FOPEA, 2008, p. 9).

Preocupado com a qualidade da informação jornalística, Guerra busca sistematizar experiências de pesquisa que possam contribuir para a formação de um conceito de Programa de Qualidade Jornalística (PQJ), para organizações jornalísticas e autônomas, e de um Programa de Pesquisa & Desenvolvimento de Produtos e Processos em Jornalismo (PPDPPJ), para suprir as necessidades de pesquisa na área (Guerra, 2010b, p. 70).

Para definir qualidade, Guerra baseou-se nas definições do pesquisador francês Claude-Jean Bertrand de *Mass Accountability System* (MAS), traduzido como Sistemas de Responsabilização de Mídia, como: “quaisquer meios de melhorar os serviços de mídia ao público, totalmente independentes do governo” (Guerra, 2010b, p. 69). O sistema visa oferecer controle de qualidade, serviço ao consumidor e educação contínua, além de autorregulamentação. O MAS pode definir qualquer sistema, operado por uma pessoa, instituição ou processo, que incite a mídia a cumprir seu papel, seja um ombudsman, “mediador, conselho de imprensa, código de deontologia, publicação, regular de autocrítica, pesquisa de leitorado, ensino superior de jornalismo – e muitos outros” (Bertrand, 2002, p. 10). O sistema deve fornecer um “comparativo entre a expectativa da sociedade em relação ao noticiário com o resultado efetivo do trabalho produzido pelos jornais, a fim de estabelecer a lacuna existente entre o que é prometido e o que é entregue ao cidadão” (Guerra, 2010b, p. 69).

Bertrand (2002) assegura que existem mais de 60 MAS e que eles não devem ser estatais, de forma de assegurar a responsabilidade social da mídia como parte do “arsenal da democracia”. Suas definições são reconhecidamente contribuições para a promoção de uma imprensa livre para o desenvolvimento da democracia. Em um mundo onde o jornalismo vive em batalhas para se manter livre da censura de governos e poder de grandes corporações, o MAS funciona como uma arma para proteger a liberdade de imprensa baseado na formação dos profissionais,

a crítica de mídia, a observação sistemática e monitoramento e o *feedback* dado pelo público (Bertrand, 2002).

O pesquisador Fernando Oliveira Paulino (2010, p. 98) destaca o papel de monitoramento que cresceu com a internet, através de sites como o Instituto Gutenberg (www.igutenberg.org), o Observatório da Imprensa (www.observatoriodaimprensa.com.br) e a Rede Nacional de Observatórios da Imprensa (www.renoi.blogspot.com).

A ideia de responsabilização da mídia fundamenta-se no compromisso da instituição jornalística com a sociedade que, de acordo com Guerra, é regido por três cláusulas especiais, sendo a terceira existente apenas em estados democráticos, que a legitimam socialmente: objetividade, relevância e pluralidade. A objetividade compreende o compromisso com o factual, apenas fatos reais viram notícia. A relevância deixa clara a necessidade de seleção dos fatos, dada a impossibilidade de reportar tudo o que acontece, apenas os mais importantes ganham espaço. A pluralidade é o compromisso da instituição com diferentes pontos de vista, para que seu trabalho esteja a serviço de todos e não de grupos específicos, o que só é possível em sociedades democráticas (Guerra, 2010b, p. 75).

Guerra desenvolveu uma proposta de metodologia para a avaliação de qualidade jornalística (2010c, p. 153-171) a partir das especificações do processo e do produto que definem o Programa de Cobertura, que reúne procedimentos operacionais, e o conjunto de determinações relativas aos Valores-Notícia de Referência e à Matriz de Cobertura (Guerra, 2010c, p. 153-154). “Quanto menor a discrepância gerada entre a Matriz de Cobertura, os Valores-Notícia de Referência e o Programa de Cobertura com as reais expectativas da audiência, maior será tendência de qualidade interna do produto” (Guerra, 2010c, p. 157). A proposta leva em conta as três cláusulas citadas anteriormente, objetividade, relevância e pluralidade, que são expectativas básicas da audiência em relação à notícia e considera duas premissas:

Do ponto de vista da qualidade interna, uma notícia será considerada “de qualidade” se atender às especificações da organização; do ponto de vista da qualidade externa, uma notícia será considerada “de qualidade” se ela, produzida de acordo com as especificações organizacionais, coincidir com as expectativas de qualidade da audiência (Guerra, 2010c, p. 155).

Em seu estudo, Benedeti (2006) define que a qualidade do jornalismo está na concepção de verdade e na objetividade, princípios que figuram como básicos na atividade jornalística, assim como liberdade, igualdade e pluralidade. A autora prefere não problematizar a concepção de verdade, trazendo-a para a discussão jornalística enquanto elemento de verificação, “a verdade está na verificabilidade dos resultados” (Benedeti, 2006, p. 38).

Esse mesmo ponto de vista é compartilhado por Kovach & Rosenstiel (2004, p. 61) quando estabelecem que a primeira obrigação do jornalismo é com a verdade, eles explicitam as dúvidas do Comitê dos Jornalistas Preocupados sobre este que é um dos conceitos filosóficos mais questionáveis e sobre o qual, os jornalistas admitem que a resposta a essa pergunta “geralmente acaba empacada” (Kovach & Rosenstiel, 2004, p. 66). A busca da verdade, no seu sentido prático, através do processo de apuração e verificação é um dos pontos que diferencia o jornalismo de outras profissões da comunicação.

Para Maríliza Scalzo, o bom jornalista é aquele que duvida de tudo, inclusive de si mesmo, pois “a credibilidade de um profissional começa pelo reconhecimento dos próprios erros” (2003, p. 54) e a credibilidade do veículo também. Por esse motivo os jornais têm um setor de erratas e alguns mantem um *ombudsman*, o vigilante da ética e dos erros de seu próprio jornal.

Amado Suárez relaciona melhores índices de qualidade com mais denúncia e investigação e uma verificação mais rigorosa para frear a queda de credibilidade (Amado Suárez, 2007, p. 19-20). A pesquisadora afirma que os baixos índices de credibilidade são resultado de uma imprensa mais dependente das fontes oficiais, em detrimento do pluralismo de fontes.

A pluralidade de fontes também é defendida por Kovach & Rosenstiel que condenam a confiança excessiva em fontes oficiais, provocando distorções no processo de apuração e verificação. Eles recomendam que o jornalista “não confie em relatos ou informações oficiais” (Kovach & Rosenstiel, 2004, p. 138) para que não caia em armadilhas e que valorize a informação direto da fonte. O rigor informativo não abrange apenas a informação correta, mas seu ajuste à realidade com o tratamento adequado da pauta - uso correto da linguagem e das fontes - e contextualização (FOPEA, 2008, p. 6).

O tratamento inadequado da fonte influencia diretamente a qualidade do produto final, tanto nos elementos citados quanto na questão da independência jornalística. No Relatório dos resultados

parciais do projeto Promoção da Cultura de Riscos de Desastres (CEPED UFSC, 2011b), se constatou que as fontes oficiais estavam presentes em 50,1% das matérias sobre desastres, sendo que fontes especialistas, ou técnico-científicas, responderam por 13,4%, e afetados estiveram presentes em 28,9%.

O equilíbrio de fontes também prejudica a matéria quando a reportagem dá mais voz aos afetados pelo desastre que a fontes de outros tipos. O relatório também conclui que as matérias sobre desastres polarizam as fontes, opondo fontes oficiais a vítimas de desastres, o que prejudica o contexto geral e “contribui com a ampliação social do desastre, fomentando o medo, a angústia e o sentimento de incerteza dos afetados” (CEPED UFSC, 2011b, p. 91).

O uso de fontes individuais como os que geram relatos de afetados é enriquecedor para a reportagem, pois dá a dimensão humana do desastre, mostra que o desastre não é apenas um punhado de números, mapas e imagens impactantes, mas uma realidade que afeta pessoas reais. É uma forma de estimular o conhecimento que o jornalismo de revista proporciona da experiência de outras pessoas, seja pela identificação, seja pela experimentação. “O jornalismo cumpre esse delicado papel, de ajudar o homem a compreender a si mesmo por meio das experiências de outros” (Tavares; Schwaab, 2013, p. 46). É importante frisar nesse ponto que fontes não são personagens porque jornalismo não é literatura, mesmo que utilize estilo de texto literário, o jornalismo tem compromisso com a verdade. O relato de afetados não é mera ilustração, tem valor testemunhal e assim deve ser considerado. Quanto a fonte técnico-científicas, uma ocorrência frequente é o uso de fontes pouco representativas que prejudicam a qualidade da informação dada. É como entrevistar um carpinteiro sobre medicina e um médico sobre carpintaria. As fontes devem ter peso e relevância, para que forneçam ao leitor a dimensão e o contexto correto do fato.

Apesar de ser frequente, a classificação de fontes entre oficiais e não-oficiais é antiquada e imprecisa. Seria o mesmo que afirmar a existência de história oficial e não-oficial, quando, na verdade, o que existe são fontes diferentes de informação. O movimento do Novo Jornalismo já trazia esse ponto de vista. Fontes que são autoridades eleitas e representativas também podem ser fontes não-oficiais, dependendo do assunto tratado. O que se define como fonte oficial pode ser reclassificado. A classificação do Manual da Folha de S. Paulo (p. 37-38) numera as fontes de acordo com seu grau de confiabilidade que

só é aprofundado quando a fonte corresponde às necessidades de informação, fornece informações corretas e com exclusividade.

O uso de fontes não identificadas e informações em *off* é ponto polêmico no jornalismo. Esse recurso é adotado quando há a necessidade do anonimato de uma fonte com informações relevantes que não podem ser obtidas de outro modo. Em relação a isso, o Manual de redação e Estilo da editora Globo recomenda parcimônia lembrando que “ao acolher a informação sem fonte identificada, a responsabilidade do jornal sobre o que publica é total: profissional e moral, além de legal. Não basta que a fonte seja de confiança. A informação em si também precisa ser confiável – ou seja, não agredir a lógica e o bom senso” (Garcia, 1996, p. 44).

Um caso emblemático de uso de fonte anônima foi Watergate, em 1972, investigado pelos repórteres Bob Woodward e Carl Bernstein, do Washington Post, com base em informações de uma fonte que se identificava como “Garganta Profunda”. As informações reveladas pela fonte guiaram o trabalho de investigação dos dois e levaram o presidente Richard Nixon a renunciar em 1974. A verdadeira identidade da fonte permaneceu protegida pelos dois repórteres e pelo editor executivo do jornal, mesmo com todas as pressões que evidentemente surgiram quando as investigações começaram a ganhar destaque. A fonte permaneceu anônima até 2005 quando finalmente um funcionário aposentado do FBI, Mark Felt, assumiu ter passado as informações.

Kovach & Rosenstiel (2004, p. 69) destacam que um dos deveres do jornalismo é fornecer à sociedade um relato preciso e contextualizado dos fatos e “dar ao leitor o máximo de informação para que ele próprio tire suas conclusões”. Eles defendem a objetividade enquanto método de verificação, pois “a essência do jornalismo é a disciplina da verificação” (Kovach & Rosenstiel, 2004, p. 113).

A pesquisa de Philip Meyer em seu livro *Os Jornais Podem Desaparecer? - Como Salvar o Jornalismo na Era da Informação*, aponta para a dificuldade de demonstrar que o jornalismo de qualidade é a causa do sucesso financeiro, e não seu resultado marginal. Para ele a qualidade de produtos e processos jornalísticos, tem sido refém de decisões empresariais que visam aumentar o lucro imediato, sem investimentos sólidos na manutenção do negócio, o que não tem sentido, pois sua pesquisa chega à conclusão de que o jornalismo de qualidade é um bom negócio (Meyer, 2007).

Enquanto as empresas jornalísticas continuam procurando um modelo de negócio rentável para a internet, o modelo de jornalismo

segue apenas se adaptando precariamente à instantaneidade das novas plataformas sem, contudo, haver maior preocupação com a qualidade do conteúdo. Neste cenário não apenas existe espaço para o jornalismo de qualidade como ele se faz necessário para estabelecer alguma ordem na avalanche de informações instantâneas, como Claude-Jean Bertrand já havia percebido (2002, p. 16):

Na década de 1990 eclodiu a Internet, que logo se tornou um veículo de notícias, embora anárquico e irresponsável. Na web, qualquer um pode dizer o que lhe der na telha. Eis aí uma democratização inesperada. Mas o que a ciência da computação conseguiu foi o que Jürgen Habermas chamou de “democracia radical”, em que todos têm acesso à opinião pública, por mais ignorantes, papalvos, insanos e maliciosos que sejam. Como nunca antes, os cidadãos necessitam de uma garantia de autenticidade, de um selo de qualidade nas notícias. E, como nunca antes, há lugar para jornalistas competentes e honestos, aptos a filtrar, confirmar e comentar as informações disponíveis.

No entanto, a Era da Informação está provocando mudanças nas relações de trabalho nas redações. O pesquisador Rafael Grohmann reuniu dados de jornalistas que trabalham em São Paulo que mostram que as redações são cada vez mais dependentes do trabalho de freelancers e “a flexibilidade e a subcontratação no trabalho são palavras-chave” (Grohmann, 2011, p. 2). A subcontratação é uma tendência que vem virando regra no mercado capitalista e os freelancers “exemplificam as mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas” (Grohmann, 2011, p. 2). Esse movimento provoca uma precarização das relações de trabalho para favorecer a ampliação de lucros. Uma redação que costumava ser movida a debates de ideias, não mais possui quórum, tempo ou disposição para tanto, isso quando existe espaço por parte das empresas para esse fim. O resultado é a queda na qualidade do que se produz, processos mecanizados, inclusive com softwares que substituem jornalistas na redação de *Hard News*, individualização presente na rotina de trabalho, maior concorrência entre indivíduos jornalistas e dificuldades de planejar a carreira (Grohmann, 2011).

Meyer defende que a credibilidade é o elemento que garante estabilidade dos jornais junto a seu público. O pesquisador demonstra que, apesar de não conseguir avaliar exatamente as causas, é fato que

“qualidade superior está ligada à maior circulação”, o que gera um círculo virtuoso, “onde a qualidade gera sucesso empresarial, que possibilita mais qualidade” (Meyer, 2007, p. 89). Nesse caminho circular, a inovação está presente como fator importante para o aprimoramento técnico, operacional e humano.

Ao listar fatos importantes numa breve cronologia da inovação na imprensa brasileira, Christofolletti (2010b, p. 173) ressalta a importância do aprimoramento de processos e produtos na busca pela excelência técnica. As principais inovações surgiram na segunda metade do século XX e vão além da compra de maquinário e modernização de equipamentos. Incluem a adoção de sistemas e práticas de padronização, assim como “priorizam a formação e a qualificação profissional, propõem instâncias externas de avaliação e incentivam o envolvimento de outros atores na complicada engenharia do alcance da qualidade e de sua manutenção” (Christofolletti, 2010b, p. 173).

Em 2009, a parceria entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Rede Nacional de Observatórios de Imprensa (RenoI) possibilitou a pesquisa “Indicadores da Qualidade da Informação Jornalística”, que resultou na publicação de uma série de cadernos escritos por pesquisadores brasileiros. “A pesquisa teve três momentos: a) levantamento das visões dos jornalistas profissionais sobre qualidade; b) sistematização das posições dos gestores das empresas do setor sobre qualidade; c) reflexão, discussão e concepção de uma matriz de indicadores para aferir a qualidade jornalística” (Christofolletti, 2010a, p. 54).

A equipe de pesquisa se baseou em entrevistas com 22 editores executivos, gestores e *publishers*, realizadas pelos consultores Danilo Rothberg e Luiz Egypto de Cerqueira, questionário e no documento “Indicadores de Desenvolvimento da Mídia”, da UNESCO (Rothberg, 2010).

Em um dos estudos, Rogério Christofolletti (2010a, p. 14) dividiu a qualidade em dois aspectos “adequação a padrões/ especificações previamente definidos pela própria organização e “grau de adequação entre as expectativas dos consumidores e a percepção deles do produto ou serviço”. O pesquisador percebeu que, entre os entrevistados, “não há consenso sobre articulação direta entre diversidade, pluralidade e qualidade na empresa jornalística. Os gestores concordam que a ética sinaliza caminhos para a busca de qualidade, mas não há convergência de opiniões ou clareza sobre quais regras ou padrões seguir” (Christofolletti, 2010a, p. 42).

No entanto, Christofolletti (2010a, p. 42), destacou que os gestores tem preocupação e interesse em investir em capacitação, especialização e treinamento de suas equipes. “Segundo alguns dos entrevistados, o aprimoramento dos profissionais da redação resulta inevitavelmente na melhora dos produtos jornalísticos”. Ao final, conclui que o resultado da pesquisa aponta para um espírito de insatisfação entre os entrevistados, evidenciando a consciência da necessidade de aprimoramento e de que “a busca pela qualidade consiste em um conjunto de processos” (Christofolletti, 2010a, p. 43).

Luiz Augusto de Cerqueira (2010, p. 6), destacou na matriz de indicadores, os elementos de qualidade mais lembrados pelos entrevistados da pesquisa: o princípio da verdade e verificabilidade de fontes e compromisso social, pluralidade, independência e ética (2010, p. 18-19). Com o objetivo de contribuir com os processos de auto avaliação das empresas jornalísticas, Cerqueira enumera os vários indicadores a partir de perguntas dispostas em dois eixos centrais: requisitos de qualidade e gestão de qualidade (Cerqueira, 2010, p. 20-24).

Quando afirmam que “a primeira lealdade do jornalismo é com os cidadãos”, Kovach & Rosenstiel (2004, p. 83) encadeiam uma série de fatores responsáveis pela determinação da qualidade. Dentro da redação existem mecanismos de constrangimento que acabam minando a lealdade do jornalista com seu leitor. Por vezes são muito sutis, como a participação nos lucros da empresa. “No final do século 20, os líderes do jornalismo americano de fato se converteram em homens de negócios. E a metade deles diz agora que passam um terço de seu tempo envolvidos mais com assuntos empresariais que com jornalismo” (Kovach & Rosenstiel, 2004, p. 82). Os autores acusam essas mudanças de transformar a natureza da profissão, criando autocensuras, medos e favoritismos que abalaram a confiança do cidadão no jornalista. “O profissional de imprensa não é como os empregados de outras empresas. Ele tem uma obrigação social que na verdade pode ir além dos interesses imediatos de seus patrões, e ainda assim essa obrigação é a razão do sucesso financeiro desses mesmos patrões”, porque se traduz em credibilidade (Kovach & Rosenstiel, 2004, p. 83).

Essa é a ideia de independência jornalística, que permanece presente entre os jornalistas. Kovach & Rosenstiel citam os resultados de uma pesquisa que perguntava “para quem você trabalha?”, na qual mais de 80% dos entrevistados respondeu ver “no leitor, ouvinte ou telespectador, nossa primeira obrigação”, como ‘um princípio básico do

jornalismo” (Kovach & Rosenstiel, 2004, p. 84). Em outra pesquisa, feita em profundidade por psicólogos, “mais de setenta por cento dos jornalistas colocaram o ‘público’ como alvo de sua lealdade maior bem acima dos patrões, deles próprios, de sua profissão e até mesmo de sua família” (Kovach & Rosenstiel, 2004, p. 83).

Amado Suárez considera o ambiente laboral do jornalista um fator de extrema importância na medição de qualidade. Em uma pesquisa do *Foro Periodístico Argentino*, realizada em 2005 entre jornalistas argentinos mostra que os principais problemas do jornalismo local são as pressões e os condicionamentos que geram na profissão a precariedade laboral (Amado Suárez, 2007, p. 23).

Neste contexto deve-se entender o contraste entre a percepção do poder da imprensa e as dificuldades reais. Amado Suárez lembra uma ilustração usada por Bourdieu que escreveu: ‘Existe um paradoxo de base: é uma profissão muito poderosa composta por indivíduos muito frágeis. Ali se produz uma notável discordância entre o poder coletivo – considerável – e a fragilidade estatutária dos jornalistas, que se encontram em uma posição de inferioridade. Em nível coletivo, os jornalistas arrasam, mas enquanto indivíduos estão em constante perigo’ (Amado Suárez, 2007, p. 23-24).

Essa relação, por vezes tensa, entre o dono do meio e seus jornalistas é descrita por Mário Sérgio Conti (1999, p. 269-270), no caso da polêmica edição do último debate das eleições presidenciais de 1989, quando os candidatos Fernando Collor e Lula da Silva disputavam o segundo turno. O debate, realizado no dia 14 de dezembro pela rede Globo, foi ao ar na edição do jornal Hoje do dia 15, editado por Vianey Pinheiro e mostrado de forma equilibrada, com o mesmo tempo, três minutos, para cada candidato. Para o Jornal Nacional, à noite, o diretor da Central Globo de Jornalismo, Armando Nogueira, determinou que seria usada a mesma edição de Pinheiro, mas Roberto Marinho, presidente das Organizações Globo, telefonou para o diretor de telejornais, Alberico Souza Cruz, subordinado de Armando Nogueira, e pediu que se fizesse a matéria correta: Collor havia se saído melhor no debate. Pinheiro deixou a redação acreditando que sua edição do debate iria ao ar, mas quando voltou para o fechamento do Jornal Nacional, à noite, outro editor, Otávio Tostes, estava terminando uma nova versão do debate a mando de Souza Cruz e do editor de política, Ronald Carvalho.

Na condensação do Jornal Nacional, Lula falou sete vezes. Collor, oito: teve direito a uma fala a

mais que o adversário. No total, Lula falou 2 min22s e Collor, 3 min 34s: 1 min 12s a mais que o candidato do PT. No resumo do JN, Collor foi o tempo todo sintético e enfático, enquanto Lula apareceu claudicante, inseguro e trocando palavras (cerca em vez de seca). É possível argumentar que a escolha das falas dos candidatos tentou refletir o conteúdo total do debate. Mas é impossível defender que o Jornal Nacional buscou espelhar o debate de modo neutro e fiel: dar 1min 12s a mais para Collor foi uma maneira clara de privilegiá-lo [...] Terminado o Jornal Nacional, a redação estava aparvalhada. Não houve ânimo para se comemorar o aniversário de Fábio Perez. Os telefonistas atenderam cerca de duzentos telefonemas de protesto contra a versão do debate. (1999, p. 269-270).

Vianey Pinheiro permaneceu no cargo a pedido de Armando Nogueira, até que meses depois contou sua versão do debate em uma entrevista a Folha e foi demitido da Globo. Pouco depois foi oferecido a Armando Nogueira outro cargo, mas ele recusou e pediu que o demitissem.

O livro de Conti está cheio de exemplos de como a atividade jornalística é constantemente influenciada por pressões internas e externas. Assim como dependem das condições internas, a qualidade jornalística também depende das relações externas que provocam dificuldades para o exercício do jornalismo como as pressões de políticos, empresários, anunciantes e a autocensura derivada da constrição do mercado de trabalho (Amado Suárez, 2007, p. 25).

As pressões, constrangimentos e condicionamentos incidem sobre a compreensão do motivo pelo qual a qualidade não é apenas um problema interno, visto que está na natureza mista das relações entre fontes, meios e jornalistas. Sendo assim, os parâmetros éticos e de qualidade devem ser os mesmos para todos que fazem parte da produção de informação (Amado Suárez, 2007, p. 26). Dessa forma, é difícil haver qualidade sem o comprometimento total de todas as partes envolvidas. Nenhum jornalista pode oferecer jornalismo de qualidade se seu meio não o apoia e não fornece condições dignas (Amado Suárez, 2007, p. 28).

Algumas das grandes empresas jornalísticas demonstram seu interesse em manter padrões de qualidade através de mecanismos como

manuais de redação e estilo, *ombudsman*, reuniões de avaliação, conselhos de leitores, cursos e treinamentos, criação de prêmios, melhoria nos sistemas de gestão, políticas editoriais, entre outros. Além de disseminar os padrões de redação e estilo da empresa, alguns dos manuais de redação também são acessíveis ao público leitor, que pode conhecer as regras que a empresa determina, assim como os termos técnicos, normas de comportamento e os procedimentos-padrão que cada jornal adota na rotina de trabalho.

Esses guias de norma surgiram, de acordo com Nilson Lage (1998, p. 50), em meados dos anos 1950, quando houve a necessidade de padronizar os procedimentos de técnica de redação que eram trazidas de outros países e as regras ortográficas como uso de maiúsculas e grafia de nomes. Alguns desses manuais, mais completos e abrangentes, passaram a ser adotados também como guias de redação para estudantes de jornalismo e não-jornalistas.

A primeira edição do Manual Geral da Redação da Folha de S. Paulo foi publicada em 1984, com regras gramaticais, padronização da linguagem, noções de produção gráfica e definição de conceitos. O Manual teve quatro atualizações, em 1987, 1992 e a última em 2001. No último reúne o projeto editorial, procedimentos, padronização e estilo, história e estrutura da Folha, anexo gramatical e outros anexos para o conhecimento de setores específicos (Folha de São Paulo, 2005).

O jornal Estado de S. Paulo lançou seu primeiro manual em 1990 e foi atualizado duas vezes, a última em 1997 (Martins, 1997). A empresa também possui um Código de Ética, no qual define missão, valores, código editorial e de conduta (Grupo Estado). Tanto o manual quanto o código de ética são disponibilizados livremente na internet.

O Manual de estilo da Editora Abril (1990) é um guia prático da editora Abril para direcionar o trabalho rotineiro dos jornalistas em suas publicações. Defende quatro qualidades básicas para as publicações: clareza, precisão, bom gosto e simplicidade. Contém normas gerais com princípios da editora, padrões de texto, esclarecimento de dúvidas gramaticais e ortográficas.

O jornal O Globo também lançou seu manual (Garcia, 1996), dedicado a corrigir erros comuns que se repetiam. O manual já havia sido editado para circulação interna em três versões anteriores quando foi feita uma versão que “trata com mais profundidade questões relacionadas à moderna linguagem jornalística e ao comportamento do jornalista numa sociedade que dele exige cada vez mais em capacitação técnica e consciência profissional” (Garcia, 1996, p. 9).

Em 2011, as Organizações Globo lançaram seus Princípios Editoriais (Globo), com o objetivo de deixar claro para seus profissionais, leitores, ouvintes e telespectadores os princípios e valores que regem o jornalismo de suas empresas de comunicação. No mesmo ano a emissora CBN lançou seu Manual de Redação CBN.

Dentre as regras relacionadas nos manuais de redação, as mais importantes são voltadas para o texto. O texto é o elemento mais crítico - e criticado - no jornalismo. Nele a qualidade ou a falta dela é evidente e mensurável em vários aspectos. “Qualidade de texto e qualidade de apuração andam juntas. A matéria bem apurada dá a impressão de se escrever quase sozinha” (Garcia, 1996, p. 13).

O Manual de Redação da Folha de S. Paulo (2005, p. 29-30) recomenda um texto “sintético, ágil, interessante, aprofundado e abrangente em reduzido espaço”, tomando o cuidado de contextualizar, dando fatos da história recente relacionada ao acontecimento, já que o leitor pode não saber os detalhes que precederam a notícia, e reitera: “a falta de tempo ou de papel não é argumento contra a profundidade”. Luiz Garcia alerta que “o leitor que descobre uma informação errada numa notícia [...] sente-se mais bem informado do que o jornal e com direito a desconfiar da veracidade de tudo o que lê nele. Crises de credibilidade nascem assim” (Garcia, 1996, p. 17).

Com a internet, os jornais tiveram de mudar para sobreviver ao fato de sempre dar as notícias do dia anterior. Isso é lembrado no Manual da Folha (2005, p. 30) ao recomendar que “além da importância da informação exclusiva, ganham grande relevância o tratamento singular dado aos fatos, a sua fundamentação, a solidez da apuração e a boa análise da notícia”.

A reportagem à qual os autores se referem diz respeito ao modo de produzir a informação jornalística, não ao gênero reportagem. Em relação a essa definição, Nilson Lage (2001, p. 54), esclarece que notícia pode ser definida “como o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante”. Lage (2001, p. 54) ainda define dois componentes básicos da notícia: “(a) uma organização relativamente estável, ou componente lógico e (b) elemento escolhidos segundo critérios de valor essencialmente cambiáveis, que se organizam na notícia – o componente ideológico”. É diferente de reportagem, “que trata de assuntos, não necessariamente de fatos novos; nesta, importam mais as relações que reatualizam os fatos, instaurando dado conhecimento do mundo. A reportagem é planejada e obedece a uma linha editorial, um enfoque; a notícia, não” (Lage, 2001, p. 51).

O esclarecimento é necessário para não se induzir à crença de que apenas reportagens tem espaço para jornalismo de qualidade, em detrimento das notícias. É bem verdade que devido à característica de texto mais longo e com mais tempo de apuração, o gênero reportagem permite trabalhar melhor os elementos de qualidade, principalmente pode dar mais contexto. Já as notícias são mais presas à técnica da pirâmide invertida - muito útil à necessidade de redigir rapidamente, com o limite do espaço, no jornal, e do tempo, no rádio e na TV - e ainda aos critérios de seleção e hierarquia, pois cada notícia disputa espaço e tempo com outras. Essa característica extremamente técnica do texto *hard news*, permite ao gênero notícia, ser padronizado de forma mais simples que as reportagens. No entanto uma notícia que gere repercussão pode virar uma reportagem ou ganhar uma suíte, um conjunto de notícias relacionadas à central, que mostram os desdobramentos do fato.

O principal espaço das reportagens de atualidade é a revista. As semanais dedicam espaço para aprofundar os assuntos mais importantes da semana e preencher as lacunas de informação deixados pelos outros veículos, com apuração mais profunda e reportagens de fôlego, mais analíticas e interpretativas. “As revistas podem produzir textos mais criativos, utilizando recursos estilísticos geralmente incompatíveis com a velocidade do jornalismo diário” (Vilas-Boas, 1996, p. 9).

A revista se diferencia do jornal pelo visual mais sofisticado e pelo estilo de texto, que deve ter sentido de informação aprofundada e também de entretenimento (Vilas-Boas, 1996). A revista é o lugar onde o texto jornalístico ganha características de texto literário, sem perder sua essência central que é o foco na verdade. “Outra característica da revista semanal de informações é assumir mais declaradamente o papel de formadora de opinião” (Vilas-Boas, 1996, p. 34), o que transparece no texto interpretativo.

Sérgio Vilas-Boas alerta que a competição tecnológica instaurada exige mais qualidade das revistas semanais na forma e no conteúdo. “O jornalismo não pode simplesmente devorar tecnologias em nome da qualidade do produto final”, pois “a informatização e o domínio tecnológico não garantem qualidade” (Vilas-Boas, 1996, p. 107).

A publicação do *II Foro de Periodismo Argentino* (2008, p. 7) destaca a importância da transparência enquanto processo de qualificação da mídia. É fundamental o exame crítico de nossos próprios erros como jornalistas e meios. Reconhecer erros e corrigi-los é um sinal imprescindível para melhorar os padrões de qualidade, e até mesmo

conquistar um recurso fundamental para o bem mais precioso do jornalismo: a credibilidade. Por outro lado, deve-se escutar as vozes dos cidadãos, diretamente ou através de figuras como o *Ombudsman*, ou Defensor dos Leitores. A existência desses instrumentos é um salto qualitativo fundamental para o jornalismo e reafirma o seu compromisso com a sociedade, sua verdadeira razão de ser.

A forma como o Jornalismo cria e processa a informação sobre a realidade, a cultura profissional, os fatores condicionantes da prática jornalística, incluindo os técnicos e econômicos, a pressão dos grupos sociais, das fontes, de interesses variados e as questões éticas, tudo transparece no produto ou, pelo menos, deixa uma pista. Nesse sentido é importante reconhecer que

um dos principais problemas do Jornalismo como modo de conhecimento é a falta de transparência destes condicionantes. A notícia é apresentada ao público como sendo a realidade e, mesmo que o público perceba que se trata apenas de uma versão da realidade, dificilmente terá acesso aos critérios de decisão que orientaram a equipe de jornalistas para construí-la, e muito menos ao que foi relegado e omitido por estes critérios, profissionais ou não (Meditsch, 1997, p. 10).

A busca da transparência dos jornalistas com seu público é vista por Kovach & Rosenstiel (2004, p. 126-127) como uma virtude que “mostra o respeito dos jornalistas por seu público”. Os autores ainda defendem que “a transparência se torna a melhor proteção contra erros e enganos por parte das fontes”, além de deixar claro que o jornalista é motivado pelo interesse público, que é uma das chaves da credibilidade.

Ao buscar as pesquisas sobre qualidade jornalística, podemos reconhecer diferentes abordagens que visam o estabelecimento de padrões aplicáveis para ampliar as funções do jornalismo(1), assim como melhorar as condições de trabalho do jornalista(2), a gestão das empresas jornalísticas(3), os produtos(4) e conseqüentemente a satisfação do público(5). Para cada uma dessas cinco divisões de pesquisa existem indicadores adequados e certos na definição do que deve ser feito no processo de aprimoramento, mas para todos eles, os fundamentos do jornalismo são o centro ideológico. Afinal o jornalismo de qualidade, em qualquer meio, está intimamente ligado com ética, independência (em relação às fontes e ao poder), responsabilidade social

(lealdade e compromisso com o público), interesse público e credibilidade.

Destacamos os indicadores mensuráveis e reconhecidos no produto: rigor na apuração (busca da verdade, informações corretas, verificação), equilíbrio (proporção adequada nos tipos de informação específica e no uso de fontes), bom texto (apresentação de forma interessante, relevante e compreensível), crítica, proporcionalidade (pluralidade e representatividade de fontes), imagens significativas (fotos informativas e visualização de dados) e tratamento adequado da pauta (de acordo com as necessidades específicas de cada tema).

Esses indicadores são o que se pode apontar como amplamente aceitos, reunindo todas as contribuições dos autores pesquisados e podem apontar uma boa base de monitoramento e responsabilização de mídia para a ampliação da qualidade.

1.3 A RELAÇÃO ESTREITA ENTRE QUALIDADE E ÉTICA

Quando se pensa nos trabalhos jornalísticos de qualidade, feitos por jornalistas renomados e vencedores de prêmios Brasil afora, se ressalta quão ética foi a apuração, o tratamento das fontes e do texto. Ética é um elemento crucial quando falamos de qualidade.

No tratamento diário de informações que vão se transformar em matérias jornalísticas, há muita oportunidade e pouco tempo para se pensar em ética. O cotidiano jornalístico está repleto de pequenos e grandes dilemas éticos que nem sempre possuem uma solução tão rápida como se faz necessário. E é ali que reside a qualidade, onde se destacam os melhores, de acordo com Marília Scalzo, “o bom jornalista deve, o tempo todo, se perguntar se está fazendo o melhor, se está se dedicando a melhorar a qualidade do que faz e contribuindo para uma imprensa mais ética e mais responsável” (Scalzo, 2003, p. 54).

Os padrões éticos não são apenas uma orientação frente aos desafios que se apresentam em uma circunstância ou outra, devem estar presentes em todo o processo que leva a maior qualidade na informação. É claro que não se pode obter um jornalismo de qualidade sem ética, assim como o compromisso com os valores éticos só serão alcançados em um verdadeiro jornalismo de qualidade (FOPEA, 2008, p. 6).

Rogério Christofolletti afirma que ao tratar de qualidade jornalística é imprescindível tratar da ética profissional. “A conduta ética se mistura com a própria qualidade técnica de produção do trabalho” (2008, p. 11). Para o autor

a credibilidade dos meios de comunicação não se resolve apenas com cuidados técnicos, mas também éticos. Não basta, então, que repórteres e editores optem pela melhor foto ou o papel de maior qualidade para a impressão. Se a publicação não demonstrar comprometimento com valores jornalísticos ou preocupação com seu público, terá manchada sua imagem socialmente (2008, p. 30).

Na definição do ethos jornalístico, Traquina aponta uma constelação de valores interdependentes que compõe a identidade profissional do jornalista: a liberdade, independência, credibilidade, compromisso com a verdade, rigor, exatidão, honestidade e objetividade enquanto noção de equidistância (Traquina, 2004, p. 131-143).

Para o pesquisador argentino Sebastián Lacunza (2007, p. 197-204) o exercício ético da profissão e a qualidade jornalística não caminham necessariamente juntos. Mas, no entanto, é difícil pensar um sem o outro e, na hora de falar de qualidade, essa é uma demanda social maior que nenhuma outra. Se o jornalista cumpre sua função para o público, que é a quem deve fidelidade, por consequência, a voz das audiências deverá ser prioritária.

Quando se trata de ética, não faltam dúvidas sobre sua validade e abrangência e também não faltam confusões conceituais. Alguns dos questionamentos sobre ética são feitos por Christofolletti, que busca esclarecer cinco mitos. O primeiro é que “cada um tem a sua ética” (2008, p. 16), um equívoco, segundo o autor, por tratar apenas da dimensão individual da ética, que também abrange as relações humanas e, portanto, os grupos sociais. Um ponto interessante de se observar é que realmente cada um tem sua ética pessoal, que, no entanto pode ser conveniada ao inter-relacionamento entre as éticas individuais, o que forma consequentemente os níveis posteriores de ética, seja profissional, seja de outros grupos sociais. Portanto, não é exatamente um mito a ética individual, é apenas o primeiro nível do pensamento sobre ética.

O segundo mito é “ética é uma coisa abstrata” (Christofolletti, 2008, p. 18), que faz com que as discussões permaneçam vagas, pela ignorância de que “as implicações de uma escolha ética podem intervir materialmente sobre a vida das pessoas e dos grupos sociais” (Christofolletti, 2008, p. 18). “A ética é um conjunto de processos mentais e reflexivos que derivam em práticas concretas na vida” (2008, p. 18). Christofolletti lembra um exemplo clássico ocorrido nos anos 90:

o caso Escola Base³, uma mancha, talvez a pior, na história do jornalismo brasileiro. Ele acusa a imprensa e despreparo dos jornalistas e o corre-corre dos veículos de comunicação, além da vaidade de um policial, uma fonte oficial que não foi devidamente questionada e conclui: “por isso a responsabilidade é algo constante no exercício da profissão, pois um ato gera consequências” (Christofoletti, 2008, p. 18).

No terceiro mito, “a ética é uma só” (Christofoletti, 2008, p. 20), o pesquisador fala da ética que existe em cada profissão, a deontologia, e que no jornalismo não é diferente. Mesmo que não haja uma deontologia formal e amplamente reconhecida como existe em outras profissões.

O mito nº 4, “a ética é um assunto acadêmico”, é desfeito pela lógica do mercado: “cada vez mais as empresas se dão conta da alta competitividade do setor e da extrema necessidade de oferecer serviços e produtos de qualidade” (Christofoletti, 2008, p. 22). No mercado jornalístico a qualidade pode ser traduzida como credibilidade. Algumas empresas jornalísticas desenvolvem manuais de redação e mantêm um *ombudsman* para estabelecer padrões de qualidade e vigiá-los.

No quinto mito, “ética se aprende na escola”, Christofoletti (2008, p. 23) assume que ética não se aprende, assim sendo, também não pode ser ensinada. O que a escola faz é discutir princípios, refletir sobre a conduta e reforçar valores que já acompanham o aluno desde o berço.

O professor alemão Michael Kunczik (2002, p. 40) descreve as diferenças entre a ética da responsabilidade e a ética dos valores absolutos dos jornalistas. Ele segue a lógica de Max Weber, que distingue dois tipos formalmente possíveis de atitudes que chama de éticas de responsabilidade e éticas de valores absolutos (2002, p. 40). “Weber utiliza essa tipologia para analisar a ação política e jornalística. Uma pessoa cuja ética abriga unicamente os valores absolutos recusa-se a assumir a responsabilidade pelas consequências de suas ações” (Kunczik, 2002, p. 41). Nessa forma, os resultados da ação fogem da responsabilidade do ator, que persegue a todo custo a ética absoluta, mas não se preocupa com suas ações. Kunczik (2002, p. 41), afirma que “o

³ Escola Base foi um caso que começou com a denúncia de duas mães desconfiadas de que seus filhos eram abusados sexualmente pelos proprietários, sócios e uma professora na escolinha que frequentavam, a Escola Base. Mesmo sem provas conclusivas, o delegado convocou a imprensa que acabou provocando uma comoção nacional. Os proprietários sofreram um linchamento moral e tiveram suas vidas destruídas pela falsa acusação (Ribeiro, 1995).

elemento característico da ética dos valores absolutos é o dever absoluto para com a verdade”, no entanto, alerta que “a ética de valores absolutos nada tem a ver com a irresponsabilidade, assim como a ética da responsabilidade nada tem a ver com a falta de valores”.

A ação eticamente responsável aceita a responsabilidade pelos meios que se utiliza para chegar ao objetivo final, arcando com as consequências, intencionais ou não-intencionais da ação. “Max Weber indagou até que ponto os políticos e jornalistas estavam preparados para assumir a responsabilidade por suas ações” (Kunczik, 2002, p. 42). Kunczik (2002, p. 42-49) cita exemplos de como os jornalistas ultrapassam os limites da ética, principalmente em casos nos quais a afobação pelo furo acaba prejudicando o julgamento sobre a consequência da divulgação de certas informações.

Em 1977, durante o sequestro do avião da Lufthansa em Mogadíscio, na Somália, por terroristas alemães, logo depois de assassinarem um líder industrial alemão, os terroristas escutaram pelo rádio que o comandante do voo estava passando às autoridades informação sobre os sequestradores e mataram o piloto. Os jornalistas puseram em extremo perigo a libertação dos passageiros do avião sequestrado. Um rádioamador israelita estava escutando as transmissões e passou à agência da AFP a informação de que um esquadrão antiterrorista especial da força fronteira paramilitar da Alemanha estava em Mogadíscio. A televisão israelita e os jornais londrinos a publicaram. Se os terroristas tivessem sido informados disso, as vidas dos reféns teriam corrido grave perigo (Kunczik, 2002, p. 48).

Em um momento no qual o jornalismo enfrenta uma crise de identidade e financeira frente às transformações da era digital, torna-se importante reafirmar a essência ética da profissão e, também, sua função social. Principalmente diante das pressões da publicidade e marketing e da crescente profissionalização e diversificação da assessoria de imprensa que está presente nas redações influenciando aspectos da reportagem.

A ética jornalística encontra um terreno perigoso na cobertura de desastres devido à quantidade de material dramático, seja por meio de

relatos de afetados e equipes de resposta, seja pelas imagens, em foto e vídeo e mesmo o uso frequente de testemunhos dos próprios jornalistas que trabalham na cobertura.

Há uma linha tênue, de forma instável, separando o bom jornalismo do mau jornalismo ao narrar desastres. A tarefa do jornalista nesse momento é tentar passar, com o máximo de profissionalismo, a realidade que atingiu aquele local. Essa realidade inclui a comoção que sempre acompanha um desastre, as sensações predominantes no local. Pessoas ficam em choque, traumatizadas, emocionadas, testemunharam cenas de horror, perderam seus parentes, amigos, bens, a noção de normalidade, muitas vezes, as referências que cultivaram por toda uma vida se vão em poucos minutos. É nesse momento em que o jornalista se depara com a linha tênue. De um lado relatar a comoção, as sensações, o clima, de modo a situar e mesmo emocionar o público, mas mantendo certo distanciamento. De outro, se deixar influenciar por esses sentimentos e cair no exagero, na simples exploração do drama alheio.

Uma expressão comumente utilizada como contrária à qualidade é o sensacionalismo. Sensacionalismo, de acordo com Danilo Angrimani Sobrinho (1994, p. 14), é um termo comumente “confundido não só com qualificativos editoriais como audácia, irreverência, questionamento, mas também com imprecisão, erro na apuração, distorção, deturpação, editorial agressivo – que são acontecimentos isolados e que podem ocorrer dentro de um jornal informativo comum”.

Não representa, nesse sentido, apenas o uso de exagero na carga emocional do texto de um fato noticioso, mas a escolha de linguagem própria e cobertura de fatos considerados bizarros, anormais, ou que, simplesmente são tratados com essa conotação. Dessa forma, sensacionalismo não representa o oposto de jornalismo de qualidade, mas corresponde a um tipo específico de jornalístico, com características que o classificam como declaradamente sensacionalista.

O produto sensacionalista se alimenta de *fait divers*, que são matérias que fogem da normalidade, “como no caso do homem que é atropelado e morto logo após ter alta do hospital onde sofrera transplante cardíaco, ocorre situação de cúmulo – contradição radical entre o que se espera e o que acontece”, como define Nilson Lage (1998, p. 47). No entanto, não se pode generalizar os *fait divers* como sensacionalistas, pois *fait divers* se refere a fatos inusitados, sensacionalismo à linguagem adotada. “O sentido do *fait divers* é ao mesmo tempo enganar – toda vez que uma informação se oculta por detrás da antítese atraente – e revelar que a realidade pode ser mais

contraditória do que imaginam os historiadores e cientistas” (Lage, 1998, p. 47).

Ao pesquisar as origens da linguagem sensacionalista, Angrimani Sobrinho (1994, p. 19) constatou que ela está enraizada nos primórdios da história da imprensa, tendo encontrado características sensacionalistas em publicações datadas de 1560, na França, e 1690, no *Publik Occurrences*, considerado o primeiro jornal americano. No final do século XIX, surgiram os dois jornais mais famosos do gênero, que consolidaram sua linguagem nos moldes atuais, o *New York World*, editado por Joseph Pulitzer, e *Morning Journal*, de William Randolph Hearst. As duas publicações concorrentes disputaram o público de 1890 a 1900, numa guerra declarada com manchetes escandalosas e fraudes de todo tipo. Depois dessa “guerra da imprensa amarela” uma lição permaneceu: credibilidade e sensacionalismo são incompatíveis (Angrimani Sobrinho, 1994, p. 19). Até hoje, “o termo ‘sensacionalista’ é pejorativo e convoca a uma visão negativa do meio que o tenha adotado. Um noticiário sensacionalista tem credibilidade discutível”, porque não prima pelo relato verídico e isento dos fatos (Angrimani Sobrinho, 1994, p. 16).

Dentre os conceitos que Angrimani reúne, é consenso que “sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento”, “um noticiário que extrapola o real, que superdimensiona o fato” (Angrimani Sobrinho, 1994, p. 16).

Um jornal sensacionalista se vende pela manchete pouco convencional, pelo escândalo, pelo exagero na linguagem coloquial, com gírias e palavrões. Adota uma linguagem “que obriga o leitor a se envolver emocionalmente com o texto, uma linguagem editorial ‘clichê’” (Angrimani Sobrinho, 1994, p. 16). Quando é assumidamente sensacionalista, um jornal adota um modo de ser diferente do veículo informativo comum que adota o sensacionalismo apenas em casos excepcionais, quando o *publisher* tem interesse em dar uma conotação emocional a um acontecimento, como quando decide fazer campanha para um candidato em período eleitoral. O que determina essa adoção é a linguagem que preconiza envolvimento e explora o conteúdo emocional da notícia (Angrimani Sobrinho, 1994, p. 152).

No entanto, é necessário enfatizar que, numa situação de desastre, mesmo um jornal considerado sensacionalista, pode informar com qualidade e servir ao público afetado, como o caso do jornal Diarinho (Diário do Litoral) de Itajaí, SC, conhecido pela linha agressiva,

popularesca e sensacionalista, desde sua fundação, em 1979. “Embora adote uma postura ética questionável, com a exibição de conteúdos chocantes, o jornal tem boa aceitação junto ao público, chegando, em algumas situações, a ultrapassar o número de vendas dos veículos mais tradicionais” (Souza, 2010, p. 2).

No desastre de novembro de 2008 que atingiu Santa Catarina, Itajaí foi um dos municípios mais atingidos. Com a redação ilhada e sem energia elétrica, os exemplares impressos sem possibilidade de distribuição, alguns dos jornalistas ilhados em diferentes locais, com suas próprias casas sendo inundadas, os remanescentes decidiram criar em 24 de novembro um blog de emergência: Diarinho na chuva. O blog foi o principal meio de informação do município e, logo nas primeiras 24 horas já estava sendo amplamente acessado (Diarinho na Chuva, 2008). A veia sensacionalista do impresso foi amenizada por uma semana, tempo no qual o blog permaneceu sendo atualizado até que a rotina da redação voltou ao normal. O foco das matérias era informar sobre o desastre e prestar serviço à população, mesmo que utilizando, às vezes, pitadas de humor e sarcasmo.

1.4 JORNALISMO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

A partir das quatro características listadas por Otto Groth, periodicidade, atualidade, universalidade, publicidade, o jornalismo se estrutura para a produção de informação atual, com periodicidade e representação social e ampla acessibilidade. Há diversas formas de se obter conhecimento e sua disseminação é constante e, por vezes, involuntária.

As conversas informais, a arte, os livros e a ciência, as sensações, a observação e a experiência fornecem pedaços de informação do mundo que nos cerca. Já os jornais tem como princípio fornecer uma miscelânea de informações, de um mundo mais amplo e mais distante de nossas vistas, com uma dimensão mais contextualizada dos acontecimentos. Um trecho de uma matéria da revista Piauí, publicada em abril de 2014, sobre o período após o grande desastre de Tohoku, no Japão, em 2011, dá uma ideia de como a mídia dá uma dimensão maior dos acontecimentos:

Ele estava trabalhando numa construção no momento do terremoto. Colou no solo por toda a duração do tremor; até mesmo seu caminhão chacoalhava, como se prestes a tombar. O retorno

a sua casa, por ruas desprovidas de semáforos, foi assustador, mas o dano físico ao redor havia sido curiosamente pequeno: uns poucos postes inclinados, alguns muros desabados. Na qualidade de proprietário de uma pequena construtora, estava mais bem equipado do que qualquer um para lidar com as inconveniências práticas infligidas por um terremoto. Ao longo dos dias que se seguiram, Ono se ocupou de arranjar fogareiros, geradores, galões para armazenar combustível, sem dar muita atenção às notícias. Tão logo, porém, as transmissões televisivas foram restabelecidas, ele se deu conta do que ocorreria. Viu e reviu as imagens, repetidas à exaustão, da coluna de fumaça sobre o reator nuclear, assim como os vídeos filmados por celulares, a onda negra a triturar portos, casas, shopping centers, veículos e figuras humanas. Eram lugares que ele conhecia desde pequeno, cidades de pescadores e praias logo além das colinas, a uma hora de casa. Assistir a sua destruição provocou em Ono um sentimento comum à época, mesmo entre aqueles mais diretamente afetados pelo desalojamento e pelo luto. Embora o fato fosse inegável – a destruição de cidades e aldeias inteiras, o desaparecimento de uma multidão de pessoas –, ele era também inconcebível. Inconcebível e, na verdade, absurdo. Insuportável, arrasador, inimaginável, mas também estapafúrdio. “Minha vida tinha voltado ao normal”, ele contou. “Eu dispunha de gasolina, tinha um gerador, ninguém que eu conhecia estava morto ou ferido. Não tinha visto o tsunami, não com meus próprios olhos. Por isso, achei que estava numa espécie de sonho.” (Parry, 2014)

Mesmo tendo sentido o terremoto e suas consequências, Ono só foi dar-se conta da dimensão do desastre que assolara seu país quando viu as imagens pela TV. Seu conhecimento daquele fato se ampliou e desencadeou todos os fatos que viriam a seguir, relatados pela matéria.

Embora pareça clara essa ideia, o jornalismo é muitas vezes desconsiderado de seu papel de produtor de conhecimento. Talvez por ter seu valor excessivamente restrito ao imediatismo, pela dificuldade em reconhecer seu valor de indexador de fatos cotidianos ou pela falta

de um método claro de apuração de dados. Mas é inegável seu papel na construção de um mundo mais amplo do que o que nos cerca. É um conhecimento que chega de todos os lugares instantaneamente, diferente do conhecimento produzido por livros ou pela ciência, que é específico e lento.

Essa discussão é instigada por Adelmo Genro Filho (1987, p. 12) que vê “o jornalismo como produto histórico da sociedade burguesa, mas um produto cuja potencialidade a ultrapassa e se expressa desde agora de forma contraditória, à medida que se constituiu como uma nova modalidade social de conhecimento cuja categoria central é o singular”.

Quando tratado como resultado de necessidades sociais específicas determinadas pelo capitalismo burguês, o jornalismo se traduz em uma ferramenta funcional e deixa de ser visto como forma de conhecimento. A gênese do jornalismo considerado a partir do modo de produção, tanto capitalista quanto socialista, traz como consequência, a legitimação da manipulação informativa, o que restringe a essência da notícia – a verdade – a questões puramente ideológicas (Genro Filho, 1987, p. 161-162). Limitar o jornalismo a sua representação ideológica na luta de classes, embora não esgote sua essência, o reduz a um espaço menor do que o que ele ocupa na sociedade. Por sua dinâmica e singularidade, o jornalismo possibilita aos indivíduos possibilidade de participar do mundo, através da representação imediata da realidade (Genro Filho, 1987, p. 132-133).

Nilson Lage (2005, p. 82) não tem dúvida de que “o jornalismo é uma forma de conhecimento e, como tal, incumbe-se de atualizar o nível de informação da população com velocidade impossível de alcançar por outro meio”. De fato, esse ponto nem é discutido nos documentos da Organização das Nações Unidas (ONU) com diretrizes para a gestão de risco e desastre, que não só acreditam no jornalismo como produtor e reproduzidor de conhecimento como contam com isso para as estratégias de promoção da cultura de risco e desastre.

Ao acrescentar a produção e disseminação de conhecimento na reflexão sobre a função social do jornalismo, e conseqüentemente sobre a qualidade, buscamos marcar um ponto afirmativo do qual este trabalho não abre mão: Discutir a produção de conhecimento pelo jornalismo é importante para o reconhecimento da necessidade da busca por qualidade. Essa reflexão extrapola o campo acadêmico, dada sua necessidade prática, e “pensar a prática de hoje não é apenas um caminho eficiente para melhorar a prática de amanhã, mas também a

forma eficaz de aprender a pensar certo” (Freire & Frei Betto, 1986, p. 9 apud Meditsch, 2002, p. 2).

Se o jornalismo é produção de conhecimento diferente daquele produzido pela Ciência, tem importância social muito maior do que se tem atribuído a ele. No conhecimento do mundo produzido pelo Jornalismo, talvez possamos encontrar pistas que nos ajudem a entender a crescente irracionalidade da civilização racional e científica. E dando atenção a essa irracionalidade, quem sabe poderemos nos reaproximar dos sentimentos do público e, com isso, reencontrar o seu interesse (Meditsch, 1992, p. 20).

Genro Filho (1987, p. 21-22) lembra que a curiosidade humana o leva sempre a querer saber sobre a atualidade e que a ideia de atualidade se modificou a partir das relações capitalistas, tornando-se um sistema progressivamente mais complexo e articulado. Da época em que Genro Filho (1987, p. 23) atestou que “os veículos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a fotografia, o cinema, a TV, etc., trouxeram consequências profundas para as formas de conhecimento e comunicação até então existentes”, o imediato passou a ter ainda mais valor do que havia ganhado com o rádio e a televisão, a partir da massificação da internet, dando informações em tempo real de todo o mundo. A busca por informação se tornou mais que uma necessidade, uma característica da era pós-internet, e o imediatismo, uma constante real na vida social.

Dos quatro tipos de conhecimento definidos por Marconi & Lakatos (2003), popular, científico, filosófico e religioso, o jornalismo não se encaixa perfeitamente em nenhum deles e provavelmente não é o único, mas a rotina jornalística se utiliza de todos para sua produção.

Orlando Tambosi (2005) define pelo menos três tipos de conhecimento, por contato direto com alguém ou alguma coisa, por aptidão ou habilidade de fazer algumas coisas e proposicional produzido através de reflexões sobre si próprio e sobre a realidade. Tambosi (2005, p. 33) defende que é neste último que o jornalismo deve se situar caso pretenda ser uma forma de conhecimento. Tambosi (2005) esclarece as diferenças entre conhecimento (crença verdadeira e justificada) e informação (que pode ser falsa, mas se for verdadeira pode gerar

conhecimento) e conclui que o jornalismo cotidiano busca informação, mas o jornalismo investigativo busca o conhecimento.

Partindo desse ponto de vista, o jornalismo é uma forma de conhecimento, mas não como um todo. No entanto, um dos fundamentos do jornalismo é a busca da verdade, no seu sentido prático, suas técnicas de apuração e verificação tem esse objetivo. Por esse motivo, não se pode descartar totalmente o jornalismo do cotidiano como produtor de conhecimento.

São várias as interpretações sobre o jornalismo como forma de conhecimento e Meditsch (1997, p. 2-3) destaca três abordagens: (1) a comparação entre o conhecimento produzido pelo jornalismo e o produzido pela ciência; (2) a classificação do conhecimento produzido pelo jornalismo em um nível intermediário entre o da ciência e o do cotidiano; (3) o jornalismo não revela mal, nem menos a realidade em comparação à ciência, apenas revela diferente.

A primeira abordagem mostra como surgiu um preconceito existente em relação ao conhecimento não científico. Na era moderna, por influência dos positivistas, o conhecimento produzido pela ciência passou a ser reconhecido como o único digno de crédito. “O “método científico” foi escolhido como o parâmetro adequado para se conhecer e dominar o mundo, e toda a tentativa de conhecimento estabelecida à margem deste padrão foi desmoralizada, considerada imperfeita e pouco legítima” (Meditsch, 1997, p. 2).

A comparação do jornalismo com a ciência é descabida, de acordo com Meditsch (1997, p. 9), simplesmente pelo fato do jornalismo não ser uma ciência e nem aspirar a ser tal coisa. Na terceira abordagem enumerada por Meditsch (1997, p. 3), está claro que “o Jornalismo não revela mal nem revela menos a realidade do que a ciência: ele simplesmente revela diferente e, ao revelar diferente, pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar”.

Trata-se de considerar outras formas de conhecimento como legítimas e o jornalismo como uma forma de conhecimento particular. A esse respeito, Genro Filho (1987, p. 54), reitera que “o jornalismo não produz um tipo de conhecimento, tal como a ciência, que dissolve a feição singular do mundo em categorias lógicas universais, mas precisamente reconstitui a singularidade, simbolicamente, tendo consciência que ela mesma se dissolve no tempo”. A efemeridade do singular é a mesma da notícia, que, por sua possui um processo de significação que “situa-se na exata contextura entre duas variáveis: 1) as

relações objetivas do evento, o grau de amplitude e radicalidade do acontecimento em relação a uma totalidade social considerada; 2) as relações e significações que são constituídas no ato de sua produção e comunicação” (Genro Filho, 1987, p. 54).

Pode-se falar do jornalismo como uma forma de conhecimento porque, distinto da comunicação elementar e cotidiana, não se trata de algo espontâneo associado naturalmente à consciência individual e às relações externas imediatas de cada pessoa, mas de um processo que socialmente coloca complexas mediações objetivas, que implica uma divisão do trabalho e - por consequência - um fazer e um saber específico (Genro Filho, 1987, p. 136).

A segunda abordagem é corroborada por Genro Filho: “a linguagem jornalística situa-se num ponto intermediário entre a linguagem científica e a linguagem comum” (1987, p. 136), apesar de que muitas outras linguagens estão nesse mesmo ponto e não são jornalismo.

A linguagem jornalística é definida por Nilson Lage (1998, p. 36) a partir de três restrições relacionadas aos registros de linguagem, o processo de comunicação e os compromissos ideológicos.

Os registros de linguagem abrangem fatores como a coloquialidade, mais eficiente na comunicação, e a formalidade, imposição de ordem política e social (Lage, 1998, p. 37). A linguagem jornalística resulta da conciliação entre ambos, “ela é basicamente constituída de palavras, expressões e regras combinatórias que são possíveis no registro coloquial e aceitas no registro formal” (Lage, 1998, p. 38).

No processo de comunicação adotado pelo jornalismo, observa-se que é, “por definição, referencial, isto é, fala de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si. Isto impõe quase obrigatoriamente o uso da terceira pessoa” e de outros recursos de referencialidade (Lage, 1998, p. 39). Utiliza-se dados ao invés de adjetivos “que permitam ao leitor ou ouvinte fazer sua própria avaliação” (Lage, 1998, p. 40), desde que adotados com critério e rigor.

Quanto aos compromissos ideológicos, Lage (1998, p. 42) reflete sobre a necessidade de tomar consciência do modo como as ideologias podem afetar a comunicabilidade, pois “as grandes e pequenas questões

da ideologia estão presentes na linguagem jornalística, porque não se faz jornalismo fora da sociedade e do tempo histórico”.

Nessas três restrições, Lage mostra o que torna o jornalismo uma linguagem particular, nem científica, nem comum, que conversa com as massas e os intelectuais ao mesmo tempo, capaz de atuar como mediador entre outras formas de conhecimento e o público em geral. Ao estabelecer-se como mediador, a forma de fazer jornalismo o estabelece como propagador de conhecimento, embora, possa também ser considerado produtor, pois “o Jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais” (Meditsch, 1997, p. 3).

Marcia Benetti defende que o jornalismo possui um poder hermenêutico e o exerce ao destacar temáticas que devem ser consideradas relevantes, pois é o jornalismo quem diz “isso é atual”; conceder voz a grupos e ideologias diversas; instituir angulações e interpretações para compreender o mundo atual, o que permite ao indivíduo o senso de “adequação” ao seu tempo (Benetti, 2013, p. 45).

O conhecimento que o jornalismo produz alimenta a ciência como registro da memória social. “Do registro cotidiano que faz do movimento humano extraem-se bases para análises também históricas, antropológicas, sociológicas; projetam-se opiniões, dúvidas, debates, novos fatos e versões” (Karam, 2004, p. 31).

O uso de jornais como fonte de informação é amplamente aceito na recolha de dados que reconstituem o histórico sobre desastres em sistemas como o *Emergency Disasters Data Base* (EM-DAT), mantido pelo Centro para a Pesquisa sobre a Epidemiologia de Desastres⁴ (CRED), na Bélgica, e o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID), operado pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Brasil.

Apesar dos produtos jornalísticos se eternizarem enquanto documentos históricos, e servirem para alimentar outros campos da ciência como objeto empírico, não se pode esquecer que o conhecimento que se produz no jornalismo é feito para consumo imediato, para retratar a atualidade e em escala industrial (Lage, 1998, p. 35). Mesmo que o faça de forma incompleta ou distorcida, devido à pressão do tempo e outros fatores, é o jornalismo quem primeiro informa sobre os acontecimentos atuais e é seu trabalho reconstruir cotidianamente o conjunto de eventos e assim servir como fonte básica de interpretações

⁴ Centre for Research on the Epidemiology of Disasters

para a história. “Certamente, outras áreas de conhecimento e registro erram tanto quanto o jornalismo [...]. Como o jornalismo se encontra no espaço público cotidiano de forma mais visível, são também mais visíveis seus erros. Mas não são menores do que aqueles que ocorrem em quaisquer áreas” (Karam, 2004, p. 34).

O fato é que o jornalismo enquanto produtor de conhecimento consegue chegar ao público de forma mais eficiente e mais rápida que a ciência. Não se trata de uma disputa, pois é premente a necessidade de qualificar o jornalismo que se produz e que propaga informação, para que essa seja relevante e útil à sociedade, utilizando-se também da própria ciência enquanto conhecimento, mas não da linguagem ou dos métodos científicos em si. Meditsch (1997, p. 2) observa que, enquanto forma de conhecimento, o jornalismo “tanto pode servir para reproduzir outros saberes quanto para degradá-los, e é provável que muitas vezes faça essas duas coisas simultaneamente”.

Neste sentido contrapõem-se as duas pontas da comunicação, a do produtor da informação e do receptor. A necessidade e o desejo do receptor em relação ao jornalismo é que ele cumpra sua função de relatar a atualidade tal como ela é. Esse é seu contrato social implícito nos elementos que determinam a essência do jornalismo.

No entanto, todo conhecimento produzido necessita ser amplamente acessado por meio de bancos de dados e arquivos devidamente catalogados. Os registros que o jornalismo fornece da atualidade não podem constituir memória se não forem armazenados corretamente, sistematizados e disponibilizados para o público e os cientistas. Infelizmente, poucas iniciativas nesse sentido são levadas a sério pela mídia e mesmo por organizações de apoio à imprensa e aos jornalistas, como associações, conselhos e sindicatos. Documentos históricos, publicações, material gravado em áudio e vídeo se perde dia após dia, seja por falta de armazenamento adequado ou por abandono em instalações precárias, ou mesmo por que os donos dos meios não atribuem valor a esse material. Esse descuido acaba se refletindo no valor que se dá ao jornalismo enquanto produtor de conhecimento. O valor é tanto maior quanto maior for o empenho em conservar publicações, gravações em áudio e vídeo e arquivos da produção jornalística.

São notáveis as iniciativas do Grupo Estado ao digitalizar, catalogar e disponibilizar seus arquivos de publicações em sua sede, em São Paulo, e do Grupo Abril, que criou um acervo digital das revistas Veja, acessado gratuitamente na internet.

Reconhecer o jornalismo como forma de conhecimento é uma forma de ampliar sua responsabilidade, o que só pode contribuir para a qualidade do que se produz. De qualquer forma, deve-se considerar que o que a sociedade espera do jornalismo, independente do meio acadêmico, é compatível com a ideia de produção de conhecimento.

1.5 JORNALISMO PÚBLICO, CÍVICO, CIDADÃO

No final dos anos 1980 começou um movimento nos Estados Unidos que pretendia trazer mais cidadania para o jornalismo em um contexto de descrédito da imprensa e frustração em relação à superficialidade da cobertura das eleições presidenciais nos EUA naquele período (Traquina, 2003, p. 9). Um dos precursores do movimento, David Merritt (1997, p. 7), propôs uma revitalização da vida pública como forma de revitalizar o próprio jornalismo.

Traquina (2003, p. 9) reuniu em um livro vários artigos sobre o movimento, que recebe diferentes nomes: jornalismo comunitário (Craig, 1995); jornalismo de serviço público (Shepard, 1994); jornalismo público (Friedland, Rosen e Austin, 1994; Merritt, 1995) e jornalismo cívico (Lamberth e Craig, 1995). Todos os nomes diferem na semiótica, mas se referem, a princípio, ao mesmo conceito. Na busca da qualificação da cobertura de desastres e do risco, as ideias trazidas pelo jornalismo público, cívico ou cidadão mostram que a preocupação com o interesse público é uma constante no jornalismo.

Para Rosen (1999) e Merritt (1997) o jornalismo tem papel fundamental no fortalecimento da democracia e o jornalismo cívico vem revitalizar essa função. A preocupação parte do princípio de que, o jornalismo depende de uma vida pública sadia e vice-versa, pois não importa o que fazemos como jornalistas, se as pessoas não estão atentas à vida pública e se preocupam apenas com seus interesses privados, não vão precisar de jornalistas ou de jornalismo (Merritt, 1997, p. 7).

Trata-se de um engajamento maior do jornalista em seu papel social, seja na defesa do cidadão, seja na autocrítica que deve permear seu trabalho. Ao discutir o engajamento de jornalistas ambientais, a pesquisadora Cilene Victor, descreve os prós e os contras, mas afirma que, apesar dos problemas, o jornalismo ambiental mais engajado foi quem, na ditadura militar, com o cerceamento da liberdade de imprensa, “ajudou a formar uma opinião pública capaz de cobrar respostas das autoridades” (Victor, 2009, p. 19).

O jornalismo cívico atua como motivador no resgate às raízes éticas da função social do jornalismo contemporâneo. É fruto da necessidade de mais qualidade, mais comprometimento e responsabilidade mediante a sociedade que sabe intuitivamente o que esperar da imprensa. As pesquisadoras Ilza Girardi, Eloisa Loose e Gisele Neuls, ressaltam que “a cidadania compreende o perfil do campo jornalístico, já que a informação pode ser considerada como propriedade do público” (Girardi; Loose; Neuls, 2009, p. 96).

Friedland, Rosen e Austin (1994, p. 1), esclarecem que o jornalismo cívico propõe um novo pacto entre o povo e a imprensa. Ele começa com o entendimento de que os jornalistas têm uma responsabilidade fundamental para o fortalecimento da cultura cívica. Não é mais possível permanecer à parte, como observadores aparentemente neutros, enquanto a vida pública desmorona, mesmo que os jornalistas desejem que seja assim.

Como consequência de suas considerações, o jornalismo cívico traz à tona a responsabilidade de educar e do jornalista se assumir como educador. Os jornalistas não são professores, mas essa discussão deve ser feita a partir do momento em que se assume que cada pessoa aprende com tudo e todos que a cercam, cada coisa e cada ser possui um papel de educador, independente de sua vontade. O jornalismo como produtor e reproduzidor de conhecimento acaba tendo participação nesse processo. Aceitar essa responsabilidade não está em assumir uma função didática, mas um compromisso com a informação de qualidade e a responsabilidade social. O jornalismo comprometido com a qualidade já cumpre por si o papel de educador ao contribuir para que os cidadãos tenham informações para tomar suas decisões acertadamente. O conhecimento veiculado na mídia com responsabilidade social pode provocar mudanças e o jornalismo cívico está cheio de exemplos de campanhas nesse sentido. Nos documentos com diretrizes para a Redução de Risco e Desastre, a mídia é ressaltada no seu papel de provocar a conscientização, com campanhas de educação e cidadania.

Merrit atesta a necessidade de uma mudança fundamental na profissão para conseguir uma revitalização da vida pública (Traquina, 2003, p. 13). O que Merrit vê como mudança e Friedland, Rosen e Austin defendem como novo pacto com o povo pode ser encarado como uma rearticulação dos princípios elementares do jornalismo já reconhecidos antes da ideia de Jornalismo Cívico se desenvolver. Com o jornalismo cívico esses princípios passam a circular em torno de um elemento-chave ao serem repensados a partir da responsabilidade social.

Assim como os sistemas de responsabilização de mídia desenvolvidos por Claude-Jean Bertrand, “todo trabalho de responsabilidade – e o do jornalista, sem dúvida, envolve enorme carga de responsabilidade social – obriga o profissionais à reflexão e à permanente autovigilância” (Scalzo, 2003, p. 53).

Em busca de mais qualidade tanto na vida social cidadã, quanto na profissão, cabe ao jornalismo ampliar suas responsabilidades, contribuindo para o interesse público. Além de todos os fatores que determinam o jornalismo de qualidade e as discussões sobre a produção de conhecimento e o compromisso social do jornalismo, há ainda outro elemento importante para que as coberturas de assuntos relacionados ao risco e ao desastre recebam um ganho qualitativo. Trata-se da ampliação de saberes proporcionada pela formação adequada do jornalista para a cobertura de assuntos específicos.

1.6 QUALIDADE E CONHECIMENTO ESPECIALIZADO

Há quem discorde, mas a pesquisa em qualidade revista até aqui é unânime em afirmar que a tendência do jornalismo de qualidade é a especialização dos jornalistas, com capacitação e treinamento para atuar de forma mais precisa e qualificada nas diversas frentes de informação. A especialização é uma tendência da sociedade contemporânea, na qual a exigência de formação e qualificação é crescente. Assim, o jornalismo não especializado deixa a desejar ao tratar de temas nos quais o conhecimento já está mais avançado, pois acaba repetindo fórmulas antiquadas, chavões, informações equivocadas, propagando mitos, fazendo publicidade sem saber.

Na combinação entre capacitação e responsabilidade, existe todo um campo que sustenta que quanto mais conhecimento sobre o tema que se aborda, maior é o compromisso, através do qual não se busca apenas dar a informação sobre os problemas, mas também suas potenciais soluções. Ao abordar temas complexos, como pobreza e insegurança, mais que mostrar as consequências, deve-se indagar e aprofundar as causas dos problemas (FOPEA, 2008, p. 6).

Não é prática corrente destacar jornalistas especializados para a cobertura de desastres no Brasil. Dado que o acontecimento é repentino, o normal é destacar quem está disponível ou contratar *freelancers* na área atingida. Ao identificar problemas no tratamento jornalístico do tema, a pesquisadora Ana María Miralles (2009, p. 27) pontua que nas redações as pautas sobre desastres são tratadas como qualquer notícia e

os jornalistas concordam que não possuem conhecimento para abordar adequadamente a Redução de Risco e Desastre. Além disso, não se aceita a ideia da necessidade de jornalistas especializados no assunto. Sibila Camps (1999, p. 201-202) itera que a cobertura de desastres se direciona a um público não-especializado e a linguagem deve ser de acordo, mas que, no entanto, a necessidade de prover informação que, por vezes, emprega um léxico específico, desconhecido do público, exige que o jornalista conheça a terminologia adequada.

As temáticas relacionadas à Redução de Risco e Desastre serão abordadas no próximo capítulo, no qual teremos um breve entendimento dos motivos pelos quais a capacitação é importante para o tratamento do tema como um todo. Apesar de a cobertura de desastres ser tema de abordagens múltiplas, no que diz respeito à especialização para a cobertura de riscos, observa-se que boa parte das pautas possíveis estão nas editoriais de meio ambiente e ciência, que, por suas características, são as mais preparadas para o assunto. É na união proporcionada pelo jornalismo científico-ambiental que reside o jornalismo de risco e desastre.

Cilene Victor (2009, p. 17) lembra que “o jornalismo ambiental nasceu cobrindo tragédias e denunciando os abusos de um modelo de desenvolvimento econômico considerado socialmente perverso e ambientalmente insustentável”. Victor (2009, p. 16) sugere a classificação da cobertura jornalística das questões ambientais em três áreas: Jornalismo ambiental militante (1), jornalismo do marketing verde (2) e jornalismo ambiental como subárea do científico (3).

A primeira possui um perfil ativista, denunciante e alarmista e surgiu com a necessidade de lidar com pautas de desastres socioambientais como o envenenamento da bacia de Minamata nas décadas de 1950 e 1960 e os impactos do DDT na agricultura. Diante desse tipo de pauta o jornalista ambiental se obriga a “gerenciar a fronteira entre a militância e a neutralidade”, o que não é tarefa fácil (Victor, 2009, p. 17). A militância dá origem a um jornalista engajado, preocupado com as implicações sociais e políticas, mas não deve extrapolar para não se tornar jornalismo de tragédia. O apelo à emoção, à comoção das massas, que, por vezes, vemos no jornalismo militante, provoca uma reação passageira, midiaticamente mensurada. “Quando as reportagens apelam ao catastrofismo, o maior risco é provocar o imobilismo da sociedade uma vez que tudo parece perdido e de nada adianta lutar” (Victor, 2009, p. 18-19).

O jornalismo do marketing verde – também chamado de marketing ambiental, marketing ecológico e ecomarketing - é caracterizado por pautas ambientalmente positivas, geralmente em benefício implícito ou explícito de grandes lobbies e corporações. O nome deriva de um movimento de especialização da assessoria de comunicação dessas empresas, “treinados com discursos da sustentabilidade, os assessores de comunicação foram, aos poucos, confundindo-se com os profissionais de marketing” (Victor, 2009, p. 21).

A instrução das assessorias de comunicação para as empresas é utilizar a diferenciação ambiental de produtos e serviços baseando-se em ações planejadas cujos custos são maiores, mas possuem uma compensação em termos de imagem e valor junto ao público consumidor. Valdetaro et al (2012, p. 222) destacam que “a empresa que não se preocupar com a atitude favorável dos consumidores em relação às questões ambientais pode deixar de obter vantagem competitiva”. Assim, “a comunicação é considerada como sendo uma informação tratada de modo estratégico, e a inteligência aplicada aos usos que serão dados a essas informações é que determinará a garantia de torná-las vantagens competitivas que agreguem valor à marca” (Valdetaro et al, 2012, p. 222).

A pesquisa realizada pelo engenheiro florestal, Erlon Barbosa Valdetaro et al (2012), buscou, em nove revistas e 91 websites do setor, propagandas e ações de marketing de empresas de produtos e serviços florestais que tivessem algum tipo de apelo ambiental.

Nota-se que algumas propagandas que utilizam termos ambientais possuem frases como “preservamos o meio ambiente”, “respeitando a natureza”, “produzimos de forma ecológica”, sem qualquer comprovação ou informação de como realizam tais práticas. As propagandas que utilizam frases como “preservamos a floresta nativa” baseiam-se na idéia de que ao consumirem madeira oriunda de florestas plantadas (reflorestamentos), preservam as florestas naturais (Valdetaro et al, 2012, p. 223).

O marketing ambiental em seu lado positivo pressiona as empresas a adequar sua produção às exigências de mercado que, por sua vez, é pressionado por uma sociedade cada vez mais crítica e consciente.

No entanto, é preciso ficar atento ao lado negativo dessa pressão, pois mesmo que haja um movimento genuíno de preocupação empresarial com o manejo ambiental, não se pode esperar o mesmo de todo o mercado. Jornalismo não é publicidade e por isso deve sempre desconfiar das pautas verdes que vem das assessorias de comunicação, sejam elas em qualquer setor.

Ao enumerar os problemas que provocaram o declínio da mídia, Bertrand (2002, p. 19) expõe que “o ‘muro’ supostamente existente entre os departamentos editorial e comercial começou a desmoronar e o jornalismo, lamentavelmente, mancomunou-se com a diversão, as redações públicas e a propaganda. Muito do que é visto como ‘notícias’ não passa de publicidade disfarçada”. Essa confusão entre jornalismo, entretenimento e marketing enfraquece apenas o jornalismo e o destitui de credibilidade.

O jornalista despreparado pode ser enganado por essa fusão danosa. “Ações ambientalmente responsáveis, mas que não são mais que cumprimento legal viram manchete” (Victor, 2009, p. 21). Dessa forma a preocupação ambiental das corporações, muitas vezes em resposta a violações da legislação ambiental ou como mecanismo de competição de mercado, “é pautada na imprensa brasileira, na maioria dos casos, de forma totalmente acrítica e manipulada pelos interesses dessas instituições” (Victor, 2009, p. 18-19).

Outras questões como a disputa entre ruralistas e ambientalistas também desafiam o jornalista. Sem uma visão ampla dos assuntos que movimentam essa disputa, o jornalista será sempre refém da opinião alheia e poderá ser usado para corroborar pontos de vista nem sempre benéficos para a sociedade em questões relevantes como o uso de transgênicos, energia nuclear, construção de hidrelétricas, criação de gado em extensão, latifúndios para produção de commodities e mesmo o mercado de compensação de carbono. O uso de marketing verde, principalmente por multinacionais do agronegócio como a Bunge Alimentos S.A., e a Cargill Alimentos S.A., ambas com sede nos Estados Unidos, esconde a realidade de multas ambientais proveniente de degradação ambiental, trabalho escravo, derrame de químicos, entre outros crimes ambientais (Rafael, 2013, p. 48-50). Essas empresas são muito bem assessoradas para transformar sua imagem através do *greenwashing*, definido como um modo de desviar a informação correta para aparecerem na mídia como ambientalmente responsáveis (Rafael, 2013, p. 51-52). Para isso se utilizam de mensagens que apelam para o sentimentalismo e frases de impacto. “Entre as principais características

estão fazer apelos de atributos específicos deixando de lado o/a produto/empresa como um todo; enganar pela linguagem, cometer exagero e irrelevância nas afirmações, utilizar imagens enganosas” (Rafael, 2013, p. 52).

Com a força econômica dessas empresas e suas imagens apelativas sendo propagadas pela mídia, o público acaba sendo enganado e destituído de informação verdadeira para tomar suas decisões. Em resumo, a “ausência de visão crítica, despreparo profissional do jornalista e a dependência financeira do veículo para o qual trabalha são as três condições básicas para a propagação dessa vertente do jornalismo ambiental que, neste momento no Brasil, é predominante” (Victor, 2009, p. 21).

Na terceira área de cobertura jornalística ambiental está o jornalismo ambiental como subárea do científico. Victor lembra que as pautas ambientais já requisitavam fontes da ciência, mas a partir do primeiro relatório do IPCC sobre mudanças climáticas, lançado em 1990, as pautas de cunho científico-ambiental se tornaram mais contínuas. Além disso, “para escapar do estigma de ecochatos, forma pejorativa de referir-se aos ambientalistas, muitos jornalistas recorreram à ciência, ou melhor, ao discurso científico para conferir neutralidade às suas reportagens sobre meio ambiente” (Victor, 2009, p. 23).

A diferença básica entre o jornalismo ambiental e o científico, apontada por Victor (2009, p. 24) é a preocupação com o social no primeiro.

Hoje, o Jornalismo Ambiental diferencia-se pela promoção de uma visão mais crítica e holística do contexto, que contemple vários olhares sobre um dado assunto. Porém o objetivo é que essas características sejam incorporadas tanto pelo Jornalismo Científico, quanto pelas demais especialidades do fazer jornalístico (Victor, 2009, p. 98).

Tanto o jornalismo científico, quanto o jornalismo ambiental possuem o intuito de popularizar a ciência e tornar acessíveis ao público informações que muitas vezes vem de campos especializados que possuem sua própria linguagem, com termos técnicos que não são de amplo conhecimento da sociedade. Cabe ao jornalista “a tarefa de usar analogias e decifrar nomes técnicos de modo a tornar possível a compreensão dos acontecimentos e avanços relacionados não só ao meio

ambiente, mas também às demais áreas que englobam o Jornalismo Científico, como a Saúde e a Tecnologia” (Girardi; Loose; Neuls, 2009, p. 95).

O jornalismo especializado traduz a informação complexa e contribui para a popularização das informações ambientais e científicas. Os obstáculos nesse processo vão desde “fontes áridas, exigentes ou restritivas, até a dificuldade de traduzir determinados conceitos científicos sem perder o rigor com a correção, passando pelas nem sempre declaradas limitações de interesses políticos e econômicos sobre a produção científica” (Girardi; Loose; Neuls, 2009, p. 96).

Para driblar o problema com as fontes, o pesquisador Mário Erbolato afirma que um jornalista precisa de conhecimento prévio para compreender suas fontes científicas e transformar a informação que eles passam em informação para o público. Há também a uma tendência, apontada por Victor, ao jornalismo declaratório, produzido quando o repórter não tem compreensão total dos fatores que envolvem sua pauta e acaba sendo manipulado por um discurso hegemônico da ciência (Erbolato, 1981, p. 29). Esse é, aliás, um dos motivos que, por vezes, dificulta o relacionamento entre cientistas e jornalistas. Cientistas acusam jornalistas de serem apressados e superficiais e não compreenderem o tempo da ciência nem os procedimentos que cercam os dados científicos.

Ao estudar o fluxo de informações da ciência para o jornalismo, o pesquisador do Centro de Pesquisa em Desastres da Universidade de Delaware, EUA, Enrico Quarantelli (1993) percebeu que as diferenças entre esses dois mundos distintos tornava a interação entre jornalistas e cientistas difícil. Ciência e mídia têm valores, crenças e normas distintas e a falta de compreensão de um campo em relação ao outro prejudica o fluxo de informação entre eles. Na comparação, a mídia de massa enfatiza o incomum e o diferente e a ciência lança seu olhar para as regularidades, os padrões que se repetem, o anômalo pode até chamar a atenção da ciência, mas apenas como um desvio dos padrões regulares (Quarantelli, 1993, p. 176-177).

Por outro lado, “quando o jornalista tem uma instrução especializada muito extensa, há sempre o perigo de que, supondo que todos os leitores tenham o mesmo grau de conhecimento, venha a fazer reportagens incompreensíveis, exceto para os especialistas” (Erbolato, 1981, p. 46).

Para Marília Scalzo (2003, p. 55), o jornalista especializado “corre o risco de comportar-se exatamente como o especialista que

entrevista, ou seja, perder a curiosidade típica do leitor comum”. O público geral, que não está acostumado à linguagem especializada, deve ser informado de forma que conceitos fiquem claros e expressões sejam explicadas e imbuídas de contexto, sem perder de vista o foco informativo do texto especializado. É possível aprofundar o nível de informação, sem cair no didatismo, mantendo uma linguagem acessível e interessante e possibilitando ampliar os argumentos que impulsionam debates sobre os assuntos ambientais. “Há termos e conceitos que se incorporam ao linguajar comum, inclusive acessíveis a crianças em idade escolar, mas que foram recebidos com desconfiança, temor, indiferença, descrédito, quando as primeiras notícias sobre eles surgiram na imprensa” (Erbolato, 1981, p. 43).

Somando a dificuldade com a linguagem especializada das fontes e a pressão muitas vezes invisível dos lobbies mascarados de marketing verde, a solução apontada por Cilene Victor é um investimento em formação acadêmica e profissional sólidas, que permitem maior independência ao jornalista para interpretar e contextualizar os fatos (Victor, 2009, p. 29).

“A informação bem construída gera reflexão, discussão e amplia o valor cultural de toda uma sociedade, estimulando sua consciência sócio-política” (Girardi; Loose; Neuls, 2009, p. 98). Scalzo (2003, p. 53) defende que “qualquer jornalista, seja qual for o meio em que irá trabalhar, deve preocupar-se em desenvolver uma razoável cultura geral, uma visão de mundo livre de preconceitos e um olhar crítico sobre o próprio ofício”.

Nesse universo, a informação jornalística reverte-se de muita importância, porque é pelos diversos meios de comunicação que se atinge grande parte da população, nos mais distantes rincões do país. Diante dessa realidade, o jornalismo ambiental pode cumprir o papel de, ao transmitir a informação correta, despertar as pessoas para a necessidade de rever suas práticas ambientais cotidianas e mudar, adotando uma atitude pró-ativa em direção a uma vida sustentável (Girardi; Loose; Neuls, 2009, p. 102).

Assim, “o cidadão informado e preparado irá pressionar os gestores públicos para a elaboração de políticas que atendam aos interesses da cidadania” (Girardi; Loose; Neuls, 2009, p. 99). A partir

desse jornalismo cidadão, mais engajado e responsável, a ideia de melhorar a democracia a partir do jornalismo de qualidade é um objetivo a ser atingido por uma sociedade da informação.

1.7 PORQUE O DESASTRE É NOTÍCIA: CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE

A notícia é essencialmente uma partícula de informação que interessa às pessoas. A forma como a informação vira notícia foi definida pela prática, e é resultado mais de intuição que de estudo. Ao definir o jornalismo como uma “tribo interpretativa”, Nelson Traquina (2004), descreve a maneira própria de ser dos jornalistas, a sua cultura profissional, ligada intimamente com o saber de procedimento. Muitos deles não sabem explicar como funciona o “faro jornalístico”, ou quais são os critérios de noticiabilidade, mas sabem dizer o que deve virar notícia ou não.

A adoção dos critérios de noticiabilidade ou valores-notícia é um aspecto marcante da cultura profissional jornalística, ressaltado por Traquina (2004) e Mauro Wolf (1987). O conceito se traduz em uma ação que, na prática, não utiliza necessariamente muita reflexão, sendo muitas vezes um processo de percepção: que fatos têm poder para virar notícia? A noticiabilidade é, de acordo com Traquina, “o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de receber um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia” (Traquina, 2004, p. 63).

Mauro Wolf (1987, p. 222) define a noticiabilidade como um conjunto de elementos a partir dos quais o aparato informativo controla e gerencia a quantidade e o tipo de acontecimentos que têm potencial (valor-notícia) para se transformar em notícia. Os valores-notícia são características substantivas das notícias, que se articulam em torno da importância e do interesse provocado pela notícia (Wolf, 1987, p. 228).

“A necessidade de se pensar sobre critérios de noticiabilidade surge diante da constatação prática de que não há espaço nos veículos informativos para a publicação ou veiculação da infinidade de acontecimentos que ocorrem no dia-a-dia” (Silva, 2005, p. 97). Com pouco espaço, é necessário escolher o que entra e o que fica de fora de cada edição. Essa escolha é baseada na importância que se atribui a cada notícia, que passa a ter um valor subjetivo, o valor-notícia.

Para conferir valor a uma notícia, ou primeiramente a um fato com potencial de virar notícia, é necessário compreender quem é o público a quem se destina o jornal, pois os critérios que vão dar mais ou

menos valor a uma notícia variam de acordo com o que as pessoas esperam daquele veículo. Esses critérios são os de seleção da notícia. Depois que está decidido o que entrou no jornal, são necessários novos critérios que vão hierarquizar as notícias dentro da edição do dia, são os critérios de construção. Tanto no processo de seleção, quanto no de hierarquização, os critérios de noticiabilidade estão enraizados profundamente no processo produtivo da notícia e são derivadas de pressupostos implícitos e considerações relacionadas à importância de determinado fato frente a outro (Wolf, 1987, p. 223). Como não focamos na hierarquização das notícias de desastre, mas no motivo pelo qual o desastre se torna notícia, vamos nos ater aos valores-notícia de seleção.

Em busca de responder ao questionamento sobre o que deve virar notícia, vários autores escreveram sobre a noticiabilidade criando sua própria lista de critérios, como descreve Traquina (2004). Em um estudo de Hebert Gans sobre as diferentes categorias de notícias, “a categoria “desastres” marca sempre a sua presença, mas é bem mais alta nos telejornais televisivos, 14%, comparado com o 1% a 5% nas revistas informativas em 1967, 1971 e 1975” (Traquina, 2004, p. 68-69). Traquina (2004, p. 79), destaca a morte como um dos principais valores-notícia, no sentido de que “*Bad News is good news*” e “onde há morte, há jornalistas”. Lorenzo Gomis (1997, p. 148-149) coloca o número de mortos como uma das principais medidas de importância da notícia, não apenas por um critério jornalístico, mas porque é o que mais o público comenta. É comum ouvir o público lamentar que os jornais tenham uma grande quantidade de más notícias e desejarem que eles publiquem boas notícias em lugar das más. Mas ao observar o momento em que as notícias circulam de boca em boca e são comentadas, vemos que são os crimes, as catástrofes e demais desgraças que têm privilégio nas conversas. E das más notícias, são aquelas com mortos justamente as mais recordadas entre o público (Gomis, 1997, p. 144).

Gomis (1997, p. 148) mostra como os critérios são usados em conjunto na “regra do morto quilométrico”. Segundo a regra, o morto tem maior probabilidade de aparecer nos noticiários quanto mais perto está. Ainda assim esse fator é relativo, pois quando um tipo de desastre é frequente, mesmo com muitos mortos não ocupa mais muito espaço nos jornais. A regra também não é aplicável a mortos proeminentes, como celebridades e figuras públicas.

Em um estudo sobre os critérios de noticiabilidade, a pesquisadora Gislene Silva (2005) listou os critérios de 13

pesquisadores em um quadro, a partir do qual é possível visualizar os atributos que são consenso e os que são originais. Dos critérios listados por Silva (2005, p. 102-103), destacamos os que mais aparecem na seleção de notícias sobre desastres: proximidade geográfica, relevância, impacto, número de mortos, ineditismo, visualidade (imagens de impacto), proeminência (destaque a pessoas públicas ou famosas), perda de bens, culto de heróis, repercussão e dramatização (que provoca emoção).

Esses critérios basicamente definem o que o desastre representa enquanto fenômeno noticioso. São os motivos que transformam o desastre em notícia. Compreender como um fato vira notícia e como essa relação é intuitiva pode contribuir para buscar meios de inserir assuntos de relevância pública nas pautas diárias e ampliar seu espaço na mídia.

No capítulo um recordamos os elementos fundamentais do jornalismo como base para a determinação de indicadores de qualidade jornalística, guiados por sua relação estreita com a ética e a responsabilidade social. Esses dois elementos também trazem à discussão o desenvolvimento do jornalismo cívico que busca envolver o jornalismo nas demandas sociais, principalmente por educação e cidadania. Também discutimos o jornalismo como produtor de conhecimento, um aspecto relevante para a responsabilização do jornalismo, assim como a especialização profissional para a cobertura de temas específicos. Por fim, refletimos sobre os critérios de noticiabilidade que transformam o desastre em notícia.

2 JORNALISMO E DESASTRE

Neste capítulo apresentamos conceitos básicos da sinistrologia que trazem uma compreensão mais profunda da participação da comunicação social na gestão e redução de risco e desastre em uma sociedade que convive com riscos e vulnerabilidades. Analisamos algumas características das grandes coberturas de desastres a partir da atuação da imprensa e reunimos manuais de cobertura de desastres e emergências para alinhavar práticas e experiências nessas coberturas complexas.

2.1 O QUE É PRECISO SABER SOBRE DESASTRES

Catástrofe, tragédia, fúria da natureza, acidente, calamidade. Estas são algumas das palavras mais utilizadas pela imprensa para designar um desastre. Certas ou não, elas dizem respeito a um conceito que, em português é definido como desastre e, por vezes, sinistro, nos meios técnicos e acadêmico.

O quinto e mais recente relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), publicado em 31 de março de 2014, confirma com maior quantidade de provas científicas que os riscos estão aumentando e com eles o impacto de desastres sobre populações vulneráveis será cada vez mais sentido. A resposta humanitária conduzida por grupos em todo o mundo que atuam na linha de frente das mudanças climáticas é cada vez mais direcionada a minimizar estes impactos nas populações mais vulneráveis. Se antes os relatórios apontavam probabilidades, agora apontam que o aumento dos riscos já é realidade e sugerem que as políticas públicas sejam direcionadas a adaptação às mudanças climáticas, para reduzir seus inevitáveis impactos (IPCC WGII, 2014).

Para compreender melhor o conhecimento sobre desastres, é necessário ter atenção aos conceitos básicos, pois partindo deles podemos ter certeza de obter entendimento em qualquer parte do mundo. Para a padronização de conceitos, adotamos a terminologia da Estratégia Internacional de Redução de Desastres da Organização das Nações Unidas (EIRD ONU) (UNISDR, 2009), e o Glossário de Defesa Civil, Estudos de Riscos e Medicina de Desastres (Castro, 1998) organizado por Antônio Luiz Coimbra de Castro para a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC).

De acordo com a EIRD ONU, (UNISDR, 2009, p. 13-14), “desastre é uma séria interrupção no funcionamento de uma comunidade ou sociedade causando uma grande quantidade de mortes, bem como perdas e impactos materiais, econômicos e ambientais que excedem a capacidade da comunidade ou sociedade afetada de fazer frente à situação mediante o uso de seus próprios recursos”⁵.

Castro (1998) conceitua o desastre como o “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais.”.

Considerando os conceitos da ONU e de Castro, se a mesma chuva que atingiu a região serrana, em 11 e 12 de janeiro de 2011, atingisse uma área no meio do oceano, longe da rota de navios e aviões, sem afetar pessoas ou ecossistemas, não seria um desastre. O que fez daquele fenômeno hidrometeorológico um desastre, foi o fato de ter atingido pessoas, direta ou indiretamente, e ter causado danos e prejuízos, ou seja, o desastre não é natural, é essencialmente social. A causa não foi apenas a ameaça natural da tempestade, mas o fato de haver pessoas em situação de vulnerabilidade vivendo no local onde a tormenta desabou.

O relatório *Natural hazards, unnatural disasters* (2010), elaborado pelo Banco Mundial e Nações Unidas, descreve bem o que define um desastre. O adjetivo "não-natural", no título deste relatório transmite sua mensagem-chave: terremotos, secas, inundações e tempestades, são ameaças naturais, mas as mortes e os danos são desastres que resultam de atos humanos de omissão e negligência, portanto, não-naturais. Todo desastre é único, mas cada um expõe ações - feitas por indivíduos e governos em diferentes níveis -, que, se tivessem sido diferentes, teriam resultado em menos mortes e menos danos (World Bank; United Nations, 2010, p. 1).

A crítica à expressão “desastre natural”, ocorre devido ao seu uso indiscriminado, não à classificação técnica da ameaça, que, no Brasil é feita de acordo com a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres, Cobrade, que divide os desastres em duas categorias: naturais e tecnológicos. A categoria desastres naturais divide-se em cinco grupos, treze subgrupos, vinte e quatro tipos e vinte e três subtipos. Essa

⁵ *Una seria interrupción en el funcionamiento de una comunidad o sociedad que ocasiona una gran cantidad de muertes al igual que pérdidas e impactos materiales, económicos y ambientales que exceden la capacidad de la comunidad o la sociedad afectada para hacer frente a la situación mediante el uso de sus propios recursos* (tradução nossa).

classificação foi atualizada em 2012 para corresponder à utilizada internacionalmente e padronizada pela ONU (Krüger, 2012, p. 26-37).

A falta de cuidado com o uso da expressão “desastre natural” transforma-se em vício de expressão, muito comum na imprensa. O problema é que acaba tendo consequências na forma como as pessoas veem o desastre, provocando a ideia de que o desastre é inevitável. A reação emocional diante de um desastre pode ser acentuada por uma percepção de falta de qualquer controle sobre o evento⁶. Mas os desastres naturais, apesar do adjetivo, não acontecem naturalmente. Eles podem ser evitados, muitas vezes com baixo custo financeiro (World Bank; United Nations, 2010, p. 23).

Como mostra Joéverson Domingues Evangelista em sua pesquisa sociológica, realizada em comunidades com uma forte presença religiosa, o desastre pode ser considerado uma “provação divina” ou “força do mal”. O fato de denominá-lo como natural, concede ao desastre um poder de força da natureza inevitável, desconsiderando que a natureza representa apenas a ameaça (Evangelista, 2009, p. 140-142). Muitas sociedades tradicionais ainda enfrentam o flagelo do desastre com um fatalismo inspirado na religiosidade. Eles veem a catástrofe como um "ato de Deus", um castigo pelos pecados cometidos, parte de um plano inescrutável superior (Alexander, 2005, p. 37).

O geógrafo John Adams (2009, p. 4) enfatiza que “todo risco é percebido, e a percepção se baseia em crenças”. Ao levantar ideias sobre a percepção do risco, Adams começou a pensar sobre a “importância da nacionalidade de Deus”, ou seja, a forma como a religião influencia nos julgamentos sobre o risco e se, culturalmente, isso afeta o número de ocorrências de acidentes de trânsito em cada país. “Desde 1995, e especialmente desde 11 de setembro de 2001, tem sido cada vez mais importante o papel dos filtros religiosos. Na guerra contra o terror, Deus parece interceder dos dois lados de forma devastadora” (Adams, 2009, p. 4).

A religiosidade tende a influenciar, inclusive, o meio científico. Adams cita a advertência de Sir John Houghton, antigo diretor do Departamento Britânico de Meteorologia e co-presidente do Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas, que incluiu Deus no

⁶ Ao se referir ao desastre, é comum o uso da palavra evento, no sentido de acontecimento. Evento é uma “ocorrência externa ou interna ao sistema, envolvendo fenômeno da natureza, ato humano ou desempenho do equipamento, que causa distúrbio ao sistema” (Castro, 1998, p. 77). Quando é um evento adverso, ou catastrófico, é o causador de um desastre, sendo o segundo com consequências mais graves.

polêmico debate sobre mudanças climáticas, “Deus tenta coagir e persuadir, mas ele também usa o desastre. O pecado humano pode estar envolvido; o efeito será o mesmo [...] Se queremos uma boa política ambiental no futuro, teremos de ter um desastre” (Adams, 2009, p. 24).

O problema é que, ao ser naturalizado ou divinizado, o desastre não é visto em sua real dimensão. A gênese do desastre está na incapacidade em fornecer conhecimento, preparação e treinamento para a população sobre o que fazer em uma situação de crise. O desastre afeta os sistemas de sobrevivência biológica, a ordem, motivação e gestão de crise social. Gera um alto custo em termos de desenvolvimento social, econômico, político e demográfico. Portanto, um desastre é um evento social (Rodríguez, 2000, p. 3).

As pessoas reagem de modos diferentes diante de um desastre, de acordo com características sociais e psicológicas. Essas reações incluem terror, medo, pânico, negação e incredulidade, coragem e irritabilidade, sentimentos de impotência ou de haver perdido o controle da situação, reação de autopreservação e mecanismos de defesa, sentido de responsabilidade (Rodríguez, 2000, p. 4). Por isso é importante a preparação da população para que saiba agir diante de um desastre. O treinamento torna as pessoas capazes de reconhecer sua reação primária diante de uma emergência e agir por conta própria, inclusive ajudando a si mesmas e a seus vizinhos, o que é essencial para o rápido retorno à normalidade.

A preparação para situações de crise é uma das ferramentas mais importantes para prevenir desastres (Rodríguez, 2000, p. 3). A maior parte dos resgates de pessoas em grandes desastres é feito por seus parentes e vizinhos nas primeiras 24 horas, antes mesmo da chegada de socorristas profissionais. No terremoto de Kobe, no Japão, em 1995, 80% dos resgatados foram salvos por seus vizinhos. O treinamento da população contribui para que as equipes de emergência possam ser direcionadas para ocorrências mais graves e para que a resposta seja mais rápida e eficiente (Shaw; Ishiwatari; Arnold, 2012, p. 9). A integração de toda a sociedade no sistema de defesa civil é um processo necessário de conhecimento e reconhecimento de ações coletivas.

No Brasil, o primeiro órgão que visava à defesa civil foi o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, criado pelo governo em 26 de agosto de 1942 pelo Decreto-lei 4.624, no contexto da Segunda Guerra Mundial, numa reação do governo brasileiro ao torpedeamento de embarcações brasileiras no oceano Atlântico por submarinos alemães e italianos. O órgão passou a se chamar Serviço de Defesa Civil em 30 de

setembro de 1943. Com o fim da guerra, o órgão foi extinto, só vindo a retornar na Constituição Brasileira, de 24 de janeiro de 1967, quando passou à função de defesa permanente contra calamidades públicas, que, em 1988, evoluiu para o sistema de defesa civil reconhecido atualmente, em sua forma sistêmica (CEPED UFSC, 2010, p. 16-21).

A defesa civil surgiu com a necessidade da organização da sociedade civil para se proteger dos bombardeios da segunda guerra mundial, que chegavam até os grandes conglomerados urbanos e ameaçavam a população civil. Apesar de ter nascido em contexto de guerra, que remete ao militarismo, a defesa civil se desenvolveu como uma organização na qual a participação civil era vital, seja no esforço de guerra, seja na autoproteção durante os bombardeios.

A ideia da participação popular no sistema é herança de sua origem, sendo um órgão não militar. Atualmente, os órgãos de defesa civil possuem equipes mistas com civis e militares, atuando numa gestão integrada e sistêmica cujo representante nacional é a Secretaria Nacional de Defesa Civil que funciona dentro do Ministério da Integração Nacional. Todos os 26 estados brasileiros possuem sua própria Defesa Civil estadual, em cada município a criação do órgão é facultativa, sendo que muitos foram criados diante da necessidade imposta por alguma emergência. Nos municípios ainda existem os Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDEC), formados por cidadãos mobilizados que auxiliam na articulação dentro dos municípios. O lema da defesa civil pode definir bem o objetivo central desse tipo de gestão: “Defesa Civil somos todos nós”. De acordo com o Manual de Planejamento da Defesa Civil (Castro, 1999, p. 10), defesa civil é o

conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais, reabilitadoras e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social. A finalidade da defesa civil é promover a segurança global da população, em circunstâncias de desastres naturais, antropogênicos e mistos.

Dentre as várias funções atribuídas à defesa civil, está a coordenação de ações de redução de riscos e desastres. Essas ações ganharam ênfase a partir da década de 1980 quando a ONU, através da EIRD, começou a intensificar ações de mitigação em todo o mundo desenvolvendo políticas e diretrizes para a Redução de Risco e Desastre.

A Estratégia Internacional de Redução de Desastres da Organização das Nações Unidas busca incentivar, através de campanhas mundiais e parcerias estratégicas, a ampliação da resiliência e da participação popular no sistema de defesa civil, a partir de modelos de gestão integrada que visam a ampliação das capacidades de enfrentamento de riscos e desastres, em âmbito local, regional, nacional e internacional.

É provável que o aumento dos eventos climáticos extremos no futuro venha a intensificar a quantidade e magnitude dos desastres. Ao mesmo tempo, os métodos e as ferramentas já existentes para a Redução de Risco e Desastre oferecem poderosas ferramentas para ampliar as capacidades de adaptação às mudanças climáticas (EIRD ONU, 2008, p. 2). O lançamento do quarto relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC⁷ na sigla em inglês), em 2007, com a definição oficial da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas difundiu o consenso de que as mudanças climáticas estão em curso e são causadas por ações humanas. Esta gênese antropogênica se tornou a ideia comum das pessoas sobre o assunto (EIRD ONU, 2008, p. 2), mas apesar do consenso, o conceito de mudanças climáticas remete a mudanças de qualquer gênese, seja ela antropogênica ou natural. De acordo com o IPCC, mudanças climáticas são uma

variação do estado do clima, identificável (por exemplo, por meio de provas estatísticas) nas variações do valor médio e / ou a variabilidade de suas propriedades, que persiste por longos períodos de tempo, normalmente décadas ou mais. A mudança climática pode ser devido a processos naturais internos, forças externas ou a mudanças antropogênicas persistentes da composição da atmosfera ou do uso da terra (IPCC, 2008, p. 77)⁸.

A necessidade de esclarecer isso ocorre devido ao direcionamento de políticas públicas para as consequências das mudanças climáticas.

⁷ *Intergovernmental Panel on Climate Change*

⁸ *Variación del estado del clima identificable (por ejemplo, mediante pruebas estadísticas) en las variaciones del valor medio y/o en la variabilidad de sus propiedades, que persiste durante largos períodos de tiempo, generalmente decenios o períodos más largos. El cambio climático puede deberse a procesos internos naturales, a forzamientos externos o a cambios antropógenos persistentes de la composición de la atmósfera o del uso de la tierra* (tradução nossa).

Com a visão de que é a economia industrial e as ações humanas que provocam as alterações no clima, as diretrizes são voltadas para a redução de emissão de carbono, seja por meio de metas internacionais, mercado de carbono, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), ou iniciativas menores de grupos ou indivíduos. Essas ações são focadas em reduzir a emissão de carbono, em detrimento da redução de poluentes ou busca de energia renovável, chegando a demonizar fontes de energia como as hidrelétricas em benefício das nucleares, consideradas mais “limpas”, por não emitirem níveis elevados de carbono.

No entanto, com a aceitação de que as mudanças climáticas possuem gênese natural, as ações se voltam para a adaptação, o que é crucial para o enfrentamento de eventos extremos que comprovadamente vem se intensificando, independente do consenso científico sobre o clima. Estima-se que cerca de 80% de todos os desastres estão diretamente ligados a eventos climáticos, sendo assim os estudos climáticos tornaram-se estratégicos para direcionar decisões nas áreas científica, econômica e política (Rodríguez et al., 2007, p. 476). A adaptação passa por diversos setores, mas é essencialmente social, pois suas soluções mais eficientes envolvem a redução de vulnerabilidades da população.

Em 1991, o sociólogo Enrico Quarantelli já sugeria que haveria mais e piores tipos de desastres, devido ao aumento da variedade de riscos e vulnerabilidades. Ele enumera pelo menos cinco categorias de ameaças ou condições que comprovam essa tendência:

- (1) Tipos antigos de agentes de desastres naturais continuam a existir e poderão impactar populações mais vulneráveis;
- (2) Surgem novas formas de ameaças e acidentes tecnológicos, que eram quase inexistentes antes da Segunda Guerra Mundial, e que ocorrem cada vez mais em países em desenvolvimento;
- (3) Os avanços tecnológicos que reduzem algumas ameaças e vulnerabilidades, mas acrescentam complexidade às ameaças antigas;
- (4) As novas versões de perigos antigos;
- e, (5) Novos riscos estão se desenvolvendo, que não têm sido tradicionalmente pensados no

planejamento e gestão de emergência (Quarantelli, 1991, p. 2)⁹.

De acordo com o relatório especial sobre riscos de eventos extremos e desastres do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), as perdas econômicas, relacionadas a eventos climáticos extremos, tem aumentado, assim como a exposição da população a condições de vulnerabilidade frente a desastres. Foi constatado pelo IPCC que, durante o período de 1970 a 2008, mais de 95% das mortes por desastres naturais ocorreram em países em desenvolvimento (IPCC, 2012, p. 9).

O relatório alerta, ainda, que a natureza e a gravidade dos impactos de extremos climáticos dependem não só dos próprios extremos, mas também da exposição à vulnerabilidade. O foco da gestão de risco de desastre e adaptação às mudanças climáticas é reduzir essa exposição e aumentar a capacidade de resiliência aos potenciais impactos adversos de eventos climáticos extremos, embora os riscos não possam ser completamente eliminados (IPCC, 2012, p. 4).

Vulnerabilidades (UNISDR, 2009, p. 34-35) são “características e circunstâncias de uma comunidade ou sistema que os tornam suscetíveis aos efeitos daninhos de uma ameaça”¹⁰. Existem vários tipos de vulnerabilidade: socioeconômico, cultural, religioso, ambiental, físico, institucional, educacional, político, informacional e comunicacional, entre outros. A vulnerabilidade considera aspectos locais de uma comunidade como a capacidade de enfrentamento de situações adversas, que se traduz na combinação de todas as fortalezas, os atributos e recursos disponíveis dentro de uma comunidade, sociedade ou organização (UNISDR, 2009, p. 10).

A religião é apenas um dos fatores culturais que incidem sobre a percepção do risco. Em um estudo sociológico sobre o risco, Ulrich Beck (2010) vincula as condições de vulnerabilidade, que expõem as

⁹ (1) old kinds of natural disaster agents that simply have more to hit, and along some lines will impact more vulnerable populations; (2) new and increasing kinds of technological accidents and mishaps that were almost nonexistent prior to World War II and that will increasingly occur in developing countries; (3) technological advances that reduce some hazards but add complexity to old threats; (4) new versions of past dangers; and, (5) new risks are developing that have not been traditionally thought of as in the province of emergency planning and managing (tradução nossa).

¹⁰ Las características y las circunstancias de una comunidad, sistema o bien que los hacen susceptibles a los efectos dañinos de una amenaza (tradução nossa).

comunidades ao risco de desastre, ao modo de produção que se desenvolveu durante o século passado, responsável pela configuração social que é sistematicamente acompanhada de riscos. A lógica da produção na sociedade industrial estabelece os riscos que são socialmente aceitáveis para que se mantenha a produção de riquezas, que por sua vez não é bem distribuída, o que evidencia as duas condições básicas da sociedade de risco: uma autêntica carência material e o desencadeamento de novos riscos potenciais e novas ameaças numa medida até então desconhecida (Beck, 2010, p. 23).

Nessa ordem, os riscos e efeitos da modernização ameaçam a vida de plantas, animais e seres humanos. “O risco já não pode ser limitado geograficamente ou socialmente, virou uma tendência global de ameaças supranacionais e independentes de classes” (Beck, 2010, p. 16).

Isso porque essa mudança de visão social interfere no cenário político e empresarial. Os efeitos colaterais do reconhecimento social do risco são sociais, econômicos e políticos: “perdas de mercado, depreciação do capital, controles burocráticos das decisões empresariais, abertura de novos mercados, custos astronômicos, procedimentos judiciais, perda de prestígio” (Beck, 2010, p. 28). Apesar disso, a sociedade industrial, quem produz o risco, transfere a responsabilidade pelos acidentes e desastres para a falta de cultura e percepção do risco da população carente envolvida. Países pobres dão condições de produção favoráveis em termo de custos para as indústrias de risco, pois “existe uma sistemática ‘força de atração’ entre pobreza extrema e riscos extremos” (Beck, 2010, p. 49). No entanto, Beck (2010, p. 27) alerta que “os riscos da modernidade acabam alcançando, cedo ou tarde, aqueles que os produziram ou que lucram com eles”, num efeito bumerangue, que implode o sistema de classes. Ricos e poderosos não estão mais seguros e as ameaças não são apenas à saúde, mas também à legitimidade, à propriedade e ao lucro.

Neste âmbito, o risco faz parte de uma dinâmica social que não mais pode ser concebida em termos de classe (Beck, 2010, p. 47). Neste balanço, o desastre não escolhe classe social, atinge ricos e pobres em diferentes níveis.

O argumento de Beck é exemplificado por dois desastres notórios provocados nos anos 1980 devido à negligência do poder público e das indústrias: Vila Parisi e Bhopal.

O município de Cubatão se destacava por ser um grande parque industrial no interior de São Paulo, mas também pelo título de cidade mais poluída do mundo, recebido da ONU nos anos 1980. Nele se

proliferavam várias favelas, nas quais se somava à poluição todo gênero de indignidade humana, entre elas, Vila Parisi e Vila Socó.

Em 24 de fevereiro de 1984, uma falha em dutos subterrâneos da Petrobras espalhou 700 mil litros de gasolina nos arredores da Vila Socó, em Cubatão (SP). Ao vazamento, houve a explosão e incêndio que destruíram parte da favela. Foram contabilizados oficialmente 93 mortos, porém estima-se que o número de mortos tenha sido próximo de 500. Os cadáveres das crianças não foram encontrados, foram incinerados pelo calor (Beck, 2010, p. 51-52). Ao grande incêndio da Vila Socó, seguiu-se o desastre da Vila Parisi, quando uma sequência de mortes neonatais por anencefalia obrigou o governo estadual a intervir.

O mesmo ano de 1984 marcou Bhopal como o pior acidente industrial da história. Em 3 de dezembro um gás venenoso vazou das instalações de uma fábrica de pesticidas da empresa multinacional Union Carbide, no município de Bhopal, na Índia. Nunca se soube o número exato de vítimas; a Union Carbide falava em 3.800 mortos, mas a prefeitura da cidade dizia terem sido recolhidos 15.000 corpos, além das 50.000 pessoas que ficaram inválidas ou desenvolveram doenças crônicas por terem aspirado o gás (Beck, 2010, p. 52-53) (The Bhopal Medical Appeal, 2014).

Ao contrário do que aconteceu a Cubatão, que reverteu seu curso na história e em 1992 recebeu um novo título da ONU, dessa vez de “Cidade-símbolo da Recuperação Ambiental”, Bhopal segue contaminada, em 2014. A Union Carbide foi vendida a outra empresa, a Dow Chemical, que não se responsabiliza pelo desastre e os donos originais, apesar de condenados pela justiça indiana, desapareceram. A água e as plantações ao redor da fábrica estão contaminadas, a fábrica está abandonada desde o dia do desastre, nenhum tipo de limpeza foi realizado e uma nova geração está sendo envenenada pelos resíduos químicos que a Union Carbide deixou para trás. As pessoas afetadas pelo gás continuam a sucumbir aos males sofridos, morrendo à taxa de um por dia. A negligência é tamanha, que os protocolos de tratamento são dificultados pela contínua recusa da empresa em compartilhar informações sobre os efeitos tóxicos do gás liberado em Bhopal, afirmando que se trata de “segredo comercial” (The Bhopal Medical Appeal, 2014).

Ulrich Beck (2010, p. 28) enfatiza que emerge do reconhecimento social do risco o potencial político das catástrofes e sua prevenção e manejo acabam envolvendo uma reorganização do poder e da responsabilidade. O pensamento de Beck está presente na forma

como atualmente os estudiosos do assunto compreendem o risco, em toda sua amplitude sociocultural.

Mas, não foi sempre assim. Adams lembra que a visão acadêmica que havia por trás dos estudos sobre o risco derivava das ciências duras, os cientistas físicos. Eles consideram que “como uma probabilidade no sentido da teoria estatística, o risco obedece a todas as leis formais das probabilidades combinatórias” (Adams, 2009, p. 40). Isso significa que, para eles, a ausência total de riscos, o “risco zero”, não só era possível como alcançável. Para os cientistas físicos era frustrante admitir que o risco é culturalmente construído (Adams, 2009, p. 42).

Quando os cientistas sociais começaram a participar do debate sobre o risco, surgiram discordâncias sobre a natureza e o significado do risco. Passou-se a considerar o risco de forma social, abrangendo a teoria cultural, não apenas a teoria estatística, tornando o debate sobre a percepção de risco mais próxima da realidade das comunidades. Apesar disso,

a visão de que existe uma distinção a ser feita entre o risco real factual, objetivo e mensurável que obedece às leis formais da teoria estatística, e o risco subjetivo, percebido de forma imprecisa por não-especialistas ainda é a posição dominante na maior parte das pesquisas e livros sobre segurança e gerenciamento de risco (Adams, 2009, p. 43).

No entanto, a comunidade internacional, liderada pela ONU, passou a considerar a dimensão social do risco um fator predominante para a redução de desastres, considerando todo o aspecto humanitário envolvido. Essa mudança na visão do risco transformou a forma de trabalhar o desastre. Até então, se trabalhava para responder adequadamente ao desastre, sem dar atenção às necessidades de prevenção e preparação, que estão relacionadas ao reconhecimento da percepção do risco. Vários aspectos moldam a percepção que as pessoas ou grupos sociais têm sobre o risco: psicológicos, valores morais, socioculturais, éticos, econômicos, tecnológicos e políticos (Frandalozo, 2012, p. 3-4).

Na configuração atual, vemos o risco como resultado da combinação de uma ameaça (fenômeno, substância, atividade humana ou condição perigosa que pode causar transtornos ou danos humanos, materiais ou ambientais) com a vulnerabilidade. Isoladas, a ameaça e a

vulnerabilidade não resultam em desastre, mas quando uma ameaça incide sobre um ambiente vulnerável, aí então acontece o desastre (Frandalozo, 2012, p. 3-4).

A necessidade de compreender os componentes e variáveis que formam o risco acabou guiando novas diretrizes visando a redução de riscos e consequentemente de desastres. Visando orientar essas diretrizes, a ONU estabeleceu o Marco de Ação de Hyogo¹¹ (MAH) durante a Conferência Mundial para a Redução de Desastres, realizada em Kobe na província japonesa de Hyogo, em janeiro de 2005. Ratificado por 168 países, inclusive o Brasil, o documento reúne diretrizes para ações de redução de riscos e desastres no mundo de 2005 a 2015. O MAH uniu, pela primeira vez, os parceiros necessários sob uma mesma coordenação, entre eles governos, agências internacionais e especialistas em desastres, num compromisso para ampliar a resiliência e reduzir perdas materiais e humanas. O MAH enumera cinco prioridades de ação (EIRD ONU, 2007):

1. Fazer com que a redução dos riscos de desastres seja uma prioridade;
2. Conhecer o risco e tomar medidas;
3. Desenvolver uma maior compreensão e conscientização;
4. Reduzir o risco;
5. Esteja preparado e pronto para atuar.

O progresso e a aplicação do MAH são checados frequentemente e reportados. Um desses reportes é o relatório de médio prazo (UNISDR, 2011), elaborado a partir da percepção dos participantes da Plataforma Global para a Redução de Riscos de Desastres, realizada em 2009, e dos mecanismos para a geração de relatórios de monitoramento, chamado HFA Monitor. Nele aparecem as preocupações quanto ao desenvolvimento do MAH, os avanços conseguidos e as dificuldades de implementação.

Dentre as principais dificuldades está a integração da redução de riscos nas políticas, a planificação do desenvolvimento sustentável em âmbito nacional e internacional, a diminuição dos segmentos mais vulneráveis da sociedade. O relatório de médio prazo (UNISDR, 2011) conclui que houve um avanço considerável em Redução de Risco e Desastre (RRD) desde a adoção do MAH que desempenhou um papel

¹¹ *Hyogo Framework for Action (HFA)*

importante na promoção do tema na agenda internacional e mesmo as regionais e nacionais. No entanto, o progresso é desigual devido às amplas diferenças institucionais e econômicas nos países e regiões. O reporte ainda destaca a necessidade de focar as ações do MAH em âmbito local, priorizando a descentralização de autoridade onde houver capacidades para isso, o empoderamento das comunidades locais, com apoio fundamental às organizações de base que criem demanda social para ampliar sua responsabilidade na ampliação da resiliência e para que os governos executem planos e investimentos coerentes com a necessidade da RRD (UNISDR, 2011).

Uma das estratégias apontadas pelo MAH incentiva a participação da mídia, a fim de promover uma cultura de resiliência frente a desastres e um forte envolvimento da comunidade em campanhas constantes de educação e cidadania e em consultas públicas a todos os níveis da sociedade (UNISDR, 2007, p. 10). No relatório de médio prazo, foi relatado que a comunicação e sensibilização do público, na forma de campanhas que conduzem a tomada de medidas, têm sido um dos aspectos centrais do apoio da UNISDR na implementação do MAH (UNISDR, 2011, p. 35). Nesse sentido, a participação efetiva das comunidades e autoridades locais se torna um componente importante no planejamento de enfoques integrais para abordar múltiplos perigos que desencadeiam as ameaças naturais. Este ponto é afirmado repetidamente ao longo do relatório de médio prazo como um dos elementos que precisam de mais atenção (UNISDR, 2011, p. 48-49).

A mobilização comunitária se tornou o eixo central no processo de reunir membros de uma comunidade para ampliar suas capacidades. O conjunto de capacidades reúne todos os atributos estruturais e não-estruturais disponíveis dentro de uma comunidade, sociedade ou organização que pode ser utilizada para a construção de uma comunidade segura (UNISDR, 2009, p. 10). A capacidade inclui desde a infraestrutura física, institucional e de mobilização comunitária até o conhecimento e capacidades humanas como atitude, recursos humanos, físicos e financeiros disponíveis, liderança, relações e redes sociais.

O processo de mobilizar uma comunidade pode ter interferência externa, mas sua eficácia é maior quando a motivação parte da própria comunidade. É importante salientar que uma comunidade apenas se mobiliza quando está sensibilizada e isso geralmente ocorre após um desastre.

Vários estudos mostram que as pessoas tendem a bloquear informações para conservar um estado de normalidade. Esse fenômeno foi estudado pela equipe do professor H. Dan O'Hair na Universidade de Oklahoma, nos EUA, e motivou os pesquisadores a vislumbrar um quadro Complacência - Curiosidade - Imediaticidade - Criticidade, que integra a previsão de risco individual, os processos de gestão da informação e acesso à mídia (Hearing Charter, 2006, p. 50-51).

Quando a probabilidade de risco é baixa, as mensagens de risco não são bem recebidas pelos indivíduos que têm pouca motivação para buscar ou processar informações a partir da mídia. Quando a probabilidade de risco é aumentada, os indivíduos tornam-se curiosos, as mensagens de risco chegam mais diretamente, e os indivíduos podem procurar informações adicionais a partir da mídia. Se a ameaça se torna mais iminente, os indivíduos tornam-se mais desejosos de informação e sua busca pela mídia é intensa. Nessa última etapa, quando a ameaça parece iminente, a busca por informação pode ser frenética (Hearing Charter, 2006, p. 50-51). Neste ponto, a informação e a comunicação são as melhores estratégias de enfrentamento de riscos e desastres.

2.2 COMUNICAÇÃO DE RISCO PARA A REDUÇÃO DE DESASTRES

Durante um desastre, as pessoas precisam de informação, tanto quanto de água, comida, remédios e abrigo. A informação pode salvar vidas, meios de subsistência e recursos. Ela pode ser a única forma de prevenção de desastres financeiramente acessível aos mais vulneráveis. E ainda é muito negligenciada (IFRC, 2005, p. 12). Quando se pensa em informação e no modo com que ela chega às pessoas, a mídia aparece como a forma mais comum de comunicar. Mas a comunicação é um processo contínuo e retroalimentado que possui necessidade de diálogos e contrapartidas para se estabelecer. Se não partir de todos os interessados no processo, ele não se estabelece e, em algum momento uma lacuna de informação pode fazer causar um grande problema.

E assim se define a comunicação de risco e desastre, como um processo de troca de informações entre diferentes indivíduos, grupos e instituições envolvidos direta ou indiretamente com o risco e o desastre. Trabalha diretamente com a conscientização e sensibilização pública, para a percepção e redução de riscos, através do desenvolvimento e difusão de informações em meios de comunicação, campanhas educativas, criação de centros de informação, instituição de redes

sociais, desenvolvimento comunitário e ações participativas (UNISDR, 2009).

O conceito de comunicação de risco e desastre, de acordo com a consultora da EIRD ONU, Margarita Villalobos Mora (2001), “alude a um processo planejado e articulado, que não despreza nenhum modelo nem recurso técnico disponível e seu objetivo essencial é facilitar o diálogo entre todos os atores sociais em busca de mudanças culturais”¹².

A comunicação é uma das ferramentas mais importantes na redução de riscos. Essa ênfase é dada pela jornalista consultora da ONU, Glória Bratschi (2007) que defende a comunicação na gestão de risco como forma de dinamizar, promover, influenciar, facilitar a compreensão, modificar condutas e atitudes. Em toda ação ou planejamento de prevenção, resposta, reconstrução ou reabilitação, a comunicação é um processo imprescindível que provê insumos básicos para que emissores e receptores se relacionem e interatuem acertadamente, estabelecendo uma ótima retroalimentação (Bratschi, 2007). Neste contexto, o Manual de Planejamento em Defesa Civil define que o jornalismo tem um papel de responsabilidade social, a ser cumprido com independência, desvinculada de sistemas, exercendo principalmente o jornalismo informativo, o jornalismo denúncia e o jornalismo educativo (Castro, 1999, p. 380-382).

É importante frisar que a importância da comunicação de risco e desastre acompanha todos os órgãos públicos e privados envolvidos. Eles devem fornecer informações-chave acessíveis à população, sempre visando o interesse público. No período de normalidade, quando não há desastres, a comunicação deve ser direcionada para a divulgação de informações, capacitação e educação, visando a sensibilização e mobilização da sociedade em torno da redução de riscos. Nos períodos de crise, a comunicação deve ser coordenada estrategicamente e deve fluir em fluxos constantes para que a informação certa chegue às pessoas certas, com precisão e responsabilidade. Do contrário, lacunas de informação e fontes duvidosas podem causar ansiedade pública e alimentar rumores que se reproduzem em ciclos. Isso geralmente acontece quando falta informação confiável da parte de autoridades e órgãos que atuam na resposta a emergências e esse despreparo pode causar problemas sérios (Zenatti; Sousa, 2010, p. 30-33; 58-59).

¹² *alude a un proceso planificado y articulado, que no despreza ningún modelo ni recurso técnico disponible y su cometido esencial es facilitar el diálogo entre todos los actores sociales en procura de un cambio cultural* (tradução nossa).

Por esse motivo, os órgãos governamentais tem a obrigação de atuar de forma eficaz na comunicação de risco e desastre e para isso devem estar preparados com um plano de comunicação estratégica para coordenar informações em períodos de normalidade e de crise. É de importância vital que os órgãos que atuam na gestão de risco e desastre estejam preparados para atender satisfatoriamente a demanda da imprensa, em qualquer período (Zenatti; Sousa, 2010, p. 60-66). O jornalista que não obtiver informação das fontes oficiais irá buscá-la em outro lugar até encontrar. A omissão de informações pode iniciar uma sequência de mal-entendidos que acaba virando um ciclo de rumores e mitos, pois a imprensa arquiva suas matérias antigas e as utiliza como contexto de novas matérias, ou seja, uma informação errada pode se propagar por anos.

Importante enfatizar que a obrigação dos órgãos oficiais em manter uma comunicação adequada e eficiente não é apenas com a imprensa, mas, sobretudo com as comunidades em áreas de risco. Uma cultura de prevenção implica em uma atitude coletiva que somente pode ser construída mediante um longo processo social, no qual a democratização da informação sobre desastres e a crescente participação da sociedade civil são fatores chave (Villalobos Mora, 2001). Para que esse processo funcione, ele deve ser frequente. Os órgãos locais de gerenciamento de risco e desastre devem manter um relacionamento próximo com as comunidades, incentivar a mobilização comunitária e subsidiar a população com informações para sua preparação e atuação na prevenção de desastres.

A base da preparação de cidades resilientes são as ações locais de mitigação. Conhecer as comunidades permite que estratégias de comunicação sejam traçadas a partir das capacidades locais: que meios de comunicação a população utiliza, quantidade de analfabetos, portadores de necessidades especiais, crianças, idosos. Moradores de áreas de risco utilizam os canais de informação para diferentes fins: a internet, rádio, televisão e telefone são úteis para atualizações imediatas; reuniões são para esclarecer dúvidas e impressos são úteis para reter a informação que pode ser necessária mais tarde (IPCC, 2012). Conhecer o público-alvo da comunicação é fundamental para que a mensagem chegue de forma certa.

Um dos problemas da comunicação de risco e desastre é apontado pelos pesquisadores japoneses Hideyuki Shiroshita e Katsuya Yamori como um fator que emperra as medidas anti-desastres japonesas. Eles criticam a estrutura social que gera a oposição de "especialistas e não-

especialistas" como a origem do problema da gestão de desastres na evacuação em tsunamis. Nessa estrutura social, os especialistas têm suas funções definidas e o cidadão comum reconhece essas funções e está acostumado a recorrer a eles em uma situação de emergência. O cidadão sabe que ao ligar para o telefone de emergência, o resgate chega rapidamente. Mas quando ocorre um desastre de grandes proporções, a estrutura de emergência fica colapsada e o atendimento não ocorre rapidamente, o que significa que os cidadãos comuns devem agir por conta própria (Shiroshita; Yamori, 2011, p. 259-260). Quando um alerta de tsunami é emitido a partir do registro de um terremoto, normalmente há tempo suficiente para uma evacuação massiva e ordenada em um local onde a população é treinada para isso. No entanto, continua havendo vítimas de tsunamis, porque apenas um terço da população procede com a evacuação. Há informação, ela é comunicada, as pessoas tem conhecimento dela, mas não atendem à ordem. Yamori propõe uma teoria que explica que a população não atende a ordem para evacuar porque fica esperando uma segunda mensagem que confirme o desastre e a ordem, os não-especialistas esperando a palavra dos especialistas para agir. É uma situação que ocorre, de acordo com Shiroshita e Yamori, porque a educação para a gestão do desastre é negligenciada. A proposta dos dois pesquisadores é baseada na participação do cidadão comum, não-especialista, a fim de melhorar a aprendizagem de gestão de desastres e a qualidade da gestão de desastres (Shiroshita; Yamori, 2011, p. 269).

Enquanto no Japão, informação e comunicação enfrentam problemas qualitativos, no Brasil, os problemas ainda são quantitativos. A disseminação de informações sobre risco e desastre ainda não é massiva e certamente não chega a todas as camadas da população.

Para manter um bom nível de informação, as assessorias de comunicação dos órgãos que atuam em desastres devem estar atentas às publicações técnico científicas, às matérias que saem na imprensa que são ligadas direta ou indiretamente com a gestão de risco e desastre e também conhecer bancos de dados como o EM-DAT e o S2ID.

O banco de dados *Emergency Disasters Data Base* (EM- DAT) foi criado pelo Centro para a Pesquisa sobre a Epidemiologia de Desastres (CRED) da Universidade Católica de Louvain, na Bélgica, para armazenar dados sobre desastres ocorridos no mundo todo e disponibilizar seu acesso pela internet. Apesar da dificuldade em obter dados confiáveis devido à ausência de padronização sistemática na coleta de dados locais nas ocorrências de desastres, o EM-DAT

desenvolveu uma metodologia de padronização, verificação, validação e análise visando fornecer uma base objetiva para avaliação de vulnerabilidade e tomada de decisões (EM-DAT). O EM-DAT é utilizado por vários órgãos internacionais como a ONU, a Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e o Banco Mundial, além da imprensa.

O governo brasileiro financiou um projeto do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPED UFSC), para o recolhimento e padronização de dados de desastres em todos os 26 estados com o objetivo de qualificar e dar transparência para a gestão de riscos e desastres no Brasil. Esses dados foram indexados, analisados e integrados no banco de dados S2ID, cuja operacionalização e atualização atualmente estão a cargo da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Banco de Dados S2ID).

Esses bancos de dados contribuem para a qualidade e precisão das informações veiculadas pelos órgãos oficiais, que devem zelar pela comunicação em todas as etapas de um desastre, para ser aplicada sistematicamente na gestão integral do risco (Villalobos Mora, 2001).

A importância da comunicação para a redução de riscos foi percebida lentamente. Enquanto a discussão sobre o risco permanecia sendo encabeçada por cientistas das áreas duras, que desconsideravam as ciências sociais e, por isso, acreditavam no “risco zero”, a comunicação era relegada.

Em 19 de dezembro de 1991, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução que adotou uma abordagem integrada para a gestão de desastres em todos os seus aspectos que iniciaria um processo rumo a uma cultura global de prevenção (World Conference on Natural Disaster Reduction, 1994). A década de 1990-1999 se tornou a Década Internacional para Redução de Desastres Naturais e o debate se voltou para a importância da comunicação e mobilização comunitária na minimização dos impactos de riscos e desastres (Cate, 1994), contribuindo para a ampliação da percepção do risco.

Em maio de 1994, a Conferência Mundial para a Redução de Desastres Naturais, realizada em Yokohama no Japão reconheceu o rápido crescimento do número de desastres no mundo e seus efeitos em perdas humanas e materiais, e a necessidade de uma ação global para a redução de desastres devido à crescente interdependência das nações.

No documento *Yokohama Strategy and Plan of Action for a Safer World: Guidelines for Natural Disaster Prevention, Preparedness and*

*Mitigation*¹³, foram firmadas as linhas de ação que concentravam decisões firmadas em documentos de reuniões anteriores da Assembleia Geral das Nações Unidas e da Eco-92, relativas à redução de riscos e desastres (World Conference on Natural Disaster Reduction, 1994). A partir de então, a disseminação de informação passou a ser uma das prioridades de trabalho da ONU e dos organismos parceiros na redução de riscos e desastres.

Ao reafirmar essas decisões, a Organização das Nações Unidas reconheceu que a humanidade dispõe dos meios para reduzir o impacto dos desastres - para salvar vidas e reduzir danos à propriedade (Cate, 1994). Sandra Salazar Vindas (1999) destaca o ano de 1998 como o marco da inserção da comunicação social na prevenção de desastres e na gestão do risco. A campanha mundial promovida pela ONU neste ano teve como tema “A prevenção de desastres começa com a informação”, e teve o objetivo de ampliar a discussão e a execução de ações sobre este, mediante iniciativas de diversas organizações nacionais e internacionais.

Grande parte das informações que as pessoas recebem vem da mídia. Imprensa, televisão, rádio e internet, são os principais meios de divulgação de informação para as massas.

Transmitir informações com rapidez e atualidade é uma característica do jornalismo que o coloca em posição de vantagem em relação a outros meios de informação. Os sociólogos Eleanor Singer e Phyllis Endreny apontam pesquisas feitas nos EUA sobre a recepção da informação acessada através da mídia. Em uma das pesquisas foi levantado que, meia hora após a explosão da nave Challenger, em 28 de janeiro de 1986, 69% da população adulta sabia sobre o desastre. Dessas, 58% nomearam a televisão ou o rádio como primeiro meio de informação (Singer & Endreny, 1993, p. 3).

O professor de Redução de Risco e Desastre na *University College London*, David Alexander (2005, p. 33) alerta que a mídia de massa contribui para a criação de estereótipos e disseminação de aspectos simbólicos do desastre, que podem facilmente levar a uma compreensão fora da realidade. Para interpretar o simbolismo do desastre, Alexander o divide entre pontos de vista individuais e coletivos. Para o sobrevivente, um evento catastrófico é um marco na sua vida. Individualmente, o desastre traz as pessoas de volta para o

¹³ Estratégia e Plano de Ação de Yokohama para um Mundo Seguro: Diretrizes para a Prevenção, Preparação e Mitigação de Desastres Naturais (tradução nossa)

básico de sobrevivência, privação, dano ou perda. Coletivamente, o desastre também representa um marco, só que de participação social terapêutica ou altruísta, as pessoas se mobilizam solidariamente para ajudar, o que poderia representar uma mudança na forma de perceber o risco (Alexander, 2005, p. 30).

Os meios de comunicação tem um papel significativo ao divulgar erros e credices sobre o comportamento humano em desastres. Por exemplo, existe uma quantidade de pesquisas realizadas desde a década de 1960 que mostram que o pânico não é um problema em desastres. Mesmo assim, a mídia, e mesmo as autoridades, confundem o conceito de pânico com a resposta normal do público a riscos e incertezas, promovendo ideias que já foram desmentidas nas pesquisas sobre desastres e levando a ações exageradas ou desnecessárias (Tierney; Bevc; Kuligowski, 2006, p. 59-60), como as que ocorreram na resposta ao desastre provocado pelo furacão Katrina, em 2005, em New Orleans, Estados Unidos.

O que aconteceu em 2005 em decorrência do furacão Katrina foi tema de diversos artigos e livros que apontam as falhas na gestão do desastre e também no papel da mídia durante o evento. O Katrina mostrou várias faces da imprensa, cuja análise é valiosa. Alguns jornais se destacaram pelo serviço à população e cobertura primorosa, outros pelo tom preconceituoso e foco errôneo, mas também as autoridades locais deram uma lição do que não fazer em um desastre, não apenas em gestão, como também em comunicação.

Classificado como categoria 5, na escala Saffir-Simpson, o furacão Katrina atingiu a costa sul dos Estados Unidos no dia 29 de agosto de 2005 e rapidamente se tornou o pior e mais destrutivo desastre natural da história dos Estados Unidos e também uma das maiores coberturas midiáticas de 2005 (Duhe, 2008, p. 113).

Acostumados a fugir de furacões, 80% de 1,3 milhão de moradores da cidade de New Orleans deixaram a cidade quando foi dada a ordem para evacuação voluntária, no dia 27 de agosto, e obrigatória, no dia seguinte. Dos moradores que não atenderam a ordem, a maioria não tinha meios de transporte ou dinheiro para deixar a cidade e mais de 20 mil se refugiaram no Superdome, um imenso estádio coberto, e outros 15 mil no Centro de Convenções Ernest N. Morial, os dois abertos como abrigos temporários. A tempestade provocada pelo furacão danificou muitas casas e a estrutura externa do Superdome, mas o pior viria em seguida: a força da tempestade provocada pelo furacão rompeu os diques de contenção das águas do lago Pontchartrain,

inundando 75% da cidade e isolando os moradores que haviam permanecido em suas casas, incluindo hospitais e centros de saúde que não haviam procedido a evacuação (Leoni; Radford; Schulman, 2011, p. 118-119).

Os dias seguintes revelaram o completo despreparo dos órgãos de gestão da resposta ao desastre, de segurança e da própria mídia em lidar com a realidade precipitada pelo rompimento dos diques. Sem energia nem água potável, os sobreviventes nos abrigos e hospitais de New Orleans ficaram esperando a lenta e desordenada evacuação. Os moradores que haviam permanecido em suas casas sinalizavam nos telhados que estavam vivos e precisavam de ajuda. Os jornais e a TV davam destaque aos saques que ocorriam na cidade e o prefeito ordenou que as equipes de resgate deixassem o trabalho de retirar os moradores para atuar em repressão aos saques (Campbell, 2010). Cansados de esperar em péssimas condições, centenas de moradores saíram a pé da cidade. O resgate foi lento e, com a prioridade de salvar os vivos, alguns corpos que apareciam boiando eram amarrados a postes para não sumir.

Com as autoridades em descrédito, dada a sequência de erros na resposta ao desastre, os repórteres se viraram para as únicas fontes que testemunharam tudo: as vítimas. O problema é que as vítimas são fontes parciais de informação e a polícia e órgãos de socorro que estavam no local do desastre não estavam preparados para lidar com determinadas situações (Campbell, 2010).

Rumores sobre o caos que teria se instalado no Superdome e no Centro de Convenções mostravam uma imagem de terror e desordem na qual gangues de assassinos, estupradores e ladrões tomavam conta dos abrigos, crianças eram violentadas e mortas, pilhas de cadáveres estariam dentro dos dois locais (Solnit, 2009). Autoridades policiais davam entrevistas à imprensa e celebridades da televisão estadunidense como Oprah Winfrey confirmando essas histórias e o prefeito de New Orleans deslocou agentes que estavam nas operações de resgate para cuidar da segurança do patrimônio público. O exército foi deslocado para “conter o caos” no Superdome e no Centro de Convenções (Thevenot; Russel, 2005).

Os rumores se revelaram falsos. Os repórteres Brian Thevenot e Gordon Russell (2005), do jornal *Times-Picayune* de New Orleans, constataram que as pilhas de cadáveres não existiam e o único mal que afetou as crianças foi a falta de assistência imposta pela incompetência no gerenciamento do abrigo. Nem a Agência Federal de Gestão de

Emergências (FEMA) ¹⁴, nem os órgãos locais ligados a ela haviam estocado água e comida suficientes para atender a população nos locais de abrigo. E esse foi apenas um dos graves erros na gestão do desastre.

O professor de comunicação, Joseph Campbell (2010), aponta o despreparo da imprensa na cobertura que, segundo ele, foi, em vários aspectos, exagerada, cheia de falhas e mal-entendidos. Nos dias em que se seguiram ao Katrina, as reportagens descrevem o horror apocalíptico que o furacão supostamente havia desencadeado.

Colocar mais de 20 mil pessoas sob o mesmo teto, sem água corrente, sem eletricidade e sem informações são o combustível perfeito para o surgimento de rumores, que chegavam até a imprensa e eram transmitidos, aumentando seu alcance e seus efeitos. As pessoas abrigadas no Superdome e no Centro de Convenções tinham rádios a pilha a partir dos quais ouviam as notícias sobre saques, estupros e assassinatos dentro dos lugares onde estavam, o que aumentava o medo, a confusão e criava novos rumores (Campbell, 2010).

Não só nos abrigos, mas também as pessoas que haviam permanecido em suas casas após o furacão ouviam seus rádios a pilha e acreditavam nos rumores. Elas escreviam mensagens como “você saqueia eu atiro” nas entradas de suas casas e faziam questão de mostrar que defendiam suas casas com armas e espingardas.

As pesquisas mostram que saques não são um comportamento usual em desastres, por ser altamente condenado pelos residentes das comunidades afetadas (Tierney; Bevc; Kuligowski, 2006, p. 65). Nas entradas da cidade, as pessoas acreditaram tão fervorosamente nos rumores que eles eram usados para transformar New Orleans em uma cidade-prisão, na qual suprimentos e equipes de resgate eram impedidos de entrar e as vítimas impedidas de sair. A cidade foi isolada como se fosse uma zona de crime, em vez de um lugar onde idosos e crianças ficaram presos em condições horríveis, precisando desesperadamente de comida, água, abrigo e assistência médica (Solnit, 2009). David Alexander (2006) diz não conhecer nenhum outro caso de uma evacuação pós-desastre na qual refugiados foram procurados pela polícia, soldados e cães e levados algemados. É axiomático e bem conhecido na comunidade de gestão de emergências que ordens de evacuação obrigatória são impossíveis de cumprir e tentativas de impô-las não dão certo.

¹⁴ *Federal Emergency Management Agency*

Um estudo realizado pelas sociólogas Kathleen Tierney, Christine Bevc e Erica Kuligowski, em 2006, logo após o desastre com o furacão Katrina, em New Orleans, mostrou que as imagens transmitidas pela mídia durante o desastre deixou impressões indeléveis no público e também forneceram a justificativa em ações oficiais para gerenciar o desastre. As pesquisadoras ressaltaram que a cobertura inicial do Katrina foi rapidamente substituída por relatos que caracterizavam as vítimas do desastre como saqueadores oportunistas e criminosos violentos, dando um panorama de que essa reação era regra e comparando New Orleans a uma zona de guerra civil. O foco nesses tipos de comportamento contribuiu para justificar as ações de resposta que foram atribuídas aos militares e policiais e reforçar ainda mais os argumentos de que apenas o exército poderia dar resposta aos desastres (Tierney; Bevc; Kuligowski, 2006, p. 60-61).

Ao analisar a gestão do desastre desencadeado pelo furacão Katrina, David Alexander (2006) aplica dois modelos conceituais para ajudar a compreender as decisões tomadas durante o evento, que dão uma dimensão geral de como o desastre alimenta imagens mentais diferentes para as pessoas.

O primeiro modelo é simbólico, chamado por Alexander de concepção “Hollywood” de desastres, explica porque as pessoas esperam que o desastre crie uma quebra na ordem social, representada pelo caos, ausência de leis, comportamento violento e egoísta. Este modelo, apesar de ser ridiculamente simplista é amplamente repetido no entretenimento popular e com certeza está presente no imaginário de desastre presente na cabeça de alguns jornalistas (Alexander, 2006).

O segundo modelo é evolutivo analisa o progresso da preparação para emergências nos últimos tempos, com base na defesa civil. Vários princípios foram estabelecidos: (1) As forças militares não são a melhor fonte de gestão de desastres civis devido a suas características de organização, racionalização e estruturas de comando, por isso deveriam ser o último recurso. Os desastres são melhor gerenciados por organizações civis humanitárias, mais sensíveis às necessidades dos civis; (2) A preparação para desastres é um esforço coletivo que requer um sistema de organização e administração integrado; (3) A evolução gradual da proteção civil exige envolvimento social; (4) A defesa civil é o progenitor da proteção civil, mas ambos devem coexistir, principalmente em tempos de terrorismo global. A manutenção e o restabelecimento da normalidade pode ser fundamental para a defesa civil, mas a proteção civil é baseada na promoção da solidariedade

social em detrimento da repressão às tendências antissociais (Alexander, 2006).

Os dois modelos de Alexander representam ideias opostas e na análise que se segue, podemos entender porque ambos se aplicam ao Katrina, com observações pertinentes sobre o que aconteceu em New Orleans. Visto da perspectiva de um estranho, a resposta inicial ao desastre tinha mais característica de defesa civil do que da proteção civil: ou seja, remetem a uma época anterior, quando os desastres civis eram abordados de uma forma paramilitar sob o pressuposto de que o principal problema era restaurar a lei e a ordem, ao invés de restaurar a saúde, segurança e dignidade para a população afetada (Alexander, 2006).

Alexander (2006) recorda que desde os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 alguns comentaristas influentes passaram a notar que a resposta a desastres nos EUA havia dado um passo para trás devido à mudança de objetivos no órgão federal de atendimento a emergências, a FEMA. O órgão foi submetido ao Departamento de Segurança Interna e teve seu orçamento drasticamente reduzido para dar conta da nova política de prevenção ao terrorismo, mais cara e mais hipotética. Ainda mais grave foi a redução do incentivo às agências de gestão de emergências estaduais e locais e foi aí que se deu a maior falha na resposta imediata ao Katrina.

Tanto a gestão do desastre quanto a mídia evidenciaram em seu discurso a dificuldade, o preconceito e despreparo para lidar com grupos sociais no desastre, confirmando a noção errônea de que desastres resultam em ausência de lei e colapso social (Tierney; Bevc; Kuligowski, 2006, p. 73-78). O desastre também deixou transparecer a influência política na ausência de resposta adequada. New Orleans, uma cidade cuja população era representada por uma maioria negra que não votou em George Bush, o presidente republicano na época, sofreu as consequências do conservadorismo estadunidense que via na cidade uma liberdade cultural e religiosa fora dos padrões. O rescaldo do Katrina atingiu a popularidade de Bush e é apontado como uma das causas da derrota do partido republicano nas eleições seguintes.

Para a imprensa, a cobertura do Katrina poderia ter se destacado como um dos seus grandes momentos, mas acabou se tornando um desastre midiático nacional que se espalhou por todo o mundo (Campbell, 2010). Mesmo no Brasil, a repercussão dos mitos do Katrina foi o que mais apareceu durante a cobertura. Ignorando a diversidade e complexidade das respostas humanas a eventos desastrosos, a mídia

construiu basicamente duas imagens dos afetados: bandidos saqueadores que atacavam outras vítimas e equipes de emergência e refugiados da tempestade, sem ajuda e indefesos, esses merecedores de caridade (Tierney; Bevc; Kuligowski, 2006, p. 73).

Ao analisar a cobertura do furacão Katrina, podemos observar os efeitos negativos da adoção intuitiva dos critérios de noticiabilidade. A ênfase que o jornalismo dá às notícias negativas, mesmo em meio a um grande desastre como o Katrina, é um instinto natural do jornalista. Campbell (2010) aponta essa necessidade do jornalismo de se guiar pelo que vagamente pode ser definido como “notícias ruins”, eventos extraordinários e potencialmente danosos, num apelo perverso à última grande história assustadora.

Quatro semanas depois da tempestade, uma matéria dos repórteres Thevenot e Russel no *Times-Picayune* constatou que poucas das atrocidades amplamente reportadas tinham provas reais e que a maioria dos crimes reportados nunca aconteceram (Thevenot; Russel, 2005), seguiu-se um *mea culpa* dos principais jornais estadunidenses e da TV que admitiram ter-se deixado levar pelas circunstâncias caóticas do momento (Campbell, 2010).

Isso não significa que a cobertura não tenha tido bons momentos. A imprensa dedicou enormes recursos para a cobertura do Katrina, inclusive ao ajudar a localizar as famílias afetadas (Tierney; Bevc; Kuligowski, 2006, p. 73). Para Campbell (2010) as evidências da incompetência do governo em todos os níveis eram muitas e enquanto as pessoas estavam sofrendo em New Orleans, e os jornalistas foram atrás da história, colocando questões lacerantes dos governos federal, estadual e municipal: Onde estava a ajuda? Por que não chegava? O que seria feito para ajudar os desabrigados?

Os funcionários do governo pareciam hesitar face ao desastre e os jornalistas deixaram transparecer suas emoções nas matérias. Repórteres e fotógrafos trabalharam incansavelmente assumindo grandes riscos, muitos passaram dias dormindo pouco, se alimentando mal e trabalhando em meio a condições caóticas para relatar a história multidimensional de uma cidade que estava debaixo d'água (Tierney; Bevc; Kuligowski, 2006, p. 73) (Campbell, 2010).

Em sua pesquisa focada na resposta da mídia local ao furacão Katrina, Sonya Duhe (2008, p. 121) constatou que foi evidente que os veículos que permaneceram trabalhando nos locais afetados, estavam em condições muito difíceis, incluindo danos na estrutura dos prédios e das salas de redação, falta de eletricidade e buracos nos telhados. Isso

fora os que tiveram de evacuar suas instalações, o que dificultou ainda mais suas tarefas. Além disso, muitas das pessoas que trabalham nos jornais tiveram danos em suas próprias casas e foram afetados pessoalmente pelo desastre enquanto levavam notícias para a população. Esse último foi reconhecido como um dos principais desafios para o trabalho da imprensa no desastre (Duhe, 2008, p. 121-122).

Apesar de todos os problemas, a função da mídia durante o Katrina foi crucial para a gestão da crise. Os sistemas telefônicos entraram em colapso ou foram arrastados pelas águas fazendo dos repórteres o único modo de informar as autoridades de que haviam sobreviventes isolados em New Orleans (Leoni; Radford; Schulman, 2011, p. 121).

Outra lição do Katrina mostra que os alertas e alarmes só são úteis quando a população sabe responder a eles. Depois de dado o alerta obrigatório para a evacuação de New Orleans, foram muitas as pessoas que não quiseram ou não puderam sair. O governo não providenciou transporte ou condições para que a população mais pobre atendesse corretamente ao alerta (Leoni; Radford; Schulman, 2011, p. 119).

A situação precária dos diques de New Orleans foi denunciada por cientistas e pela própria imprensa antes do desastre, mas as autoridades não deram atenção. A comunicação para a redução do risco depende da relação estreita entre todos os seus interlocutores, cientistas, imprensa, autoridades públicas e organizações comunitárias (Leoni; Radford; Schulman, 2011, p. 119).

Em 2013, New Orleans segue em reconstrução, com bairros parcialmente destruídos e sem a infraestrutura que possuíam antes do furacão. Dos moradores que evacuaram a cidade, 124 mil não regressaram (Ferraz, 2013). O rescaldo do furacão Katrina não apenas rendeu material para a mídia, mas também para a pesquisa em desastres e contribuiu para que as autoridades daquele país ficassem mais alertas aos conselhos de cientistas. Em 10 de novembro de 2005, a Câmara dos Representantes dos Estados Unidos reuniu-se com o subcomitê de pesquisa para responder a questionamentos sobre o papel das ciências sociais no planejamento para a resposta e recuperação em desastres.

Para a reunião, a Câmara dos Representantes enviou quatro perguntas abrangentes a quatro pesquisadores especialistas em gestão de risco e desastre em diferentes campos de pesquisa na área das ciências sociais (Hearing Charter, 2006, p. 3):

[1] Como os indivíduos percebem e respondem aos alertas de risco e outras comunicações de

crise? Qual o papel que a mídia desempenha na comunicação de risco e na formação de pontos de vista e comportamentos públicos?

[2] Como os indivíduos respondem a experiências traumáticas, como ataques terroristas ou desastres naturais? Como o conhecimento em questões fundamentais de cooperação, ordem social e resiliência pode melhorar a preparação e resposta às novas ameaças e desastres?

[3] Como é avaliada a vulnerabilidade local ou regional aos perigos e desastres naturais? Como o ambiente, natural e construído, afeta a percepção de risco e o comportamento subsequente?

[4] Quais são as áreas prioritárias de pesquisa em ciências sociais relacionadas com a prevenção e resposta a desastres? Como os resultados dessas pesquisas podem ser traduzidos para a prática?¹⁵

Representando a ciência da comunicação, o presidente da *National Communication Association*, pesquisador, Dr. H. Dan O'Hair, respondeu às perguntas relacionadas à comunicação de risco e desastre (Hearing Charter, 2006, p. 47-59). Dedicando-se a responder a primeira pergunta, mais voltada a seu campo de estudo, O'Hair enfatizou a importância de se compreender como os funcionários públicos comunicam os riscos e advertências ao público, face aos grandes desastres que os EUA vinham enfrentando, como os ataques em 11 de setembro de 2001, a ameaça química do antraz logo em seguida e os furacões Rita e Katrina, em 2005. A percepção das pessoas e aceitação do risco é influenciada por fatores sócio-políticos, tais como poder, status, etnia, cultura, educação, e talvez mais importante, a confiança (Hearing Charter, 2006, p. 47).

¹⁵ *How do individuals perceive risk and respond to warnings and other crisis communications? What role does the media play in risk communication and the formation of public views and behavior?

* How do individuals respond to traumatic experiences, such as terrorist attacks or natural disasters? How can insights into fundamental questions of cooperation, social order and resilience improve preparation for and response to new threats and disasters?

* How is local or regional vulnerability to natural hazards and disasters assessed? How does the natural and built environment affect the perception of risk and subsequent behavior?

* What are the priority social science research areas related to disaster preparedness and response? How are the results of such research being translated into practice? (tradução nossa).

Sobre o papel da mídia, O'Hair (Hearing Charter, 2006, p. 47) lembra que as pessoas dependem de múltiplas fontes para se informar sobre os riscos, incluindo TV, rádio, jornais, amigos e a internet. Pesquisas recentes indicam que algumas pessoas aprendem primeiro sobre desastres através de outras pessoas e por isso a mensagem que a mídia passa deve ser clara para ser lembrada corretamente pelo público. O'Hair cita o excesso de jornalismo opinativo durante a cobertura do Katrina, o que gerou incertezas na população e nos órgãos de resposta. Naquele ambiente, foi difícil para os jornalistas separarem as emoções de suas reportagens. No entanto, no rescaldo do Katrina, a mídia proveu informação necessária, apoio emocional, e companheirismo às vítimas que se sentiam isoladas e sozinhas.

O'Hair destaca ainda as lições que se pode aprender de uma comunicação de risco eficiente e ineficiente sobre desastres naturais e riscos (Hearing Charter, 2006, p. 48). Para ser eficiente, as mensagens devem ser consistentes, precisas, claras, repetidas através de vários métodos, oportunas e específicas sobre a ameaça, incluindo a natureza da ameaça, quando e onde é provável de ocorrer, e instruções sobre as medidas de prevenção ou de resposta. Também é importante que os canais oficiais disponibilizem a pessoa certa, que passe confiança para comunicar riscos e crises. De acordo com pesquisas, quando o evento é nacional, são preferidos os porta-vozes federais. Quando o evento é mais localizado, as pessoas querem alguém conhecido, de sua comunidade. Construção de confiança é o primeiro princípio da comunicação de risco (Hearing Charter, 2006, p. 48).

Ao finalizar suas respostas, Dan O'Hair destaca as principais questões que ainda podem ser investigadas no campo da comunicação. Em primeiro lugar, a construção de uma infraestrutura de comunicação baseada na comunidade local para facilitar os planos de comunicação de risco e de crise. Em segundo lugar, o reconhecimento dos diferentes e mais novos tipos de mídia cujo uso é alvo de constantes mudanças que permitem que o público comum possa participar da comunicação. Isso tem se mostrado um recurso importante para o compartilhamento de informações e avisos durante desastres. Outras perguntas a serem respondidas pela pesquisa em comunicação podem se concentrar em graus de instrução e questões interculturais, bem como o uso de tecnologia. O professor O'Hair enfatiza, por fim, o destaque que a comunicação vem assumindo no complexo conjunto de processos necessários para a gestão de risco e desastre, exigindo empenho das

ciências sociais para as respostas urgentes que surgem nessa área (Hearing Charter, 2006, p. 48).

2.3 CARACTERÍSTICAS DAS GRANDES COBERTURAS DE DESASTRES

Desacostumado a grandes desastres, o Brasil se choca cada vez que um deles acontece. Foi assim em 1984 e 1985, quando Santa Catarina foi devastada por enchentes e deslizamentos, em março de 2004, quando apareceu o primeiro furacão registrado no Brasil, no mesmo estado, e em novembro de 2008, quando novamente Santa Catarina sofreu com chuvas intensas. O Rio de Janeiro também possui um histórico de desastres desde o período imperial, e com frequência registra grandes desastres como o de Angra dos Reis, em janeiro de 2010, do Morro do Bumba, em abril de 2010, e o maior registrado no Brasil, na região serrana do estado, em janeiro de 2011. Minas Gerais também entra na série de ocorrências frequentes e, inclusive, tremores de terra, causados por atividade sísmica, que assustaram os moradores de Montes Claros, no norte do estado, em 2012.

Outros tipos de desastre também marcaram o país. Incêndios como o do Gran Circus Norte-Americano, em Niterói, RJ, em 17 de dezembro de 1961, o do edifício Joelma, em 1º de fevereiro de 1974, em São Paulo, e, mais recentemente, o incêndio na Boate Kiss, em Santa Maria, interior do Rio Grande do Sul, em 27 de janeiro de 2013. E também acidentes de grandes proporções como o naufrágio da embarcação Bateau Mouche, em 31 de dezembro de 1988, na Baía de Guanabara, RJ. E desastres aéreos como a queda do Fokker 100, voo TAM 402, em 31 de outubro de 1996, próximo ao Aeroporto de Congonhas, em São Paulo; o acidente com o voo Gol 1907, em Mato Grosso, após a colisão no ar contra um jato Legacy em 29 de setembro de 2006; a colisão do avião do voo TAM 3054 com um prédio da TAM Express após sair da pista do Aeroporto de Congonhas, em 17 de julho de 2007 e; a queda do Airbus A330, voo Air France 447, no oceano Atlântico, em 1º de junho de 2009.

Cada um desses eventos teve ampla cobertura da mídia dada sua magnitude. Alguns deles marcaram o início da adoção de medidas de prevenção e segurança mais rígidas. Como em todo o mundo, na maioria das vezes, as decisões para reduzir riscos são tomadas apenas depois de um grande desastre. Nesses casos, a mobilização da opinião pública foi

fundamental para tais decisões. Esse é um dos papéis legados à mídia nas ações de redução de riscos e desastres.

Devido à complexidade dos eventos, a cobertura possui características próprias que marcam a atuação dos profissionais e meios e começam pela estrutura de cada veículo. Se ele está na área do desastre e teve sua estrutura comprometida e a equipe abalada com problemas decorrentes do evento, é necessário ativar o plano de emergência. Em municípios sem histórico de desastres, é realmente raro um veículo ter um plano de emergência para atuar em situações adversas, mas a experiência mostra que o plano é fundamental para que o veículo continue funcionando no momento em que a população e as autoridades precisarão de informações precisas e rápidas.

Ao analisar a cobertura do desastre de 2008 que atingiu o estado de Santa Catarina, feito pela rádio Nereu Ramos AM de Blumenau, Arnaldo Zimmermann (2012, p. 122) relata que as frequentes enchentes na região haviam treinado os profissionais mais antigos. A experiência acumulada era repassada aos mais jovens e, assim, as coberturas das inundações do rio Itajaí-Açu eram, de certa forma, previsíveis. Os níveis do rio ditavam as etapas de cobertura e “a distribuição dos repórteres por regiões mais problemáticas ou o momento de decisão em derrubar a programação normal da emissora faziam parte muito mais de noções intuitivas das equipes do que necessariamente uma avaliação em profundidade sobre a situação” (Zimmermann, 2012, p. 122). Mas, no momento em que começou a ocorrer deslizamentos, inesperados até então, toda a experiência dos profissionais da rádio e mesmo da Defesa Civil se provou insuficiente para manter a cobertura. Somente o relato das pessoas que testemunhavam os fatos, os relatos do próprio público-ouvinte, poderia dar base às informações sobre o desastre (Zimmermann, 2012, p. 122). Zimmermann (2012, p. 125-129) descreve também os momentos de dificuldade pelos quais a rádio passou para manter sua transmissão, com problemas de sinal e de falta de energia, além da dificuldade em circular pela cidade.

Em um desastre, o jornalismo tem funções específicas em cada mídia. O professor Joseph Scanlon (2007, p. 413) cita exemplos marcantes de como a escolha da mídia certa pode salvar vidas, principalmente em rádio e TV. Ao rádio cabe a função de alerta e alarme dada sua presença comum em praticamente todas as casas e todas as localidades, o que o deixa sempre próximo de áreas afetadas e da comunidade atingida (Scanlon, 2007, p. 413). Nos primeiros momentos de resposta, a presença do rádio também é vital para a população devido

à facilidade em carregar e manter um aparelho que sintonize rádio. Rádio portátil e pilhas são dois itens básicos no kit de emergência recomendado pela defesa civil. Muitas vezes é o único meio de comunicação que permanece funcionando, à exceção de radioamadores PX, que também tem seu papel cativo na resposta a desastres e são organizados em uma rede específica, a Rede Nacional de Emergência de Radioamadores (RENER). Portanto se torna imprescindível que as rádios possam operar em momentos de desastre, com equipamentos que forneçam sinal e energia elétrica independente.

Foi o que aconteceu em Florianópolis, de 29 a 31 de outubro de 2003, quando um incêndio danificou os cabos de transmissão de energia elétrica na ponte que liga a ilha ao continente e 300 mil moradores da ilha ficaram no escuro. Com todos os transtornos causados pela falta de energia, o rádio contribuiu para tranquilizar a população. Munida de geradores, a rádio CBN Diário mobilizou sua equipe para transmitir informações durante 55 horas ininterruptas, até o reestabelecimento da energia em toda a cidade.

O papel da televisão em um desastre ultrapassa os limites da localidade, ela consegue mobilizar ajuda e influenciar autoridades na resposta rápida. A força da imagem marca a cobertura e contribui para sensibilizar a opinião pública em favor dos afetados. São os telejornais que inserem o desastre na pauta nacional e dão o sentido de urgência necessário para as ações de resposta. No entanto a cobertura ao vivo pode se tornar uma armadilha para os repórteres.

Foi o que aconteceu na cobertura do desastre na região serrana do Rio de Janeiro, em Nova Friburgo, onde, na manhã do dia 14 de janeiro de 2011, se encontravam as equipes de reportagem da Rede Globo e da Rede Record. De repente as pessoas começaram a correr para um mesmo sentido, o motivo: uma represa teria se rompido e a água destruiria o que restou da cidade. A população, e mesmo as autoridades do município, entraram em pânico e tentavam fugir da cidade.

As duas equipes de TV tiveram reações diferentes. No final da manhã, quando finalmente as autoridades chegaram à conclusão de que não havia o que temer já que Nova Friburgo não possui barragem e tudo não havia passado de um boato espalhado por adversários políticos inescrupulosos, as duas equipes de reportagem tinham materiais diferentes para apresentar aos telejornais. Os repórteres da Globo, Flávia Jannuzzi e Guilherme Portanova fizeram um relato ao vivo para o Jornal Hoje. Jannuzzi, que estava trabalhando no momento em que tudo aconteceu, fez seu relato coberto com imagens registradas durante o

pânico. Portanova e sua equipe estavam descansando quando foram surpreendidos pelo boato e o relato do repórter foi apenas do pânico que viveu, sem imagens. Em seguida as imagens mostram Jannuzzi entrevistando pessoas na rua próxima ao rio, elas choram e correm dizendo para a repórter correr também. A repórter não aparece nas imagens, apenas ouvimos sua voz entrevistando as pessoas (Rede Globo de Televisão. Jornal Hoje, 2011).

A repórter da TV Record, Vivian Carvalho, também fez um relato ao vivo antes que as cenas do corre-corre fossem ao ar. No relato, a repórter declara: “eu cheguei a chorar porque não consegui, realmente, me conter”. A equipe forneceu ao Jornal da Record, uma sequência de imagens com a câmera em movimento enquanto a repórter, sua produtora e o cinegrafista corriam pelas ruas entrevistando pessoas em pânico. A repórter chora descontrolada e diz para a câmera: “a gente fica emocionado, é uma cidade destruída, as pessoas não tem mais casa, não tem mais vida”. Ela continua fazendo o relato enquanto corre: “a situação é de pânico, muito pânico e medo também” (Rede Record de Televisão. Jornal da Record, 2011).

Lidar com o inesperado é algo frequente na cobertura de desastres. Nenhum plano, estratégia ou treinamento vai preparar o jornalista, ou qualquer outro profissional de emergência, para tudo o que acontece em um desastre. O “desastre anunciado” não existe, cada desastre é único, com características próprias e evolução diferente em cada caso. Uma das dificuldades que a TV ao vivo enfrenta é a de dar proporções equivocadas de um evento como o boato do rompimento da represa. Dos três repórteres, cujos relatos foram ao ar, Flávia Jannuzzi foi a que melhor lidou com o inesperado. Tinha imagens melhores e não precisou chorar em frente à câmera para mostrar o pânico. As imagens falam por si e a repórter apenas cumpre seu dever, está próxima ao rio e faz perguntas às pessoas em pânico para saber mais informações.

Os veículos impressos possuem outras funções em momentos de desastre. Os jornais diários e suas versões online fornecem informações mais detalhadas que o rádio e a TV e suas notícias circulam pela internet contribuindo para a mobilização de ajuda em mídias sociais e a atualização em tempo real do que acontece nos locais afetados. O Diarinho de Itajaí e seu blog Diarinho na Chuva, que permitiu que o jornal informasse a população afetada, mesmo sem poder circular em papel, durante o desastre de 2008 em Santa Catarina, é um exemplo dessa atuação.

Outro exemplo vem de um jornal dos Estados Unidos, durante a cobertura do furacão Katrina. Durante a tempestade provocada pelo furacão, em 29 de agosto de 2005, o prédio do jornal *The Times-Picayune*, de New Orleans, abrigou 240 pessoas, entre funcionários e familiares. Sem poder imprimir os jornais, eles mantiveram a cobertura online, mas no dia seguinte, com a água avançando rapidamente sobre a redação e a gráfica, os diretores decidiram evacuar o prédio enquanto podiam (Guernsey, 2005).

Carregando apenas o que podiam levar no colo, os funcionários do jornal foram levados nos caminhões de entrega até o escritório do jornal em West Bank. Lá, os editores solicitaram voluntários para retornar a New Orleans para continuar apurando informações e tirando fotos para a cobertura. No total, 15 repórteres e fotógrafos permaneceram trabalhando na área de desastre, em condições totalmente adversas. O restante da redação se dividiu entre as cidades vizinhas, Houma, onde o jornal *The Courier* ofereceu estrutura para o trabalho e condições para voltar a imprimir o jornal, e Baton Rouge, onde puderam trabalhar na Escola de Comunicação da Universidade Estadual da Louisiana. As edições impressas do *Times-Picayune* foram distribuídas gratuitamente por duas semanas nos abrigos onde se encontravam os desalojados de New Orleans, por toda a região afetada, e nas zonas habitáveis da cidade (Guernsey, 2005).

A cobertura do Katrina rendeu o prêmio Pulitzer de 2006, de Serviço Público, ao *The Times-Picayune*, com destaque para o serviço prestado à população durante a cobertura¹⁶.

Outro tipo de impresso, as revistas semanais de informação também tem uma função particular. Elas dedicam-se a dar o fato e o contexto, munidos de fotos, infográficos e explicações para o desastre em apenas uma edição. A revista é o impresso que chega a todo o país com a informação mais completa, ao contrário dos jornais locais, e mesmo os nacionais que não tem tanto alcance. Ela deixa sua marca opinativa e interpretativa no público, e serve tanto para mobilizar quanto

¹⁶ *For a distinguished example of meritorious public service by a newspaper through the use of its journalistic resources which, as well as reporting, may include editorials, cartoons, photographs, graphics and online material, a gold medal. Awarded to Sun Herald, Biloxi-Gulfport, Miss., for its valorous and comprehensive coverage of Hurricane Katrina, providing a lifeline for devastated readers, in print and online, during their time of greatest need; and Awarded to The Times-Picayune, New Orleans, for its heroic, multi-faceted coverage of Hurricane Katrina and its aftermath, making exceptional use of the newspaper's resources to serve an inundated city even after evacuation of the newspaper plant (The Pulitzer Prizes, 2006).*

para sensibilizar e, principalmente para movimentar a opinião de um público mais politizado. Além disso, funcionam como uma espécie de documento (Benetti, 2013, p. 44). Neste sentido, Glória Bratschi destaca a importância de revistas que tratam mais de temas científicos como as de maior valor documental e permanente da palavra escrita, como um espaço válido para o tratamento em profundidade dos fenômenos naturais que provocam os desastres. Estes seriam os espaços adequados para veicular medidas de prevenção (Bratschi, 1995, p. 63).

Nas revistas de informação também há espaço para tratar de assuntos ligados à prevenção e preparação diante de desastres. As mensagens impressas, tanto linguísticas, quanto icônicas, ajudam eficazmente a prevenção, se os consideramos como complementos de uma ação integral, fixando, documentando e recordando as ideias centrais (Bratschi, 1995, p. 57). Há pessoas que esperam sair a edição sobre um fato muito importante para guardar a revista como recordação, há advogados que anexam a reportagem sobre desastre de alguma revista aos pedidos de seguro.

A internet é atualmente um meio que converge os outros e alcança todo o mundo. Na internet que a capacidade de armazenamento de dados permite o acesso a edições antigas de telejornais, impressos e áudios disponíveis. E também é a casa das mídias sociais que, na ocorrência de um desastre, respondem imediatamente dando repercussão e gerando mobilização imediata. Várias agências e órgãos de gestão de risco e desastre possuem representação nas mídias sociais e lançam palavras-chave agregadoras (*hashtags*) que facilitam as buscas por conteúdo.

Seja em qual for o veículo, a cobertura de desastre é exigente. A jornalista argentina Sibila Camps (1999, p. 17) aponta a cobertura de catástrofes como uma das mais complexas no jornalismo por algumas razões. O desastre afeta a rotina de uma comunidade e, por vezes, até de um país, principalmente quando a emergência se prolonga e se modifica ao longo de vários dias em uma situação de caos, urgência e estresse. Também por causa das dificuldades que aparecem no trabalho jornalístico como problema de transporte e locomoção – vias interditadas e destruídas -, falta de energia elétrica, problemas nas comunicações – queda de torres de celular e dificuldade em obter internet – e desabastecimento.

Algumas características são marcantes no jornalismo de desastres como o uso de relatos dos próprios repórteres como testemunhas oculares, a particularização do desastre no depoimento de algumas

vítimas, declaração de fontes oficiais, aposta em imagens de impacto em foto e vídeo (que geralmente são abundantes), uso de dados estatísticos e uso de explicações científicas para o fenômeno, geralmente com infográficos nos meios visuais. Também é comum a um veículo de transmissão, como a TV e o rádio, suspender sua programação habitual para cobrir um desastre de grande dimensão minuto a minuto, com informações ao vivo, dar boletins e notas especiais ou estender seus programas de notícias. Isso também pode ocorrer em meios impressos, por meio de edições extras (Camps, 1999, p. 27).

Sibila Camps enumera outras características da cobertura. Certos desastres se prolongam e vão se modificando ao longo de vários dias, inclusive em um mesmo dia. O foco do dia deve acompanhar a evolução da emergência. A equipe de cobertura geralmente vai preparada para trabalhar mais que o habitual e isso pode ser cansativo, física e psicologicamente (Camps, 1999, p. 25-26). Um dos exemplos marcantes que acompanhamos recentemente foi a cobertura do terremoto de Tohoku, no Japão, em 11 de março de 2011, quando o terremoto seguido de tsunami e, na sequência, a explosão da usina nuclear de Fukushima, manteve os correspondentes internacionais acordados 24 horas devido à diferença de fuso-horário.

As circunstâncias dramáticas que afetam as vítimas podem afetar os jornalistas locais na mesma medida, e também os jornalistas de outras áreas que vão ao local para a cobertura terão de enfrentar as dificuldades do local como falta de energia elétrica, água potável, comida, hospedagem e dificuldade com comunicações. Toda essa situação faz com que a produção seja mais trabalhosa e complexa que o habitual (Camps, 1999, p. 27).

Os desastres de breve duração geralmente tem muita informação para pouco tempo ou espaço nos jornais. Já os desastres que se prolongam podem ter dias de vazio informativo, nos quais se torna difícil dar resposta à avidéz por notícias da população (Camps, 1999, p. 26). O 5º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, promovido pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), em 2010, dedicou uma mesa à cobertura do terremoto no Haiti, ocorrido em 12 de janeiro de 2010, na qual três jornalistas compartilharam suas experiências. Fábio Zanini (2010) foi o enviado especial da Folha de S. Paulo e relatou o ciclo de informações, que ele dividiu em fases, observado no jornal: A primeira fase vai do 1º ao 5º dia, o jornal dedicava seis a nove páginas ao desastre com foco na real dimensão da tragédia, número de mortos, prejuízos, relatos dramáticos e

destaque para a morte da brasileira Zilda Arns; na segunda fase, do 6º ao 9º dia, o jornal dedicou quatro a cinco páginas diárias com foco principal em segurança e focos secundários nos aspectos geopolíticos (controle do aeroporto) e o futuro da Minustah, a força de paz da ONU no Haiti, comandada pelo Brasil, que já estava no país antes do terremoto; a terceira fase começa a partir do 10º dia e o espaço no jornal se reduz a um máximo de três páginas diárias com foco em reconstrução e focos secundários nos problemas com distribuição de comida, reabertura do aeroporto e refugiados. Zanini (2010) relata que após nove dias, o terremoto deixou de ser manchete e após 14 dias, saiu da primeira página.

Outro comentário feito por Zanini (2010) em sua apresentação mostrou os desafios da cobertura como a desinformação sobre o que era o país, a cobertura inicial sob impacto emocional, dificuldades logísticas, principalmente comunicação e transporte e o uso de conceitos previamente estabelecidos como violência, caos e desordem que não eram regra, mas situações específicas como consequência do terremoto. O jornalista também comentou sobre a situação imperfeita de ser hóspede de alguém que deve ser avaliado imparcialmente (o exército), o estresse emocional e envolvimento pessoal com as vítimas, a convivência muito próxima com a concorrência e a necessidade de trazer uma história nova por dia, o que se torna difícil após certo tempo (Zanini, 2010). Neste depoimento de Zanini é marcante sua reflexão sobre a dificuldade de dar informação sobre um lugar desconhecido, sem muitos antecedentes nos arquivos do jornal, reflexão essa que também acompanha a palestra do jornalista Ítalo Nogueira, também da Folha de S. Paulo, sobre a cobertura de desastres naturais, no mesmo congresso.

Nogueira (2010) destaca algumas características marcantes da cobertura de desastres como investigação sobre as responsabilidades, os investimentos feitos em prevenção, uso político de verbas, corrupção, uso de fontes locais independentes com informações que podem ser checadas e a preparação do repórter com informações antes do desastre sobre o mapeamento das áreas de risco, projetos de prevenção e acompanhamento de moradores em áreas de risco. Por fim, Nogueira (2010) recomenda que o jornalista preparado para cobrir desastre não deve desistir dos pedidos de pautas sobre riscos feitos à chefia de reportagem.

Essa última recomendação de Nogueira transparece uma carência na imprensa. No geral, a cobertura de riscos é inexistente e o

acompanhamento da mídia se restringe a desastres. Quando o risco surge na pauta, ele geralmente disputa lugar com outras notícias e sua cobertura aparece descontextualizada. Além disso, as organizações de notícias não cobrem riscos no resumo: eles cobrem "acontecimentos importantes" (conforme definido por suas próprias normas e valores guias) que acontecem de acarretar riscos à vida e à saúde. Assim, a reportagem sobre o risco é regida pelas mesmas regras de decisão usadas na reportagem de outras notícias. Eles estão condicionados por uma série de fatores: o conhecimento que sua equipe possui, e para a televisão, o número de equipes de gravação e da disponibilidade para gravação (Singer; Endreny, 1993, p. 40).

O fato de as reportagens sobre os perigos e riscos não serem geralmente definidas como tal e descontextualizadas, acarreta certas consequências. As notícias sobre os perigos normalmente não fornecem informações suficientes para permitir decisões racionais, elas apenas alertam sobre o perigo. Singer e Endreny (1993, p. 40-41) comentam que elas desempenham uma função de "vigilância", mas a maior parte delas não nos informa com precisão sobre qualquer das dimensões do risco, pois essa não é sua intenção. Mesmo quando a intenção é fornecer informações úteis para reduzir os riscos, a informação é muitas vezes insuficiente e, por vezes, imprecisa. O resultado é que a emoção, não a razão, é provavelmente o que rege a nossa resposta a esses riscos, cuja informação depende da mídia (Singer; Endreny, 1993, p. 40-41).

Ao compreender isso, aceitamos que o papel da mídia na formação da percepção que as pessoas desenvolvem sobre o risco deve ser melhor compreendido para que a informação receba o tratamento correto. Sibila Camps (1999, p. 26) considera fundamental que o jornalista tenha consciência de que, na cobertura de uma catástrofe ou emergência, a imprensa cumpre uma importantíssima função social, que deve exercer com a maior responsabilidade devido a sua acessibilidade por todas as camadas da população.

São vários os papéis atribuídos à mídia tanto no desastre, quanto em tempos de normalidade quando o foco é o risco. Existe o papel de sensibilização, persuasão e de preparação como uma autoridade para o público sobre como se preparar e responder a situações de catástrofe. Neste papel de sensibilizador, o trabalho dos jornalistas ao incluir fontes, como vítimas e trabalhadores dos órgãos de ajuda humanitária, revela o ângulo humano de um desastre.

Também se destaca a função de agir como um elo promovendo um senso de comunidade e solidariedade durante o desastre, uma

ligação entre as pessoas afetadas e o público que quer ajudar (Perez-Lugo, 2004, p. 212). A mídia é frequentemente o principal meio de uma comunidade impactada saber o que está acontecendo, especialmente se os moradores tiveram de deixar suas casas (Joseph Scanlon, 2007, p. 428). A professora de comunicação Marla Perez-Lugo (2004, p. 212) salienta que a mídia se torna mais que uma base de informações para o público pois se espera que ela cumpra papéis que não são esperados durante a normalidade, como o de funcionar como um mecanismo de defesa, mantendo a comunidade unida em uma crise. Por esse motivo, a mídia seria mais acessada nos momentos de crise que de normalidade, embora Joseph Scanlon (2007, p. 428) reconheça que a mídia é importante antes, durante e depois da emergência, principalmente devido a seu alcance massivo.

O jornalismo tem alguns papéis bem definidos numa sociedade democrática, mas outros mutantes que variam conforme o contexto social em que a informação está inserida. Isso dá margem a reflexões sobre os limites do jornalismo, até onde ele pode ir, onde deve retroceder e quando deve ampliar seus limites. Por vezes, achamos que se a imprensa simplesmente cumprisse seus papéis bem definidos, a qualidade seria inevitável. Por outras, parece que somente isso é pouco. Há momentos ainda, nos quais o que se espera da mídia é muito mais do que a mídia pode dar. Isso frequentemente ocorre em um desastre. Por isso é necessário refletir sobre quais são os papéis da imprensa em um desastre, sobretudo, os que ela realmente pode e deve cumprir.

2.4 COMO COBRIR DESASTRES

Uma cobertura de qualidade no jornalismo tem as mesmas características para a cobertura de toda e qualquer pauta, de assuntos leves a temas complexos. No entanto, na construção do texto jornalístico, principalmente nas grandes reportagens, o conhecimento e o entendimento do repórter a partir de sua formação cultural transparece. É nesse momento que importa uma preparação mais especializada, que vai ser notada em detalhes que muito contribuem para um padrão superior de qualidade tanto no texto quanto na delimitação das pautas.

Esse conhecimento passa pelo entendimento do papel que a imprensa deve ter na Redução de Risco e Desastre, que vimos anteriormente, e recebe uma ajuda substancial de cursos e treinamentos específicos, assim como manuais para orientar profissionais e veículos na atuação em crises e emergências. A maior parte desses cursos é dada

em países mais resilientes como os Estados Unidos, México e Japão, sendo alguns também disponibilizados online. O Brasil ainda carece de cursos direcionados para jornalistas, tendo recebido algumas poucas iniciativas motivadas pela Secretaria Nacional de Defesa Civil em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, mas sem a frequência necessária.

Assim como o trabalho das equipes de emergência, dos bombeiros e defesa civil, por exemplo, os profissionais que atuam num desastre, mesmo repórteres e fotógrafos, devem ter conhecimento prévio e treinamento. Muitos não se dão conta, mas a cobertura do desastre começa bem antes do evento adverso acontecer.

O pesquisador Stephen Rattien (1994) destaca a importância do planejamento pré-desastre para a cobertura da mídia, tanto para beneficiar o interesse público, quanto para manter os profissionais livres de risco. Ele lembra que criar um plano de trabalho e compartilhar informações com os grupos técnicos de gestão de risco é importante para desenvolver os melhores meios de transmitir informação ao público. Rattien recomenda o trabalho conjunto para desenvolver mapas de risco, planos de contingência, bancos de dados que possam rapidamente fornecer informações sobre a natureza de um determinado risco e materiais de divulgação pública de interesse para a mídia e de benefício para o público em geral.

O guia para a Cobertura Jornalística de Desastres Naturais, produzido pelo governo de Moçambique (2009), é direcionado para jornalistas e objetiva facilitar a gestão de risco e desastre do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades do governo de Moçambique, de forma a coordenar e organizar a atuação dos jornalistas na ocorrência de um desastre. Menciona a importância do acompanhamento, por parte dos profissionais de mídia, das etapas de prevenção e preparação, que antecedem a resposta e a elaboração do plano de contingência. É um manual prático que revela a preocupação dos gestores com a qualidade do material produzido na cobertura, monitorado de acordo com alguns aspectos básicos que devem ser respeitados no jornalismo: liberdade dos órgãos de imprensa para investigar, livre acesso às fontes de informação, tratamento igual a todos os veículos de imprensa. O guia destaca ainda que o benefício da dúvida deve estar sempre presente no trabalho do jornalista, numa referência clara ao trabalho de verificação, elemento essencial à prática jornalística (Moçambique, 2009, p. 7-8), e a necessidade do preparo anterior dos profissionais que atuam na cobertura do desastre.

É importante acompanhar o processo de resposta aos desastres naturais desde o período que antecede a sua ocorrência para fornecer aos leitores/telespectadores/ouvintes uma cobertura compreensiva. O início do processo de preparação dos Planos de Contingência marca a rápida transição para as ações de resposta aos desastres naturais e faz emergir os cenários que determinam a elaboração dos orçamentos que dominam em todo o período de emergência. Os jornalistas devem acompanhar todo este processo que antecede a ocorrência de um desastre natural (Moçambique, 2009, p. 8).

Visando os problemas previsíveis na cobertura do desastre, é possível enumerar soluções antecipadas em um plano de emergência para a redação. As jornalistas Deborah Potter e Sherry Ricchiardi (2009, p. 10-17) enfatizam a necessidade de cada organização noticiosa ter seu próprio plano para desastres. Elas fazem algumas recomendações para o planejamento com base nos planos feitos por diretores para suas redações. A porta-voz da Estratégia Internacional para a Redução de Desastres das Nações Unidas (EIRD ONU), Brigitte Leoni, o jornalista Tim Radford e o consultor da EIRD ONU, Mark Schulman também fizeram uma lista de recomendações para editores e repórteres na preparação da cobertura de desastres (2011, p. 86-91). Dentre os aspectos mais importantes citados por esses autores, destacamos alguns que são significativos para a realidade brasileira:

- Manter informações de contato e endereços de toda a equipe atualizados para poder localizá-los rapidamente em caso de emergência (Leoni; Radford; Schulman, 2011, p. 86) (Potter; Ricchiardi, 2009, p. 10);

- Ter um plano para contatar as pessoas certas para as responsabilidades certas, inclusive, funções previamente definidas para momentos de desastre. Neste plano incluem-se também outros departamentos como o de publicidade, circulação e administrativo, além de pessoal de apoio como freelancers, radioamadores, empresas que alugam equipamento como geradores, transporte e comunicadores a rádio ou satélite, contatos de mídia local em locais considerados de risco (Leoni; Radford; Schulman, 2011, p. 86) (Potter; Ricchiardi, 2009, p. 11-14);

- Informações importantes para a cobertura: conhecimento de como funciona o sistema de defesa civil; as áreas políticas federais, estaduais e municipais que estão ligadas às etapas de preparação, prevenção, resposta e reconstrução; conhecimento prévio sobre tipos de desastre que mais ocorrem na área de cobertura com lista de fontes científicas especializadas nos assuntos correlacionados; conhecimento do plano de contingência do município (em caso de mídia local) e da geografia do local afetado; publicações relacionadas de órgãos nacionais e internacionais; conhecimento de áreas vulneráveis e lideranças comunitárias (Leoni; Radford; Schulman, 2011, p. 86-88);

- Cultivar fontes nos setores políticos (nos três níveis) de gestão de risco e desastre, assim como meteorologistas, defesa civil, lideranças comunitárias de áreas vulneráveis a desastres (para mídia local) e cientistas, a partir de suas especialidades em cada tipo de desastre (ciclone, deslizamento, enxurrada, estiagem, por exemplo) e áreas relacionadas (geologia, geografia, geomorfologia, meteorologia, psicologia, sociologia, comunicação, atendimento humanitário, medicina, entre outros) (Leoni; Radford; Schulman, 2011, p. 87) (Potter; Ricchiardi, 2009, p. 14);

- Treinamento para cobertura em locais de riscos e em primeiros socorros. A BBC exige que seus jornalistas passem por um programa de treinamento para ambientes hostis antes de ir a lugares perigosos. O Comitê para a Proteção de Jornalistas, CPJ, disponibiliza um guia online para orientar repórteres que trabalham em situações de perigo (Potter; Ricchiardi, 2009, p. 15). O CPJ recomenda, entre outras coisas, que os jornalistas não andem desacompanhados em áreas atingidas, carreguem sempre um kit de emergência e de primeiros socorros e mantenham um cartão plastificado junto a si com dados pessoais como tipo sanguíneo, alergias e contato externo (Smyth, 2012);

- Manter kits de emergência com itens como lanterna, rádio, pilhas, baterias extras de equipamentos eletrônicos, botas impermeáveis, capa de chuva, apito, dinheiro em espécie (bancos podem estar inoperantes na área afetada), mapa da região e os contatos previamente pesquisados. Outros itens também são úteis para o kit como canivete multiuso, binóculos e fita adesiva forte. Deve ser considerada a necessidade de equipamento de segurança, como capacete, máscara de gás, colete à prova de balas, em determinados locais. Também é importante ter equipamento de uso profissional sobressalente disponível em lugares estratégicos fora da redação. Vale lembrar que o local afetado pode não ter energia elétrica, portanto o uso de notebook,

smartphone, GPS, celular e qualquer outro equipamento que precise recarregar pode ser dificultado (Potter; Ricchiardi, 2009, p. 12 e 14; p. 36);

- Manter *backup* com cópia de arquivos importantes salvos em mídias portáteis. Se possível planejar um sistema elétrico alternativo para o caso de cair a energia e também ter alternativas de sistemas de comunicação, pois em um desastre é comum falharem internet, telefones fixos, celulares convencionais e a rádio, normalmente os meios que melhor funcionam são por satélite (Potter; Ricchiardi, 2009, p. 25). Na cobertura do desastre do furacão Katrina, em New Orleans, o editor do *Times-Picayune* usou walkie-talkies para se comunicar com seus repórteres;

Os guias também recomendam que o planejamento para situações de desastres seja compartilhado com toda a equipe e revisado pelo menos uma vez ao ano, antes da temporada de chuvas que, no Brasil, costuma ser no verão (Leoni; Radford; Schulman, 2011, p. 88) (Potter; Ricchiardi, 2009, p. 15).

O editor do *Times-Picayune* admite que o jornal não tinha um plano de emergência para a evacuação e operação fora do prédio, o que trouxe ainda mais dificuldade no desastre provocado pelo furacão Katrina, como, por exemplo, a falta de arquivos com os *templates* e tipos próprios da diagramação do jornal salvos em um lugar seguro. Além da dificuldade em manter o trabalho, os diretores do jornal ainda tiveram de enfrentar a desconfiança dos anunciantes em relação à sobrevivência do jornal em meio àquela crise (Guernsey, 2005).

Esses relatos e outros tantos mostram que os meios de comunicação têm feito pouco para preparar-se para desastres. Esta falta de preparação fica evidente justamente no momento em que o público mais depende da mídia de massa para obter informações (Duhe, 2008, p. 115). Em um estudo sobre a resiliência da mídia diante de desastres, a pesquisadora Sonya Duhe (2008, p. 122) concluiu que um plano eficiente para a atuação em desastres deve atentar para três pontos: impacto, tecnologia e informação. Em primeiro lugar, o impacto do desastre na equipe, em seus diferentes níveis, deve estar previsto no plano para que se saiba o que fazer quando a redação é danificada e os funcionários são afetados, inclusive para facilitar a cooperação entre veículos concorrentes para compartilhamento de recursos humanos. Em segundo lugar, a tecnologia que falha durante o desastre, principalmente a dificuldade que a falta de energia e comunicações traz para o andamento do trabalho. Em terceiro lugar, a informação contínua de que

as pessoas precisam, mas se torna difícil de fornecer diante de todos os problemas que um desastre causa. Não há dúvida de que é necessário que os meios de comunicação tenham um plano para que continuem operando durante o desastre (Duhe, 2008, p. 122-123). Ainda há muito a ser aprendido sobre a resposta, particularmente na área de operações de redação, isso inclui a forma como uma redação afetada se organiza para manter suas atividades e como redações de áreas não afetadas podem auxiliar os jornalistas locais em um desastre (Duhe, 2008, p. 121).

Os desastres não viram desastres sem antes haver uma situação de risco. Quando o jornalismo cobre o risco é porque está à frente da ameaça, atento a situações de vulnerabilidade, investigando e cavando pautas que rendem denúncias e serviço público e podem prevenir desastres. Uma boa cobertura de desastre é aquela que se antecipa ao desastre, que investiga e denuncia situações de risco (Leoni; Radford; Schulman, 2011, p. 88).

A mídia deve ter participação estratégica na Redução de Risco e Desastre (RRD). O jornalismo deve assumir um papel mais amplo na gestão de risco e desastre, destacando a necessidade de incluir a RRD na pauta diária e a responsabilidade social do jornalista na informação correta e de qualidade (Leoni; Radford; Schulman, 2011). Para isso, Leoni, Radford e Schulman (2011, p. 88-89), fazem algumas recomendações, das quais destacamos as seguintes: Manter viva a memória de desastres anteriores, as pessoas se esquecem e, dessa forma, perdem a motivação para agir preventivamente; Informar sobre os simulados de preparação para desastres, exercícios e atividades educativas em RRD e desenvolver pautas que contribuam para a população saber o que fazer; aproveitar desastres que ocorrem em outros países como gancho para matérias locais; comemorar o Dia Internacional para a Redução de Desastres, que se celebra no dia 13 de outubro; direcionar entrevistas e pautas para temas ligados à RRD, vinculando assuntos correlacionados como pobreza, vulnerabilidade social, ambiental e econômica, mudanças climáticas ocupação do espaço urbano, mobilidade urbana, manutenção de áreas verdes e proteção de margens de rios.

Quanto mais estimulada for a cobertura de situações de risco, melhor será a possibilidade de proporcionar uma cobertura de qualidade, abrangente e contextualizada do desastre. Um jornalista que reconhece pautas de RRD e que também atua diretamente na área de desastre está mais preparado para trabalhar sem correr riscos desnecessários e ajudar, ao invés de atrapalhar, as equipes de resgate e assistência humanitária.

O trabalho em áreas atingidas por desastre reúne fatores de risco que devem ser levados em consideração pelos profissionais. Uma vez que trabalham ombro a ombro com as equipes de emergência, os jornalistas devem tomar os mesmos cuidados e idealmente obter treinamento para atuar com segurança física e psicológica. Dentre os profissionais emergencistas há uma grande incidência de estresse devido à exposição a situações traumáticas. Os jornalistas que atuam em situações de desastres e crises humanitárias também ficam expostos a traumas, podendo desenvolver sintomas de estresse pós-traumático (Potter; Ricchiardi, 2009) (Hight; Smyth, 2003).

É comum que as pessoas afetadas e também aquelas que trabalham diretamente na resposta ao desastre sofram de algum sintoma de estresse relacionado ao ambiente que presencia. Potter e Ricchiardi (2009, p. 42) pontuam a necessidade de saber reconhecer sintomas de estresse traumático e de transtorno de estresse pós-traumático, sendo esse último menos comum e mais grave.

Os médicos psiquiatras Ivan Figueira e Mauro Mendlowicz (2003) descrevem três dimensões de sintomas que podem ocorrer após o evento traumático vivenciado: o re-experimentar do evento traumático que acontece com recordações intrusivas que fazem com que o paciente reviva o momento do trauma, com as mesmas emoções e, por vezes, alucinações, e frequentes pesadelos nos quais se revive o evento; a evitação de estímulos associados ao trauma, como a esquiva e o entorpecimento emocional e psíquico, que provoca alteração de comportamento e distanciamento social; e a presença persistente de sintomas de hiperestimulação autonômica que incluem a irritabilidade, agressividade, insônia, sobressalto excessivo e hipervigilância (Figueira; Mendlowicz, 2003).

Em geral, o estresse traumático dura pouco tempo, sendo que o diagnóstico do transtorno é feito se os sintomas persistem por mais de um mês (Figueira; Mendlowicz, 2003). A maioria dos sobreviventes a um trauma podem experimentar esses sintomas por várias semanas depois do evento e se recuperar naturalmente sem ajuda médica (Potter; Ricchiardi, 2009, p. 46). O conhecimento de como se desenvolve o trauma também pode ajudar o jornalista no trabalho de entrevistar sobreviventes.

No desenrolar do desastre, por vezes o jornalista se confronta com situações nas quais se vê dividido entre sua função de informar e a necessidade ou o impulso de ajudar sobreviventes. Potter e Ricchiardi (2009, p. 53-54) relatam o caso do fotógrafo do jornal *Times-Picayune*,

Ted Jackson, que ao cobrir a inundação que o rompimento dos diques de New Orleans pelo furacão Katrina provocava no bairro Ninth Ward, deparou-se com uma família de sete mulheres e crianças que estava há horas agarrada aos pilares da varanda de uma casa próxima a uma ponte de acesso. Na ponte, um senhor estava tentando ajudá-las, sem sucesso, Jackson se uniu a ele nos esforços e isso ganhou prioridade sobre tirar fotos, mas ao perceber que não havia maneira de chegar até a família, se deparou com um dilema. Tendo em mente que seus editores e também o mundo precisavam saber o que estava acontecendo ali ele tomou a decisão de fazer a foto, mesmo sabendo que seria muito difícil de fazê-la. O fotógrafo se afastou tentando sair do campo de visão daquelas pessoas, pensando em não piorar a situação e agregar um trauma à família. Então ele rapidamente fez a foto, enquanto o senhor que estava tentando ajudar a família também gritava raivosamente com ele por estar tirando fotos. Jackson retornou ao jornal onde deixou o cartão de memória, pegou um bote inflável e uma corda e regressou à ponte com o repórter Brian Thevenot. “Se tivermos de escolher entre obter uma história e salvar vidas, eu escolho salvar vidas. Você está Ok com isso?”¹⁷, perguntou a ele. Sim, ele estava. Os dois chegaram rapidamente à ponte onde viram equipes de busca e resgate, mas nem sinal da família. Os resgatistas não a tinham encontrado (Jackson, 2007).

Jackson já tinha experiência em cobrir desastres, mas aquele momento ficou marcado em sua memória e a proteção emocional que havia adquirido dessa experiência não resistiu ao sentimento de que talvez pudesse ter feito mais. No decorrer dos dias, Jackson foi encontrando a exata medida entre ajudar e fotografar, buscando tornar as decisões éticas mais simples ao estabelecer que deixaria os resgates para as equipes especializadas e se preocuparia em fazer fotos. Foi dessa forma, com o reconhecimento da função de cada equipe no desastre, que ele se sentiu bem trabalhando (Jackson, 2007).

Outro momento marcante do relato de Ted Jackson descreve o momento em que ele e outros dois amigos fotógrafos chegaram ao Centro de Convenções, onde já se amontoavam mais de 20 mil pessoas sem qualquer auxílio. Ao chegarem algumas pessoas correram até eles gritando “a imprensa está aqui!”. Elas mostraram a eles as condições desumanas em que estavam. Em dado momento uma das mulheres se ajoelhou diante deles “Ajudem-nos, por favor!”. Jackson percebeu que

¹⁷ “If we have to choose between getting a story or saving a life, I’m saving lives. Are you OK with that?” (Jackson, 2007, tradução nossa)

ela não estava implorando a Deus ou a eles, mas para o mundo que pudesse ver seu pedido através das lentes. “Neste ponto, eu percebi que o meu dilema ético tinha completado um círculo completo. O poder da câmera neste momento foi muito mais intenso do que qualquer outra coisa que eu pudesse ter feito por eles”¹⁸, relatou Jackson (2007).

Meses mais tarde o fotógrafo finalmente soube o que havia acontecido com a família de sete mulheres que ele deixara na ponte. Todas estavam a salvo em Houston, haviam sido resgatadas por adolescentes em um barco de pesca. Jackson conseguiu falar com elas por telefone, só precisava explicar a elas que havia voltado para ajudá-las. Ao final da conversa elas pediram a ele se podia lhes enviar aquela foto, para guardar de lembrança (Jackson, 2007).

Esses dilemas éticos são comuns na cobertura de desastres. Compartilhar experiências é uma forma de ajudar esses profissionais a diminuir o trauma provocado por suas decisões e auxiliar novos profissionais que vão se deparar com situações semelhantes.

Não é raro duvidar da utilidade de suas funções e questionar se o jornalismo é mesmo útil no momento imediato da resposta. Há uma dificuldade em aceitar que o jornalismo, assim como os bombeiros, os policiais, a defesa civil, a guarda nacional, o exército, os médicos, enfermeiros, psicólogos e demais equipes de atendimento ao desastre têm um papel limitado. Numa situação de desastre é comum o sentimento de impotência, principalmente ao percebermos que a reconstrução será demorada devido a entraves burocráticos e a falhas no gerenciamento político do desastre que acaba dificultando a distribuição de recursos.

Infelizmente não são raros os casos de corrupção e desvio de verbas de emergência, como ocorreu em Teresópolis e Nova Friburgo, no desastre em 2011. O cenário político insensível aos riscos e desastres prejudica o trabalho de todos que atuam nessa área e aí reside a necessidade de se desenvolver políticas públicas eficientes. Neste cenário, o jornalismo deve ter a real noção de seu papel contínuo numa democracia, pois seu exercício não se restringe à área de desastre e deve persistir, mesmo quando os locais afetados voltam à situação de normalidade. Das equipes que atuam no desastre, o jornalismo é o que tem reais condições de insistir na idoneidade e transparência das

¹⁸ “*At this point, I realized that my ethical dilemma had come full circle. The power of the camera in this moment was much more intense than anything I could have done for them.*” (Jackson, 2007, tradução nossa)

autoridades políticas e na cobrança de políticas públicas eficientes que realmente estejam presentes na reconstrução dos locais destruídos e na tomada de medidas de prevenção e preparação.

A reconstrução das áreas afetadas ainda é tratada com morosidade e não apenas em New Orleans. Os dois desastres que analisamos a seguir, de 2008 em Santa Catarina, e de 2011, na região serrana do Rio de Janeiro, estão repletos de exemplos de demora na reconstrução, inclusive de estrutura básica como pontes e rede de esgoto. Existe um ditado muito repetido em áreas de desastre pelas pessoas que notam que, após um mês, a mídia vai embora e, sem aparecer nos jornais, o local afetado fica esquecido: “o verdadeiro desastre começa quando a mídia vai embora”.

Com tudo o que foi discutido até aqui, podemos descrever que o papel do jornalismo no desastre se traduz em não ir embora. Esse papel evidencia que o jornalismo de desastres não se resume à cobertura factual da resposta, mas deve ser abrangente, participando da disseminação de uma cultura de risco, o que revela a importância de se pensar no jornalismo cívico público, que reitera a responsabilidade social da imprensa, em qualquer situação.

Neste segundo capítulo vimos a necessidade de conhecer conceitos fundamentais em desastres para guiar as práticas de redução de risco e desastre e estabelecer papéis bem definidos a todos os envolvidos, como o setor de mídia e comunicação institucional. Vimos alguns destaques das coberturas de grandes desastres e relacionamos guias que auxiliam na organização de pautas sobre o assunto.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo detalhamos a metodologia empregada para a pesquisa, definimos os aspectos do objeto empírico estabelecendo os limites do objeto e levantamos um breve histórico sobre as publicações analisadas, a fim de proporcionar contexto ao objeto pesquisado.

3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Os dois pontos base da pesquisa, a questão da qualidade em jornalismo e dos desastres, oferecem um desafio metodológico que exige procedimentos e cuidados específicos para atender a demanda qualitativa do trabalho. Além de ser o modo de fazer que torna a pesquisa transparente e válida, pensamos na metodologia como um meio e um guia para alcançar nossos objetivos. Nesse subcapítulo damos uma perspectiva do desenvolvimento da metodologia de pesquisas sociais em desastres, a partir da qual esboçamos um ponto de partida metodológico para essa pesquisa.

O pesquisador Enrico Quarantelli, fundador do *Disaster Research Center*, na Universidade de Delaware, EUA, e um dos pioneiros em pesquisas sociais sobre desastres, relata, em um ensaio sobre o furacão Katrina (2006), que os estudos na área começaram há pouco mais de meio século. Um dos primeiros problemas abordados pelos primeiro pesquisadores era como diferenciar desastres de emergências cotidianas, enquanto eventos sociais que afetam as comunidades. Em menos de uma década de pesquisa de campo as diferenças foram sistematizadas e documentadas (Quarantelli, 2006).

Alguns dos pesquisadores sociais em desastres avançaram também no campo da metodologia, como Robert Stallings que compilou no livro *Methods of disaster research*, artigos de vários pesquisadores com discussões metodológicas relevantes para a pesquisa social em desastres que, inclusive, mostram como ela mudou com o tempo.

O foco em risco, que atualmente direciona a gestão de risco e desastre em todo o mundo é relativamente recente, como vimos no capítulo anterior. Até chegar a ele, tanto a prática quanto a pesquisa partiam da resposta a desastres, como forma de determinar padrões dentro dos quais fosse possível ampliar o conhecimento sobre o tema. Em um artigo publicado inicialmente em 1956, e que ainda serve de referência, Lewis Killian ressalta que a condição de pesquisa em desastres ocorre inteiramente depois que eles ocorreram. Em apenas

alguns casos afortunados o investigador vai encontrar estudos prévios feitos exatamente na comunidade afetada ou os temas pertinentes aos seus objetivos de pesquisa (Killian, 2002, p. 53).

Em língua inglesa existem vários estudos sobre o papel da mídia em desastres e uma carência nos estudos sobre como a imprensa atua realmente na resposta ao desastre, o que dificulta estudos relativos às outras etapas do desastre, a prevenção, a preparação e a reconstrução (Scanlon, 2007) (Duhe, 2008). Em português existe uma carência generalizada de pesquisas sobre desastres, especialmente se voltadas à imprensa.

Mesmo nessas condições o processo de concepção de pesquisa deve começar antes da ocorrência de qualquer desastre específico que está a ser estudado. Contribuições aditivas significativas para o conhecimento dos fenômenos em desastre não surgem de projetos apressados e devem considerar o estudo em campo planejado para coletar dados durante o desastre (Killian, 2002, p. 54).

Killian ressalta a importância de adaptar o método escolhido às necessidades reais da pesquisa, pois há pesquisas que são metodologicamente impecáveis, mas teórica e pragmaticamente insignificantes porque os métodos têm sido utilizados de forma mecânica e indiscriminadamente. Seja qual for o assunto, os métodos devem ser cuidadosamente selecionados e habilmente adaptados para atender os requisitos da área de investigação particular (Killian, 2002, p. 49).

A cientista social Maria Immacolata Vassallo de Lopes propõe ainda uma reflexão metodológica, necessária para a “atitude consciente e crítica por parte do investigador quanto às operações científicas que realiza na investigação e quanto ao questionamento constante a que deve submeter os métodos ante as exigências que lhe impõe a realidade” (Lopes, 2010, p. 92).

A partir do estudo de Anders Hansen sobre o papel da mídia na construção social do interesse em questões ambientais, Marco Lombardi (2002, p. 261-262) sugere a necessidade de estudos dos valores culturais e ideológicos dos profissionais da mídia. Esses estudos identificam estereótipos jornalísticos incorporados no uso de determinadas metáforas, a referência a conceitos de valor (o que se entende por saúde, pelo risco), e associações com fundo ideológico (individualismo contra o universalismo, a inovação contra conservação, hierárquico em relação ao ideal liberal, ou fatalismo contra o racionalismo).

Em relação à qualidade da informação, Lombardi afirma que os meios de comunicação devem garantir a consistência e exatidão quando se fala de temas, problemas e soluções ambientais e não apenas realizar algum tipo de equilíbrio de fontes entre os diversos grupos profissionais acadêmicos, técnicos, jornalistas (Lombardi, 2002, p. 261-262).

Enquanto ciência, o jornalismo é um campo de estudo recente e ainda não possui métodos específicos para a atividade jornalística, sendo comum a adaptação de métodos conhecidos por sua aplicação nas ciências sociais, como a análise de conteúdo e a análise de discurso.

Para unir as preocupações metodológicas dos estudos em desastres com a análise de qualidade em jornalismo, partimos de uma base estrutural fornecida pela análise de conteúdo. Laurence Bardin define a análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”, qualitativas e quantitativas, a partir da descrição e interpretação do conteúdo do texto, com inferências a sua produção e consumo. O método é “marcado por uma grande disparidade de formas e adaptações a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (Bardin, 1977, p. 31).

A análise de conteúdo é organizada em três etapas cronológicas (Bardin, 1977, p. 95): pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. O método é frequentemente usado em análises de texto que culminam em descrições numéricas de características relevantes do corpus do texto, mas também “considerável atenção está sendo dada aos “tipos”, “qualidades”, e “distinções” no texto, antes que qualquer quantificação seja feita” (Bauer; Gaskell, 2002, p. 190).

A primeira etapa é a mais complexa, pois deve cercar-se de previsões que norteiem as etapas seguintes. A pré-análise, adaptada da proposta de Bardin, se desenvolve nas seguintes etapas: Os documentos já disponíveis (material impresso) são lidos primeiramente para “analisar e conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações” (Bardin, 1977, p. 96); O corpus é definido e testado de acordo com as regras da exaustividade, da representatividade, da homogeneidade, e da pertinência (Bardin, 1977, p. 97-98); A preparação do material para facilitar a manipulação da análise (Bardin, 1977, p. 100).

Cumprida a etapa de pré-análise, vem a segunda etapa, de análise e codificação das referências para a criação de um quadro de indicadores. A AC estabelece regras de categorização das mensagens a partir de um referencial, construído a partir da organização sistemática

do referencial teórico em indicadores que facilitarão a obtenção de respostas dentro de um conjunto pré-definido de alternativas (Bauer; Gaskell, 2002, p. 192). A análise é a fase mais técnica da metodologia, prepara o material para a fase de interpretação. A classificação e categorização dos textos permite uma visualização mais clara dos dados, facilitando a interpretação relacionada às referências bibliográficas e às entrevistas.

Na terceira etapa da análise de conteúdo, o material das revistas, classificado e categorizado, é interpretado de acordo com o referencial adotado, expondo os dados aos indicadores que foram embasados nos capítulos teóricos e hierarquizados em um Índice Temático e seis indicadores. As entrevistas estruturadas passam por análise de conteúdo, sendo categorizadas em tópicos indicativos de assuntos/temas chave, reunindo as respostas que possuem pontos comuns e comentando os relatos de experiências diversas. Os procedimentos metodológicos relativos à análise das revistas foram organizados da seguinte forma:

1. O conteúdo das revistas é analisado e comentado a partir do Índice Temático que analisa a **abordagem de informações relacionadas à Redução de Risco e Desastre (RRD)**

O Índice Temático visa analisar especificamente as informações que aparecem no produto e são relacionadas à RRD, Redução de Risco e Desastre. Conceitos e termos próprios são utilizados corretamente? Há explicação clara do fenômeno que causou o desastre? Há histórico e contexto? A cobertura demonstra conhecimento do risco? As informações são de interesse público? A cobertura demonstra conhecimento de legislação e processos políticos? Quais palavras foram utilizadas como sinônimo de desastre (excluem-se as que estão em declarações de fontes)? Elas são coerentes com o conceito?

Partindo das necessidades apontadas no Índice Temático, seguem-se indicadores técnicos de qualidade jornalística:

a) Indicador nº 1 - Imagens

As fotos, legendas e figuras utilizadas na cobertura são analisadas em conjunto. A análise comenta a informação contida nas fotos, se complementam e acrescentam informações fora do texto, se o enquadramento dá contexto às fotos. Também são analisadas as legendas, se complementam e contextualizam a foto ou são meramente descritivas.

b) Indicador n° 2 – Marcas da apuração

Nesse indicador observamos as marcas da apuração que transparecem no produto. Há a verificação de dados como datas, números fornecidos pelas autoridades nas datas e horários de fechamento das revistas, e qualquer informação visível no texto que mostre problemas na apuração ou na verificação. Também são identificados sinais de transparência que ficam evidentes no texto. Os dados verificados são comparados aos dados disponibilizados livremente na época da apuração pelas fontes institucionais citadas nas revistas.

c) Indicador n° 3 - Texto

A avaliação do texto visa observar pontos específicos que são fundamentais para a compreensão do leitor e são feitos comentários sobre algumas características de texto, como a relação com título, linha fina e chamada de capa e o desenvolvimento do foco apresentado nas chamadas. É checado também se o texto apresenta clareza ao tratar de assuntos técnicos, expressões e termos usados na RRD.

d) Indicador n° 4 – Pluralidade de fontes

Todas as fontes do texto são relacionadas e divididas de acordo com o tipo, fontes técnico-científicas, documental, institucionais, autoridades políticas e fontes individuais. O uso das fontes é analisado em relação ao foco da reportagem e seu desenvolvimento e a efetividade das declarações para o texto.

e) Indicador n° 5 – Abordagem da crítica

A crítica bem embasada é um ponto que transparece o domínio do assunto abordado na reportagem. O texto levanta pontos críticos relevantes para a RRD e a população? Tem embasamento que permita desenvolvimento posterior? Utiliza fontes e fatos como suporte?

f) Indicador n° 6 – Distribuição e equilíbrio da informação

Para fins práticos, o texto das matérias em cada cobertura é dividido apenas em fatos, relatos e contexto. Essa divisão facilita a observação da proporção que cada tipo de informação tem no texto e nos mostra como é sua distribuição, seu equilíbrio em relação com o foco central da reportagem e como foram usados os tipos de informação.

A divisão é feita de acordo com o tipo de informação preponderante naquele trecho: fatos sobre o desastre, relatos

(informação de fundo humano que particulariza o acontecimento, relatos de sobreviventes, afetados, voluntários, resgatistas e narrativas sobre afetados e vítimas), contexto (causas, soluções, histórico, comparações e explicações sobre o desastre). Também são considerados os textos dos infográficos, intertítulos e títulos de box.

São excluídos títulos dos textos centrais e de correlatas e linhas finas, pois representam o resumo do texto, e legendas, com exceção daquelas que acompanham fotos que compõe o infográfico, que são analisadas como imagens. Também não compõe a contagem qualquer texto da cobertura complementar. Para tornar o diagnóstico do equilíbrio mais preciso, os textos das coberturas centrais de cada publicação analisada são transcritos pra fazer a contagem das palavras, a partir da qual é dada a proporção em porcentagem de fatos, relatos e contexto no texto.

2. O conteúdo da cobertura de cada revista é submetido individualmente aos seis indicadores de qualidade que destacam pontos diferentes de análise do Índice Temático como norteador de todos eles. Os pontos em comum e em conflito são destacados. A análise das coberturas é reunida e disposta de acordo com o ano do desastre estudado, 2008 e 2011.

3. O conteúdo das respostas das entrevistas é disposto a partir de tópicos de consonância das respostas, relacionados às perguntas. As respostas são discutidas à luz das referências teóricas e comparadas em suas semelhanças e diferenças, a partir das quais são interpretadas.

4. A análise gerada pelo material empírico e teórico é confrontada com o objetivo de pesquisa para provocar pontos de reflexão e suscitar conclusões pertinentes.

3.2 DEFINIÇÃO DO OBJETO EMPÍRICO

O material a ser analisado nesta pesquisa é a cobertura de dois grandes desastres que inclui o material das três revistas nacionais de maior circulação, *Veja*, *Época* e *IstoÉ*, e as respostas das entrevistas feitas por e-mail com jornalistas que participaram das coberturas em cada revista analisada.

Foi decidido analisar a cobertura dos dois maiores desastres já ocorridos e registrados no Brasil (Guha-Sapir et al, 2009) (Guha-Sapir et

al, 2012), até esta data, o de Santa Catarina, em novembro de 2008¹⁹, e o da região serrana do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011²⁰, por terem recebido grande atenção da imprensa nacional e internacional, e ainda por dois motivos específicos:

- O desastre de Santa Catarina marcou uma mudança visível na atenção dada pela mídia aos desastres;
- O desastre da região serrana do Rio de Janeiro provocou uma mudança na atenção dada pelas autoridades federais aos desastres.

Para a análise da cobertura desses dois desastres foram escolhidas as revistas citadas devido aos seguintes motivos:

- São revistas semanais, de conteúdo geral não especializado;
- São as três revistas semanais de maior circulação do Brasil;
- Seu conteúdo é comentado e influencia outros veículos da imprensa;
- Revistas têm valor histórico, utilizadas como documentos e fontes de consulta para pesquisadores de todas as áreas, “apresenta-se como um repositório diversificado de temas da atualidade” (Benetti, 2013, p. 44);
- Revistas permanecem armazenadas em bibliotecas presenciais ou virtuais para posterior consulta, “são duráveis e colecionáveis” (Benetti, 2013, p. 44);
- Revistas tem valor didático, sendo utilizadas em escolas como material de análise, “contribui para formar a opinião e o gosto” (Benetti, 2013, p. 45);
- É um material que pode ser obtido de colecionadores e sebos e, embora edições publicadas há mais de seis meses²¹ não sejam encontradas à venda nas editoras originais, grande parte de seu conteúdo é encontrado na internet. Materiais de outros veículos de imprensa, como vídeos de coberturas televisivas, não são encontrados livremente e mesmo sendo material de TVs abertas, de concessão pública, são disponibilizados somente por solicitação paga para as empresas de clípagem ou por vias excessivamente burocráticas para pesquisa.

¹⁹ O desastre de 2008 entrou para o ranking mundial dos 10 maiores desastres de 2008, publicado pelo *Centre for Research on the Epidemiology of Disasters*, CRED, *Annual Disaster Statistical Review 2008. -The numbers and trends* (Guha-Sapir et al, 2009).

²⁰ O desastre de 2011 foi reconhecido pela ONU como o maior já ocorrido no Brasil, e pelo CRED como o que provocou o maior número de mortes, ficando em terceiro lugar no ranking do relatório *Annual Disaster Statistical Review 2011 - The numbers and trends* (Guha-Sapir et al, 2012).

²¹ De acordo com informações das editoras Abril, Três e Globo.

A fim de padronizar o entendimento definimos cobertura como a atenção dada por um determinado veículo ou publicação sobre um mesmo fato importante que abrange reportagens, fotos, textos assinados, editoriais, colunas, charges e seções diversas.

Para cercar o corpus da pesquisa em torno dessa definição, dividimos a cobertura em central e complementar. Por cobertura central determina-se como as reportagens (gênero) derivadas de um único fato e seus desdobramentos reportados em um veículo de imprensa pelo período de até um mês após o fato ocorrido. A matéria abrange fotos, gráficos e infográficos reunidos sob uma mesma cartola²².

Como cobertura complementar consideramos elementos que abordam o tema da cobertura: capa, índice, textos assinados, colunas, charges, seções e pequenas notas ou textos que não correspondem ao gênero reportagem, analisados como um conjunto complementar à cobertura central.

Determinamos como fatos que marcam o início das coberturas os desastres desencadeados a partir de 22 de novembro de 2008, em Santa Catarina, e a partir de 12 de janeiro de 2011, na região serrana do Rio de Janeiro. As datas foram fixadas a partir de documentos oficiais, o decreto nº 1.897, de 22 de novembro de 2008, assinado pelo governador do Estado de Santa Catarina, que declara Situação de Emergência (SE) (Santa Catarina, 2008), e a portaria nº 25 de 13 de janeiro de 2011, do Diário Oficial da União, que reconhece Estado de Calamidade Pública (ECP) no município de Teresópolis, região serrana do Rio de Janeiro, com base em decreto municipal de 12 de janeiro de 2011 (BANCO DE DADOS S2ID).

Respeitando esses critérios, a análise desconsidera as matérias relacionadas a outros eventos de desastre ocorridos próximo ao período de análise da cobertura, mesmo que na mesma edição, ou sobre a mesma cartola (também chamada de chapéu).

A análise geral leva em conta o conteúdo das reportagens, o que inclui: texto, inclusive o de correlatas, boxes e entrevistas ping pong, *slash* (chamada pequena na capa), chamada de capa, de índice, título e subtítulo das matérias, linha fina, legendas, olhos, intertítulos,

²² Também chamada de chapéu ou retranca, a cartola é uma ou mais palavras que resumem o assunto da matéria e na diagramação fica acima do título ou na parte de cima de todas as páginas relacionadas ao mesmo assunto e/ou editoria, por exemplo: BRASIL ENCHENTE (Época, 2008, 550); SOCIEDADE ENCHENTE (Época, 2008, 551); CIDADES (Veja, 2011, 2201); BRASIL ESPECIAL (IstoÉ, 2011, 2149).

subtítulos, cartolas, texto de infográficos, gráficos ou montagens gráficas. Imagens, fotos, mapas, montagens gráficas e ilustrações de infográficos, são analisados como conteúdo informacional, enquanto parte complementar do texto principal, não levando em consideração sua estética ou quaisquer conceitos objetivos ou subjetivos ligados especificamente a estes itens.

Dessa forma, o material analisado está nas edições:

- *Veja*, editora Abril – Edição nº 2089 (3/12/2008); nº 2090 (10/12/2008); nº 2200 (19/1/2011); nº 2201 (26/1/2011);
- *IstoÉ*, editora Três – Edição nº 2039 (3/12/2008); nº 2149 (19/1/2011); nº 2150 (26/1/2011); nº 2152 (9/2/2011);
- *Época*, editora Globo – Edição nº 550 (1/12/2008); nº 551 (8/12/2008); nº 661 (17/1/2011); nº 662 (24/1/2011).

Quadro 1 - Desastre de Santa Catarina – 22 de novembro de 2008 – cobertura central

Revista	Edição	Data de publicação	Matérias analisadas
<i>Veja</i>	2089	3/12	Capa - A primeira vítima
	2090	10/12	Interna - A hora da solidariedade
<i>IstoÉ</i>	2039	3/12	Capa - “Perdi família, casa e emprego”
<i>Época</i>	550	1/12	Capa - É possível evitar tragédias como essa?
	551	8/12	Interna - A dura volta para casa

Fonte: desenvolvido pela autora

Quadro 2 - Desastre da região serrana do Rio de Janeiro – 12 de janeiro de 2011 – cobertura central

Revista	Edição	Data de publicação	Matérias analisadas
<i>Veja</i>	2200	19/1	Capa - Os mortos de janeiro
	2201	26/1	Interna (<i>slash</i> na capa) - 8 soluções para evitar outra tragédia
<i>IstoÉ</i>	2149	19/1	Capa - Muito discurso, pouca ação e mais tragédias
	2150	26/1	Interna - A dura vida numa região devastada
	2152	9/2	Interna (entrevista) - “Precisamos de um satélite só nosso” (sem chamada no índice)
<i>Época</i>	661	17/1	Capa - Depois da tragédia
	662	24/1	Capa - A força da solidariedade

Fonte: desenvolvido pela autora

Fig. 1- Capa da Veja ed. nº 2089 (3/12/2008)



Fig. 2- Capa da IstoÉ ed. nº 2039 (3/12/2008)



Fig. 3- Capa da Época ed. nº 550 (01/12/2008)



Fig. 4 – Capa da Veja ed. nº 2200 (19/01/2011)



Fig. 5 – Capa da Veja ed. nº 2201 (26/01/2011)



Fig. 6 – Capa da IstoÉ ed. nº 2149 (19/01/2011)



Fig. 7 - Capa da Época ed. nº 661 (17/01/2011)



Fig. 8 – Capa da Época ed. nº 662 (24/01/2011)



Todas as edições analisadas foram fechadas na noite de sexta-feira anterior à data de publicação, o que varia é apenas o horário. A ordem de análise foi determinada a partir da ordem cronológica da publicação, da mais antiga a mais nova, *Veja*, *IstoÉ* e *Época*.

As revistas são analisadas da seguinte forma: o Índice Temático representa o tema central da cobertura (desastres) e um indicador estrutural com especificidades relacionadas às exigências do tema que visa orientar a análise tendo seis indicadores de qualidade subordinados a ele. As entrevistas acrescentam a experiência dos profissionais que trabalharam nas coberturas dos desastres e seu ponto de vista sobre a cobertura do risco e o papel do jornalismo.

Através da análise qualitativa das revistas e da reflexão provocada pela experiência dos entrevistados, esperamos atingir o objetivo geral da pesquisa, de **refletir sobre o papel do jornalismo na Redução de Risco e Desastre**. Enxergamos a análise de qualidade das revistas e as entrevistas com os jornalistas como etapas importantes para atingir o objetivo.

Para conseguir os nomes dos jornalistas a serem entrevistados foi feito um levantamento nas edições analisadas listando os nomes dos créditos das reportagens e selecionando os nomes do expediente de cada edição que poderiam ter participado das coberturas. Não foi feita distinção entre contratados e freelancers, as respostas de todos são igualmente consideradas. Em seguida, iniciou-se a etapa de busca de contatos de e-mail desses jornalistas. Ao final, foram relacionados 65 nomes, dos quais foram obtidos 59 contatos de e-mail aos quais foi enviado um questionário de perguntas semidirecionadas. Dos enviados, 19 contatos foram negativos, retornaram com respostas que variaram entre pessoas que não participaram significativamente da cobertura, não quiseram responder às perguntas e respostas automáticas de conta de e-mail não válida. Dos 40 contatos restantes, foram obtidas 13 respostas positivas, com questionários respondidos adequadamente (22% do total enviado ou 32,5% dos contatos válidos), que constituem o *corpus* denominado entrevistas.

Para atender às necessidades da pesquisa e atingir adequadamente os objetivos descritos, foi pensado um conjunto de técnicas derivadas do método clássico da Análise de Conteúdo de texto, adaptado livremente dos padrões amplos desenvolvidos pelos pesquisadores reunidos no *Congreso Nacional e Internacional del II Foro de Periodismo Argentino*, que define indicadores de qualidade. Também contribuiu para o aprimoramento das técnicas a proposta de

metodologia de Josenildo Guerra relacionada à Matriz de Cobertura. A análise que se desenvolve na presente pesquisa é focada exclusivamente no produto e seu método se tornou uma variação específica da análise de conteúdo.

3.3 BREVE HISTÓRICO E DESCRIÇÃO DAS REVISTAS ANALISADAS

Das três publicações analisadas, a revista *Veja* é a mais antiga. Detentora da maior tiragem atual das revistas semanais brasileiras, a primeira edição de *Veja*, foi lançada em 11 de setembro de 1968, com uma capa vermelha na qual se via o símbolo comunista e a chamada “O grande duelo no mundo do comunismo” (Veja, 1968). A editora Abril lançava a revista num dos períodos mais conturbados da política e, conseqüentemente para a imprensa brasileira: o regime militar. Idealizada pelos jornalistas Victor Civita, fundador da editora Abril, e Mino Carta, diretor de redação, a partir dos moldes da revista estadunidense *Time*, a publicação “chegou com a disposição de ir além da mera resenha da semana, servindo ao leitor coberturas exclusivas e, sobretudo, interpretação: o contexto em que o fato se deu, seus possíveis desdobramentos e conseqüências” (A Revista, 2000, p. 60).

Um dos célebres episódios relatados por Conti (1999, p. 72-74), se deu quando Mino Carta criou, junto com o jornalista Raimundo Pereira, a cobertura de política na revista, em agosto de 1969, com uma seqüência de capas sobre a sucessão da presidência. A partir de uma notícia exclusiva conseguida pela sucursal de Brasília, a redação descobriu que o então presidente Médici estava irritado com a tortura e os torturadores e Mino Carta lançou uma capa, em três de dezembro, com a chamada “O presidente não admite torturas”. Para continuar no assunto na capa seguinte, Carta usou como pretexto uma declaração vaga do ministro da justiça que se comprometia a apurar denúncias de tortura.

Durante a semana, a Censura ordenou aos jornais que parassem de dar notícias, repercutindo a capa de *Veja* e especulando se Médici iria acabar com a tortura. Na sexta-feira, dia em que chegavam as ordens da Censura à redação, Mino Carta mandou bloquear os telefones para evitar receber vetos à capa. O expediente deu certo. A capa sobre a tortura foi publicada em plena ditadura, com *Veja*

sob censura e os torturadores seviciando presos políticos em quartéis e delegacias (Conti, 1999, p. 74).

Esse foi considerado o batismo de fogo da revista, a partir do qual nasceu um modo de fazer revista semanal de notícias, com a cobertura política como eixo (Conti, 1999, p. 74). Ao ser lançada, uma característica inovadora de *Veja* era o texto uniformizado, impessoal, “como se a revista tivesse sido escrita por um só redator” (A Revista, 2000, p. 60), com informações apuradas e investigadas nos bastidores, dando o contexto das notícias que os outros meios não tinham. “Desenvolveu-se entre setembro e dezembro de 1969, a concepção de que o jornalista de *Veja* trabalhava em equipe, sob um chefe que era repórter como ele” (Conti, 1999, p. 74).

A revista era a paixão de Victor Civita, seu filho Roberto, Mino Carta e toda a diretoria da Abril, o que explica como ela conseguiu sobreviver aos primeiros anos de completo prejuízo para o grupo. A revista foi lançada com tiragem de 700 mil exemplares e, um ano depois, não chegavam a 70 mil. Era um fracasso editorial que consumia todo o lucro que a editora tinha com as outras revistas. Somente a partir de 1974 começou a dar lucro, com a venda de assinaturas (Conti, 1999, p. 77). Após uma série de atritos com Roberto e Victor Civita, Mino Carta saiu da *Veja* em 1976. Em seu lugar assumiu José Roberto Guzzo e Sérgio Pompeu, que meses depois passou a diretor adjunto, permanecendo Guzzo como diretor de redação até 1991, quando assumiu Mario Sérgio Conti (Conti, 1999).

Da *Veja* Mino Carta foi para a editora Três, onde participou do lançamento da revista mensal *IstoÉ*, em maio de 1976, que virou semanal no ano seguinte. A linha editorial da revista *IstoÉ* se firmou com uma preocupação com a personalização do estilo e da opinião dos repórteres, buscando suscitar debates, contrapondo o modelo de “texto pasteurizado” que era o estilo da *Veja*, que não existe mais. Além do estilo, cada revista escolhe uma tendência, de acordo com a inclinação de seus leitores (Vilas-Boas, 1996, p. 86). Assim como a *Veja*, a revista *IstoÉ* adotou a política como pauta principal e entrou no século XXI como uma das mais influentes publicações brasileiras, alcançando a tiragem de meio milhão de exemplares (A Revista, 2000, p. 62).

Mino Carta ficou na revista *IstoÉ* até março de 1981. De 1979 a 1988, a *IstoÉ* mudou de dono várias vezes até voltar para a editora Três, que a fundiu com a revista Senhor, criando a *IstoÉ Senhor*, com Mino Carta novamente como diretor de redação. A *IstoÉ Senhor* segue até

1992, quando volta novamente a se chamar *IstoÉ*. Em agosto de 1993, Mino Carta deixa a direção e em seu lugar assume Tão Gomes Pinto, que passa a diversificar temas e pautas, abrindo espaço para reportagens sobre comportamento, medicina, bem-estar, tecnologia e saúde. Seu sucessor na direção, Hélio Campos Mello, assume a redação em abril de 1996, e continua a diversificação, com a editoria de notas da Semana (Marini; Villaméa, 2002).

Inspirada na revista alemã *Focus*, a editora Globo lançou a revista semanal *Época* em 25 de maio de 1998, a fim de disputar mercado com a *Veja* e a *IstoÉ*. “Suas reportagens seriam divididas em textos curtos, de fácil leitura, com gráficos, tabelas e infográficos – tratamento sem precedentes nas revistas brasileiras” (A Revista, 2000, p. 62). Em menos de dois anos a tiragem da revista foi para quase 700 mil exemplares e depois estabilizou-se em uma média de 500 mil. “Cada uma a seu modo, as revistas semanais de informação exerceriam notável influência na vida do cidadão, no final do século XX. *Veja*, como *IstoÉ*, teve papel decisivo ao denunciar a corrupção em torno do presidente Fernando Collor” (A Revista, 2000, p. 62). Atualmente, a revista defende “uma linha editorial independente, jamais atrelada a grupos políticos ou econômicos, e por fazer uma abordagem dos fatos que remete o leitor além da notícia” (Editora Globo, 2013).

Atualmente essas são as três revistas semanais de maior circulação no Brasil. Os dados do IVC, Índice Verificador de Circulação, em janeiro de 2013, mostram que a tiragem média atual de *Veja* é de 1.191.803 exemplares (917.193 assinaturas e 129.845 de venda avulsa), sendo sua circulação líquida (número de revistas que efetivamente chegam aos leitores) de 1.047.039. O público-leitor da revista *Veja* é bem definido: maioria de mulheres, 53%, faixa etária da maioria dos leitores é de mais de 50 anos, 26%, e de 25 a 34 anos, 24%. Os leitores correspondem predominantemente à classe B, 50%, seguido da classe C, 26%, A, com 21%, e classe D, 3%. A maior parte dos leitores se encontra na região sudeste, 57%, nordeste, 16%, sul, 13%, centro-oeste, 9%, e norte, 5% (Revista *Veja*, 2013).

De acordo com o site da ANER, Associação Nacional de Editores de Revistas (2013), *IstoÉ* ocupa atualmente o terceiro lugar em circulação de revistas semanais, com 331.153 exemplares na média feita entre janeiro e março de 2013. Em 2012, a circulação teve a média de 329.525 exemplares, sendo 91% de assinantes. Do público da revista *IstoÉ*, 46% possui educação superior, 51% é feminino, 53% da classe A e 19%, classe B. A maioria dos leitores, 29%, está na faixa etária de

mais de 50 anos, 24% do público tem de 30 a 39 anos, 21% entre 40 e 49 anos, e 20% de 20 a 29 anos (Editora Três, 2013).

Em 2013, a circulação da revista *Época* é de 386.974 exemplares em média (Associação Nacional de Editores de Revistas, 2013). O público-leitor se divide meio a meio entre feminino e masculino, 68% corresponde à classe AB e 28% à classe C, 26% está na faixa-etária de 25 a 34 anos, 20% de 35 a 44 anos, 18% tem mais de 55 anos, 16% de 18 a 19 anos, 13% de 45 a 54 anos e 7% de 10 a 17 anos (Editora Globo, 2013).

Os dados vindos dos kits de mídia das três revistas mostram o cuidado que as publicações tem em conhecer seu público, o que também é necessário para direcionar seu conteúdo. Marcia Benetti define características do jornalismo de revista que podem ser observadas nas publicações analisadas:

(1) é uma materialidade com características singulares; (2) está subordinada a interesses econômicos e institucionais; (3) é segmentada por público e por interesse; (4) é periódica; (5) é durável e colecionável; (6) apresenta-se como um repositório diversificado de temas da atualidade; (7) trabalha com a reiteração de grandes temáticas; (8) contribui para formar a opinião e o gosto; (9) permite o exercício de diferentes tipos de textos; (10) utiliza critérios de seleção específicos para definir a capa; (11) apresenta uma estética particular, em que arte e texto são percebidos como unidade; (12) compreende a leitura como um processo de fruição estética; e (13) estabelece uma relação direta e emocional com o leitor (Benetti, 2013, p. 44-45).

As três revistas se dividem em editorias específicas que tratam de temas por assuntos, e também definem o espaço de gêneros específicos, como crônicas, carta do leitor, editorial e pequenas notas de informação. O conteúdo principal, que estampa a capa e ocupa a maior parte da revista é tomado por reportagens, que disputam espaço entre si de acordo com o grau de importância da pauta naquela edição, definido por critérios de noticiabilidade adequados às publicações semanais. As características de texto das três publicações são similares. As grandes coberturas são feitas em equipes coordenadas, geralmente, pelo editor

executivo. Normalmente, o texto final é um produto coletivo da apuração de vários repórteres e edição cuidadosa.

A fotografia tem espaço de honra nas revistas, a começar pela capa, que “tem como principal objetivo seduzir o leitor à primeira vista. Aproveita-se de qualquer vislumbre, logo na primeira mirada para encantá-lo, como se propusesse um flerte, deixando-o enamorado, e o convencesse a levar a revista para casa” (Vaz; Trindade, 2013, p. 224-225). Com a quantidade de revistas que disputam espaço nas bancas, uma boa capa é fundamental para chamar atenção do leitor que concede em média, apenas dois segundos e meio de sua atenção para examinar cada publicação na banca (Vaz; Trindade, 2013, p. 225).

No interior das revistas, o projeto gráfico é desenvolvido de modo a valorizar as fotos. “Ao abrirmos uma revista, a primeira coisa que vemos são as imagens. Junto com as manchetes são as fotos que nos convidam a mergulhar numa história” (Ramos, 2013, p. 235). Scalzo (2003, p. 58-59) ressalta a importância de boas fotos e infográficos nas revistas, que facilita a compreensão do texto, complementando-o com informação visual. A seleção de fotografias para o interior da revista também segue critérios de noticiabilidade, mas tem um papel mais amplo, pois “elas despertam sentimentos e nos ajudam a visualizar determinada situação” (Ramos, 2013, p. 235).

Outro aspecto gráfico presente nas três revistas analisadas é a presença de infográficos e elementos chamados de visualização de informação como ilustrações, mapas, tabelas, gráficos. Esses elementos possibilitam que “dados brutos sejam compreendidos por meio de uma organização espacial não-aleatória e planejada para facilitar a compreensão de aspectos específicos que se pretende evidenciar ou ressaltar” (Teixeira, 2013, p. 251).

Vale ressaltar que existem diferenças entre infografia e visualização de informação. “Enquanto a infografia jornalística é sempre centrada no objetivo de unir imagens – primordialmente icônicas – e textos para contar ou explicar algo complexo, a visualização dá forma a dados que, de outro modo, podem ser incompreensíveis” (Teixeira, 2013, p. 251). No entanto, é corrente, fora do meio acadêmico e especializado, chamar de infográfico o conjunto de elementos de visualização de uma reportagem e, para fins práticos, é a definição que será adotada nas análises. Os elementos visuais e fotografias compõem, junto com o texto, a informação jornalística da revista.

A partir do detalhamento da metodologia feito neste terceiro capítulo, esse é o conteúdo que será analisado a seguir.

4 DESASTRE DE SANTA CATARINA – NOVEMBRO DE 2008

Neste capítulo definimos as características do evento de 2008 e fazemos a análise estruturada da cobertura nas três revistas, concluindo com a análise dos indicadores de qualidade a partir do Índice Temático.

4.1 O DESASTRE

No segundo semestre de 2008, Santa Catarina enfrentou uma constância anormal de chuvas, foram vários dias consecutivos que superaram os recordes pluviométricos registrados no mês de novembro na região do Vale do Itajaí, litoral Norte e na Grande Florianópolis. Alguns municípios registraram o dobro da chuva esperada para todo o mês em apenas dois dias, 22 e 23 de novembro. “Em Blumenau, por exemplo, foi registrado um total de 1002 mm, do dia 1º ao dia 27 de novembro, sendo que o recorde anterior obtido era de 281,8 mm, registrados em 1961” (CEPED UFSC, 2009, p. 10).

As localidades mais próximas ao litoral norte foram as que registraram maior total pluviométrico, provocado pela umidade trazida pelos ventos de sudeste a nordeste, provenientes do anticiclone sobre o Atlântico Sul, e formavam as condições atmosféricas em 22 de novembro de 2008. A combinação de acúmulo de chuvas dos meses anteriores, “volume excessivo de chuva em 2 a 3 dias, mais a elevação do nível do mar, desfavorável ao escoamento da água dos rios para o oceano, foi o que favoreceu a intensificação das chuvas e a consequente enchente naquele período” (CEPED UFSC, 2009, p. 10).

Depois de três meses de chuvas frequentes, o solo já estava saturado quando a precipitação se intensificou entre os dias 22 e 23 de novembro provocando, neste período, a maior parte dos deslizamentos (CEPED UFSC, 2009, p. 13). Os escorregamentos ocorreram tanto em áreas urbanas, quanto em áreas rurais.

Nas áreas urbanas ocorreram milhares de escorregamentos que danificaram e destruíram residências e infra-estrutura pública e privada. Nas áreas rurais, foram observadas rupturas de grandes proporções, em locais com intervenção humana, mas também onde não havia ação antrópica e sim vegetação nativa [...] Diversas destas rupturas tiveram características classificadas como “corridas” por causa da grande

velocidade da massa deslizando. Tais corridas criaram enxurradas que destruíram pontes e drenagens, causando algumas vezes o barramento de corpos de drenagem, o que agravou, por sua vez, as enchentes (CEPED UFSC, 2009, p. 13).

De acordo com os documentos registrados no Banco de Dados S2ID, as chuvas daquela temporada começaram a causar estragos nos municípios catarinenses já em outubro (Banco de Dados S2ID).

No sábado, 22 de novembro, o governador do Estado de Santa Catarina, decretou Situação de Emergência - Decreto nº 1.897 - em 62 municípios, devido a enxurradas provocadas pela chuva intensa (Santa Catarina, 2008). Em 26 de novembro, o Decreto nº 1.910 (Santa Catarina, 2008), aumentava a lista de municípios em Situação de Emergência para 95, e declarava Estado de Calamidade Pública em 14 municípios, desses, 12 haviam sido declarados anteriormente como SE, totalizando 83 municípios em SE. Os dados sobre municípios em Situação de Emergência são desconhecidos. Foram obtidos números e nomes diferentes nos decretos emitidos pelo governador, e pelo site e relatórios da Defesa Civil emitidos em 2008. O site²³ relaciona 63 municípios em SE (Santa Catarina, 2008), 14 dos quais não se fazem presentes nas listas dos decretos acima mencionados. A informação repassada pela Defesa Civil de Santa Catarina é de que

Os municípios que constam nos Decretos Estaduais Homologados são repassados pela Secretaria de Estado da Defesa Civil seguindo os critérios que a legislação estadual e federal vigente.

Primeiramente o município deve encaminhar toda documentação pertinente para que seja encaminhado para homologação, entre eles, na época específica, decreto do município sobre o evento(desastre natural), a ocorrência deste, ofício do prefeito solicitando homologação, NOPRED (Notificação Preliminar de Desastre - encaminhada no prazo de até 12 horas após evento), AVADAN (Avaliação de Danos), mapas

²³ http://www.desastre.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16&Itemid=9

das áreas afetadas, fotos do evento, e outros documentos complementares.

Após análise destes documentos, estando a documentação correta e atendendo as exigências da leis vigentes na época, o município era incluindo no Decreto Estadual para homologação (Sodré, 2013, mensagem pessoal).

Dada à gravidade do desastre, “todos os setores do governo catarinense foram convocados para auxiliar as ações da Defesa Civil. A Assessoria de Imprensa da Defesa Civil passou a contar com o respaldo e auxílio de uma equipe de mais de dez assessores de comunicação do Governo do Estado” (Zenatti; Sousa, 2010, p. 84-85) e o apoio dos assessores de comunicação das 36 Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, espalhadas pelo estado. Foi montada uma Central de Comunicação ao desastre, com dois pontos base, um na sede da Defesa Civil em Florianópolis, outro no Comando de Operações Aéreas, no aeroporto de Navegantes, para auxiliar no gerenciamento das informações e atendimento à imprensa (Zenatti; Sousa, 2010, p. 85). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez duas visitas às áreas atingidas pelo desastre, orientou seus ministros para agir rapidamente e anunciou a liberação de 1,6 bilhões de reais para a reconstrução das áreas atingidas (Fraga, 2009).

O site oficial www.desastre.sc.gov.br foi ao ar no dia 29 de novembro, contribuindo para veicular informações centralizadas em apenas um local (Zenatti; Sousa, 2010, p. 85).

Oficialmente foram registrados 135 mortos e 2 desaparecidos, de acordo com o relatório de 31 de dezembro de 2008, o último emitido pela Defesa Civil Estadual sobre o desastre, 97% das mortes foram causadas por soterramento (CEPED UFSC, 2009, p. 9).

O relatório da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Epagri, destaca que 84,38% das áreas atingidas por deslizamentos no Morro do Baú ocorreu em locais que haviam sofrido desmatamento e transformação pela ação humana, “reflorestamento (23,44%), lavouras de banana (18,75%), capoeirinha (17,19%) e solo exposto (10,94%)” (Vianna; Souza, 2009, p. 5). Mesmo os locais com cobertura vegetal significativa (15,53%), que sofreram deslizamento, haviam sofrido modificações em seu entorno (Vianna; Souza, 2009, p. 5).

O relatório do Ministério do Meio Ambiente aponta a ocupação irregular de áreas de preservação permanente, APP, tais como encostas e

margens de rios como fator preponderante para amplificar as perdas de vidas humanas e bens no desastre de 2008 (MMA, 2011).

O Volume Santa Catarina do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais (CEPED UFSC, 2011d), registra uma variedade de eventos naturais responsáveis por provocar adversidades em todo o estado: estiagem, seca, inundações graduais e bruscas (inclui alagamentos e enxurrada), vendavais e/ou ciclones, tornados, granizos, geadas, incêndios florestais, erosão fluvial e marinha e movimento de massa. “De alguma forma, todos os 293 municípios do Estado foram afetados por alguma tipologia de desastre” (CEPED UFSC, 2011d, p. 82).

Devido a sua posição geográfica, as chuvas durante o ano, em Santa Catarina, são distribuídas regularmente, com atuação de massas de ar intertropicais e polares úmidas e principalmente, com o encontro dessas massas. No verão é quando mais ocorrem precipitações. “Os principais sistemas meteorológicos responsáveis pelas chuvas no estado são as frentes frias, os vórtices ciclônicos, os cavados de nível médios, a convenção tropical, a Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS), e a circulação marítima” (CEPED UFSC, 2011d, p. 81).

Quando há interferência do fenômeno El Niño-Oscilação Sul (ENOS), sua fase positiva – El Niño – provoca aumento de chuvas, enquanto sua fase negativa – La Niña – tende a causar estiagens. A atuação desse fenômeno tem relação direta com a ocorrência de desastres no estado (CEPED UFSC, 2011d, p. 81-82). Os registros de chuvas intensas são diretamente relacionados aos escorregamentos (Herrmann, 2005, p. 98).

O histórico de eventos adversos provocados pela chuva em Santa Catarina é extenso, principalmente na região do Vale do Itajaí, dada a frequência das inundações e deslizamentos. Houve um aumento na ocorrência de inundações bruscas, principalmente a partir da década de 90 (Herrmann, 2005, p. 93).

O desastre causou comoção nacional, e, com apoio da imprensa, a Defesa Civil de Santa Catarina recebeu doações de 4,3 milhões de quilos de alimentos e 2,5 milhões de litros de água, considerados suficientes para atender a demanda, e mais de R\$ 36 milhões na conta do Fundo Estadual de Defesa Civil, dinheiro aplicado no atendimento à população desabrigada e desalojada. “A Defesa Civil estima que 12 mil pessoas envolveram-se diretamente nas ações de resposta ao evento adverso, além de milhares de voluntários, que auxiliaram na recepção, triagem e distribuição de doações” (Zenatti; Sousa, 2010, p. 95).

4.2 COBERTURA DA REVISTA VEJA

A cobertura da revista *Veja* abrange as edições nº 2089 (3/12/2008) e nº 2090 (10/12/2008). A capa da edição nº 2089 traz a foto de uma criança e a chamada: “A tragédia em Santa Catarina – A primeira vítima – Luana Eger, de 3 anos, foi a primeira dos mais de 100 mortos pelo dilúvio que desabrigou quase 80 000 e impactou 1,5 milhão de pessoas em um dos estados mais ricos do Brasil”.

O índice tem uma foto que mostra o saque a um supermercado de Itajaí alagada com a legenda “Santa Catarina: chuvas provocam o caos” (2089, p. 8). A reportagem especial, alocada na editoria de Geral, tem a chamada “Tragédia no coração do país que deu certo”. O índice também destaca o site veja.com “Notícias da Tragédia” (2089, p. 84). O assunto foi tema do editorial Carta ao Leitor, “Trate-se dos vivos”, com duas fotos (2089, p. 12-13).

Sob a cartola “Especial” a matéria da ed. 2089 começa na página 84, tem 14 páginas e abre com o título “O horror diante dos olhos”, e o subtítulo “As causas, o desespero e os prejuízos do dilúvio que atingiu o coração de Santa Catarina, um dos estados mais prósperos e desenvolvidos do Brasil”. O subtítulo dá o foco da cobertura: “As causas, o desespero e os prejuízos do dilúvio que atingiu o coração de Santa Catarina, um dos estados mais prósperos e desenvolvidos do Brasil”. A matéria é assinada por Igor Paulin e Duda Teixeira, de Santa Catarina, e José Edward. Ao final do texto central aparecem mais créditos de reportagem: Naiara Magalhães, Kalleo Coura e Liliani Bento. A edição 2089 tem 20 fotos, sendo uma no índice, duas na Carta ao Leitor, e um infográfico com imagens montadas para clarificar as explicações sobre o desastre.

O desastre foi notícia na edição seguinte, nº 2090, de 10 de dezembro de 2008, sem chamada de capa. A chamada do índice é “Tragédia: Depois da tempestade” (2090, p. 8). Logo abaixo, há uma chamada para mais informações sobre doenças relacionadas ao desastre no site da revista. A coluna de Lya Luft (2090, p. 24) aborda o tema solidariedade após o desastre. Na seção de cartas dos leitores a edição anterior é destaque, com a foto da menina Luana que ilustrou a capa (2090, p. 34). Millôr Fernandes desenhou uma charge de página inteira relacionada às chuvas (2090, p. 43). Sob a cartola “tragédia”, a matéria é assinada por Igor Paulin, com reportagem de Sandra Brasil, começa na página 132 e ocupa três páginas. A matéria da ed. 2090 é ilustrada com nove fotos, sendo uma no índice para a chamada do site veja.com e uma

na seção Leitor, e faz uso de figuras ilustrativas para visualização de dados.

4.3 COBERTURA DA REVISTA *ISTOÉ*

O material analisado da cobertura da revista *IstoÉ*, está na edição nº 2039 (3/12/2008). A edição nº 2039, 3 de dezembro de 2008, estampa na capa a foto de sobreviventes resgatados em Ilhota, SC, em um helicóptero com foco em uma mulher emocionada. A chamada de capa alude a uma declaração aparentemente dada por ela, “Perdi casa, família e emprego: Teresinha Floriana, moradora de Ilhota (SC), resgatada logo após ver tudo que era seu levado pelas águas”. Logo abaixo, a chamada segue: “Tragédia no sul: Cidades submersas; Oitenta mil desabrigados e mais de 100 mortos; As histórias de quem sobreviveu ao dilúvio”.

O índice destaca a matéria de capa com a mesma foto que abre a matéria: “Guerra contra a chuva: O drama, a dor e o testemunho de quem vivenciou o maior desastre natural que assolou Santa Catarina”. A reportagem de dez páginas tem como título “Chuva, lama e dor” e traz uma correlata “A tragédia anunciada” (2039, p. 43). A matéria é assinada por Suzane Frutuoso e Daniela Mendes, com créditos de reportagem no final do texto central para José Carlos Góes (Blumenau), Giselle Zambiazzi (Gaspar), Alan Rodrigues (São Paulo) e Hugo Marques (Brasília). A ed. 2039 tem, no total, 20 fotos diferentes, sendo que a do índice é a mesma que abre a matéria, e um infográfico de duas páginas.

A edição seguinte, nº 2040, de 10 de dezembro de 2008, traz uma pequena nota na editoria Semana, página 26, sob a cartola “Tragédia” com o título “Socorro econômico a Santa Catarina”, sem fotos, e outra nota na coluna de Ricardo Boechat, com a cartola “Tragédia em SC”, intitulada “Alívio” (2140, p. 32).

4.4 COBERTURA DA REVISTA *ÉPOCA*

As edições que compreendem a cobertura do desastre de 2008 são a nº 550 (01/12/2008) e nº 551 (08/12/2008).

A edição 550 traz na capa uma foto de Itajaí alagada, tirada do alto, com a chamada: “É possível evitar tragédias como esta? – Uma investigação sobre as causas das enchentes em Santa Catarina – e suas lições para o Brasil”. O índice destaca a matéria de capa com uma foto mostrando um resgate feito de barco com a chamada: “enchente: A

tragédia em Santa Catarina: Como evitar que as catástrofes climáticas façam tantas vítimas”. A reportagem fica alocada na editoria Brasil, com chamada para a página 38, “Enchente: As chuvas em Santa Catarina”, e 58, “Por que a prevenção é fundamental”. A reportagem central tem a cartola “Brasil: Enchente”, com 13 páginas, e mais duas com entrevista *ping pong*. A matéria é assinada por Solange Azevedo, do Vale do Itajaí, com Flavio Machado, Marcela Buscato, Maria Laura Neves, Juliana Arini, Isabel Clemente, Marcelo Zorzanelli e Francine Lima.

A edição n° 551, de 8 de dezembro de 2008 não tem chamada de capa para o assunto que é destacado no índice, para a página 122, “Enchente: A dura volta para casa em Santa Catarina”. A matéria ocupa três páginas com a cartola “Sociedade: Enchente”, e é assinada por Patrícia Lima, do Vale do Itajaí (SC), com Flavio Machado.

A edição 550 tem 19 fotos, sendo uma do índice, 13 do desastre (incluindo três enviadas por leitores), quatro fotos de outros desastres (inseridas no infográfico) e uma do entrevistado na correlata, um infográfico com três ilustrações e cinco mapas. A cobertura abre com a mesma foto da capa ocupando duas páginas (p. 38-39). A edição 551 tem uma foto e um mapa para visualização de dados.

4.5 ANÁLISE DOS INDICADORES DA COBERTURA EM 2008

Índice Temático – Abordagem de informações relacionadas à Redução de Risco e Desastre, RRD

As três revistas levantam histórico de desastres, em SC (2039, p. 39-40), de enchentes de Blumenau (Veja 2089, p. 93) e das piores enchentes em SC (Época 550, p. 45).

Vale destacar que os dados antigos sobre desastres carecem de padronização e fontes seguras. Na tentativa de verificar a informação de *Época*, que apontava 16 mortos e 155 mil desabrigados na enchente de 1984 no Vale do Itajaí (Época 550, p. 45), foram consultadas diferentes fontes. O atlas de desastres de Santa Catarina (Herrmann, 2005, p. 75) contabiliza 2 mortos e 155 mil desabrigados no desastre de agosto de 1984 que, ainda segundo o atlas SC, atingiu 199 municípios de Santa Catarina. De acordo com Fraga (2009) no mesmo desastre, em agosto de 1984, “dos 199 municípios do Estado, 82 foram castigados pelas enchentes”, com 256 mil desabrigados e 19 mortos. Outros arquivos ainda deram números diferentes não apenas neste, mas em outros desastres. É constatada a dificuldade em se obter registros confiáveis sobre os desastres passados (CEPED UFSC, 2012, p. 15) e dada a

dissonância de dados de fontes diferentes, mas igualmente reconhecidas, não há como eleger os dados corretos. Mesmo assim, o levantamento de informações sobre o histórico de desastres é necessário e importante para a cobertura jornalística.

Na ed. 2090 da *Veja* falta informação de interesse público, como meios de ajudar na resposta e sobre a organização do trabalho voluntário. A cobertura demonstra conhecimento dos trâmites políticos para liberação da verba de reconstrução (Veja 2090, p. 134), no entanto, a questão é tratada superficialmente.

A reportagem de *Época* (ed. 550) fornece informação contextualizada que não foca apenas no desastre, utiliza bem as informações de fontes reconhecidas e dá a dimensão humana do desastre com fotos informativas e relatos de atingidos.

O uso do infográfico nas três coberturas é direcionado para as explicações técnico-científicas sobre o evento, sendo um recurso importante na visualização de informação. No entanto, foi constatada certa dificuldade em transformar conceitos e expressões técnicas que traduzem um entendimento básico da defesa civil (como Situação de Emergência e a diferença entre desabrigados e desalojados), em informação clara e consistente. Na *IstoÉ* 2039 as fontes consultadas para o infográfico não foram mencionadas como nas outras revistas. O principal problema foi observado nas explicações do desastre.

Também é recorrente a dificuldade de passar a informação precisa proveniente de conceitos simples, utilizando sinônimos que não correspondem exatamente ao significado ou dramatizam seu significado. Na cobertura das três revistas foram destacados os seguintes substitutivos para a palavra desastre, quando usados no mesmo contexto: dilúvio, enchente, inundação, catástrofe, catástrofe natural, tormenta, calamidade, tragédia, tragédia climática, fúria da natureza, desastre natural. Como sinônimo de deslizamento foram utilizadas as palavras: avalanche, avalanche de lama, tsunامي de lama, rochas e árvores, mar de lama, desmoronamento, desabamento.

Indicador nº 1 – Imagens

A capa da revista *Época* 550 colocou Itajaí alagada vista do alto. A capa da *IstoÉ* 2039 trouxe uma abordagem mais humana, com foto de pessoas resgatadas dentro de um helicóptero e a revista *Veja* 2089 optou por usar na capa uma foto da menina Luana tirada antes do desastre com a informação de “primeira vítima”.

A cobertura fotográfica é destacada para transmitir a dimensão do desastre, dando maior significação e atuando como complemento informativo do texto, o que reflete o ponto forte das três revistas: o uso de recursos visuais para tornar a informação mais apresentável e interessante. As legendas acrescentam informação, complementam e dão contexto às fotos. Observa-se que em todas as edições foi fundamental o uso de agências na obtenção das fotografias. Fato interessante observado: as duas primeiras fotos da reportagem da edição 2089 (2008) da *Veja* foram escolhidas como capa das duas revistas concorrentes, o que mostra que as três revistas aplicam critérios semelhantes para a seleção das fotos, unindo estética e conteúdo informativo.

A edição da matéria da ed. 2090 de *Veja*, mais curta, optou por inserir legendas nas fotos com informações que não estão no texto. A *IstoÉ* apresentou legendas excessivamente descritivas, como “Socorro: Na quarta-feira, 26, Lula e o governador Luiz Henrique observam a tragédia” (*IstoÉ* 2039, p. 37) e “Abrigo e prejuízo: Gado procura um local seguro para escapar da enchente. Contêineres foram arrastados” (*IstoÉ* 2039, p. 42).

As três revistas utilizaram infográficos para a visualização de dados e explicações do desastre. Observa-se a tendência a utilizá-los quando há necessidade de informação técnico-científica, de dispor uma grande quantidade de informação em forma de números, também seu uso para localização espacial e como suporte para informação histórica. O uso de mapas também foi recorrente nas três publicações para visualização de dados ou de uso meramente ilustrativo.

A *Época* 550 (p. 44-45) têm três mapas que mostram “o Vale do Itajaí embaixo d’água” e uma coluna com um histórico de enchentes. Cada um tem informações inseridas e legendas. O primeiro mostra a região do estado onde se concentram os municípios mais afetados, com o número de mortos em cada um e o suposto trajeto do gasoduto Brasil-Bolívia, com destaque para o ponto da explosão, que indica Gaspar, não Ilhota, como deve ser.

O uso dos mapas que mostram Itajaí e Blumenau alagadas (*Época* 550, p. 44-45) é questionável. As ilustrações não são bem sucedidas em informar as áreas alagadas, principalmente porque a maior parte dos leitores não está familiarizada com os mapas. Na edição seguinte (551, p. 11) a revista teve de retificar dois erros no mapa de Blumenau relativo às localizações da prefeitura de Blumenau e do corpo de bombeiros.

Indicador nº 2 – Marcas da apuração

A escolha da capa feita na edição 2089 de *Veja* é baseada numa informação duvidosa. Não há como garantir a informação de que a menina Luana tenha sido a primeira vítima. Na lista de óbitos veiculada pelo Instituto Geral de Perícias, não há precisão que justifique essa chamada. De fato o relatório ressalta que “diversas vítimas não passaram pelo IML antes do sepultamento” (Colzani, 2008), dada a dificuldade de registrar as vítimas, principalmente porque os corpos podem ficar soterrados ou ser arrastados pela correnteza dos rios e o registro da morte não necessariamente segue a ordem temporal dos óbitos. O nome de Luana Eger aparece encabeçando a lista das vítimas fatais do município de Blumenau, o que não garante que tenha sido a primeira vítima, apenas que foi a primeira registrada de um dos municípios afetados. A informação “muitas das vítimas foram enterradas em caixões improvisados, e nem sempre em cemitérios, mas em quintais” (Veja 2089, p. 91), mostra consonância com o relatório do Instituto de Perícias (Colzani, 2008), e indica que a reportagem sabia que a informação sobre a primeira vítima poderia ser imprecisa e tomou a liberdade de prosseguir na afirmação na busca de um foco diferenciado e singular.

Nas três publicações foram observados problemas com o entendimento de informação técnica-científica que transparecem no texto. A pouca apuração da *IstoÉ* de informação técnico-científica sobre o desastre, foi refletida em um texto confuso. As informações disponíveis no infográfico da *IstoÉ* 2039 apontam para uma carência na apuração. Na correlata da página 43, a explicação “A região é atingida por um fenômeno conhecido como Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS), em que frentes frias vindas do sul do continente estacionam em cima dessa área, provocando chuvas intensas”, mostra um equívoco. A Zona de Convergência do Atlântico Sul não é um fenômeno, mas, como o próprio nome diz, uma zona. De acordo com o glossário do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CPTEC/INPE), “pode ser identificada, na composição de imagens de satélite, como uma banda de nebulosidade que se estende desde o sul da região Amazônica até a região central do Atlântico Sul” (CPTEC/INPE, 2010).

A *Época* se destacou na apuração de informações de contexto, resultado do foco de reportagem em medidas de prevenção e preparação para desastres. No entanto, apresentou algumas imprecisões no tratamento dos dados e um erro sério na localização da explosão do

gasoduto que, inclusive, se repetiu no mapa da página 44 da edição 550. Problema ao apontar desabrigados: “Estima-se que 79 mil pessoas perderam suas casas” (550, p. 46). O número 79 mil (número arredondado de 78.707) se refere a desalojados (51.297) e desabrigados (27.410). A informação precisa é que 27.410 perderam suas casas, o restante está fora de suas casas, mas com possibilidade de retornar. Na página 43 (ed. 550), a explosão do gasoduto é localizada no Morro do Baú e na página 46 está em Gaspar. A informação correta é que a explosão foi no Morro do Baú, localizado no município de Ilhota. Gaspar é um município vizinho.

“A combinação de três fenômenos meteorológicos causou o volume recorde de chuvas. Eles podem ser reflexo de alguma alteração no Oceano Pacífico, ainda não detectada pelos especialistas” (Época 550, p. 48). Conforme Marcelino et al. (2006, p. 76) e mesmo as fontes das outras revistas, o reflexo dessa alteração no pacífico é o El Niño, fenômeno climático que já era amplamente conhecido em 2008, portanto, não é desconhecido.

Imprecisão no texto: “Um estudo da Universidade do Vale do Itajaí mostra que cerca de 60% da área de Blumenau está em solo sujeito a deslizamentos” (Época 551, p. 123). Em uma apuração transparente e precisa é necessário apontar, no texto, qual o estudo e autores de um trabalho científico, para atestar a credibilidade da informação. Apontar as fontes científicas corretamente é regra básica no jornalismo científico.

O número de mortos (100) é o mesmo nas três edições, sendo que *IstoÉ* e *Época* revelam que foi apurado até a sexta, 28/11. Esse é o único sinal de transparência evidente nas três publicações. O número de desaparecidos de *Veja* e *IstoÉ* é o mesmo, mas difere muito do número apurado por *Época* (90 somente em Ilhota).

Indicador nº 3 – Texto

O texto das três revistas tem um encadeamento correto e seguem o foco proposto pela chamada de capa, título, linha fina, com um texto bem desenvolvido, interessante e, no geral, compreensível.

O foco da *Veja* na edição nº 2089, é humano e econômico. Na edição nº 2090 o título “A hora da solidariedade”, e o subtítulo “Um exército de voluntários socorre os desabrigados pelo dilúvio que atingiu Santa Catarina. É preciso, agora, que as autoridades agilizem a liberação de dinheiro oficial”, mostram o foco do texto no trabalho de resposta ao

desastre e de cobrança das autoridades políticas para o socorro econômico.

O foco da *IstoÉ* também é humano, com muitos relatos de sobreviventes. A *IstoÉ* (2039, p. 34-35) abre com o título “Chuva, lama e dor” logo abaixo da cartola “Tragédia em SC Brasil”, e o subtítulo: “As dramáticas histórias de quem perdeu tudo e sobreviveu ao maior desastre natural de Santa Catarina”. As chamadas de capa, de índice, título e subtítulo dão a entender que o foco será nos relatos de sobreviventes. O texto central enfoca relatos de sobreviventes e atingidos. Descreve a situação geral como um cenário de guerra, a falta de comida, de água, energia, comunicação, comparando ao desastre provocado pelo furacão Katrina, em 2005, em Nova Orleans, EUA. A reportagem também apresenta dados da economia afetada, as estimativas de prejuízos e explicações sobre o desastre.

A *Época* (ed. 550) desenvolve o foco mais diferenciado das três e vai além dos relatos humanos propondo investigar as causas e apontar soluções para evitar desastres. O foco da cobertura é expresso desde a capa: “uma investigação sobre as causas das enchentes em Santa Catarina – e suas lições para o Brasil”. A chamada de capa “É possível evitar uma tragédia como esta?” é praticamente a mesma do título da reportagem. O subtítulo da reportagem “Uma das piores calamidades dos últimos anos alagou Santa Catarina e comoveu o país. O que fazer para que nossas cidades não fiquem tão vulneráveis” mostra também a intenção de mostrar como foi o desastre e a comoção causada. A edição nº 551, “A dura volta para casa: Sobreviventes da tragédia em Santa Catarina tentam recomeçar a vida em meio à lama, aos destroços e às doenças que restaram depois da chuva” dá continuidade à cobertura com foco nos atingidos voltando a suas casas e as consequências do desastre em suas vidas e na economia local. Mostra medidas de recuperação estrutural e econômica, a solidariedade expressa na quantidade de doações e dá contexto nacional ao apontar em um mapa, outros municípios brasileiros afetados por chuvas fortes naquele período.

O uso de adjetivações é uma marca característica da *Veja*, mas aparece nas outras duas revistas, já que é uma liberdade de texto a que se permitem as grandes reportagens.

O título: “A tragédia anunciada” (*IstoÉ* 2039, p. 43), da correlata da *IstoÉ*, mostra uma expressão muito usada na imprensa, mas que não corresponde à realidade que alcança a pesquisa e a própria realidade social. Se fosse mesmo anunciada, talvez esse anúncio devesse ter aparecido na forma de reportagens sobre risco antes que o desastre

ocorresse, por exemplo, o que não ocorreu. Apontar como uma tragédia anunciada, ao contrário do que aparece no texto, mostra negligência do próprio veículo com o assunto que supôs anunciado.

Há poucos erros de texto das edições, sendo os erros mais sérios verificados na apuração. Na *IstoÉ* (2039, p. 38), “sábado 24”, a data correta é 22.

Indicador nº 4 – Pluralidade de fontes

Neste indicador houve disparidade entre as três revistas. Os problemas observados foram: tendência a polarizar lados e falta de representatividade com o uso de fontes que não eram as mais adequadas para as necessidades da reportagem.

Na *Veja* (ed. 2089 e ed. 2090) as fontes foram representativas, mas houve polarização de lados nas críticas a instituições como a Defesa Civil de Blumenau (2089, p. 95) e também nas críticas às autoridades em geral, acentuada pela ausência de fontes políticas.

A *IstoÉ* (ed. 2039) ficou desproporcional no uso de fontes. Foram nove fontes individuais (afetados e sobreviventes) e cinco fontes técnico-científicas, sendo algumas de baixa representatividade, o que transpareceu na baixa qualidade das explicações sobre o desastre. Houve subutilização das fontes autoridades políticas, seu uso ficou restrito a frases ilustrativas, como em “Nunca vi coisa como esta”, disse Lula. “É a pior tragédia climática de Santa Catarina”, resumiu o governador Luiz Henrique (*IstoÉ* 2039, p. 39).

A *Época* (ed. 550 e ed. 551) utilizou as fontes citadas, com proporção correta e representatividade, dentro de suas atribuições e especialidades e condizente com o foco da reportagem, utiliza bem as informações de fontes reconhecidas e, mesmo assim, consegue dar a dimensão humana do desastre com relatos enriquecedores.

Indicador nº 5 – Abordagem da crítica

As críticas à Defesa Civil em Blumenau (*Veja* 2089, p. 95), e “à desídia ou incompetência por parte das autoridades na prevenção da tragédia” (*Veja* 2089, p. 93), “muitas vezes a população não é atendida por causa da incompetência das autoridades estaduais e municipais” (*Veja* 2090, p. 134), são de interesse público, mas não se desenvolvem. *Veja* permanece no senso comum de criticar políticos por hábito, mas sem embasar a crítica com informações sólidas que as sustentem.

Na *IstoÉ* a abordagem das críticas é superficial, pois não se desenvolve com fatos ou fontes “onde ocorrem enchentes desde o século

XIX, mas até hoje não há um programa eficiente para combatê-las” (2039, p. 40) e “Tragédias seriam evitadas se houvesse ações do poder público eficientes, mas não há, por exemplo, uma política nacional de prevenção a enchentes” (IstoÉ 2039, p. 43).

A abordagem de *Época* é crítica desde a pauta e desenvolvida com informação vinda de fontes representativas. Destaque para a entrevista das páginas 58 e 59, com o especialista em riscos, Moacyr Duarte, que fornece embasamento técnico às críticas e mostra bom aproveitamento de uma fonte especializada (*Época*, 2008, 550). A crítica central é expressa no texto da edição nº 550, nas páginas 46 e 47, com dados que mostram que o volume de chuva foi grande, no entanto, o desastre poderia ter sido menor, pois o Brasil possui capacidade técnica para reduzir impactos de chuvas.

Indicador nº 6 – Distribuição e equilíbrio da informação

Qualitativamente, os dados obtidos com a divisão das reportagens em relatos, fatos e contexto, mostram que a tendência normal das matérias é apresentar mais informações relativas ao foco, o que é natural no texto jornalístico, portanto não representa um desequilíbrio quando isso acontece. A informação transformada em porcentagem deve ser lida frente a essa observação.

Na *Veja*, apesar da edição 2089 propor um foco humano, a presença de relatos (18,98%) é menor em comparação aos fatos (38,83%) e contexto (42,19%). Na ed. 2090, não há contexto, a informação sobre os fatos (85,57%) é predominante. Compreende-se que, por ser uma matéria menor, o foco é factual.

Quadro 3 – Proporção da cobertura - revista *Veja* 2008

Tipo de informação	Nº de palavras	Porcentagem no texto
Total (ed. 2089)	2287 palavras	100%
Relatos	434 palavras	18,98%
Fatos	888 palavras	38,83%
Contexto	965 palavras	42,19%
Total (ed. 2090)	977 palavras	100%
Relatos	141 palavras	14,43%
Fatos	836 palavras	85,57%
Contexto	0 palavras	0%

Cobertura completa <i>Veja</i> (ed. 2089 e 2090)	3264 palavras	100%
Relatos	575 palavras	17,62%
Fatos	1724 palavras	52,82%
Contexto	965 palavras	29,56%

Fonte: desenvolvido pela autora

A maior parte do texto central da *IstoÉ* 2039 é dedicada a relatos (41,58%) de sobreviventes e atingidos, o que condiz com o foco. Fatos (21,71%) e contexto (36,71%) compartilham a mesma proporção no texto que ganha contexto principalmente no infográfico e na correlata.

Quadro 4 – Proporção da cobertura - revista *IstoÉ* 2008

Tipo de informação	Nº de palavras	Porcentagem no texto
Cobertura <i>IstoÉ</i> (ed. 2039)	2727 palavras	100%
Relatos	1134 palavras	41,58%
Fatos	592 palavras	21,71%
Contexto	1001 palavras	36,71%

Fonte: desenvolvido pela autora

A tendência da cobertura de ambas as edições de *Época* é direcionar a informação em favor do foco de cada matéria. Na ed. 550, o contexto (74,79%) ocupa a maior parte da matéria, restando para relatos (14,35%) e fatos (10,86%) uma pequena parte do total. A ed. 551 é menor e, apesar da pauta ser direcionada para o lado humano, também tem o objetivo de atualizar informações, portanto foca nos fatos (58,11%) que correspondem a mais da metade do espaço e complementam com relatos (29,32%). A cobertura geral de *Época* foi, portanto, mais dedicada a contexto (57,50%).

Quadro 5 – Proporção da cobertura - revista *Época* 2008

Tipo de informação	Nº de palavras	Porcentagem no texto
Total (ed. 550)	4.549 palavras	100%
Relatos	653 palavras	14,35%
Fatos	494 palavras	10,86%
Contexto	3.402 palavras	74,79%
Total (ed. 551)	1.750 palavras	100%
Relatos	513 palavras	29,32%
Fatos	1.017 palavras	58,11%
Contexto	220 palavras	12,57%

Cobertura completa <i>Época</i> (ed. 550 e 551)	6299 palavras	100%
Relatos	1166 palavras	18,51%
Fatos	1511 palavras	23,99%
Contexto	3622 palavras	57,50%

Fonte: desenvolvido pela autora

A revista *Veja* foi a que apresentou a menor e a maior relação proporção/foco, empregando apenas 18,98% da edição 2089 em relatos, e 85,57% da edição 2090 aos fatos. Dentre as três publicações foi a que teve o menor texto na primeira reportagem da cobertura, 2287 palavras, e maior disparidade entre relatos, fatos e contexto, na edição 2090.

A revista *Época* se destacou pela quantidade de texto (4.549 palavras) na edição 550, e por dedicar 74,79% dele em contexto, seguindo seu foco de reportagem. Apesar disso, se comparado o número de palavras, a reportagem de *Época* na ed. 550 não difere muito da ed. 2089 da *Veja*, em relatos e fatos, o que significa que a edição apenas acrescentou mais espaço para o contexto. A edição 551, também foi fiel ao foco, com 58,11% do espaço dedicado a fatos. As matérias menores tendem a ser mais factuais, indicando que funcionam como uma atualização de fatos da reportagem maior que foi dada na edição anterior.

Ao considerar a cobertura total do desastre de Santa Catarina, em 2008, as três revistas dedicaram espaço relativamente equilibrado entre os tipos de informação, com mais contexto (45,47%), do que fatos (31,14%) e relatos (23,39%). Esta análise comprova a tendência geral das revistas de aprofundar o conteúdo, dando-lhe mais contexto que fato, e um uso cuidadoso dos relatos.

Quadro 6 – Proporção de todas as edições de 2008 analisadas

Tipo de informação	Nº de palavras	Porcentagem no texto
Total (todas as edições 2008)	12290 palavras	100%
Relatos	2875 palavras	23,39%
Fatos	3827 palavras	31,14%
Contexto	5588 palavras	45,47%

Fonte: desenvolvido pela autora

Neste capítulo quatro contextualizamos o desastre de 2008 em Santa Catarina e analisamos a qualidade da cobertura que as três revistas fizeram, com base no Índice Temático e seus seis indicadores auxiliares.

5 DESASTRE DA REGIÃO SERRANA DO RIO DE JANEIRO – JANEIRO DE 2011

Este capítulo continua a análise das revistas, mas na cobertura do evento de 2011, a partir dos seis indicadores de qualidade subordinados ao Índice Temático. Ao final, as análises das duas coberturas, de 2008 e 2011, são comparadas e interpretadas.

5.1 O DESASTRE

O desastre da Região Serrana do Rio de Janeiro, chamado por alguns pesquisadores de megadesastre, foi caracterizado pela presença de chuvas intensas, de volume anormal, que atingiram a Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro entre a noite do dia 11 e a manhã do dia 12 de Janeiro de 2011. De acordo com Pinheiro et al (2011):

As chuvas na RSRJ [Região Serrana do Rio de Janeiro] ocorreram devido ao desenvolvimento de profundas nuvens convectivas em uma atmosfera úmida e muito instável, associada à forte convergência de umidade gerada pelo escoamento na troposfera baixa. O padrão sinótico esteve associado a um evento de Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS), caracterizado por uma banda de nebulosidade bem organizada que se estende da Amazônia ao Sudeste do Brasil. A ZCAS é um dos mais importantes sistemas meteorológicos na escala intrasazonal sobre a América do Sul (Escobar e Carvalho, 2005), sendo responsáveis muitas vezes por grandes volumes pluviométricos (Nobre, 1988, Figueroa et al, 1990, Sanches, 2002).

Assim como em 2008, se configura a atuação da ZCAS com a formação de chuvas intensas na origem de grandes desastres.

As chuvas de janeiro de 2011 na Serra Fluminense foram absolutamente extraordinárias, resultantes da combinação de três eventos chuvosos que, somados à já mencionada forma de ocupação do solo, geraram os graves danos materiais e pessoais observados. Um período chuvoso na região Sudeste, que provocou precipitações de oito a dez

dias na serra do Estado do Rio e iniciou o processo de encharcamento do solo, combinou-se com chuvas pré-frontais, que caíram com intensidade forte durante 32 horas em boa parte da serra, entre os dias 10 e 12 de janeiro. O terceiro evento foi a formação de uma cúmulus nimbus realimentada por umidade proveniente da Amazônia, que resultou em chuvas localizadas nas cabeceiras de vales, de intensidade fortíssima e com duração de 4,5 horas, na noite de 11 para 12 de janeiro (COPPE, 2011, p. 3).

O Anuário de Desastres do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD) (Brasil, 2012, p. 67-68) revelou dados sobre as chuvas condizentes com relatos de moradores:

o evento pluviométrico durou entre 24 e 32 horas e foi realimentado pela temida Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS), gerando também tempestades de quatro ou cinco horas (com eventuais pulsos de 15 minutos mais críticos). Ao reunir essas condições atmosféricas favoráveis formando nuvens muito densas, a chuva atingiu patamares realmente extremos, tais como chuvas horárias de 88 mm/h a 130 mm/h, 264mm em 24 horas e 280mm em quatro dias, sucedendo um período de 12 dias com 300mm e de um mês antecedente com 619.0mm (Brasil, 2012, p. 67-68).

Em decorrência do volume anormal de chuvas concentradas em áreas como as cabeceiras de rios, e em encostas, povoadas ou despovoadas, desencadeou-se a série de eventos que caracterizaram o desastre. O desastre teve origem natural, podendo ser classificado nos grupos geológico - deslizamentos e corridas de massa -, hidrológico - enxurrada -, e meteorológico - zona de convergência, tempestade local com ocorrência de tempestade de raios, chuvas intensas e vendaval (CEPED UFSC, 2012, p. 31-33).

Os materiais resultantes dos escorregamentos individuais somaram-se ao volume dos rios e alcançou localidades a quilômetros de distância de sua origem, impactando regiões vizinhas. “Areal recebeu o fluxo de material advindo de Petrópolis; São José do Vale do Rio Preto recebeu as ondas de detritos mobilizados em Teresópolis e Bom Jardim

teve suas pontes destruídas pelos materiais originados das encostas de Friburgo” (Brasil, 2012, p. 63). De acordo com o relatório do Senado Federal,

No dia da catástrofe na região serrana do RJ, não choveu em São José do Vale do Rio Preto, Contudo, o rio subiu 12 metros em 2 horas com as chuvas ocorridas em Teresópolis. A cidade não tem mais prédio da Prefeitura. A água subiu 2,8 metros. Perdeu-se a Secretaria de Fazenda, o Protocolo Geral, e vários outros órgãos (Senado Federal, 2011, p. 72).

A área mais afetada foi nos municípios de Areal, Bom Jardim, Nova Friburgo, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro, Petrópolis e Teresópolis que decretaram Estado de Calamidade Pública (ECP), e registraram o maior número de óbitos.

O Anuário de Desastres (Brasil, 2012, p. 63) aponta 912 mortes, o Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ (Dourado et al, 2012, p. 53), 947 mortos e 300 desaparecidos, o relatório do Banco Mundial (2012, p. 18) informa 905 mortos, e tanto o banco de dados EM-DAT, quanto o relatório anual do CRED, registram 900 mortes.

O relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (2011, p. 71), publicado em agosto de 2011, teve como fonte o Centro de Operações do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, órgão anexado à Secretaria de Estado de Defesa Civil, e aponta 909 mortos, 23118 pessoas desalojadas e 8908 desabrigadas. Também afirma que “não é possível precisar o número de desaparecidos, mas o Ministério Público Estadual estima ser superior a 241” (2011, p. 72).

Os documentos que registram números de mortos, desaparecidos, entre outros, apontam que os dados são oficiais, no entanto, não citam a fonte exata. O relatório do Banco Mundial informou na publicação feita em novembro de 2012, que

O Ministério Público do Rio de Janeiro passou a centralizar as informações sobre os desaparecidos na região e, atualmente, ainda trabalha na identificação das vítimas fatais. De fato, o número de mortos deve superar 905, mas neste relatório foi utilizado o último levantamento oficial

divulgado pela Polícia Civil do Rio de Janeiro (Banco Mundial, 2012, p. 18).

Existe, de fato, uma dificuldade em unificar as informações relativas ao desastre, dada a desarticulação dos órgãos que atuaram na emergência, situação diferente da experimentada em Santa Catarina, que unificou as informações na Defesa Civil Estadual, com apoio do governo do Estado. No Rio de Janeiro, as disputas políticas locais e a falta de planejamento foi sentida pela população tanto no atendimento desordenado das vítimas, quanto na falta de informações e comunicação, que foi apontada como um dos grandes problemas que contribuíram para amplificar as consequências do desastre (CEPED UFSC, 2011a, p. 39-42).

O estado já possuía um histórico de desastres, com registros de chuvas intensas e deslizamentos desde o século XIX. De acordo com o volume Rio de Janeiro do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais (CEPED UFSC, 2011c, p. 58), Petrópolis lidera o número de registros, com desastres provocados por chuvas intensas.

O evento de 2011 é considerado o maior desastre de origem natural registrado no Brasil, tanto em dimensão, quanto em número de mortos (CRED, 2012, 14). Um relatório do Banco Mundial estimou em R\$ 4.78 bilhões em perdas e danos. “Dentre estes custos, aproximadamente R\$ 3.15 bilhões correspondem ao setor público e R\$ 1.62 bilhões são de propriedade privada”, sendo o setor habitacional o que registrou custos privados mais relevantes (R\$ 647 milhões) (Banco Mundial, 2012, p. 18).

O relatório do Ministério do Meio Ambiente (2011) apontou previsibilidade da ocorrência de acidentes naturais na área devido à topografia, geologia, hidrografia e regime pluviométrico, com suscetibilidade a escorregamentos associados à instabilidade de encostas. Além dessas características, é flagrante o desrespeito a Áreas de Preservação Permanente (APP), cuja função de “proteger a estabilidade geológica e o solo também previne o assoreamento dos corpos d’água e a ocorrência de enxurradas e deslizamentos de terra, contribuindo para a garantia da segurança das populações residentes” (MMA, 2011). No relatório, fotos do pós-desastre mostram como a ocupação de áreas destinadas à preservação permanente custou vidas, “a maioria das edificações afetadas encontra-se total ou parcialmente dentro da faixa de APP de 30 metros” (MMA, 2011). A ocorrência dessas causas foi verificada em ambos os desastres, em Santa Catarina, 2008, e na região serrana do Rio de Janeiro, em 2011.

O impacto do desastre na Região Serrana do Rio de Janeiro provocou uma mudança substancial no tratamento do assunto por autoridades, imprensa, população e mesmo os órgãos de gestão que se depararam com problemas novos. Essa mudança representou “um marco nas políticas de gestão de riscos e desastre no país” (Banco Mundial, 2012, p. 18) e “trouxe à tona a importância da prevenção, mitigação e criação de cidades mais resilientes, ou seja, que suportem melhor as adversidades naturais e diminuam as vulnerabilidades as quais a população está exposta” (Brasil, 2012, p. 68).

Para a Sedec [Secretaria Nacional de Defesa Civil], a tragédia na região serrana do Estado do Rio de Janeiro gerou uma importante oportunidade para a reformulação do sistema nacional de defesa civil. O sistema, que vem sendo dilapidado ao longo do tempo, passou a ser tema relevante na agenda nacional. Essa oportunidade precisa ser aproveitada, sob pena de o País continuar despreparado para socorrer a população em caso de novos desastres (Senado Federal, 2011, p. 13).

Sabemos, por relatos de moradores e da Defesa Civil de Nova Friburgo, que as áreas de risco no município foram avisadas e estavam preparadas para agir, mas não diante da dimensão que o desastre tomou. Além disso, haviam 35 áreas mapeadas para a atualização do Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), e, após o desastre, elas foram ampliadas para 150, pois o evento atingiu locais que não eram considerados de risco (CEPED UFSC, 2011a, p. 41).

Em Teresópolis, a situação foi semelhante. Foi comunicada a possibilidade de chuvas fortes no dia 11/1, mas sem alerta de chuva acima do padrão normal. A Defesa Civil de Teresópolis afirmou que as áreas de risco já conhecidas das comunidades estavam preparadas para as chuvas, mas os bairros atingidos não eram considerados de risco e, mesmo que houvesse o alerta, não saberiam como agir (CEPED UFSC, 2011a, p. 34).

Para a imprensa, esse foi um desastre atípico, ocorrido próximo ao eixo Rio-São Paulo, onde está a sede das grandes empresas de mídia do Brasil, e atingindo uma área turística na qual muitas celebridades passam férias. Essa visão quebrou um paradigma de que desastre ocorre

somente em áreas pobres e trouxe para a pauta assuntos que até então não ocupavam muito espaço na mídia.

Um dos acontecimentos protagonizados pela mídia mais comentados foi o boato sobre o rompimento de uma represa em Nova Friburgo. Na manhã de sexta-feira, 14 de janeiro, um boato se espalhou rapidamente na cidade já abalada: a represa havia estourado, a água inundaria a cidade. Pessoas desesperadas congestionaram as ruas tentando sair da cidade, mesmo os órgãos de emergência inicialmente não reagiram bem à informação e também contribuíram para o pânico. Uma repórter da TV Record gravou no momento do pânico, correndo de um lado para outro tentando encontrar a suposta represa, enquanto isso entrevistava pessoas desesperadas nas ruas ao vivo. A repórter entrou em pânico, chorando no ar. Na rede Globo os dois repórteres que cobriam o desastre no local, entraram no ar ao vivo durante o jornal Hoje, que vai ao ar no início da tarde e relataram o que aconteceu, como reagiram e mostraram imagens do pânico. Em uma cidade que está sensibilizada pelo desastre, o boato cresceu e se espalhou rapidamente, e os jornalistas, sem conhecimento da região, sem desconfiar da veracidade da informação, produziram cenas que em nada contribuíram com a cobertura ou com a população.

Sobre o evento, o relatório do Senado Federal reportou: “Durante a catástrofe na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, a afirmação de que a represa de Friburgo havia rompido causou pânico. As autoridades tiveram de mobilizar recursos importantes para informar à população que a cidade não tem represa” (Senado Federal, 2011, p. 72).

5.2 COBERTURA DA REVISTA VEJA

A edição nº 2200 (19/01/2011) da revista *Veja* traz na capa uma foto de duas pessoas com máscaras no rosto e expressão de tristeza em meio a caixões com a chamada “Os mortos de janeiro: Até quando vamos aceitar passivamente que, todos os anos, a temporada de chuvas mate centenas de brasileiros?”. A chamada do índice “Catástrofe: As chuvas matam centenas de pessoas na serra fluminense” está na editoria Brasil e é destacada com uma foto que possui a legenda “Catástrofe: O horror na serra”. O desastre tem destaque na coluna Leitor – Blogosfera (2200, p. 30). A reportagem se desenvolve entre a página 48 e a 59. A matéria da edição 2200 é assinada por Renata Betti e Roberta de Abreu Lima, com reportagem de Helena Borges, Adriana Dias Lopes, Laura Ming, Carolina Romanini e Fernando Mello.

A revista ainda dedica duas páginas a um anúncio que estimula o leitor a entrar na página da *Veja* para fazer doações aos atingidos pela chuva (2200, p. 66 - 67).

A edição nº 2201 (26/01/2011) traz *slash* na capa “Rio de Janeiro: 8 soluções para que as chuvas matem menos em 2011”, com foto, e dedica cinco páginas (2201, p. 74 - 80) ao desastre, sob o título “8 soluções para evitar outra tragédia”. A reportagem é assinada por Malu Gaspar, Renata Betti e Roberta de Abreu Lima, com boxes de Igor Paulin e Helena Borges.

A chamada no índice, na editoria de geral, é acompanhada de uma foto com a legenda: “Chuvas: como evitar as catástrofes” e também destaca o assunto com foto na galeria de imagens da *veja.com*. O desastre também tem destaque na página dedicada às cartas dos leitores (2201, p. 32), com foto, sendo o assunto mais comentado da edição anterior. Na coluna Leitor – Blogosfera (2201, p. 38), há indicação de dois artigos online sobre o tema, que ainda é comentado pelo colunista Roberto Pompeu de Toledo (2201, p. 122).

5.3 COBERTURA DA REVISTA ISTOÉ

A cobertura do desastre feito pela revista *IstoÉ* ocupou a capa da edição nº 2149 (19/01/2011), e as páginas internas das edições nº 2150 (26/01/2011), nº 2151 (2/2/2011) e nº 2152 (9/2/2011).

A capa da edição 2149 estampa em uma coluna, ao lado esquerdo, capas de outros desastres provocados por chuvas cobertos pela revista, em dezembro de 2008, janeiro de 2010 e abril de 2010. A manchete “Muito discurso, pouca ação e mais tragédias” é seguida de uma referência à foto de capa que mostra do alto a destruição causada pela enxurrada: “Teresópolis (RJ), quarta-feira, 12 de janeiro de 2011”. Abaixo, relacionado às colunas, há outro destaque: “2011: O mesmo drama na região serrana do Rio. Desta vez, a maior catástrofe da história do país”. Logo abaixo da chamada no índice, o editorial “Uma avalanche moral”, assinado pelo diretor editorial adjunto Luiz Fernando Sá, é dedicado ao desastre (2149, p. 20). Ricardo Boechat dedica uma nota de destaque em sua coluna (2149, p. 34) “Reforço da hora”.

A reportagem da edição 2149 tem chamada no índice com uma foto: “A maior catástrofe do Brasil: A cada verão, brasileiros de todas as classes sociais morrem vitimados pelas chuvas. Sobram discursos, mas faltam ações para resolver essa perversa realidade”. A matéria abre sob a cartola Brasil Especial, 15 páginas, entre a página 40 e 54, sendo duas

(2149, p. 52-53) dedicadas às inundações em São Paulo e um artigo do colunista Leonardo Attuch relacionado ao tema de cobertura, que não serão consideradas na análise. A matéria da edição 2149 é assinada por Francisco Alves Filho, de Nova Friburgo, Wilson Aquino, de Teresópolis, e Rafael Teixeira do Rio de Janeiro, com colaboração de Adriana Prado e Luciani Gomes e correlata de Larissa Veloso com colaboração de Izadora Rodrigues.

A edição 2150 tem cinco notas na coluna de Leonardo Boechat relacionadas ao desastre (2150, p. 32-33): “Pós água, o fogo”, “Na Bronca”, “Um a um”, “Sem piloto” e “Nova geografia”. A edição dedica duas páginas de reportagem ao desastre, 48 e 49, na editoria Brasil, sem chamada no índice. A matéria, assinada por Francisco Alves Filho, é intitulada “A dura vida numa região devastada” e trata da volta à rotina pela população das áreas atingidas. A seção de cartas tem cinco comentários de leitores sobre a cobertura do desastre na edição 2149.

Na edição 2151, a coluna Semana, dedicada a notas curtas, traz uma nota com duas fotos “Alguém avise a FAB de que tem gente morrendo no Rio” (2151, p. 24-25).

A edição 2152 não tem chamada no índice e trata de assunto relacionado ao desastre - o estabelecimento do Sistema Nacional de Alerta e Prevenção de Desastres Naturais -, através de uma entrevista *ping pong*, na editoria Ambiente, feita por André Julião (2152, p. 100) com o climatologista do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Carlos Nobre. Na coluna de Ricardo Boechat, há um pequeno comentário com foto sobre o destino dos carros destruídos no desastre (2152, p. 35).

5.4 COBERTURA DA REVISTA ÉPOCA

A revista *Época* dedicou ao desastre matéria de capa na edição nº 661 (17/01/2011) e edição nº 662 (24/01/2011).

A foto da primeira capa mostra cruzeiros numerados de madeira fincadas na terra ao lado de covas e tem a legenda “Covas abertas pela prefeitura no cemitério de Teresópolis, um dos locais mais afetados pelos deslizamentos”. Logo abaixo a chamada de capa “Depois da tragédia: Os dramas, as lições e a retomada da vida após o pior desastre natural da história do Brasil”. A revista também dedica espaço no editorial “O que devemos às vítimas da pior tragédia do país” (661, p. 6), assinado pelo redator-chefe David Cohen, uma charge assinada por Paulo Caruso e um comentário na coluna de Paulo Moreira Leite (661,

p. 19). A reportagem sob a cartola “Brasil chuvas” é assinada por Rafael Pereira (de Teresópolis), Martha Mendonça e Celso Masson, com correlata assinada por Aline Ribeiro, Maurício Meireles e Leopoldo Mateus. A cobertura tem 22 páginas (661, 24 – 45), e duas páginas sobre as inundações em São Paulo (que não fazem parte da análise). A edição traz também artigo do colunista Fernando Abrucio “Catástrofes: os problemas estão nas prefeituras” (661, p. 46) e de Ruth de Aquino “Falta uma UPP para a natureza” (661, p. 98) sobre o tema. Todo o processo da escolha da capa foi relatado na coluna online Faz Caber pelo editor de arte Alexandre Lucas (Lucas, 2011).

A edição 662 traz na capa uma montagem entre a mão da estátua do Cristo Redentor e uma mão humana com a chamada “A força da solidariedade: De onde vem esse sentimento nobre e profundo que nos leva a fazer sacrifícios para ajudar as vítimas de tragédias como as enchentes”. O processo de decisão da capa desde a primeira opção até a montagem conceitual foi relatado pelo diretor de arte Marcos Marques (Marques, 2011). O tema da capa é destaque no editorial assinado pelo diretor de redação, Helio Gurovitz “A solidariedade nos momentos de tragédia” (662, p. 8). Na coluna do leitor, “Caixa Postal” (662, p. 8-9), o desastre recebe vários comentários dos leitores sobre a edição anterior. A coluna (662, p. 27), de Paulo Moreira Leite comenta sobre o socorro econômico à região afetada e traz também uma charge sobre o desastre assinada por Paulo Caruso. Ruth de Aquino dedica seu artigo “Uma razão para se orgulhar” ao desastre (662, p. 114).

A reportagem de capa da edição 662 ocupa 18 páginas, 32 a 49, sob a cartola “Brasil chuvas” e é assinada por Martha Mendonça e Letícia Sorg, com Humberto Maia Junior, Nelito Fernandes, Rafael Pereira e Maurício Meireles. Tem chamada no índice com foto. Serão consideradas para análise apenas a matéria central, “Porque somos solidários” (662, p. 32-41), a entrevista com Guruduth Banavar (662, p. 42), feita por Ruth de Aquino, e a correlata “É hora de afrouxar?” (662, p. 43), assinada por Aline Ribeiro. O texto seguinte (662, p. 44-49) corresponde a outros desastres, portanto, não entra na análise.

5.5 ANÁLISE DOS INDICADORES DA COBERTURA EM 2011

Índice Temático – Abordagem de informações relacionadas à Redução de Risco e Desastre, RRD

Um ponto que prejudicou a qualidade geral e esteve presente nas três publicações foi a dificuldade de entendimento de conceitos e

expressões corriqueiras em desastres e em defesa civil, que transparece no texto e nos infográficos com explicações dúbias, tendendo à repetição de fórmulas prontas, já usadas em outras matérias, e confusão na determinação de causas e soluções. Essa dificuldade evidencia uma falta de familiaridade com o tema desastre, com os procedimentos da defesa civil, da gestão de risco e desastre e desconhecimento da região afetada. Na *IstoÉ* esse foi o fator que mais comprometeu a qualidade. O risco é abordado superficialmente em históricos de desastres que estiveram presente em todas as publicações.

As pautas com tom político da *Veja* e da *IstoÉ*, mostraram que a cobertura de desastres tem espaço para fontes políticas, mas sua abordagem pode ser aperfeiçoada e aprofundada. A *Veja* deu um tom agressivo a seu texto ao polarizar as fontes, expondo a população como vítima e autoridades como culpados, numa oposição clara exposta pelo valor-notícia mocinho/bandido ou bem/mal. Essa abordagem não contribui nem com a população, pois gera um sentimento de desordem, medo e insegurança, menos ainda com os gestores da resposta ao desastre que adquirem um problema a mais na tentativa de reestabelecer a normalidade.

A edição 2201 da *Veja* (2201, p. 77) traz uma informação equivocada de que nenhuma das cidades atingidas pelo desastre tinha mapa de risco. Na verdade, ao menos as três maiores, Teresópolis, Nova Friburgo e Petrópolis, tinham esse mapa na defesa civil de cada município. O detalhamento e precisão dos mapas pode variar, principalmente porque dependem do orçamento que cada município destina a seus órgãos de defesa civil. Em cada um desses municípios há relatos de que as áreas de risco foram avisadas das chuvas intensas, mas áreas que não eram consideradas de risco foram atingidas. A matéria da edição 2201 é muito focada em medidas estruturais, falta citar soluções não-estruturais que são parte fundamental da Redução de Risco e Desastre e funcionam em conjunto com soluções tecnológicas.

A abordagem política da *IstoÉ* foi menos polarizada, com destaque para um ponto diferencial em um box (2149, p. 49) sobre a responsabilidade de cada esfera de poder, municipal, estadual e federal em desastres.

A *Época* (ed. 661; ed. 662) teve uma abordagem mais equilibrada, mais comedida na crítica política, e com mais informação relevante para situar e sensibilizar o leitor e fomentar a cultura do risco com apresentação de soluções, boas fontes técnico-científicas e críticas bem embasadas. As explicações sobre o desastre no infográfico (661, p.

30-31) são básicas, eficientes apenas para explicar sobre o tipo de desastre, mas deixa a desejar para explicar esse desastre especificamente que teve características próprias.

Um trecho do texto central da *Época* (ed. 661) dá uma base prática de como a defesa civil deve estar presente em todos os setores da sociedade, ao apontar os culpados: “a natureza, com uma chuva intensa numa área restrita (o que conferiu às águas força descomunal), os políticos de variados governos, que falharam nos esforços de prevenção, e a própria população, ricos e pobres, que ocupou áreas irregulares ou de risco” (661, p. 28). Informação relevante que foi dada apenas na *Época*: “A Proposta de Emenda Constitucional nº 285, de julho de 2008, prevê vincular entre 1% e 2% dos recursos orçamentários da União, dos Estados e municípios a seus Fundos de Habitação de Interesse Social” (661, p. 29).

Destaque positivo para a correlata que relaciona o desastre com o Código Florestal na edição 662 da *Época* (662, p. 43), a partir da regulamentação de áreas vulneráveis.

As três edições usaram palavras semelhantes no mesmo conceito de desastre. As mais frequentes foram tragédia e catástrofe. Também foi registrado o uso de: enchentes, carnificina, tragédia natural, catástrofe natural, desastre natural, acidentes, desastres ambientais, monstruoso deslizamento, tsunami, avalanche. Como sinônimo de deslizamento as expressões são: enxurrada de lama; avalanche; avalanche de lama; avalanche de terra, pedras e detritos; terra em estado líquido; corredeira de águas caudalosas; avalanches de lama, pedras e paus; avalanche de terra; corrida de lama e detritos, montanha de lama.

A *IstoÉ* adotou palavras que definitivamente não deveriam entrar nos sinônimos de desastre, carnificina e acidente (ed. 2149).

Indicador nº 1 – Imagens

A cobertura fotográfica de *Veja* e *Época* apresentou legendas informativas, integração com o texto e cuidado ético. Os infográficos das duas revistas foram bem desenvolvidos com ilustrações explicativas e integradas com o texto. A *IstoÉ* teve problemas com legendas excessivamente descritivas, as ilustrações do infográfico são superficiais e redundantes em seu propósito, não acrescentam informação, nem ajudam a esclarecer os textos.

O ponto mais polêmico de toda a cobertura fotográfica foi a foto de abertura da edição 2149 da *IstoÉ* que mostra o rosto de uma vítima coberta de escombros. Existe uma discussão sobre mostrar ou não o

rosto de vítimas, se a invasão da privacidade de uma pessoa morta e, principalmente, o desrespeito para com os familiares, justifica o impacto dessa informação. Fotos premiadas e célebres foram clicadas em momentos assim, seja de pessoas mortas ou de pessoas vivas diante da morte certa. A imagem fica gravada na memória com todo o drama da situação. A pergunta que se deve fazer é se temos o direito de invadir a dor da família que, para sempre, vai ter aquela imagem e tudo o que ela representa e suscita de reflexão assombrando a memória. Em contraposição deve-se perguntar se a informação e o impacto da foto serão significativos para a opinião pública, de forma a justificar tal invasão.

Um recurso usado pelas três revistas foi o de separar os relatos humanos e vinculá-los a fotos em boxes. As foto-sequências foram utilizadas na *Época* e *IstoÉ*, e se destacaram como recurso de narrativa fotográfica.

Na *Veja*, a reportagem da edição 2200 tem 19 fotos, sendo uma no índice e um infográfico. A edição 2201 traz foto no *slash* da capa, e mais seis fotos, sendo uma na chamada do índice e outra na chamada do site, na mesma página, além de quatro animações e figuras gráficas para visualização de dados.

Na *IstoÉ*, a reportagem da edição 2149 tem 33 fotos, sendo quatro inseridas em um infográfico e uma a foto do índice; tem duas figuras, e um infográfico. A matéria da edição 2150 tem cinco fotos e quatro figuras auxiliares em um box. A entrevista da edição 2152 tem duas fotos.

A reportagem da *Época* na edição 661 tem, ao todo, contando com a foto do índice, 35 fotos e um infográfico com fotos de satélite, mapas, figuras explicativas, visualização de dados em gráficos. A cobertura analisada na edição 662 tem um total de 17 fotos, sendo uma no índice, dois gráficos e um infográfico.

Indicador nº 2 – Marcas da apuração

O principal problema de apuração na cobertura foi, sem dúvida, a informação contestada da revista *Veja*, o que fere a credibilidade de todo o restante de seu conteúdo.

A edição 2200 teve, ao menos, uma informação contestada publicamente por uma nota de repúdio emitida em 21 de janeiro de 2011 conjuntamente pelo Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, a OAB/RJ, por sua 9ª subseção, o Município

de Nova Friburgo, o diretor do IML-AP/RJ e o delegado de Polícia Titular de Nova Friburgo (2011). A nota contesta as informações que vão do último parágrafo da página 54 até o primeiro parágrafo da página 56, “em razão de seu conteúdo totalmente inverídico”. O trecho contestado é o seguinte:

Por falta de espaço, cada novo corpo que chegava era colocado ao lado ou em cima de outros. Aos familiares das vítimas restava entrar em uma fila e esperar pela vez de circular entre os mortos. Ao identificar um conhecido, bastava levá-lo embora, sem necessidade de comprovar parentesco, em carros ou caixões carregados nos ombros. Em meio ao luto e a desordem, brotavam discussões entre parentes que se acusavam de estar levando o morto errado.

[...]

Na sexta, começaram os enterros coletivos. Grandes covas foram abertas no cemitério Trilha do Céu para sepultar, de uma só vez, dez a vinte pessoas, identificadas ou não por seus parentes (Veja 2200, p. 54-56).

A nota corrige as informações alegando que: as vítimas não eram colocadas umas sobre as outras, mas dispostas lado a lado no ginásio do Instituto de Educação; o acesso ao local era restrito e controlado; a liberação dos corpos só era feita mediante reconhecimento e identificação legal, de acordo com os procedimentos da perícia e dos outros órgãos através da Secretaria Nacional de Segurança Pública; os corpos foram sepultados individualmente, não havendo enterro coletivo, mas vários enterros individuais simultâneos; houve apenas três casos de divergência na identificação do corpo, que foram encaminhados para os peritos do Instituto Médico Legal da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, para exame das impressões digitais, das arcadas dentárias e de DNA.

No infográfico da edição 2200 (p. 50-51), algumas informações precisavam de mais verificação. Apontar a drenagem urbana como fator do desastre não abrange a quantidade de ocorrências que houve em zonas rurais e bairros afastados.

Há carência de explicações técnico-científicas sobre o desastre da *IstoÉ*, que também teve informações mal apuradas, assim como a *Época*.

Na *Época* a informação “mesmo nas cidades em que o alerta soou, como Nova Friburgo, onde um equipamento monitora o aumento do nível dos rios, a população não foi avisada” (661, p. 29) está incorreta. As áreas de risco foram avisadas, como relatado no tópico 5.1.

Na *IstoÉ* falta informação sobre como aconteceu o desastre, seja no texto central, seja no infográfico que é subutilizado. Pelo texto, nota-se que a apuração sobre planos de contingência foi insuficiente para explicar o que exatamente é um plano de contingência e qual a sua importância.

Os números do desastre dados com a data e a hora em que foram atualizados são mostrados de forma transparente nas três revistas. Na *IstoÉ*: “Até a manhã da sexta-feira 14, a cidade chorava inacreditáveis 216 mortos na tragédia” (2149, p. 50), “Números registrados até às 17h da sexta-feira 14” (2149, p. 43 e 50), “Até a sexta-feira 21, tinham sido contados 762 mortos e mais de 400 desaparecidos” (*IstoÉ* 2150, p. 48).

A edição 2200 da *Veja* revela que os dados de números de mortos (546) e desabrigados (6550) foram apurados até às 21h de sexta. Na edição 2201, o mesmo acontece ao atualizar o número de mortos em 785 até a última sexta-feira, 21 de janeiro (dia do fechamento da revista).

Na *Época*: “A contagem de mortos chegava a 537 até a noite da sexta-feira” (661, p. 26); “Os números foram atualizados até as 19h30 do dia 14 de janeiro / Fontes: governo do RJ” (661, p. 30). Um ponto positivo a ser destacado na transparência da apuração é a iniciativa da *Época* em manter um blog (colunas.revistaepoca.globo.com/fazcaber) no qual descreve como foi o processo de escolha da capa, qual foi a demanda, que opções tinham e o que influenciou e como foi decidida a versão final, mostrando de forma transparente o que afeta as decisões editoriais.

Indicador nº 3 – Texto

O texto das revistas é, no geral, interessante e fluído, com estrutura bem definida e organizada de forma a facilitar a compreensão do leitor, encadeamento entre chamada de capa, de índice, título central, linha fina e texto, como o texto de revista deve ser.

A contestação de informações da *Veja* evidenciou sua tendência ao exagero de situações dramáticas na narrativa. A chamada da capa “Os mortos de janeiro: Até quando vamos aceitar passivamente que, todos os anos, a temporada de chuvas mate centenas de brasileiros?”, dá o tom de crítica repetido pelo título e linha fina. O texto, no entanto, demora a entrar na crítica enfatizando o cenário de caos no que parece um recurso

para sustentar a crítica que aparece nos parágrafos finais. O texto é bem encadeado, mas o fato de ter tido informações contestadas põe em cheque a veracidade da narrativa, que ocupa grande parte do texto central e evidencia que as informações, que se mostraram inverídicas, foram exageradas. A última frase (Veja 2200, p. 58), que, em geral, tem a função de concluir o texto retomando as ideias iniciais, se desloca do texto ao citar “inação política”, pois o texto não cita política em nenhum momento.

O foco da *IstoÉ* (ed. 2149) gira em torno da cobrança de ações políticas que poderiam ter minimizado o desastre. Na *IstoÉ* foram observados vários pequenos erros de edição como “cemitério ao livre” (2149, p. 49) e “ao contrário do Rio, a Bahia não é um Estado com histórico de desastres ambientais tão frequentes como o Rio” (2149, p. 50). A edição nº 2150 (26/1/2011) tem um foco factual na retomada da vida após o desastre. O texto está na editoria Brasil, página 48 e 49, e narra como está a região, permeado de relatos de pessoas que tentam retomar suas vidas “em meio ao caos” (2150, p. 48) nos municípios atingidos e oferece dados atualizados sobre o desastre.

A manchete de capa da edição 661 da revista *Época* “Depois da tragédia: Os dramas, as lições e a retomada da vida após o pior desastre natural da história do Brasil”, o título “A maior tragédia do Brasil” e a linha fina “Os dramas, as lições e a retomada da vida após o monstruoso deslizamento que matou mais de 500 pessoas na região serrana do Rio de Janeiro”, indicam que a reportagem tem foco no drama humano causado pelo desastre de grandes proporções. A reportagem se desenvolve a partir desse foco sem, no entanto, deixar de dar informações de contexto, como explicações sobre o fenômeno e soluções. O texto central termina indicando os seguintes com “as principais causas da tragédia, alguns dramas que chocaram o país e o que especialistas recomendam para evitar que isso se repita”, o que mostra uma estrutura bem definida na matéria, dividida em setores de informação: o drama humano no texto central e relatos em boxes, explicações sobre o desastre no infográfico e na correlata que completa as explicações com soluções para prevenir.

O infográfico “A origem da tragédia” (661, p. 30-31) tem um erro trivial na soma do número de mortos. O número total em destaque é 537, e difere dos números dados em cada município “atualizados até as 19h30 do dia 14 de janeiro”, que somados, dão 541 mortos.

Com o título “Porque somos solidários”, a edição 662 da *Época* aborda o tema solidariedade, com relatos de voluntários que

responderam ao desastre do Rio de Janeiro e outros exemplos de trabalho solidário no mundo. O texto se desenvolve com uso de fontes científicas. Duas correlatas se seguem ao texto principal, uma entrevista ping pong com o indiano Guruduth Banavar (662, p. 42), e uma matéria assinada por Aline Ribeiro que relaciona as mudanças no Código Florestal com a ocorrência de desastres e traz um mapa com visualização de dados (662, p. 43).

Indicador nº 4 – Pluralidade de fontes

A *IstoÉ* negligenciou as fontes técnico-científicas escolhendo algumas com baixa representatividade (ed. 2149) o que reflete nas poucas informações que explicam o desastre, uma carência no conteúdo. A edição 2150 concentrou apenas fontes individuais, de acordo com o foco. No entanto, não há citação de fonte nos dados atualizados do desastre, em “Balanço da tragédia” (2150, p. 49), o que seria uma boa estratégia de transparência, já que os dados podem ser diferentes, de acordo com a fonte. Também tem problemas na citação de fontes, com nomes errados e relações incorretas: Instituto de Pesquisas Aeroespaciais, Inpe (na edição 2149), e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Inpe (na edição 2150); diretora do Centro para a Pesquisa de Epidemiologias da ONU, Debarati Guha-Sapir, (o correto é Centro para Pesquisa sobre Epidemiologia de Desastres (CRED), colaborador da Organização Mundial de Saúde (OMS/ONU). O Centro está localizado na Universidade Católica de Louvain, na Bélgica, e é colaborador da Organização Mundial de Saúde. Não há fontes documentais.

A *Veja* mostrou grande preocupação no uso de fontes que dessem contexto técnico-científico ao desastre em detrimento de fontes individuais e políticas, apesar de seu foco crítico-político na edição 2200, deixando a proporcionalidade comprometida. A ausência de fontes políticas foi uma decisão que contribuiu para polarizar as fontes na ed. 2200, e na ed. 2201 fontes políticas poderiam ter trazido mais contexto. Essa ausência contribuiu para reduzir a proporcionalidade dos tipos de fontes. Na ed. 2201, foi notável a falta de fontes especializadas na área de sociologia ou comunicação de desastres, na página 80, quando são citadas as fontes que são apenas das áreas técnicas, o que se faz sentir em carência de informações, principalmente nos dois últimos itens, sete e oito (2201, p. 80), da matéria. As fontes utilizadas são representativas, mas pouco aproveitadas no texto central. Não há fontes documentais. O texto usou o recurso da narrativa para os relatos,

dispensando fontes individuais, o que contribuiu para o número reduzido dessas.

A *Época* foi a que teve melhor desempenho em proporcionalidade e representatividade e ocupou bem suas fontes. Teve um problema na checagem dos créditos de uma das fontes. Luiz Firmino não era mais presidente do Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro, na época da apuração, tendo deixado o cargo no final de 2010. No texto ele é citado duas vezes com créditos diferentes.

Indicador nº 5 – Abordagem da crítica

Na cobertura do desastre de 2011, as revista *Veja* e *IstoÉ* apostaram em um foco crítico na pauta e a *Época*, num foco mais trivial.

A *Época* teve poucas críticas, mas bem embasadas, com informações que não haviam saído nas outras duas. A falha na comunicação do alerta foi destacada a partir da crítica “ficou comprovada a falta de preparo das autoridades para se antecipar a desastres naturais” (661, p. 29). Também é criticado corretamente o método com que se faz os mapas de risco, “os cálculos são feitos com base em dados incompletos e desatualizados” (661, p. 42). A falta de repasse de verba federal prevista para ações de defesa civil “o Ministério da Integração só repassou 39% dos recursos disponíveis para prever e evitar desastres naturais para as prefeituras”, ganha ênfase na crítica de uma fonte “a vontade ainda não chegou à área de prevenção” (661, p. 43).

A *IstoÉ* fez críticas bem embasadas, sendo um ponto forte da reportagem da edição 2149. A pauta da ed. 2149 já traz um foco crítico, acusando o descaso já na linha fina e destacando no texto, a “ladainha cíclica de promessas que raramente se traduzem em ações concretas e que sempre terminam nos cemitérios” (2149, p. 44), “nesses tempos de pânico ambiental, as mudanças climáticas têm sido os algozes perfeitos dos governantes para justificar o injustificável” (2149, p. 45).

No entanto, ao afirmar que “se um simples sistema de alerta funcionasse, o número de vítimas poderia ser reduzido de forma drástica” (*IstoÉ* 2149, p. 48), a reportagem mostra ingenuidade em relação à crítica, pois apenas o sistema de alerta, simples ou complexo, não funciona, se a população não souber o que fazer depois que é dado o alerta. Essa informação é citada brevemente na correlata, “é preciso que dados geológicos e climáticos sejam monitorados 24 horas por dia e que a população seja treinada para agir em caso de desastre” (2149, p. 54), o que sugere uma falha na edição final.

A crítica às falhas na comunicação é ressaltada: “mas a comunicação parece não ter sido benfeita. Os agentes da Defesa Civil de Teresópolis, onde mais de 200 pessoas perderam a vida, garantem que não receberam nada” (IstoÉ 2149, p. 48). Relativas às ocupações irregulares, as críticas são muito perspicazes ao apontar o populismo dos políticos que permitem que moradores pobres continuem em áreas de risco em busca de votos (2149, p. 49-50). Destaca-se também a crítica muito bem observada, feita com base em dados da Ong Contas Abertas, à “má distribuição de recursos federais”, com favorecimento político do ministro responsável pela distribuição dos recursos, Geddel Vieira Lima (IstoÉ 2149, p. 50). A entrevista (2152, p. 100) aponta críticas especializadas e muito bem pontuadas à falta de autonomia do Brasil em relação às previsões meteorológicas por não possuir um satélite próprio.

A *Veja* teve um bom desempenho em criticar um grande problema da gestão de risco e desastre: a falta de articulação e comunicação entre os órgãos. Também foi bem sucedida em usar suas críticas para apontar um ponto de partida construtivo para solucionar os problemas relatados. A edição da chamada de capa, título central e linha fina da ed. 2200 mostram a escolha de uma pauta baseada na crítica às autoridades e sociedades em geral pela falta de preparo diante da repetição de eventos semelhantes ocorridos num curto espaço de tempo. Na página 50, um trecho mostra parte da crítica, ao destacar que “invocam-se os mesmos culpados” e se desenvolve em seguida, mostrando um tratamento mais completo da crítica: “quando o desastre assume proporções colossais, como ocorreu no Rio na semana passada, a lista dos culpados de sempre, sozinha, deixa de fazer sentido” (Veja 2200, p. 50).

As críticas se concentram especificamente na página 56, da *Veja* 2200, no relato dos avisos especiais sobre tempestades enviados pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) à Defesa Civil estadual, acusando a falta de preparo das equipes de Defesa Civil ao lidar com os alertas meteorológicos emitidos. O desenvolvimento da crítica é bem embasado e conclui que “os responsáveis pela Defesa Civil estadual do Rio não perceberam a importância da informação recebida”, deixando no ar a dúvida sobre o que aconteceu com a informação nos municípios. A falha na comunicação entre os órgãos é mais uma vez apontada no box da página 59 (Veja 2200), sugerindo em seguida a necessidade de desenvolver um trabalho de preparação da população.

O único ponto desfavorável da *Veja* foi a repetição excessiva da crítica ao sistema de drenagem urbana, pois obviamente esse não foi o

principal problema do desastre, já que muitos dos estragos ocorreram em áreas rurais. Nesse ponto a crítica parece ter sido requeitada de alguma matéria sobre alagamentos frequentes em cidades grandes.

A edição 2201 da *Veja* foca na intenção de apresentar continuidade às críticas da edição 2200, apontando soluções para evitar novos desastres. A matéria desenvolve as críticas de que o desastre “escancarou as velhas fragilidades - ocupação irregular de encostas, leniência na fiscalização, falta de investimentos em tecnologia e infraestrutura - e o completo despreparo para lidar com uma catástrofe de tal magnitude” (Veja 2201, p. 77). As críticas apresentadas são contemporizadas e exemplificadas, como nos trechos “Centenas de mortes ocorreram justamente porque tanta gente não obedecia às normas, tanto pobres como ricos. Falta uma fiscalização efetiva, o que passa por uma completa mudança de cultura e métodos nas repartições públicas responsáveis” e “prática que conta muitas vezes com o incentivo de políticos que fazem vista grossa à permanência das casas em troca de votos” que traz um contraponto “remover as pessoas de sua casa não é fácil” e mostra um exemplo de boa prática do município de Blumenau (Veja 2201, p. 78). Todas as críticas apresentadas na cobertura da *Veja* foram bem embasadas e desenvolvidas, mesmo considerando a dificuldade de se obter um registro completo dos acontecimentos até o fechamento da edição. Apontam, de fato, um ponto de partida construtivo para solucionar os problemas relatados.

Indicador nº 6 – Distribuição e equilíbrio da informação

Veja e *IstoÉ*, que na primeira edição após o desastre (ed. 2200 e ed. 2149) direcionaram o foco na crítica ao despreparo das autoridades frente ao desastre, deram mais espaço ao contexto (53,98% e 42,97%), o que não difere da *Época*, que teve foco no drama humano, mas deu mais espaço ao contexto (56,07%) que aos relatos (29,91%), na edição 661. De todas as seis edições analisadas apenas a *IstoÉ* 2150 não privilegiou contexto, seguindo estritamente o foco humano da pauta.

As três publicações, no índice geral, deram mais espaço ao contexto (57,21%), e em seguida ao foco (24,11%), o que confirma a tendência das revistas, mesmo as semanais, a serem publicações que prezam pela informação mais aprofundada.

No índice geral da cobertura de 2011, das três revistas, os relatos (18,68%) ocuparam menor espaço, o que pode ser uma pista de que o texto aposta mais em recursos de narrativa do que no uso excessivo dos relatos dramáticos, conferindo mais valor aos relatos.

Quadro 7 – Proporção da cobertura - revista Veja 2011

Tipo de informação	N° de palavras	Porcentagem no texto
Total (ed. 2200)	2738 palavras	100%
Relatos	417 palavras	15,23%
Fatos	843 palavras	30,79%
Contexto	1.478 palavras	53,98%
Total (ed. 2201)	2367 palavras	100%
Relatos	--	0%
Fatos	504 palavras	21,29%
Contexto	1863 palavras	78,71%
Cobertura completa Veja (ed. 2200 e 2201)	5105 palavras	100%
Relatos	417 palavras	8,17%
Fatos	1347 palavras	26,39%
Contexto	3341 palavras	65,44%

Fonte: desenvolvido pela autora

Quadro 8 – Proporção da cobertura - revista IstoÉ 2011

Tipo de informação	N° de palavras	Porcentagem no texto
Total (ed. 2149)	3921 palavras	100%
Relatos	631 palavras	16,10%
Fatos	1605 palavras	40,93%
Contexto	1685 palavras	42,97%
Total (ed. 2150)	987 palavras	100%
Relatos	337 palavras	34,14%
Fatos	650 palavras	65,86%
Contexto	---	0%
Cobertura completa IstoÉ (ed. 2149 e 2150)	4908 palavras	100%
Relatos	968 palavras	19,72%
Fatos	2255 palavras	45,95%
Contexto	1685 palavras	34,33%

Fonte: desenvolvido pela autora

Quadro 9 – Proporção da cobertura - revista *Época* 2011

Tipo de informação	Nº de palavras	Porcentagem no texto
Total (ed. 661)	4942 palavras	100%
Relatos	1478 palavras	29,91%
Fatos	693 palavras	14,02%
Contexto	2771 palavras	56,07%
Total (ed. 662)	4962 palavras	100%
Relatos	858 palavras	17,29%
Fatos	506 palavras	10,20%
Contexto	3598 palavras	72,51%
Cobertura completa	9904 palavras	100%
<i>Época</i> (ed. 661 e 662)		
Relatos	2336 palavras	23,58%
Fatos	1199 palavras	12,11%
Contexto	6369 palavras	64,31%

Fonte: desenvolvido pela autora

Quadro 10 – Proporção de todas as edições de 2011 analisadas

Tipo de informação	Nº de palavras	Porcentagem no texto
Total (todas as edições 2011)	19917 palavras	100%
Relatos	3721 palavras	18,68%
Fatos	4801 palavras	24,11%
Contexto	11395 palavras	57,21%

Fonte: desenvolvido pela autora

5.6 DESASTRES NAS REVISTAS: AS COBERTURAS DE 2008 E 2011

A comoção gerada pelo desastre é um dos valores-notícia que o transforma na principal pauta da semana. No total de coberturas analisadas, o lado humano tem espaço principalmente na narrativa e nos relatos de afetados no texto que correspondem a 23,39% das análises de 2008 e 18,68% de 2011. No indicador nº 6, relativo à distribuição da informação, isso corresponde à menor parcela do tipo da informação, o que mostra que seu valor não se mede pela quantidade, mas pela qualidade dos relatos.

Quadro 11 – Proporção de todas as edições analisadas

Tipo de informação	Nº de palavras	Porcentagem no texto
Total (todas as edições 2008)	12290 palavras	100%
Relatos	2875 palavras	23,39%
Fatos	3827 palavras	31,14%
Contexto	5588 palavras	45,47%
Total (todas as edições 2011)	19917 palavras	100%
Relatos	3721 palavras	18,68%
Fatos	4801 palavras	24,11%
Contexto	11395 palavras	57,21%
Total (todas as edições analisadas)	32207 palavras	100%
Relatos	6579 palavras	20,48%
Fatos	8628 palavras	26,79%
Contexto	16983 palavras	52,73%

Fonte: desenvolvido pela autora

A análise das coberturas das três revistas mostra quando o jornalismo cumpre seu papel principal de informar os cidadãos e quando deixa de cumprir. Em um desastre, a cobertura de uma revista semanal não pode ser comparada à de outros veículos, como o rádio local, a TV e os jornais, pois possui suas próprias características, como foi descrito anteriormente. Ela deve servir para fornecer contexto, explicações, histórico, posições políticas, científicas e ambientais mais aprofundadas, imagens que traduzam o que aconteceu, relatos que representem a população local e emocionem o leitor, apuração cuidadosa e focos diferenciados.

Nestes quesitos, guiados pelo Índice Temático e os seis indicadores de qualidade, as publicações cumpriram seu papel: ao fornecer contexto apropriado e histórico dos desastres anteriores (todas as publicações); buscaram fontes relevantes para embasar o texto e fizeram bom uso das declarações (Época, 2008, 550) (Época, 2011, 662) (Veja, 2008, 2089) (Veja, 2008, 2090) (IstoÉ, 2011, 2152); críticas bem fundamentadas (Época, 2008, 550) (Época, 2008, 551) (Época, 2011, 661) (IstoÉ, 2011, 2149) (IstoÉ, 2011, 2152) (Veja, 2011, 2200) (Veja, 2011, 2201).

Os seis indicadores apontam o que uma boa cobertura deve ser, mas também apontam quando a cobertura rasgou seu papel de informar: quando as informações estão incorretas (Época, 2008, 550) (Época, 2011, 662), são insuficientes (IstoÉ, 2008, 2039) ou são contestadas por

não corresponderem à verdade (Veja, 2011, 2200); quando há a polarização de fontes (Veja, 2011, 2200) (Veja 2008, 2089); baixa representatividade de fontes (IstoÉ, 2008, 2039); quando mostra desconhecimento que provoca imprecisão no uso de conceitos e expressões (todas as edições analisadas); quando a crítica é superficial (Veja, 2008, 2089) (Veja, 2008, 2090) (IstoÉ, 2008, 2039).

Ao interpretar os dados obtidos das análises das revistas, verificamos a importância que as revistas semanais dão ao contexto em grandes coberturas, mobilizando uma equipe para reunir informações anteriores e suplementares enquanto outra vai a campo apurar informações no local. O indicador nº 6, que mensurou a distribuição e equilíbrio da informação, mostrou que o contexto ocupa 45,47% do texto de todas as edições analisadas em 2008 e 57,21% em 2011. Nas informações de contexto, inclui-se tudo o que não é informação factual e relatos diretos ou indiretos de fontes individuais citadas no texto. Esses dados confirmam a tendência ao aprofundamento de conteúdo das revistas semanais, dando mais informação de suporte aos fatos quentes da semana, seja por texto, por fotos, ilustrações ou infográficos.

De todo o material analisado, uma matéria se destaca na cobertura da revista *Época* (662, 2011, p. 43). Assinada por Aline Ribeiro, a matéria contextualiza o desastre diante do debate, atual na época, sobre o Código Florestal Brasileiro. A jornalista é especializada em coberturas ambientais e isso ficou evidente na abordagem diferenciada e muito bem resolvida da matéria, o que favorece a defesa da especialização do jornalista como forma de ampliar a qualidade.

Na análise das imagens, os infográficos são usados como suporte de informação científica, que fornece contexto relevante e necessário para o entendimento, usado com frequência na cobertura de desastres variados. Seu uso nem sempre é bem sucedido, mas quando é, faz muita diferença na visualização e assimilação de informação. A cobertura fotográfica é um ponto forte das revistas e também da cobertura de desastres e contribui para mostrar a dimensão do evento, o drama humano e a realidade dos fatos. Mais que construir imagens mentais através do texto narrativo ou dos relatos, a imagem fala por si só, sem palavras, num testemunho mudo, porém extremamente realista da situação. Além de enviar fotografos próprios, as publicações costumam usar fotos de agências de notícia.

No indicador nº 4, pluralidade de fontes, essa valorização do contexto aparece na quantidade de fontes técnico-científicas, que é predominante em relação aos outros tipos de fontes, nas publicações

analisadas nas duas coberturas, com exceção da cobertura da *IstoÉ* em 2011 que apostou em fontes individuais. Nessa edição (*IstoÉ*, 2011, ed. 2149), a revista direcionou seu foco para as cobranças políticas, mostrando pelo contexto histórico que os desastres estavam sendo frequentes e as políticas públicas ineficientes para reduzi-los. Apesar do foco político, a carência de outros tipos de fonte, principalmente técnico-científicas, apareceu no texto.

As três publicações, *Veja*, *IstoÉ* e *Época*, mostraram preocupação em fornecer um histórico de desastres já ocorridos, nas coberturas de 2008 e 2011. Porém, identificamos a dificuldade na obtenção de dados oficiais ou mesmo científicos que fossem precisos em relação a desastres anteriores. Esse problema já havia sido identificado anteriormente (CEPED UFSC, 2012, p. 15) e é relacionado às dificuldades dos órgãos de defesa civil em registrar e manter dados corretos sobre as ocorrências. Essa dificuldade também ocorre durante o desastre, quando a busca por informações oficiais é maior e os órgãos de defesa civil nem sempre dispõe de estrutura organizada para atender a demanda.

Neste quinto capítulo, foi analisada a cobertura de 2011 feita pelas três publicações a partir do Índice Temático, Redução de Risco e Desastre, e seus seis indicadores auxiliares, imagens, marcas da apuração, texto, pluralidade de fontes, abordagem da crítica, distribuição e equilíbrio da informação. O último subcapítulo trouxe a comparação entre as análises de 2008 e 2011, mostrando os pontos positivos e negativos que se destacaram nas coberturas.

6 JORNALISTAS NO DESASTRE

Neste capítulo, as respostas de 13 jornalistas que participaram das coberturas de 2008 e 2011 nas revistas analisadas servirão de guia para algumas reflexões sobre a cobertura do desastre e do risco, o papel do jornalismo, necessidades e dificuldades da cobertura de desastres.

6.1 A PARTICIPAÇÃO DOS ENTREVISTADOS NAS COBERTURAS

Para a pesquisa foram enviadas as mesmas perguntas para todos os jornalistas, todas relacionadas à cobertura específica em análise, sendo quatro que permitiam respostas abertas e uma com respostas sugeridas. Abaixo a relação dos 13 jornalistas que responderam as perguntas com cargos que ocupavam na revista no ano correspondente, a revista e o ano da cobertura:

- Igor Paulin, repórter, *Veja*, 2008;
- Liliani Bento, repórter freelance, *Veja*, 2008;
- Solange Azevedo, repórter, *Época*, 2008;
- Giselle Zambiazzi, repórter freelance, *IstoÉ*, 2008;
- Alexandre Mansur, editor executivo, *Época*, 2008/2011;
- Celso Masson, editor executivo, *Época* 2008/2011;
- Leopoldo Mateus, repórter, *Época*, 2011;
- Letícia Sorg, repórter, *Época*, 2011;
- Aline Ribeiro, repórter, *Época*, 2011;
- Rafael Pereira, repórter, *Época*, 2011;
- Daniela Mendes, editora-executiva, *IstoÉ*, 2008/2011;
- Luiz Fernando Sá, diretor editorial adjunto da Editora Três, *IstoÉ*, 2011;
- Wilson Aquino, repórter, *IstoÉ*, 2011.

Foi solicitado a cada entrevistado que descrevesse sua participação nas coberturas. De todos os entrevistados, os únicos que fizeram ambas as coberturas pelo mesmo veículo foram os editores-executivos, Daniela Mendes, da *IstoÉ*, Alexandre Mansur e Celso Masson, da *Época*. Do restante, seis relataram experiência na cobertura de outros desastres. Todos os entrevistados possuem formação superior em jornalismo e continuam atuando profissionalmente como jornalistas.

Igor Paulin (repórter, *Veja*, 2008): “Em agosto de 2008 fui contratado pela revista *Veja* para reabrir a sucursal da revista em Porto Alegre, até então desativada. Minha função era a de correspondente para a região Sul do país e dos países do Mercosul. Por isso, fui destacado para cobrir a tragédia que desabava sobre Santa Catarina. Fui o primeiro repórter de *Veja* a chegar por lá. Outro repórter foi enviado e mais uma freelancer foi contratada para cobrir regiões e cidades específicas atingidas pelas chuvas. Uma equipe na redação tratou de completar a apuração e colar todas as partes apuradas em uma só reportagem -- algo comum nesse tipo cobertura que foi a capa da revista. Minhas funções foram cobrir a atuação das equipes de resgate às vítimas, obter relatos de sobreviventes e histórias sobre as vítimas das tragédias com seus familiares, colher informações sobre as implicações da tragédia na economia do estado e também as explicações científicas (meteorológicas e geológicas) que explicassem a catástrofe. Na semana seguinte, permaneci em Santa Catarina para uma reportagem sobre as doações e a atuação dos voluntários que voaram ao estado para ajudar desabrigados”.

Liliani Bento (repórter freelance, *Veja*, 2008): “Participei na cobertura das enchentes de 2008 e de 2011. Na de 2008 fui contratada pela Revista *Veja* para fazer a cobertura e na de 2011 o jornal A Folha de São Paulo. Tive que fazer visitas em abrigos e conversar com pessoas que foram atingidas”.

Solange Azevedo (repórter, *Época*, 2008): “Fui destacada para percorrer os municípios da região do Vale do Itajaí atingidos pela tragédia. Meu papel era conversar com as vítimas para tentar entender o que havia acontecido ali e o impacto daquilo na vida delas. Vários outros repórteres da revista, da matriz e sucursais, também trabalharam nessa cobertura. O resultado veio de um esforço conjunto”.

Giselle Zambiazzi (repórter freelance, *IstoÉ*, 2008): “Em 2008 praticamente todos os grandes do país, obviamente, estavam interessados em Santa Catarina naquele momento. Na época eu já atuava como freelancer e tinha vários contatos. Disparei e-mails e a primeira que me respondeu foi a IstoÉ. Depois outras revistas e jornais também entraram em contato, mas eu já estava comprometida com a Editora Três. Na verdade todo mundo já estava com equipes por aqui, mas havia duas dificuldades: 1) os jornalistas não conheciam SC ou o Vale do

Itajaí. Não conheciam os caminhos alternativos e mesmo o desconhecimento da cultura local estava dificultando para que fizessem um retrato um pouco mais próximo da realidade. 2) as pautas eram muitas para um momento emergencial e com pouco tempo para edição. Então, a matéria grossa, de capa, ficou com o repórter enviado pela IstoÉ, que ouviria as autoridades, levantaria dados, iria ao Morro do Baú, daria um panorama geral da situação, etc. e eu fui pra rua à cata de histórias. Fui a uma localidade onde sete pessoas da mesma família tinham morrido soterradas e também rodei a BR-470, onde encontrei a história de um homem que salvou a esposa grávida e a mãe idosa por uma fração de segundo. Depois visitei alguns alojamentos e ouvi dezenas de outras histórias. Sabemos que a enchente de 2008 não foi a primeira em SC, portanto, muitas pessoas já tinham passado por situações daquele tipo. Então procurei por alguma família que tivesse vindo de fora para ouvir também. Encontrei uma família de baianos que estava há pouco tempo em Blumenau e ouvi aquelas pessoas. Rodei por cidades bastante atingidas como Blumenau e Brusque e conversei com fontes em Itajaí para colher fatos mais reais e "extra-oficiais", como o superfaturamento da gasolina e da água, por exemplo. Fiz o texto de acordo com o tamanho combinado e ele foi mesclado, através da edição, ao texto principal. Também fiquei responsável pela produção de imagens. Poderia ter chamado um fotógrafo, mas ele também estava envolvido com a cobertura para outros veículos, então fui pra rua sozinha. Não tinha muito tempo e obviamente as minhas fotos não seriam as principais”.

Leopoldo Mateus (repórter, *Época*, 2011): “Como repórter da sucursal do Rio, naquela época, a cobertura de desastres naturais, infelizmente, havia se tornado constante. No começo dos meses de janeiro e abril, salvo engano, tanto em 2010 quanto em 2011 e 2012 aconteceram desastres desse tipo, em cidades como Angra, Niterói, Nova Friburgo, Teresópolis e no próprio Rio. Especificamente naquela cobertura de janeiro de 2011, ao contrário das outras, minha participação foi apenas em conversas com especialistas para a realização de uma reportagem sobre os motivos da tragédia e o que poderia ser feito para evitar algo daquele gênero”.

Letícia Sorg (repórter, *Época*, 2011): “Fui destacada para tentar explicar as ações de solidariedade do povo brasileiro com os afetados pelas enchentes na região serrana do Rio de Janeiro. Meu papel foi

conversar com especialistas sobre por que as pessoas ajudam umas às outras quando o discurso é de que somos todos egoístas. Busquei razões na biologia, na moral, para explicar esse comportamento solidário, de gente que saiu de sua casa, de sua rotina, para ajudar ao próximo”.

Aline Ribeiro (repórter, *Época*, 2011): “Eu era repórter de meio ambiente há um ano quando a tragédia ocorreu. Em janeiro de 2010, na minha primeira semana na revista, um desastre semelhante aconteceu na mesma região – e eu fiz a cobertura. Pela experiência anterior, ajudei a apurar aqui de São Paulo as possíveis causas do acidente em 2011”.

Rafael Pereira (repórter, *Época*, 2011): “Fui o enviado de *Época* nas tragédias de mesma natureza ocorridas em Angra dos Reis (janeiro de 2010), Teresópolis e Região Serrana do Rio (abril de 2010) e Niterói (janeiro de 2011). Minha participação foi a de praxe no jornalismo: segui para a região das tragédias logo após as primeiras notícias e, nos três casos, fui acompanhado de um fotógrafo. Minha função era trazer o relato dos sobreviventes e descrever o cenário trágico de forma a tentar aproximar o leitor da gravidade dos casos. Em um segundo momento, é necessário cobrar das autoridades e tentar apontar responsáveis diretos e indiretos. O mais importante nesse primeiro momento, porém, é conhecer as pessoas afetadas diretamente”.

Luiz Fernando de Sá (diretor editorial adjunto da Editora Três, *IstoÉ*, 2011): “No exercício de minhas funções, atuei sobretudo na determinação do enfoque que daríamos à cobertura, buscando na própria memória da *IstoÉ* as capas de anos anteriores que demonstravam como as tragédias eram recorrentes no Brasil (e mais particularmente naquela região) e, apesar disso, quase nada era feito para evitá-las, apesar da inundação de discursos das autoridades responsáveis prometendo soluções”.

Wilson Aquino (repórter, *IstoÉ*, 2011): “Fui deslocado para Teresópolis. Minha missão (ou pauta) era entrevistar sobreviventes, parentes de mortos, pessoas que perderam tudo e autoridades. Também tinha que visitar os pontos mais atingidos e a partir do meu ponto de vista (pessoal e com base nas informações de pessoas que viviam na região) tentar dar um retrato fiel do que aconteceu”.

Daniela Tavares Pereira Mendes (editora-executiva, *IstoÉ*, 2008 / 2011): “Coordenei aqui em São Paulo a cobertura e a edição. Ou seja, pautar os repórteres, definir atribuições e acompanhar a apuração, escolha de fotos e das artes da matéria, acompanhamento da diagramação e finalização do texto. Vale ressaltar que a direção da revista também supervisiona a edição final”.

Alexandre Mansur (editor executivo, *Época*, 2008 / 2011): “No caso de SC, coordenei a cobertura. Ela envolveu repórteres e infografistas em SP e um jornalista no local do desastre. No caso do Rio, eu estava de férias naquela semana. Coordenei as reportagens subsequentes sobre o assunto”.

Celso Masson (editor executivo, *Época*, 2008 / 2011): “Naquela ocasião, eu ocupava o cargo de editor de Sociedade da revista *Época*, editoria responsável pelo que em jargão de jornalismo chamamos de "hard news". A equipe que eu coordenava incluía repórteres vindos de jornais diários, com experiência nesse tipo de cobertura e que poderiam, a qualquer momento, ser deslocados de suas pautas para que se dedicassem a uma reportagem "quente", da semana. Também havia a possibilidade de contratar colaboradores locais, dependendo das necessidades ou da dificuldade de envio de nossa equipe até o local dos fatos. Meu trabalho consistia primordialmente em planejar a cobertura (de acordo com o número de páginas que tínhamos disponíveis e do prazo de fechamento), tanto do ponto de vista logístico quanto do foco editorial. Além disso, cabia a mim acompanhar, da redação, o desenvolvimento do trabalho de apuração em campo, sugerir ângulos jornalísticos novos de acordo como o que a equipe tinha à mão e do que outros veículos já estavam divulgando. Num terceiro momento, já próximo do prazo final de fechamento, minha responsabilidade era cuidar da edição de fotos, infográficos e textos, incluindo títulos, legendas, etc. – ou seja, a finalização da matéria”.

6.2 DIFICULDADES NA COBERTURA

No capítulo dois vimos algumas dificuldades e dilemas éticos enfrentados pelos jornalistas na cobertura de desastres. Algumas das dificuldades da cobertura listadas por Sibila Camps (1999), Arnaldo Zimmermann (2012), Fábio Zanini (2010), Leoni; Radford; Schulman (2011) e Potter; Ricchiardi (2009) foram relatadas pelos entrevistados.

O mais difícil, de acordo com os entrevistados, é entrevistar as pessoas afetadas, devido a carga emocional e o constrangimento que isso envolve. Há também dificuldades operacionais. As mais recorrentes são em relação a lidar com a quantidade enorme de informação obtida em campo no tempo necessário, principalmente diante das dificuldades logísticas e operacionais como locomoção, acessos bloqueados, desconhecimento do local, desabastecimento de víveres, água potável e gasolina, queda de energia e de canais de comunicação, como internet.

A importância da organização institucional dos órgãos de resposta é lembrada ao ser relatada a necessidade de fontes oficiais, principalmente por causa da dificuldade de acesso a informações corretas e também da circulação de informações desencontradas.

Igor Paulin: “A cobertura se deu há quase cinco anos e, por isso, algumas das dificuldades podem ter sido esquecidas. O mais difícil, contudo, era chegar a lugares isolados. Muitos dos lugares só eram acessíveis por helicóptero, havia disputa por lugar nas aeronaves entre jornalistas e fotógrafos de diferentes veículos e alguma dificuldade em organizar voos para a imprensa que pudessem ser feitos sem atrapalhar o resgate de vítimas e de quem ainda estivesse em regiões de risco. A principal dificuldade pessoal para os repórteres que se envolvem nesse tipo de cobertura também pode é lidar com quem perdeu tudo: amigos, parentes, a casa e o sentido em viver (mais abaixo envio um texto com algumas reflexões que fiz sobre a cobertura de um terremoto no Chile e o caso da boate Kiss²⁴, em Santa Maria)”.

Liliani Bento: “Na de 2008 foram muitas as dificuldades: tínhamos informações desencontradas dos órgãos públicos, visto que tudo aconteceu de forma muito rápida. Dificuldades de acesso em alguns locais, e as pessoas muito emocionadas, sem notícias de parentes desaparecidos. Então era muito difícil obter um relato. Na de 2011 a maior dificuldade foi de acesso”.

Solange Azevedo: “Para além das dificuldades naturais em casos assim, como encontrar água potável para beber ou alimento confiável

²⁴ O incêndio na Boate Kiss, em Santa Maria, interior do Rio Grande do Sul, em 27 de janeiro de 2013, chocou o Brasil ao provocar a morte de 242 jovens. A partir deste desastre as normas de segurança em casas noturnas e de espetáculo passaram a ser mais rigorosas. Na época em que as entrevistas foram realizadas, entre abril e maio de 2013, o incêndio ainda estava repercutindo.

para consumir, considero que o mais delicado foi conduzir as entrevistas com as vítimas e familiares. Uma cobertura como essa é sempre muito difícil porque as pessoas envolvidas estão muito sensibilizadas e o repórter também se sensibiliza com o que vê e ouve. Tanto que, até hoje, se alguém me perguntar sobre esse caso me vem à cabeça um nome: Juliano. Ele é o rapaz que abre a reportagem e que perdeu a mulher e a filha, de 11 meses. Não consigo me esquecer do relato dele e do olhar vazio. Fiquei muito feliz ao vê-lo uns 2 anos depois dando uma entrevista para uma emissora de TV dizendo que havia se casado novamente e que teria mais um bebê. A sensação foi de que, apesar de tudo, ele estava tentando reconstruir a vida. Muitas daquelas pessoas tiveram perdas irreparáveis e foram obrigadas a aprender a lidar com elas. Tenho por princípio não insistir com aquelas pessoas que não desejam falar. As que aceitam conceder entrevista, em geral, o fazem porque acham que expondo a própria situação estarão contribuindo para que algo semelhante não volte a acontecer. Há entrevistas também que funcionam como uma espécie de desabafo ou homenagem a quem se foi. Sempre tento mostrar para as pessoas que estou aberta a ouvi-las e que não tenho pressa”.

Giselle Zambiazzi: “Na verdade não considero que eu tenha encontrado dificuldades. A meu ver todos os percalços de uma cobertura como esta fazem parte da jornada em um momento como este. Tudo está direta ou indiretamente inserido na pauta, então não são dificuldades propriamente ditas, são as realidades que as pessoas, que SÃO A PAUTA, encontram. Para mim é apenas mais um jeito mais próximo de sentir o que deverá ser relatado. Havia escassez de gasolina, que estava bem acima do preço tabelado, e muitos postos não tinham mais combustível, mas nada que um pequeno planejamento não resolvesse. Pilhas para a máquina fotográfica também não foi muito fácil de achar. Com a falta de energia elétrica, as pilhas sumiram dos supermercados, mas depois acabei encontrando. Não era em todo lugar que se tinha sinal de internet, celular ou energia elétrica. Outra coisa que tinha que ser pensada antes e o negócio era correr atrás pra dar um jeito de dar certo. E a locomoção também estava bem complicada, especialmente em BRs, para ir de uma cidade a outra. Ruas e cidades interditadas ou simplesmente destruídas. E por fim, o eterno calcanhar de Aquiles de um jornalista: o deadline. Eu tinha MUITA coisa pra fazer em POUQUÍSSIMO tempo”.

Leopoldo Mateus: “Como minha participação foi mais na retaguarda não houve muitas dificuldades”.

Letícia Sorg: “O prazo para encontrar especialistas e escrever a reportagem, reunindo as informações apuradas por outras pessoas da redação (no Rio de Janeiro e em São Paulo). Como a *Época* é uma revista semanal, havia uma preocupação grande de trazer uma abordagem diversificada sobre o fato, que continuasse atual até o início da próxima semana, daí a ideia de dedicar uma cartola à questão da solidariedade”.

Aline Ribeiro: “Fazer uma cobertura diferente da dos anos anteriores. Todo ano uma tragédia semelhante acontece – só muda o número de vítimas. A equipe que foi até o local deve ter tido outro tipo de dificuldade”.

Rafael Pereira: “São muitas [dificuldades] em coberturas desse tipo. Em Angra dos Reis, tive que entrevistar uma senhora que tinha perdido 11 parentes na tragédia. Não existem talento e treinamento suficientes para ocasiões como esta. Em Niterói, nossa equipe foi a primeira a chegar a certos pontos de desabamento, antes mesmo dos bombeiros ou qualquer autoridade. Nesse ponto, é difícil manter-se distante e não ajudar. As principais dificuldades de acesso que tivemos foi em Teresópolis. Nosso carro atolou algumas vezes, e foi difícil encontrar hotel para passar a noite. Tivemos que ficar na casa que uma colega repórter tinha na região”.

Luiz Fernando Sá: “Em casos como esses, a primeira grande dificuldade de uma revista semanal é justamente encontrar o enfoque que permitirá que ela leve aos seus leitores informações relevantes que a diferenciem da extensa cobertura de outros meios, como internet, TV e jornais, que em geral possuem mais agilidade e equipes bem mais numerosas em campo. É preciso agregar informação exclusiva e, sobretudo, inteligência e sensibilidade aos textos e à edição. Evidentemente, deslocar profissionais para as regiões afetadas sempre se revela um desafio logístico”.

Wilson Aquino: “Eu fui para Teresópolis. Lembro que achei curioso porque no Centro da Cidade não havia sinal de tragédia. O Centro de Teresópolis estava incólume. O único movimento que

indicava que algo muito grande havia acontecido era a multidão que se aglomerava na porta do IML, atrás de parentes desaparecidos. Os que não reconheciam corpos saíam aliviados. Os que identificavam um ou mais familiares entravam em desespero. A tragédia em Teresópolis se deu na periferia, onde o povo (ricos e pobres) construiu à beira dos rios e nos morros. Como os maiores deslizamentos transformaram bairros inteiros em locais de difícil acesso, tive que contratar dois motoboys (um pra mim e um para a fotógrafa Daniela Dacorso) para poder chegar perto dos pontos mais atingidos. Mas como até para motocicleta era difícil de se locomover, tivemos que caminhar cerca de duas horas até o bairro de Campo Grande, um dos mais destruídos. O caminho era complicado: pedras gigantescas, muita lama e um cenário de destruição que impressionava (e assustava)”.

Daniela Mendes: “O acesso às informações corretas e, sobretudo, e às vítimas. No início é sempre tudo muito desconhecido, mesmo o número de mortos, desabrigados e desalojados em função do difícil acesso. Contratamos dois repórteres freelancers em Santa Catarina que estiveram nas áreas devastadas pelas chuvas. Mas foram muitas as regiões atingidas, não tinha como estar em todas. Então trabalhamos também com o material das agências de notícias. Condensar esta quantidade imensa de informações também é um desafio”.

Alexandre Mansur: “No caso de uma revista semanal, o desafio é oferecer informações exclusivas para além da cobertura extensiva que jornais, TV e internet fazem. E oferecer ângulos diferentes e análises que ajudem a elucidar o que está acontecendo. Também procuramos não ficar no registro do fato, mas aproveitar a oportunidade para criar pautas propositivas. Em SC, percebemos que as enchentes e desabamentos são um fenômeno recorrente na região. E o Vale do Itajaí em especial havia sido a região recorde de desmatamento da Mata Atlântica nos anos anteriores. Isso tinha provavelmente contribuído para aumentar a erosão do solo, reduzir a vazão do rio, aumentar a instabilidade das encostas e reduzir a capacidade de a vegetação reter as chuvas fortes. Aproveitamos para buscar mapas e gráficos que pudessem explicar esse lado da tragédia, e mostrar como podemos reduzir os riscos, administrando melhor o ambiente natural. No caso do Rio, estava claro que o volume de chuva não teve precedente histórico. Foi um evento completamente atípico. Mesmo que agravado pelo mau planejamento

urbano, pela ocupação irregular de encostas. Mas o cerne da questão ali nos parecia melhorar a capacidade de monitoramento das chuvas e de alerta em áreas de risco. Tratamos de ouvir especialistas sobre isso e apresentamos sugestões de como seria possível reduzir as mortes e danos. Alguns meses mais tarde, descobrimos pesquisas que mostram como as mudanças climáticas podem estar gerando chuvas fora do padrão, como as que atingiram a região serrana do Rio (<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI212504-15224,00.html>). Também fizemos reportagens mostrando como as prefeituras desviaram dinheiro público para remediar os danos. Esse tipo de continuidade na cobertura é importante. Na hora da tragédia, o assunto está em pauta naturalmente. Mas depois, é necessário continuar vigiando (<http://revistaepoca.globo.com/Brasil/noticia/2013/01/video-inedito-mostra-assessor-e-amigo-de-ex-prefeito-sacando-dinheiro-do-combate-enchentes.html>)”.

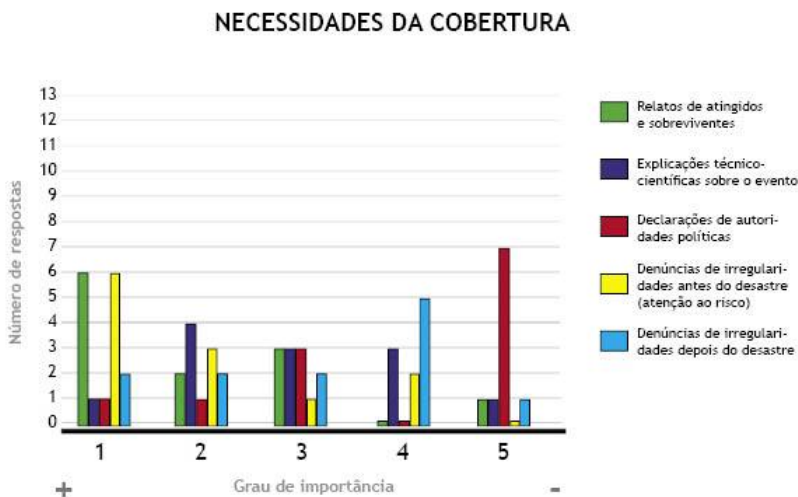
Celso Masson: “As circunstâncias desse tipo de cobertura são sempre muito imprevisíveis e as dificuldades vão desde a logística (transporte e acomodação da equipe no local; condições de trabalho e transmissão de fotos e textos) até a obtenção de diferenciais que possam ir além do que já foi publicado sobre o mesmo assunto. Colocar os repórteres em situação de risco apenas para obter um "furo" é algo que vai contra os princípios editoriais das Organizações Globo, seguidos pela Editora Globo. Por outro lado, nunca é nossa meta fazer uma cobertura superficial e pouco interessante para o leitor. Portanto, temos de trabalhar no limite da responsabilidade, relatando o drama com o envolvimento necessário e, se possível, contanto com a superação individual dos envolvidos. Há sempre um desgaste emocional por parte de quem está lidando com uma tragédia. É terrível enfrentar a perda de vidas humanas numa escala tão intensa e manter a serenidade para fazer o melhor trabalho possível. Como eu não estava em campo, não posso relatar as dificuldades em realizar a cobertura, apenas registrar como acompanhei o trabalho de quem foi até lá. E acredito que a maior dificuldade foi ter de extrair histórias de pessoas que sobreviveram – tendo perdido tudo”.

6.3 NECESSIDADES DA COBERTURA

Foi perguntado aos entrevistados o que consideram mais importante em uma reportagem sobre desastres, com opções para serem

numeradas de 1 a 5, sendo 1, mais importante e 5, menos importante. Alguns entrevistados preferiram responder a pergunta repetindo um ou mais números para itens diferentes. Também foi dada a opção de destacar livremente outro item qualquer que o entrevistado considerasse importante. Os resultados obtidos foram agrupados no gráfico 1.

Gráfico 1 – Importância de itens da cobertura de acordo com os entrevistados



Fonte: desenvolvido pela autora

Dentre as opções dadas aos entrevistados, duas se destacaram com mais respostas no número 1 (mais importante), os Relatos de atingidos e sobreviventes e Denúncias de irregularidades antes do desastre (atenção ao risco), ambos com seis respostas cada. Em segundo lugar no grau de importância, o item Explicações técnico-científicas sobre o evento, recebeu quatro respostas numeradas com 2. O item Denúncias de irregularidades depois do desastre recebeu cinco respostas no número 4, sendo classificado o 4º item mais importante. O item considerado menos importante foi Declarações de autoridades políticas, que recebeu sete respostas no número 5.

As respostas mostram convergência com os outros assuntos levantados ao evidenciar a importância que os jornalistas dão aos relatos de atingidos e sobreviventes e a atenção ao risco denunciando

irregularidades antes do desastre. Mostram também a desconsideração com declarações de autoridades políticas, o que é refletido nas coberturas das revistas que possuem poucas fontes desse tipo e com declarações bastante pontuais. Essa postura revela certo ceticismo em relação aos políticos que acaba refletindo na polarização de fontes, um aspecto negativo nas coberturas.

Quadro 12 – Necessidades da cobertura

Grau de importância	Nº Respostas	Itens da cobertura
1º mais importante	6	Relatos de atingidos e sobreviventes
1º mais importante	6	Denúncias de irregularidades antes do desastre (atenção ao risco)
2º mais importante	4	Explicações técnico-científicas sobre o evento
4º mais importante	5	Denúncias de irregularidades depois do desastre
5 (menos importante)	7	Declarações de autoridades políticas

Fonte: desenvolvido pela autora

Considera outro item importante? Qual?

Liliani Bento: “Acho que em matérias sobre desastres, o mais importante deve ser conseguir mostrar de que forma aquilo impactou na vida das pessoas atingidas”.

Solange Azevedo: “Acredito que em qualquer situação é importante ouvir vítimas ou, no caso de denúncia antes do desastre, vítimas em potencial. Relatos sempre enriquecem e humanizam a cobertura”.

Giselle Zambiazzi: “Tudo vai depender de como, quando e onde será publicado. Em alguns casos, se a veiculação for imediata, também poderiam constar declarações de entidades como Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e outros órgãos mobilizados no socorro imediato às vítimas não para analisar o caso, mas a fim de colaborar, através da publicação das informações, com a organização de ações como a distribuição de donativos, a localização ou o contato dos locais onde as vítimas possam pedir socorro e de como os não-atingidos podem ajudar. Apenas gostaria de acrescentar que acho importante, sim, ouvir os políticos, mas não na hora do desastre. Chega a dar nojo, principalmente na gente que sabe

que a maioria dos discursos são mentirosos por conhecê-los por trás das câmeras. A hora de ouvir os políticos é agora. E na hora da enchente saber por que as promessas não foram cumpridas e mostrar a realidade dos fatos, não ficar apenas papagaiando e reproduzindo as poses oportunistas. É preciso ter bom senso. Acho que é preciso também ter critério na divulgação de dados, muito cuidado com estatísticas e com as avaliações. Os profissionais ouvidos têm que ser bem escolhidos porque de gente falando bobagem tá cheio, incluindo nas áreas especializadas como biólogos, engenheiros, médicos, etc. e muitas vezes o jornalista acaba sendo refém dessa gente por ingenuidade. Outro cuidado que temos que ter é no modo como vamos contar as histórias. Há uma linha muito tênue que pode nos fazer cair em uma armadilha e causar constrangimento às vítimas ouvidas”.

Rafael Pereira: “A principal ausência nessa lista estaria na segunda ou terceira posição: Soluções para evitar esse problema no futuro”.

Wilson Aquino: “O repórter tem que tomar cuidado para não virar vítima também”.

Alexandre Mansur: “O mais importante para a gente é mostrar o que podemos aprender com a tragédia. Como podemos nos preparar para futuros eventos do tipo. É o tipo de cobertura que faz mais sentido numa revista semanal”.

Celso Masson: “Exemplos de sucesso na prevenção adotados em outros locais/países e que salvaram vidas em situações parecidas (3)”.

6.4 COBERTURA DO RISCO

Os entrevistados mostraram abertura para a cobertura do risco e trouxeram boas reflexões sobre o assunto. Apesar de haver falta de conhecimento mais específico sobre o tema, as experiências relatadas mostram uma preocupação com as funções, os limites éticos e a utilidade do jornalismo, revelando que a preocupação com elementos de qualidade está presente implicitamente nas reflexões.

Igor Paulin ressalta que “o conhecimento é o primeiro passo para evitar a repetição da tragédia. É aí que o trabalho do jornalista faz sentido: não resolveremos o problema de quem já morreu, mas

servimos, quem sabe, para evitar novas vítimas da mesma estupidez. Isso é importante”. Giselle Zambiazzi relatou: “percebi o quanto a nossa profissão é importante antes, durante e depois de um desastre, para prevenir, para ajudar na hora da necessidade e para levantar as discussões depois, no trabalho de conscientização e prevenção”. Para Rafael Pereira “Essa é a nossa função: Promover o diálogo entre os atingidos pela tragédia e o resto da população, que pode sair da inércia e fazer doações, cobrar as autoridades, votar melhor nas próximas eleições”.

A preocupação com a cobertura do pós-desastre, da reconstrução e das decisões políticas também apareceram nas entrevistas. Na imprensa, apesar de não terem tido destaque, algumas abordagens desses assuntos, relativos aos desastres de 2008 e 2011, apareceram. Os dois desastres analisados nessa pesquisa ainda em 2014 causam transtornos para as populações nos locais em que ocorreram. Seja pela reconstrução descuidada de benfeitorias, como pontes e estradas, que voltaram a apresentar danos, seja pela carência de moradias para a população desabrigada, e ainda outros vários problemas relatados por moradores. O fato é que nenhum dos locais afetados retornou à normalidade que tinham antes do desastre.

Este acompanhamento evidencia a necessidade de o jornalista estar sempre próximo da população, estabelecendo um contato direto com as comunidades vulneráveis, para que a cobertura do risco aconteça. Isso é percebido por alguns entrevistados que destacam a importância de ter um olhar crítico e vigilante em relação à gestão pública e às questões sociais e ambientais que resultam em desastres, buscando aproximá-las das questões cotidianas das populações.

Igor Paulin: “Há diferentes tipos de desastres. Há aqueles que podem ser antecipados (causados, em geral, por ações humanas) e os imprevisíveis ou de previsibilidade limitada (como os desastres naturais). No caso específico de Santa Catarina havia uma combinação entre os dois tipos de desastre. Havia o desastre anunciado: gente morando em áreas de risco, como morros, ribanceiras e transbordos de rios. Mas também houve o componente de previsibilidade limitada: a meteorologia previu que choveria muito, mas não tanto; geólogos explicaram as centenas de deslizamento que ocorreram, mas não foi possível antecipar que seriam tantos e em tão pouco tempo. A intempérie que desabou sobre o estado transformou um desastre previsível em um cataclismo de proporções descomuns na história do

estado. Nesse caso, o jornalista pode, sim, antecipar parcialmente um desastre ao denunciar a ocupação de áreas de risco, falhas na organização e preparo de equipes para atuar em casos emergenciais, ausências de planos de evacuação para a população e de tecnologias que pudessem aumentar a margem de previsibilidade de um desastre natural (como, no caso catarinense, a ausência de um sistema de satélites meteorológicos mais eficiente). No Rio Grande do Sul, recentemente, passou-se o caso dos jovens que morreram em uma casa noturna que incendiou, a Kiss, em Santa Maria. Esse tipo de desastre, creio, é ainda mais prenunciado, dadas as condições precárias de segurança das boates brasileiras e a fiscalização ineficiente. Considero que é possível que o jornalista cubra o "risco antes que aconteça o desastre" com mais ferramentas (ou seja, amparado em fatos, estatísticas, leis, regras de segurança, casos anteriores, etc) em tragédias como as da boate gaúcha. No Chile, onde terremotos acontecem anualmente, há tecnologias capazes de antecipar em dias, horas ou minutos uma tragédia -- e por isso tentar evitá-la por meio de alarmes e avisos à população. Por lei, as edificações devem ter tecnologia capaz de resistir aos tremores. Mas há um limite para esse tipo de "antecipação" da tragédia. Nos casos de desastre natural em áreas com alta densidade demográfica, o jornalista pode denunciar a existência de componentes que podem potencializar uma tragédia antes que ela aconteça, como moradores de regiões de risco, falta de preparo de grupos de resgate e mau uso das tecnologias disponíveis e capazes de aumentar o número de sobreviventes. E isso é o máximo que se pode fazer. Tragédias causadas por chuvas, terremotos, vulcões e tornados se dão desde que o homem passou a ocupar e registrar sua passagem na Terra. Continuará sendo assim. A função do jornalista não é duelar com o desastre ou lamentar morte -- embora ele possa muito bem fazer isso. Mas sua função prioritária é reportar a tragédia, denunciar o descaso, organizar a informação em meio ao caos de boatos e inverdades que correm quando se dá um desastre e voltar para contar a história”.

Liliani Bento: “Somente dá para fazer isso se houver informações relevantes e fidedignas das autoridades. No caso de 2008, todos foram pegos de surpresa e a informação oficial um dia antes era de que não era para se preocupar. Porém, durante a noite tudo mudou”.

Solange Azevedo: “O jornalista deve ficar atento a irregularidades que possam colocar em risco a coletividade, sejam elas

cometidas por cidadãos comuns ou pelo poder público. O papel primordial do jornalista é colocar o dedo na ferida, trabalhar pelo interesse público. Vimos recentemente, por exemplo, que a tragédia em Santa Maria (RS), na boate Kiss, poderia ter sido evitada caso algumas regras de segurança tivessem sido cumpridas. O mesmo princípio vale para tragédias supostamente naturais. Muitas vidas poderiam ter sido poupadas no Brasil se aspectos ambientais fossem levados em conta”.

Giselle Zambiazzi: “Creio que isto só será possível se ele estiver munido do máximo de informações que puder e se conhecer a realidade do local em questão. Eu mesma, por exemplo, cheguei a me inscrever para um curso básico da Defesa Civil Estadual. Creio que desta forma poderei estar melhor informada sobre situações de risco. Saber. Entender minimamente sobre um assunto que é especialidade de engenheiros e técnicos, mas conseguir pelo menos ter um olhar capaz de desconfiar de que algo está errado e a partir disto ir em busca das respostas. Envolvida com estas fontes, terei informações que poderão gerar boas matérias. Falamos desde coisas básicas como a importância da instalação de um bom sistema de telemetria, a estruturação da Defesa Civil, etc. até as denúncias mais graves, a conscientização dos leitores/ouvintes/espectadores sobre ocupação irregular, preservação ambiental, etc., etc., etc”.

Leopoldo Mateus: “Alguns órgãos do Governo e especialistas em risco de universidade públicas, no caso do Rio principalmente da UFRJ e da UERJ, acompanham e monitoram as áreas de risco. Acredito ser fundamental, antes do período de chuvas, fazer matérias que alertem para a ausência de medidas contundentes por parte do poder público para evitar os desastres que se repetem a cada ano. Verificar o que mudou de um ano para o outro, se as pessoas que estavam em áreas de risco no ano anterior foram retiradas delas e também mostrar as dificuldades que o poder público enfrenta (que são reais) para convencer determinadas pessoas a sair de suas casas, mesmo após interditá-las. Muitas vezes, a maioria, o poder público deixa de cumprir seu papel, mas em algumas oportunidades, que não são raras, as pessoas voltam para suas casas, ou não admitem sair, mesmo sendo avisadas repetidamente do risco que correm se continuarem ali. Basta ir até as áreas e conversar com as pessoas para se perceber como é difícil o trabalho da Defesa Civil e outros órgãos nesse papel de convencimento”.

Letícia Sorg: “Cobrir o risco envolve estar, de alguma forma, perto das áreas que possam ser afetadas. Nesse sentido, a concentração das redações nos grandes centros é um empecilho. Ter uma rede mais capilarizada de repórteres poderia ajudar a descobrir o risco antes do desastre. Mas não sei se essa é a questão principal. Talvez haja uma cultura no jornalismo de que notícia é o que aconteceu, não o que pode vir a acontecer. Essa percepção pode estar ligada também à ideia de que não adianta denunciar, que ninguém vai ouvir...”

Aline Ribeiro: “A imprensa tem memória curta. Não há um acompanhamento dos riscos”.

Rafael Pereira: “Só é possível antever o desastre com contato direto e constante com autoridades e, principalmente, técnicos da área. Mesmo assim, como saberemos onde elas ocorrerão? Os jornalistas são incapazes tecnicamente de cravar previsões como essas. São obrigados a apurar laudos e contrastá-los. Normalmente, chegamos atrasados e exercemos a nossa profissão da melhor maneira possível. Depois de um desastre como esses três citados acima, tudo muda. É nossa função cobrarmos e lembrarmos. Só assim, por exemplo, foi possível denunciar a máfia oficial que tomou proveito das doações enviadas às vítimas dos deslizamentos de Teresópolis. Em Niterói, o prédio construído pela prefeitura para os desabrigados foi condenado pela Defesa Civil. Tudo isso é fruto de apuração posterior”.

Wilson Aquino: “Ouvindo especialistas e técnicos que não estejam compromissados com o poder público. Gente que vê o problema e tem isenção para denunciar”.

Daniela Mendes: “Há alguns lugares do Brasil onde acontecem desastres provocados pelas chuvas há muitos anos, como Santa Catarina e região serrana do Rio de Janeiro. O jornalista pode mostrar as ocupações irregulares e falar do risco que as pessoas correm vivendo nesses lugares. Pode, de alguma forma, denunciar que, apesar do risco, o poder público chancela essas moradias no momento em que fornece infraestrutura, como luz, água, esgoto e pavimentação. Isso dá uma falsa sensação de segurança às pessoas”.

Alexandre Mansur: “Basta ficar atento ao que ocorre em outros lugares com condições semelhantes. Logo após o vazamento de petróleo da BP no Golfo do México, nossa reação foi questionar qual seria o risco de um acidente semelhante no pré-sal brasileiro (<http://colunas.revistaepoca.globo.com/planeta/tag/golfo-do-mexico/>)”.

Celso Masson: “Para isso é preciso que ele [o jornalista] conheça o local, as condições e tenha acesso a relatórios técnicos que prevejam o risco. Se tiver isso em mãos e não se mexer, ele estará se omitindo de suas responsabilidades. O ideal, no meu entender, é manter uma agenda positiva de soluções, que possa ser compreendida e posta em prática pelas autoridades e pela comunidade”.

6.5 O PAPEL DO JORNALISTA

Onde há desastres, há jornalistas. E não poderia ser diferente. Desastres são eventos que mobilizam a população, equipes de resposta e ajuda humanitária e o jornalista deve estar onde a notícia está, onde se faz necessário seu trabalho de apuração rápida e disseminação de informação.

No entanto, essa atuação no campo acaba trazendo conflitos éticos e pessoais que levam os jornalistas a refletir sobre a utilidade do jornalismo, seus papéis fundamentais de informar, de trazer atenção da sociedade sobre um problema, e os papéis que podem ser ampliados, de educar, fiscalizar e denunciar, movendo a cobertura do desastre para a cobertura do risco a fim de reduzir e minimizar seus impactos.

Em seu relato da experiência que teve cobrindo o terremoto de Concepción, Igor Paulin chega a duvidar da utilidade dos jornalistas, “a verdade é que os únicos jornalistas estritamente necessários naquela cobertura eram os da Rádio Concepción”, mas reconhece que “as pessoas estão sedentas por informação e ajudar a organizar o caos é parte do nosso trabalho. Que notícia não é carniça e jornalistas não são urubus”. Em meio a esse desabafo, o jornalista contemporiza “jornalistas só não são dispensáveis porque o nosso trabalho, quando bem feito, pode evitar que este tipo de evento volte a se repetir”, mas questiona se o jornalismo é mesmo capaz de influenciar mudanças e fazer diferença na vida das pessoas que foram afetadas pelo desastre.

Esse mesmo sentimento de não poder ajudar diretamente os atingidos pelo desastre acomete outros jornalistas em campo, mas não é exclusividade deles. Outros profissionais que atuam em desastres

compartilham a mesma frustração, principalmente face as dificuldades que a população atingida enfrenta para retomar a normalidade. Os sistemas de reconstrução são lentos e burocráticos, as companhias de seguro são morosas, o atendimento médico e psicológico às vítimas é insuficiente, o estabelecimento de moradias seguras demora anos para acontecer e os atingidos ficam encostados em abrigos que deveriam ser provisórios, ou em condições precárias de moradia e bem-estar, os que conseguem, retornam as suas casas, mesmo em áreas de risco, para não sofrerem mais a humilhação das filas intermináveis da ajuda do governo. O fato é que qualquer profissional que atue em desastres, no Brasil, provavelmente se ressentirá da forma como os atingidos são tratados e do modo como uma emergência acaba sendo burocratizada.

Essa percepção mostra como é importante a definição dos papéis não apenas para os jornalistas em período de desastre e de normalidade, e também para outras instituições envolvidas, quando é necessário exigir das autoridades uma responsabilidade maior com seus deveres.

Igor Paulin: “Mando um texto que escrevi recentemente sobre o assunto e enviei para alguns amigos jornalistas: Nunca havia visto o tal do jornalismo tão de perto e de maneira tão crua. A cidade chilena de Concepción²⁵ foi destruída por uma série de terremotos. Os municípios e vilas em seu entorno foram engolidas por um maremoto. Seus habitantes haviam retrocedido a um estado primitivo de sobrevivência: os que não saqueavam os restos das casas alheias estavam armados de porretes e facas e organizavam-se em milícias para proteger suas propriedades. O exército levou dois dias para entrar na cidade e promulgou um toque de recolher com duração de dezoito horas por dia. Ninguém podia circular nas ruas sem um salvo conduto.

Um grupo de nove jornalistas da principal rádio da região, a Concepción, dividiu-se em duas equipes. Eles circulavam de carro pelos bairros e municípios vizinhos. Eram os únicos com autonomia e respaldo para circular entre as áreas dominadas pelas milícias, bandidos e exército. Eles anotavam pedidos de mantimentos, recados para desaparecidos e encaminhavam doações. A rádio suspendera sua programação musical e transmitia ininterruptamente os recados anotados pelas equipes e os repetia quantas vezes fosse necessário ao longo do dia. Era comum ouvir coisas do tipo: “Fulano de tal, seus pais avisam

²⁵ A cidade de Concepción, a 400 quilômetros ao sul do Chile, foi atingida severamente por um terremoto de 8,8 graus na escala Richter seguido de tsunami em 27 de fevereiro de 2010.

que estão bem e estão abrigados na casa da tia. Pedem que você os procure por lá”, “General Fulano, o bairro x sofre com saques. Duas crianças estão perdidas por lá”, “Ciclana, seu filho nos ligou para dizer que está bem e está em tal abrigo” e “Faltam água, comida, roupas e cobertor em diversos pontos da cidade. A rádio recebe doações e as distribui, quem puder nos ajude”. Por toda a cidade, as pessoas se reuniam em torno de radinhos para ouvir as notícias. Entre os principais pedidos de doações estavam pilhas. Não havia eletricidade e todos temiam ficar ainda mais no escuro sem ouvir a Conce. Os carros rodavam com o combustível que era doado até pelos saqueadores. Rodei com eles por duas noites. Aqueles repórteres eram o único resquício de civilização que restara entre tanta morte, destruição e violência. Eles não dormiam, não comiam e haviam perdido suas casas, amigos e parentes. Trabalhar era o que lhes restara. Minha única preocupação era entregar meu trabalho no prazo, bem escrito e detalhado sobre a catástrofe. Nesse tipo de situação, em que o caos impera e pessoas duelam por um garfo recolhido entre escombros, não há como atuar sem certo embaraço e espanto. Embaraço, porque buscava contar a história de cadáveres e seus familiares sobreviventes sem qualquer intenção de ajudá-los diretamente. Mas agarrava-me à ideia de que meu serviço atrairia ajuda para as vítimas daquele descalabro. Tinha um discurso pronto: “Prezado, gostaria muito de ter lhe conhecido e ter esta conversa contigo em outro momento de sua vida, anterior a este, em que você e sua família estivessem reunidos e felizes. Não é o caso. Gostaria de ouvi-lo e saber o que se passou aqui. Acredito que sua história, ao ser reverberada, atrairá a atenção do Brasil para enviar ajuda humanitária”. Não há forma ideal, correta ou respeitosa o suficiente para lidar com quem perdeu tudo. Por mais diplomático e cauteloso que fosse, implicitamente estava ali uma pequena chantagem. O recurso retórico fez com que mais pessoas me recebessem apenas para contar suas histórias trágicas em troca de “um bem maior”, a ajuda humanitária brasileira. Depois do terceiro cadáver, minha velocidade na apuração era muito maior. Entrava, convencida, ouvia e partia rapidamente...

A verdade é que os únicos jornalistas estritamente necessários naquela cobertura eram os da Rádio Concepción.

Nunca mais pisei em uma catástrofe dessas. Até agora não liguei a TV para ver Santa Maria. Escrevi que, nesse tipo de situação, jornalistas só não são dispensáveis porque o nosso trabalho, quando bem feito, pode evitar que este tipo de evento volte a se repetir. Que as pessoas estão sedentas por informação e ajudar a organizar o caos é

parte do nosso trabalho. Que notícia não é carniça e jornalistas não são urubus. Mas quanto há de verdade nisso? Temos mesmo esse poder de influenciar mudanças? Nosso trabalho não é muito mais inócuo e nossa função não é muito mais irrelevante do que realmente atribuímos? Não consigo parar de pensar em cadáveres e nos rostos sofridos dos sobreviventes que conheci. Posso reencontrá-los e afirmar com segurança que graças ao meu trabalho e de outros colegas sérios as coisas para eles foram, de alguma forma, melhor remediadas? Considero um pouco covarde encerrar textos com interrogações.

Mas creio que o jornalismo só faz sentido enquanto o próprio repórter tiver em sua mente perguntas sobre as quais se debruçar e correr atrás de suas respostas, seja recorrendo à Academia e ao estudo teórico da atividade profissional, seja exercendo plenamente nossas funções. Algumas respostas para essas perguntas podem ser dadas pelo exemplo de vida de alguns repórteres.

Cito o relato de um amigo jornalista sobre um repórter da BBC chamado Mark Doyle. Doyle foi o último jornalista estrangeiro a permanecer em Kigali após o início do genocídio de Ruanda. Esse homem sabe o que é impotência e irrelevância de verdade: nenhuma de suas matérias e nenhuma das brutais imagens dos corpos se acumulando na rua foram suficientes para comover a opinião pública internacional a pressionar seus governos a tomarem uma providência para evitar a matança. Lembre-se que estamos falando da BBC, que é assistida pelos principais líderes mundiais. No entanto, hoje conhecemos um pouco melhor essa história graças ao trabalho dele. O conhecimento é o primeiro passo para evitar a repetição da tragédia. É aí que o trabalho do jornalista faz sentido: não resolveremos o problema de quem já morreu, mas servimos, quem sabe, para evitar novas vítimas da mesma estupidez. Isso é importante”.

Liliani Bento: “O papel do jornalista, independente de uma catástrofe, é sempre o de divulgar, relatar, informar, desde que tenhas informações que ele possa provar a fonte. Não adianta ficar alertando a população sobre uma possível enchente, se não tiver informações oficiais. Jornalismo sensacionalista só serve para apavorar a população. O jornalista tem sempre que se ater aos fatos”.

Solange Azevedo: “Vivemos todo tido de tragédia cotidianamente. Mas, infelizmente, muitas delas não ganham o destaque merecido porque se tornaram naturais para muitas pessoas. Pequenas

tragédias do dia a dia devem ser denunciadas sistematicamente para que não se tornem grandes. Mas quando uma grande tragédia ocorre, é fundamental que a mídia tenha fôlego suficiente para descobrir e explicar de maneira clara e objetiva suas causas e consequências”.

Giselle Zambiazzi: “Informação. Matéria-prima nossa e que também pode ser transformada em prevenção. Não só em relação ao desastre, mas diante de muitas outras questões sociais. Quase todas na verdade. O saber é tudo na vida de qualquer pessoa e pode ser a diferença entre a vida e morte. Entre uma vida com qualidade e uma vida onde há desinformação e, conseqüentemente, as dificuldades e dores são maiores. Voltando à questão de 2008, pouco tempo depois aconteceu um desastre ainda pior no Rio de Janeiro. Acompanhei a cobertura de lá com uma atenção especial, porque tinha curiosidade mesmo de ver com os olhos de alguém que está de fora daquela situação, mas tendo ideia do que se passava nos bastidores. Percebi o quanto a nossa profissão é importante antes, durante e depois de um desastre, para prevenir, para ajudar na hora da necessidade e para levantar as discussões depois no trabalho de conscientização e prevenção para que não se repita. Veja o resultado, por exemplo, do que aconteceu na Boate Kiss no Rio Grande do Sul. Uma mobilização em todo o país para que a legislação se cumpra, coisa que antes todos fechavam os olhos. Depois da tragédia, a imprensa foi pra rua falar das condições das casas noturnas no Brasil inteiro. Cobrar. Divulgar. Ok, teve que morrer um monte de gente para que isso mudasse, o que não se justifica. Mas, pelo menos, dificilmente algo assim vai se repetir porque as pessoas agora sabem que tipo de riscos existem em um lugar fechado e cheio de gente, coisa que antes era assunto totalmente técnico, mas que hoje em dia estampam as páginas dos jornais”.

Leopoldo Mateus: “Acredito que a permanente cobrança e vigilância por parte dos meios de comunicação cresce na mesma proporção em que se percebe que as medidas necessárias não são tomadas. Quando as autoridades não fazem o que anunciaram que fariam de forma contundente, nos momentos em que as tragédias acontecem, ou quando se vê que milhões de reais que deveriam ser usados para construir casas em locais seguros para as pessoas morarem foram desviados, é papel da imprensa cobrar, fiscalizar e denunciar o mau emprego do dinheiro público e as posturas oportunistas de autoridades que anunciam muito e, às vezes, entregam pouco”.

Letícia Sorg: “Não saberia dizer se o risco é crescente. Talvez não tenhamos dados para avaliar de fato as catástrofes anteriores. Mas acredito que o jornalismo precisa estar cada vez mais próximo da sociedade, da população e de seus representantes, para detectar qualquer tipo de ameaça, seja de uma enchente, seja de contaminação de uma área, o que for. Estar em contato constante com os agentes e, além disso, ter incentivo da chefia para fazer esse tipo de cobertura "preventiva" parece ser, na minha opinião, um bom caminho. Talvez fosse o caso, inclusive, de criar uma editoria, um setorista, alguém que olhe com mais atenção para as futuras catástrofes, qualquer que seja a natureza delas. O fato de não ter ninguém dedicado a isso numa redação pode ser a diferença crucial entre noticiar o risco e noticiar a tragédia”.

Rafael Pereira: “Sempre odiei abordar parentes de vítimas de tragédias recentes, com a dor ainda latente. Sabia que era meu dever, mas demorei para entender a real função de tanta invasão de privacidade. Com a experiência, descobri o quanto isso é fundamental. Se eu fizer um relato do que vejo, em terceira pessoa, o impacto das minhas palavras não será muito grande, por melhor que meu texto fique. Quando um parente de uma vítima dá seu depoimento, a nossa função é apenas a de relatar, porque o diálogo será direto entre esse parente em sofrimento e o leitor, no conforto de sua casa. Essa é a nossa função: Promover o diálogo entre os atingidos pela tragédia e o resto da população, que pode sair da inércia e fazer doações, cobrar as autoridades, votar melhor nas próximas eleições”.

Luiz Fernando Sá: “Acredito que o papel do jornalismo aponta como deve ser o trabalho do jornalista. Os desastres geralmente são resultado da soma de fatores: um fenômeno natural que assola uma comunidade carente de uma rede de proteção pública e que se instala em locais impróprios, ignorando as leis ambientais e de uso do solo e desafiando as recomendações técnicas de segurança. Como jornalistas, acredito que temos de estar permanentemente atentos a todos esses aspectos. A sucessão de tragédias climáticas no Brasil e em outros países revelam, por exemplo, que devemos ampliar nossas coberturas na área ambiental e aproximá-las das questões cotidianas das populações. Em 2010, após uma sequência de desmoronamentos que deixaram mais de 138 mortos em três Estados, fizemos uma ampla reportagem na *IstoÉ* sobre a necessidade de adaptarmos nossas legislações, fiscalizações e

até hábitos individuais à nova realidade de clima mais imprevisível e propício a fenômenos extremos. Nossa função de fiscalizar e denunciar irregularidades na gestão pública que contribuem para expor vidas ao risco crescente é cada vez mais fundamental”.

Wilson Aquino: “Poxa, os desastres em serras, morros, encostas e beiras de rios são mais que previsíveis. Mas não dá para ficar fazendo matéria todo dia sobre isso. Nem o leitor quer”.

Daniela Mendes: “Acho que o papel do jornalismo está um pouco no que eu disse acima [no tópico anterior]. O ideal é prevenir os desastres. As experiências passadas são importantes para detectar o que deu errado. A cobertura de um desastre deveria servir para mostrar os equívocos, para que eles não se repitam e vidas possam ser salvas. O jornalismo também é importante para cobrar ações das autoridades. O poder público tem responsabilidade e precisa ser cobrado por isso”.

Alexandre Mansur: “Nosso caminho é sofisticar a cobertura. Nosso desafio é antecipar as tendências e os riscos. E ajudar a melhorar o debate. Podemos trazer comparações de boas práticas de outros lugares. Questionar o que está sendo feito no país, de preferência usando dados precisos e não discurso político”.

Celso Masson: “Na minha visão, existem papéis que são próprios da imprensa e que talvez ela não os exerça corretamente: educar e fiscalizar. Os riscos crescentes não decorrem do nada. Pode haver razões ambientais imprevisíveis para o aumento dos chamados "eventos extremos", que resultam em tragédias. Mas há as tragédias previsíveis, e que se repetem por falta de ação. Uma característica brasileira é a fé. As pessoas ocupam áreas de risco por necessidade (em geral são terrenos que não tem valor, por ficar em encostas ou áreas de alagamento), mas também por desinformação. Ao invadir uma área para nela viver, podem não saber calcular o risco. Ninguém invade um terreno durante o período de chuvas. Quando a pessoa chegou, a terra estava firme. A mídia poderia se valer de sua influência para exercer um papel educador nessas regiões. Ao mesmo tempo, fiscalizar uma atuação mais eficiente dos órgãos públicos. Ao não trabalhar desta forma, o jornalismo se resigna ao papel melancólico de cobrir as tragédias – sem ter feito nada para que elas pudessem ser mitigadas”.

6.6 LADO HUMANO DO DESASTRE

A reflexão sobre o lado humano do desastre é frequente, principalmente sobre o impacto emocional que o desastre provoca tanto nas vítimas quanto nos profissionais que trabalham em campo. Os entrevistados pela pesquisa apontaram a dificuldade em lidar com vítimas e sobreviventes como uma das principais dificuldades na apuração, mas também, um dos aspectos mais significativos da cobertura, pois os relatos enriquecem e humanizam a cobertura e é importante mostrar o impacto que aquilo causou na vida das pessoas. Um relato testemunhando o acontecimento, se bem escolhido e contextualizado pode sintetizar o que sucedeu a toda uma comunidade (Camps, 1999, p. 192).

Ao lidar com atingidos por desastre, nos deparamos com diferentes reações que vão ser percebidas durante a abordagem para a entrevista. Há aquelas pessoas que não querem ou não conseguem falar, ou porque estão revoltadas ou porque estão abaladas emocionalmente, em estado de choque. Há aquelas pessoas que começam a falar sem parar como uma espécie de catarse, “de desabafo ou homenagem a quem se foi” e também “porque acham que expondo a própria situação estarão contribuindo para que algo semelhante não volte a acontecer” (Solange Azevedo). A catarse tem uma função psicológica de tentar eliminar um excesso de imagens e sensações da cabeça, uma necessidade que acontece com muitas pessoas que testemunham um desastre. Os entrevistados percebem o que Sibila Camps (1999, p. 189) relata: Não existe fórmula, a abordagem vai depender da percepção e sensibilidade do jornalista.

No relato que o entrevistado Igor Paulin faz sobre sua experiência ao cobrir o terremoto seguido de tsunami em Concepción, no Chile, ele descreve o dilema que é trabalhar em uma situação de caos, na qual “não há como atuar sem certo embaraço e espanto. Embaraço, porque buscava contar a história de cadáveres e seus familiares sobreviventes sem qualquer intenção de ajudá-los diretamente”. Paulin conta como aprendeu a lidar com esse sentimento: “agarrava-me à ideia de que meu serviço atrairia ajuda para as vítimas daquele descalabro. Tinha um discurso pronto: “Prezado, gostaria muito de ter lhe conhecido e ter esta conversa contigo em outro momento de sua vida, anterior a este, em que você e sua família estivessem reunidos e felizes. Não é o caso. Gostaria de ouvi-lo e saber o que se passou aqui. Acredito que sua história, ao ser reverberada, atrairá a atenção do Brasil para enviar ajuda humanitária”.

Igor Paulin reflete sobre essa abordagem: “Não há forma ideal, correta ou respeitosa o suficiente para lidar com quem perdeu tudo. Por mais diplomático e cauteloso que fosse, implicitamente estava ali uma pequena chantagem. O recurso retórico fez com que mais pessoas me recebessem apenas para contar suas histórias trágicas em troca de “um bem maior”, a ajuda humanitária brasileira. Depois do terceiro cadáver, minha velocidade na apuração era muito maior. Entrava, convencia, ouvia e partia rapidamente...”.

Outros entrevistados relataram dificuldades semelhantes: “Uma cobertura como essa é sempre muito difícil porque as pessoas envolvidas estão muito sensibilizadas e o repórter também se sensibiliza com o que vê e ouve” (Solange Azevedo). “Não existem talento e treinamento suficientes para ocasiões como esta” (Rafael Pereira). “Há sempre um desgaste emocional por parte de quem está lidando com uma tragédia. É terrível enfrentar a perda de vidas humanas numa escala tão intensa e manter a serenidade para fazer o melhor trabalho possível” (Celso Masson). Também foi apontada a dificuldade de se obter informações exclusivas e aprofundadas que sejam interessantes para o leitor sem colocar o repórter em situação de risco (Celso Masson, Wilson Aquino).

Recentemente a revista Piauí surpreendeu com uma matéria assinada pelo jornalista britânico Richard Lloyd Parry sobre um aspecto pouco explorado pela imprensa no pós-desastre. O jornalista escreveu sobre o pós-desastre de Tohoku no Japão, em março de 2011, mostrando como a população próxima às áreas atingidas estava lidando com as dificuldades do ponto de vista psicológico e religioso, tendo em vista sua cultura de preservação da memória dos antepassados e intensa espiritualidade relacionada aos “fantasmas do tsunami” (Parry, 2014). A sensibilidade do texto e o respeito pelas crenças e pelos relatos revela um tipo de abordagem cujo espaço se cria a partir de um olhar diferenciado sobre o desastre. Uma pauta interessante, reportagem de investigação e um jornalismo humano que mostra que, mesmo depois de três anos, o desastre continua vivo na mente das pessoas e seus fantasmas continuam assombrando o Japão, uma das nações mais resilientes do mundo.

Ao enxergar o lado humano do desastre, o jornalista destaca o componente variável mais importante para a Redução de Risco e Desastre, responsável por uma ampla gama de vulnerabilidades. Se a cobertura do desastre tem um peso factual de evidente valor noticioso, a

cobertura do risco é mais sutil, mas também pode ser guiada pela mesma valorização do componente humano.

O sexto capítulo trouxe a visão dos profissionais que atuaram na cobertura dos dois desastres nas revistas analisadas. As respostas dadas nas entrevistas foram reunidas em tópicos que sintetizam as reflexões diante de aspectos mais pontuais revelando que os jornalistas relacionam as vulnerabilidades sociais à questão dos desastres e reconhecem que o jornalismo pode trabalhar mais a questão do risco. As conclusões que vem a seguir buscam expandir essas reflexões.

CONCLUSÃO

A cada vez que acontece um desastre existe pelo menos um discurso do “desastre anunciado” em algum veículo de imprensa. Pelo que se pôde observar nas etapas desta pesquisa, qualquer desastre está longe de ser anunciado, pelo menos pela imprensa. No entanto, se observa que existe espaço para o jornalismo de qualidade que traz para a pauta a responsabilização da mídia, uma preocupação maior com o interesse público e a ética.

No capítulo um o jornalismo foi definido como profissão e instituição a partir de seus princípios fundamentais que determinam os elementos de qualidade a serem perseguidos como meta. Dessa forma, a construção de um referencial de qualidade que tem por objetivo apontar como o jornalismo deve ser, é feita com base em seus próprios fundamentos, os mesmos que o transformam em um dos pilares da democracia e que refletem a ética e a responsabilidade social como elementos norteadores.

A partir da preocupação com qualidade, desenvolvem-se sistemas internos e externos de responsabilização que possam cuidar da vigilância do jornalismo, de estabelecer uma crítica de mídia confiável e eficiente. Para que sejam eficientes devem estar firmemente estabelecidos em parâmetros, a maioria deles são comuns a todos os veículos jornalísticos e alguns são desenvolvidos para as particularidades de cada meio.

Ao refletir sobre o jornalismo como produtor de conhecimento e, em seguida sobre o jornalismo cívico, foi possível estabelecer uma proximidade entre a informação de qualidade que se transforma em conhecimento e o que busca na revitalização da vida pública uma forma de revitalizar o próprio jornalismo. O jornalismo que produz conhecimento é o jornalismo de qualidade, atento a todos os fundamentos éticos da profissão e guiado pela responsabilidade social.

A necessidade de especialização do jornalista para uma atuação qualificada é um ponto que se mostrou fundamental para que a atenção para temas de interesse público não se restrinjam ao desastre. Ao pensar sobre os critérios de noticiabilidade que mostram como o desastre vira notícia é possível compreender os aspectos práticos que tornam o trabalho jornalístico, por vezes, intuitivo. É uma compreensão importante quando se busca inserir outros temas que também são relevantes para o interesse público, mas que não viram notícia de uma forma óbvia.

No capítulo dois, observou-se a necessidade de esclarecer conceitos básicos da terminologia de desastres para padronizar o entendimento relativo à gestão e redução de risco e desastre e, conseqüentemente compreender a complexidade dos temas envolvidos. Foram introduzidas algumas diretrizes em RRD relativas à comunicação de risco e desastre, importantes para a definição de papéis que permitem uma análise de sua aplicação em casos de desastres, como o do furacão Katrina, em 2005. Com a contribuição das pesquisas sobre a evolução do desastre provocado pelo Katrina, foi possível discutir alguns pontos relevantes da comunicação de risco e desastre na prática.

Foram analisadas algumas características das grandes coberturas de desastres a partir da atuação da imprensa e com base em manuais e guias elaborados para a cobertura de desastres e emergências, foram alinhavadas práticas e experiências que contribuem para conduzir com maior entendimento essas coberturas complexas.

O capítulo três traz uma perspectiva do desenvolvimento metodológico em pesquisas sociais sobre desastres, que constitui um ponto de partida para o detalhamento da metodologia empregada. A redução do risco atualmente direciona o foco dos trabalhos em todo o mundo, mas essa direção é relativamente recente. Antes disso, era a resposta a desastres que fornecia respostas e determinava padrões de estudo. Mesmo assim, ainda é necessário para o pesquisador sair a campo para estudar desastres durante a resposta, mas também na reconstrução e nos períodos de normalidade. A metodologia desta pesquisa foi desenvolvida a partir da análise de conteúdo e com a contribuição do referencial teórico adotado. Resultou em uma análise de qualidade baseada em um Índice Temático – a Redução de Risco e Desastre – e seis indicadores auxiliares, imagens, marcas da apuração, texto, pluralidade de fontes, abordagem da crítica, distribuição e equilíbrio da informação. Ainda no capítulo três, foram estabelecidas a definição de cobertura e os limites do objeto empírico para a composição do corpus. Também foi dado um pequeno histórico para contextualizar as três publicações analisadas.

A determinação de parâmetros de qualidade contribui para pensar no produto de forma mais técnica, permitindo que a busca pela qualidade seja estruturada no que se pode chamar de metas, os padrões esperados no desenvolvimento de cada indicador. O uso dos indicadores para análise do produto com a visão da cobertura compartimentada em pequenas frações permite identificar problemas mais pontuais em um produto. A união dessas pequenas frações em torno de um Índice

Temático os correlaciona e expõe novos problemas, já que eles não são estanques, sofrem interferência mútua. No entanto, existem vários aspectos da qualidade e sua reflexão pode ser feita a partir dos vários sistemas de responsabilização de mídia como um componente importante para tornar o jornalismo melhor e para o fortalecimento da democracia.

Os capítulos quatro e cinco começam contextualizando, respectivamente, o desastre de Santa Catarina, ocorrido em novembro de 2008, e o desastre da região serrana do Rio de Janeiro, ocorrido em janeiro de 2011. Os capítulos contemplam a análise das três publicações feita a partir dos indicadores de qualidade aplicados. No final do capítulo cinco é feita a comparação entre as análises de 2008 e 2011, mostrando os pontos positivos e negativos que se destacaram nas coberturas.

O capítulo seis se dividiu em tópicos criados a partir das respostas dadas pelos 13 jornalistas que participaram das coberturas de 2008 e 2011 nas revistas analisadas. A cada tópico foi trazido à tona um aspecto para a reflexão da inserção do jornalista nesse assunto complexo que é a redução de risco e desastre, as dificuldades e necessidades da cobertura, o papel do jornalismo, o lado humano do desastre e a cobertura do risco.

As dificuldades mais relatadas foram lidar com as pessoas afetadas devido à carga emocional, com problemas operacionais devido às dificuldades impostas pela destruição e as informações desconstruídas. Nas necessidades da cobertura, os relatos de atingidos e sobreviventes e a atenção ao risco foram os mais votados. As declarações de autoridades políticas foram consideradas as menos necessárias em coberturas de desastres, o que mostra a desconfiança dos jornalistas em relação aos políticos. Esse resultado condiz com o pouco uso desse tipo de fonte nas revistas analisadas o que pode indicar uma causa da polarização de lados em coberturas sobre risco e desastre.

Ao discutirem o papel do jornalista, os entrevistados destacaram vários, informar com responsabilidade, pensar no interesse público, fiscalizar, denunciar, apontar soluções, cobrar autoridades e educar. Frisamos esse último, visto que o trabalho de informação e comunicação que se faz para a Redução de Riscos e Desastres deve ser pautado na ideia de educar e que o jornalismo ao se inserir na RRD também deve assumir esse papel para ter consciência de sua responsabilidade ao publicar informações.

A utilidade do jornalismo na área de desastre foi questionada, mostrando uma preocupação em tornar o jornalismo uma ferramenta útil para as pessoas que sofrem. Neste sentido, organizar o caos e mostrar ao mundo o que aconteceu, na tentativa de obter ajuda humanitária mostrou-se uma função utilitária. Também destacaram como papel a cobertura do risco, aproximando as vulnerabilidades sociais à questão dos desastres e reconhecendo que o jornalismo pode trabalhar mais a questão do risco quando estão mais próximos da população vulnerável. O lado humano do desastre foi o que gerou mais comentários no sentido de buscar no jornalismo uma forma de ajudar as pessoas atingidas sensibilizando o leitor e as autoridades.

Ao revisar os papéis atribuídos ao jornalista, o trabalho completa um círculo, pois essas reflexões remetem aos elementos fundamentais do jornalismo guiados pela responsabilidade social.

O jornalismo que atua com responsabilidade é capaz de cobrir qualquer pauta de interesse público com qualidade. Mas percebe-se que o caminho da credibilidade que se segue ao jornalismo de qualidade precisa também de um elemento que permita ao leitor adquirir confiança nos processos jornalísticos, a transparência. Ter clareza sobre como funciona o jornalismo contribui para melhorá-lo. O processo de transparência nem sempre é bem visto e bem entendido no jornalismo. Muito do processo jornalístico se desenvolveu baseado no “faro jornalístico”, uma ideia abstrata e subjetiva, quase intuitiva, que define o modo de ser e de agir do jornalista, por isso às vezes é difícil compreender ou sistematizar os processos de produção jornalística. Mas o esforço para tornar esses procedimentos claros para o público se reverte em confiança e mais qualidade.

A transparência no jornalismo possui dois lados e ambos são benéficos: o lado do público que passa a entender como funciona o jornalismo e o lado do veículo jornalístico que pode se isentar de acusações corriqueiras de manipular dados, informações e opiniões entre outras coisas, se estas forem falsas. Se forem verdadeiras, é a vigilância do público que vai corrigi-las, ou, pelo menos assim se espera dos sistemas de responsabilização de mídia. A partir do momento em que o público passa a entender como funciona o jornalismo e como as decisões editoriais são tomadas, passa a valorizar mais a profissão e respeitar o profissional, pois compreende os limites e dificuldades da rotina de trabalho, cria uma relação benéfica para o fortalecimento do Jornalismo enquanto instituição democrática. Evidente que a

transparência deve possuir um filtro para certas abordagens e pautas, principalmente no que diz respeito ao direito de proteger o anonimato de fontes e na obrigação em cumprir as leis.

Quando o jornalismo deixa de ser transparente, perde a oportunidade de conquistar corações e mentes, na definição de Clóvis Rossi, pois não consegue mostrar o que realmente é a instituição jornalística. A adoção da transparência contribui para tornar o jornalismo mais próximo da sociedade na era da informação. A proximidade é um elemento importante na constituição das novas tecnologias que visam experiências de interação social. O jornalismo tem empreendido tímidos avanços na adoção da transparência no processo de produção, mas ela se mostra eficiente para conquistar a empatia e o apreço do público-usuário na era da informação.

Ao buscar revitalizar a função de fortalecimento da democracia, o jornalismo cívico estabelece a responsabilidade social permeando as decisões no jornalismo. O reconhecimento de que, na era da informação, os grupos sociais estão mais conectados e mais reativos às ameaças à democracia, vem reforçar essa visão de que não é mais possível ao jornalismo permanecer como um observador aparentemente neutro. Na era da informação o papel do jornalismo vem se reforçando na posição de mediador, aquele que serve de referência confiável em um mundo tomado por mídias sociais, aonde as informações vêm de qualquer fonte, sejam elas confiáveis ou mentirosas. A “Novaslândia” de Nelson Traquina não é mais tomada por relógios, mas por mídias sociais que ditam um novo ritmo ao trabalho jornalístico. O tempo não é mais calculado pelas horas e minutos, mas pela frequência frenética de atualização de informações da internet em tempo real.

Neste cenário, a precarização das relações de trabalho são um peso contra a qualidade. A percepção é de que os jornalistas tem vontade de fazer um trabalho de qualidade, mas dependem das condições de seu local de trabalho, disponibilidade do *publisher* e dos editores, tanto quanto de preparação para lidar com pautas mais complexas. Com o uso crescente de freelancers e corte de pessoal nas redações para reduzir custos o horizonte de ganho em qualidade, condições de negociar conteúdo e segurança no trabalho não parece muito favorável para o jornalista.

A responsabilização da mídia pode, então, partir da proposição individual dos próprios jornalistas, tanto os freelancers quanto os que trabalham em redações, como forma de compensar a desvalorização profissional vigente e a deterioração das relações coletivas de trabalho.

Mas o jornalista não deve se eximir de ser um membro da sociedade e é nesse ponto que a responsabilidade social conta a favor do jornalista. Sendo o profissional de jornalismo um dos que mais cultiva seus contatos, influências e redes, mesmo quando não estão sindicalizados, os profissionais podem assumir uma postura mais ativista em relação a sua profissão incluindo o público nas discussões necessárias para a qualificação do jornalismo. Apesar da individualização ser um processo crescente no capitalismo e de a história do jornalismo no Brasil mostrar que poucas vezes a categoria se mobilizou visivelmente por melhorias, é urgente a necessidade de trazer mais qualidade para as relações de trabalho a fim de qualificar todo o processo e o jornalismo enquanto um dos pilares da democracia. Os sistemas de responsabilização de mídia são um ponto fundamental nesse processo e este é um campo pouco explorado pela pesquisa em jornalismo no Brasil.

Já as empresas jornalísticas devem considerar a responsabilização na busca pela qualidade como um investimento em credibilidade, tendo em vista suas diferentes abordagens, de ampliar as funções do jornalismo, melhorar as condições de trabalho e a qualificação do jornalista, a gestão, os produtos e a satisfação do público. Como meta final, o investimento em qualidade é um processo de aprimoramento humano que, mesmo diante de tantos obstáculos, vale a pena.

Se o jornalismo possui problemas internos para acertar, os problemas externos também estão na espreita. E em uma situação de desastre eles não apenas aparecem como podem significar um grande transtorno quando as equipes de gestão do desastre não dão conta de gerenciar as informações. Isso ocorre principalmente pela dificuldade em estabelecer linhas de comunicação, muitas vezes por não possuírem uma estrutura de comunicação preparada e testada para funcionar durante a emergência e também pela desarticulação entre os órgãos. Por esse motivo, as informações se distorcem, o que favorece a propagação de boatos e informações falsas, como foi relatado anteriormente no boato sobre o rompimento da represa em Nova Friburgo, no desastre da região serrana do Rio de Janeiro (subcapítulo 2.4), e também nos rumores sobre os abrigos temporários no Superdome e no Centro de Convenções Ernest N. Morial, em New Orleans, durante o furacão Katrina, em 2005 (subcapítulo 2.2).

Esse é um ponto a ser melhorado nos órgãos de defesa civil e os demais que atuam em emergências. Com algumas exceções, falta pessoal capacitado para a comunicação eficiente nas quatro etapas do

desastre, prevenção, preparação, resposta e reconstrução. Essa carência reflete não apenas na dificuldade da imprensa em obter informações confiáveis, mas também na falta de articulação entre os órgãos que atuam durante a emergência e mesmo em períodos de normalidade. A dificuldade de articulação surge de vários fatores, como a mudança constante de funcionários nos órgãos públicos, a hierarquização militar dos órgãos de emergências, a lacuna de comunicação existente entre pesquisadores e esses órgãos e o completo despreparo ao repassar essas informações para a sociedade, em especial a população em áreas de risco ou afetadas por um desastre.

Há uma carência observada em pesquisas que auxiliem a entender e gerenciar a comunicação em desastres e emergências. Esse é um problema frequente que ocorre não apenas no Brasil, mas também em países considerados resilientes como os Estados Unidos e o Japão. Apesar de ser um dos maiores problemas enfrentados pela gestão do risco e do desastre, a articulação entre os órgãos de gestão e da sociedade civil organizada - incluindo a imprensa com seu papel fundamental de fornecer informação de qualidade -, ainda é o melhor caminho a ser apontado para a eficácia das estratégias de redução do risco e na preparação para desastres. Neste caminho cabe a cada organização desempenhar suas funções com transparência e, sobretudo responsabilidade social, visando sempre o bem estar público.

Este desafio é constante, pois a articulação entre organizações só se mantém com comunicação multilateral e a comunicação é um processo contínuo de trocas e de diálogos e a pesquisa que pode ser desenvolvida nessa área deve se guiar por este caminho. Manter a mobilização exige um esforço real de manutenção da comunicação interinstitucional entre órgãos de gestão. Neste processo de articulação é importante ressaltar que as organizações não são meramente um nome institucional, mas são um conjunto de pessoas, com suas particularidades. Enxergar as pessoas por trás ou à frente das organizações é uma necessidade real de quem lida com comunicação e precisa que essa seja eficiente.

Visto que a rotina da imprensa e os processos de decisão sobre pautas giram em torno dos fatos que são acessados pelos jornalistas, que possuem suas próprias limitações como, e principalmente o tempo escasso, a carência de informações confiáveis advindas das instituições-chave da gestão de risco e desastre reflete na ausência de pautas em RRD. No entanto, a imprensa não está isenta de sua parcela de responsabilidade no repasse de informações. A análise das publicações,

nos dois anos, revelou que a falta de familiaridade em conceitos e rotinas da defesa civil e Redução de Risco e Desastre reflete no texto e na ausência de pautas relacionadas. Se o desastre é anunciado, como a mídia não se cansa de repetir, é notável pela ausência de cobertura do risco, e mesmo de preparação para a cobertura do desastre, que o anúncio não chegou à imprensa.

Esta pesquisa evidenciou a necessidade de maior preparo para lidar com temas específicos em um mundo onde o conhecimento é cada vez mais especializado e acessível.

Muitos jornalistas se perguntam sobre a necessidade de estarem nas áreas de desastre, sobre sua função e utilidade diante de cenários catastróficos, e se questionam sobre o papel do jornalismo nessas situações. Esse questionamento esteve presente nas entrevistas e mostra um aspecto significativo para a reflexão sobre a inserção do jornalismo na RRD: o jornalista sempre estará em uma zona de desastre, no entanto não possui o mesmo preparo e treinamento de outros profissionais que atuam em emergências. Apesar de esse assunto dividir jornalistas, o treinamento contribui sim para uma qualidade superior na cobertura e para a segurança dos profissionais envolvidos. Além disso, o treinamento e/ ou especialização em coberturas de risco e desastre também podem ampliar a visão que os jornalistas têm do assunto, passando a perceber assuntos relacionados e trazendo-os à pauta com mais segurança e conhecimento. Esse conhecimento também contribui para reduzir os problemas, já citados, que ocorrem durante a cobertura do desastre. Com a internet possibilitando a comunicação em tempo real, as redes de informação que se formam em torno de um desastre dão informações imediatas e de fontes variadas, boas e ruins. É necessário saber lidar com a velocidade da informação, antes, durante e depois de um desastre.

Por isso, a atenção com conceitos é uma necessidade real e deve constar na preparação prévia dos profissionais que trabalham no desastre, pois no momento em que este acontece, não há tempo para recorrer a manuais. E o conhecimento veiculado pela mídia tem a obrigação de estar correto, pois atinge mais pessoas que qualquer outro modo de produção de conhecimento. Na era da informação onde toda e qualquer pessoa pode divulgar informações, sendo elas corretas ou não, o jornalismo é a única instituição formada, capacitada e preparada para fornecer informação factual, ética e comprometida com a verdade, com a velocidade do tempo real.

É a partir da qualificação da cobertura de desastres que surge o caminho para que a cobertura passe a abranger também o risco. É um caminho de aprofundamento que pode ser trilhado naturalmente quando a reflexão é feita a partir dos guias certos. Sem isso, a cobertura do risco acaba sendo limitada pela ação do desastre e só vai existir enquanto houver eventos catastróficos, repetindo um ciclo vicioso. Na análise das revistas foi observado em textos escritos por jornalistas especializados em cobertura ambiental um acréscimo valioso à cobertura. Ficou claro que um jornalista especializado tem uma visão mais ampla e multifacetada do assunto e contribui com uma abordagem mais precisa, fornecendo informações que fogem do trivial, foco diferenciado e contexto correto.

O tema desastre é complexo e dar profundidade e contexto à sua cobertura, sem se repetir e sem perder o foco é realmente um desafio jornalístico. Da mesma forma, vencer os obstáculos que existem para o exercício do jornalismo, não apenas em grandes coberturas, mas no dia-a-dia das redações é um desafio para a manutenção e futuro da profissão. A cada publicação que abandona seu formato impresso, aumenta a sensação de ameaça pela ascensão das novas mídias e novas rotinas de publicidade e serviços, proliferando debates sobre a viabilidade e gestão de novos negócios jornalísticos.

Apesar de não ser nosso objetivo neste trabalho apontar soluções para esses problemas, não se pode omiti-los aos falar de qualidade jornalística, pois certamente o caminho para qualquer mudança que torne o jornalismo um modelo de negócio sustentável deve ter a qualidade como meta em todos os seus aspectos.

Nessa pesquisa não nos coube simplesmente apontar erros e condenar as redações por eles. Erros acontecem e devem ser aceitos como degraus na construção de um jornalismo de qualidade. Neste sentido os indicadores podem guiar uma crítica construtiva às coberturas jornalísticas de grandes temas relevantes à construção de uma sociedade mais democrática e, especificamente no tema dessa pesquisa, resiliente e preparada para a Redução de Risco e Desastre.

Ao final deste trabalho concluímos que a cobertura que a *Veja*, *IstoÉ* e *Época* fizeram nos dois maiores desastres que aconteceram no Brasil tem qualidade de informação em grau suficiente para a cobertura dos eventos em si. Mas em poucos momentos pôde-se apontar uma visão que fosse além do desastre ou que persistisse na busca de uma extrapolação da cobertura para o que existe por trás de cada desastre: a exposição cada vez maior ao risco e as condições de vulnerabilidade que

frente às mudanças climáticas vem atingindo toda a população. Essa exposição abrange fatores complexos que envolvem política, economia, ambiente, sociedade, cultura, educação e saúde como um todo e do ponto de vista editorial, pode ser abordado em qualquer editoria.

No entanto para que a visão do risco seja percebida em suas diferentes faces e pautada em diferentes editorias, é necessário um conhecimento prévio e mais aprofundado do assunto. Também ficou claro que os jornalistas que trabalharam nas coberturas analisadas, entrevistados nessa pesquisa, percebem que existe mais a ser feito por trás da cobertura factual do desastre. Existe a percepção de que a cobertura do risco deve partir de um acompanhamento constante e próximo das comunidades vulneráveis e das políticas públicas, vigiando as autoridades e instigando a abordagem dos assuntos relacionados a desastres. Mas na interpretação dos dados obtidos nesta pesquisa, ficou claro que grande parte dos problemas apontados nos produtos é fruto da falta de familiaridade com o assunto desastre e seus vários subtemas relacionados.

Apesar dos fatos cobertos pelas publicações serem suficientemente grandes para falarem por si, é nos detalhes que se observa onde o jornalismo cumpre ou deixa de cumprir seu papel central e onde estão as falhas na cobertura. Esses detalhes também apontam para falhas na comunicação dos órgãos responsáveis pela gestão do desastre e do risco.

Ao confrontar as respostas dos entrevistados com o resultado da qualidade apurada nas revistas e o material teórico, concluímos que existe espaço, assim como intenção e visão de que a cobertura de desastres pode ser melhor e que esse espaço se amplia com a percepção do risco. Neste sentido, observa-se um cenário favorável para a qualificação do trabalho jornalístico, mas que depende de fatores que nem sempre estão ao alcance do jornalista, como o acesso a informações oficiais de qualidade, a disponibilidade da empresa jornalística em investir em pautas não-factuais, que demandem investigação e, portanto mais tempo de apuração e o próprio interesse da sociedade em relação aos assuntos que giram em torno da RRD.

Entre o desastre de Santa Catarina em 2008 e o da região serrana do Rio de Janeiro, em 2011, percebe-se pouca variação na qualidade da cobertura, com alguns problemas pontuais graves, mas no geral, leves. Em relação ao cenário da RRD, observamos que o interesse motivado pelo segundo gerou mais ações sociais e políticas do que o primeiro. Em 2014, a discussão em torno do desastre e do risco é mais ampla do que

era antes de 2011, pois como se pode observar do histórico das políticas de mitigação de desastres, as soluções só costumam surgir depois dos problemas. O Brasil ainda não desenvolve uma grande produção de conhecimento relativo aos temas em torno do risco de desastres. Isso pode ser visto tanto na falta de educação especializada e leitura de qualidade sobre o assunto em português - seja de produção nacional, seja de material traduzido -, quanto pela falta de políticas públicas eficientes que suportem e incentivem uma produção de conhecimento nessa área.

No entanto, a mobilização provocada depois do desastre de 2011 mostrou que essa área de conhecimento tem possibilidade de atingir patamares maiores e mais qualificados e provocar a mobilização social relacionada a assuntos que estão na pauta da cobertura do risco e, conseqüentemente fazem parte das metas de redução de vulnerabilidades. A abordagem desses assuntos estimula o desenvolvimento social em seus vários aspectos, como acesso a educação, consciência política, cultura, saneamento, saúde, planejamento urbano, mobilidade, moradia, fiscalização de políticas públicas, segurança alimentar, tecnologias de prevenção e preparação e redução de impactos climáticos, entre outros. Observa-se que existe uma abertura para o treinamento do jornalista para ampliar seu olhar em relação à redução de risco e, sendo esse um tema complexo e multifacetado, o treinamento é uma necessidade real que pode contribuir qualitativamente.

Uma das ideias motivadoras desse trabalho foi a possibilidade de unir dois mundos que precisam se conhecer melhor: o jornalismo e a gestão de risco e desastre. Ao conduzir a pesquisa buscamos provocar esse entendimento mútuo com argumentação e análise que pudesse fornecer aos não-jornalistas uma visão clara do que o jornalismo é e representa para a sociedade democrática e conseqüentemente para a RRD. E também fornecer aos jornalistas uma compreensão maior do que é necessário para que seu papel social seja cumprido em sua totalidade, com engajamento e responsabilidade diante de um tema cada vez mais presente no mundo, com o impacto das mudanças climáticas. Não é possível cobrar ações de uma instituição, seja o Jornalismo, seja a Defesa Civil, sem conhecer o que realmente elas podem fazer, suas limitações e suas capacidades. A Redução de Risco e Desastre é um trabalho de parcerias, que precisa ser realizado a partir do engajamento e compromisso de todos os setores da sociedade e só assim, resulta em resiliência diante de desastres, mas não apenas isso.

Ao concluir esse trabalho, permanece a primeira intenção que surgiu no projeto de pesquisa: refletir sobre o papel do jornalista na Redução de Risco e Desastre. Esperamos que a reflexão feita aqui possa contribuir para trazer luz e gerar mais reflexões sobre os assuntos abordados.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Jornalismo profissão específica ou atividade geral?** Publicado originalmente no jornal Folha de S. Paulo, em 02/10/1987, reproduzido no site Fundação Perseu Abramo – Partido dos Trabalhadores, em 03/03/2006. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/jornalismo-profissao-especifica-ou-atividade-geral>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

ADAMS, John. **Risco**. São Paulo: Editora SENAC, 2009.

ALEXANDER, David. An Interpretation Of Disaster In Terms Of Changes In Culture, Society And International Relations. In: QUARANTELLI, E. L.; PERRY, Ronald W. (editors). **What is a disaster: New Answers to Old Questions**. International. Research Committee on Disasters, 2005.

ALEXANDER, David. Symbolic and Practical Interpretations of the Hurricane Katrina Disaster in New Orleans. Social Science Research Council (SSRC). **Understanding Katrina: Perspectives from the Social Sciences**. 11 de Jun. 2006. Disponível em: <<http://understandingkatrina.ssrc.org/Alexander/>>. Acesso em: 28 ago. 2012.

AMADO SUÁREZ, Adriana (org.). **Periodismo de calidad: debates y desafíos**. 1ª ed. Buenos Aires: La Crujía: FOPEA, 2007.

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1994.

A REVISTA no Brasil. São Paulo: Editora Abril, 2000.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Relatório Final: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as circunstâncias, os fatos, as possíveis omissões, negligências, imprevidências e averiguar possíveis responsabilidades de agentes políticos, públicos e de terceiros, em face do desastre ocorrido nos municípios da região serrana do estado do rio de janeiro decorrente das fortes chuvas que causaram inundações e deslizamentos de encostas no período de 11 e 12 de janeiro de 2011**. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, agosto de 2011. Disponível em:

<http://www.clarissagarotinho.com.br/arquivos/RELATORIO_FINAL_31082011.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2013.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDITORES DE REVISTAS. **Maiores circulações:** Revistas Semanais. Janeiro a Março 2013 x 2012. Instituto Verificador de Circulação. Revistas Pagas Ativas. ANER: 2013. Disponível em: <<http://aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao/>>. Acesso em: 4 ago. 2013.

BANCO DE DADOS S2ID. **Sistema Integrado de Informações sobre Desastres.** Banco de Dados de Registros de Desastres. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Disponível em: <<http://s2id.integracao.gov.br/>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

BANCO DE DADOS S2ID. SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Reconhece Estado de Calamidade Pública no Município de Teresópolis – RJ. Portaria n° 26, de 13 de janeiro de 2011. Diário Oficial da União – seção 1, n° 10, sexta-feira, 14 de janeiro de 2011. **Banco de Dados de Registros de Desastres.** Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID. Disponível em: <<http://150.162.127.14:8080/pngr/pngr.html>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

BANCO MUNDIAL. **Avaliação de Perdas e Danos:** Inundações e Deslizamentos na Região Serrana do Rio de Janeiro - Janeiro de 2011. Relatório elaborado pelo Banco Mundial com apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Novembro de 2012. Disponível em: <https://www.understandrisk.org/sites/default/files/files/useruploads/dala_rio_de_janeiro_final_baixa_resolucao.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** Um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BECKER, Beatriz; TEIXEIRA, Juliana. Webjornalismo Audiovisual: perspectivas de um jornalismo de qualidade no ciberespaço. **Revista do NP de Comunicação Audiovisual da Intercom**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 97-113, ago /dez 2008.

BENEDETI, Carina Andrade. **A qualidade da informação jornalística**: Uma análise da cobertura da grande imprensa sobre os transgênicos em 2004. Dissertação. Universidade de Brasília, 2006.

BENETTI, Marcia. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

BERGAMO, Alexandre; MICK, Jacques (Coord.); LIMA, Samuel. **Perfil profissional do jornalismo brasileiro**: Características demográficas, políticas e do trabalho (2012) - Síntese dos principais resultados. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2013. Disponível em: <<http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2014.

BERTRAND, Claude-Jean. **O arsenal da democracia**: sistemas de responsabilização da mídia. Bauru: EDUSC, 2002.

BOND, Fraser. **Introdução ao jornalismo**. Rio de Janeiro (RJ): Agir, 1962.

BRASIL. **Anuário brasileiro de desastres naturais**: 2011. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. Brasília: CENAD, 2012. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=e3cab906-c3fb-49fa-945d-649626acf790&groupId=185960>. Acesso em: 22 jul. 2013.

BRATSCHI, Gloria. **Comunicando el desastre**. Mendoza, Argentina: Dirección de Publicaciones de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la Universidad Nacional de Cuyo, 1995. Disponível em: <<http://www.cridlac.org/digitalizacion/pdf/spa/doc8328/doc8328.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

BRATSCHI, Gloria. **La comunicación social em la gestión del riesgo.** Algunos conceptos para recordar y aplicar. EIRD ONU: Revista Reducción de Desastres em las Américas, EIRD Informa nº14, 2007. Disponível em: <<http://www.eird.org/esp/revista/no-14-2007/index.html>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CAMPBELL, Joseph. **Getting It Wrong:** Ten of the Greatest Misreported Stories in American Journalism. Berkeley, CA, Estados Unidos: University of California Press, 2010. Disponível em: <<http://jmq.sagepub.com/content/90/1/183.full>>. Acesso em: 29 jan. 2014.

CAMPS. Sibilia. **Periodismo sobre catástrofes:** cómo cubrir catástrofes, emergencias y accidentes em medios de transporte. Buenos Aires: Paulinas, 1999.

CAPOTE, Truman. **A sangue frio:** relato verdadeiro de um homicídio múltiplo e suas conseqüências. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2003.

CASTRO, Antonio Luiz Coimbra de. **Glossário de defesa civil estudos de riscos e medicina de desastres.** 2. ed. rev. Brasília (DF): Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, 1998. Disponível em: <<http://www.defesacivil.mg.gov.br/conteudo/arquivos/manuais/Manuais-de-Defesa-Civil/GLOSSARIO-Dicionario-Defesa-Civil.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. **Manual de Planejamento em Defesa Civil – 4 volumes.** Ministério da Integração Nacional: 1ª Edição, 1999. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/defesa-civil/publicacoes>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CATE, Fred H. ed. **International Disaster Communications:** Harnessing the Power of Communications to Avert Disasters and Save Lives. The Annenberg Washington Program, 1994.

CEPED UFSC. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Universidade Federal de Santa Catarina. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Ministério da Integração Nacional. **Resposta ao**

desastre em Santa Catarina no ano de 2008: avaliação das áreas atingidas por movimentos de massa e dos danos em edificações durante o desastre. Texto resumo do relatório final do projeto. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED UFSC, 2009. Disponível em: <http://www.ceped.ufsc.br/sites/default/files/projetos/RE_-_2009.023_-_Final_Caderno_Resumo_com_Capa_100218.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2013.

CEPED UFSC. Ministério da Integração Nacional. Brasil. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas Sobre Desastres. **Comunicação de riscos e de desastres.** Florianópolis: CEPED, 2010.

CEPED UFSC. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Universidade Federal de Santa Catarina. **Diretrizes em redução de riscos de desastres:** região serrana do Rio de Janeiro. Florianópolis: CEPED UFSC, 2011a. Disponível em: <<http://www.ceped.ufsc.br/biblioteca/projetos/encerrados/diretrizes-em-reducao-de-riscos-de-desastres-para-regiao-serrana-do-r>>. Acesso em: 2 ago. 2013.

CEPED UFSC. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Universidade Federal de Santa Catarina. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Ministério da Integração Nacional. **Promoção da cultura de riscos de desastres:** relatório dos resultados parciais do projeto / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. - Florianópolis: CEPED, 2011b.

CEPED UFSC. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Universidade Federal de Santa Catarina. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Ministério da Integração Nacional. **Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991 a 2010:** volume Rio de Janeiro. Florianópolis: CEPED UFSC, 2011c. Disponível em: <<http://150.162.127.14:8080/atlas/Atlas%20Rio%20de%20Janeiro.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

CEPED UFSC. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Universidade Federal de Santa Catarina. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Ministério da Integração Nacional. **Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991 a 2010:** volume Santa Catarina. Florianópolis:

CEPED UFSC, 2011d. Disponível em: <[150.162.127.14:8080/atlas/Atlas Santa Catarina.pdf](http://150.162.127.14:8080/atlas/Atlas%20Santa%20Catarina.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2013.

CEPED UFSC. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Universidade Federal de Santa Catarina. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Ministério da Integração Nacional. **Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991 a 2010**: volume Brasil. Florianópolis: CEPED UFSC, 2012. Disponível em: <<http://150.162.127.14:8080/atlas/Brasil%20Rev.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

CERQUEIRA, Luiz Augusto Egypto de. **Qualidade jornalística**: ensaio para uma matriz de indicadores. Brasília: Unesco, 2010. (Série Debates CI, n. 6). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001899/189918por.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Indicadores da qualidade no jornalismo**: políticas, padrões e preocupações de jornais e revistas brasileiros. Brasília: Unesco, 2010a. (Série Debates CI, n.6). <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001899/189915por.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

CHRISTOFOLETTI, Rogério (org.). **Vitrine e vidraça**: Crítica de Mídia e qualidade no jornalismo. LabCom Books, 2010b. Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20101103-christofoletti_vitrine_2010.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.

COLZANI, Miguel Acir. **LISTA DE ÓBITOS – IML POR CIDADES**. Estado de Santa Catarina; Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão; Instituto Geral de Perícias; Gerência de Perícias do Interior. Lista atualizada às 13h36min de 29.12.2008. Disponível em: <http://www.defesacivil.sc.gov.br/images/stories/relacao_obitos_03_dez_08.doc>. Acesso em: 13 jan. 2013.

FOPEA. CONGRESO NACIONAL E INTERNACIONAL DEL FORO DE PERIODISMO ARGENTINO. 2º, 2007, Buenos Aires, Argentina. **Estándares profesionales e indicadores de calidad periodística**. FOPEA; pról. de Gabriel Michi. Buenos Aires, Argentina: Foro de

Periodismo Argentino, 2008. Disponível em: <<http://quijote.biblio.iteso.mx/catia/libroselectronicos/cat.aspx?cmn=browse&id=316792>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

CONTI, Mario Sérgio. **Notícias do Planalto** - A imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COPPE. **Chuvas na Região Serrana do Rio de Janeiro**: Sugestões para Ações de Engenharia e Planejamento. Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, COPPE/ UFRJ. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2011. Disponível em: <http://www.coppe.ufrj.br/pdf_revista/relatoriochuvas.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2013.

CPTEC/INPE. **Glossários**. INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais / CPTec - Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos. Site © Copyright CPTec/INPE: 2010. Disponível em: <<http://www.cptec.inpe.br/glossario.shtml>>. Acesso em: 29 jun. 2013.

DE LA TORRE, Lidia; TÉRAMO, María Teresa. Investigación sobre calidad periodística en la Argentina. In: AMADO SUÁREZ, Adriana (org.). **Periodismo de calidad**: debates y desafíos. 1ª ed. Buenos Aires: La Crujía: FOPEA, 2007.

Diarinho na Chuva: Blog de emergência do Diário do Litoral. 24 a 30 de novembro 2008. Disponível em: <<http://diarinhonachuva.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

DUHE, Sonya. Communicating Katrina: A Resilient Media. **International Journal of Mass Emergencies and Disasters** - August 2008, Vol. 26, No. 2, pp. 112–127. Disponível em: <<http://ijmed.org/articles/291/download/>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

EDITORA GLOBO. **Mídia Kit 2013**: Revista Época, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://epoca.globo.com/midiakit/arquivos/MidiaKit_Epoca_2013-PT.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2013.

EDITORA TRÊS. **Mídia Kit 2013**: Revista IstoÉ, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://editora3.com.br/downloads/midiakit_istoe.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2013.

EIRD ONU. Estratégia Internacional para a Redução de Desastres das Nações Unidas. **Marco de Ação de Hyogo 2005-2015**: Aumento da resiliência das nações e das comunidades frente aos desastres. Versão resumida. Genebra, Suíça, 2007. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/cidadesresilientes/pdf/mah_ptb_brochura.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2013.

EIRD ONU. **Cambio Climático y Reducción de Riesgo de Desastres**. Nota Informativa No. 1, Ginebra: setiembre del 2008. Disponível em: <eird.org/publicaciones/RRD-Cambio-Climatico.pdf>. Acesso em: 23 jul.2013.

EM-DAT: The OFDA/CRED. **International Disaster Database** – www.emdat.be – Université catholique de Louvain – Brussels – Belgium. Disponível em: <<http://www.emdat.be/database>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

ERBOLATO, Mário L.. **Jornalismo especializado**: emissão de textos nos jornalismo impresso. São Paulo: Atlas, 1981.

EVANGELISTA, Joêverson Domingues. **Água benta e água consagrada**: representações religiosas e representações de risco na periferia de São Carlos/SP. In: VALENCIO, Norma. et al. (orgs.). Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2009.

FERRAZ, Lucas. **Nova Orleans fica menor e mais branca após Katrina**. Folha De S. Paulo, sábado, 20 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/104886-nova-orleans-fica-menor-e-mais-branca-apos-katrina.shtml>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

FIDALGO, António. Jornalismo Online segundo o modelo de Otto Groth. **Revista Pauta Geral**, S. Salvador da Bahia, 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-groth-jornalismo-online.pdf>>. Acesso em: 5 mai. 2013.

FIGUEIRA, Ivan; MENDLOWICZ, Mauro. **Diagnóstico do transtorno de estresse pós-traumático**. Revista Brasileira de Psiquiatria; 25

(supl.1):12-6. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v25s1/a04v25s1.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO (JORNAL). **Manual geral da redação**. 3ª edição. São Paulo: Publifolha, 2005.

FRAGA, Nilson Cesar. **Enchentes urbanas no Vale do Itajaí, Brasil**. 25 anos da enchente catástrofe de 1983 – Reflexos socioambientais e culturais no século XX. FAE-UFPR-UNICURITIBA, EGAL 2009 – 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina 3 al 7 de Abril de 2009 - Montevideo, Uruguay. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area07/7165_FRAGA_NC.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2013.

FRANDALOZO A. S., Juliana. **Mobilização comunitária e comunicação de risco para a redução de riscos de desastres**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, Florianópolis: CEPED UFSC, 2012. Disponível em: <http://www.ceped.ufsc.br/sites/default/files/projetos/mobilizacao_comunitaria_e_comunicacao_de_risco_0.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2012.

FRIEDLAND, Lewis A; ROSEN, Jay; AUSTIN, Lisa. **Civic Journalism - A New Approach to Citizenship**. CPN- Civic Practices Network. S.l.: s.n., 1994. Disponível em: <http://www.cpn.org/topics/communication/civicjourn_new.html>. Acesso em: 24 mar. 2012.

GARCIA, Luiz. **Manual de redação e estilo**. 23. ed., nova ed., rev. e ampl. São Paulo (SP): Globo, 1996.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, Tchê, 1987. Disponível em: <<http://tede.ufsc.br/teses/PSOP0052-D.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2012.

GIRARDI, Ilza M. T.; LOOSE, Eloisa; NEULS, Gisele. Jornalismo ambiental e científico na construção da cidadania. In: VICTOR, Cilene; et al. **Jornalismo científico e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: All Print Editora, 2009.

GLOBO, Editora. **Princípios editoriais das Organizações Globo**. Disponível em: <<http://corp.editoraglobo.globo.com/principio/>>. Acesso em: 12 set. 2012.

GROHMANN, Rafael. **O Perfil dos Jornalistas Freelancers da Cidade de São Paulo**: mudanças no mundo do trabalho do jornalista. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXX IV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, PE – 2 a 6 de setembro de 2011. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1628-1.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2014.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: Fundamentos da ciência dos jornais. Tradução Liriam Sponholz. Petrópolis: Vozes, 2011.

GRUPO ESTADO. **Código de Conduta e Ética**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/ext/codigoetica/codigo_de_etica_miolo.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2014.

GUERNSEY, Lisa. **Hurricane Forces New Orleans Newspaper to Face a Daunting Set of Obstacles**. The New York Times, September 5, 2005. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2005/09/05/business/media/05picayune.html?pagewanted=all&r=0>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

GUERRA, Josenildo Luiz. **O nascimento do jornalismo moderno**: uma discussão sobre as competências profissionais, a função e os usos da informação jornalística. Anais do 26º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte-MG, setembro de 2003. São Paulo: Intercom, 2003.

GUERRA, Josenildo Luiz. **Notas sobre o desenvolvimento de pesquisa de avaliação de qualidade aplicada ao Jornalismo**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba: Intercom, 2009.

GUERRA, Josenildo Luiz. **Sistema de gestão da qualidade aplicado ao jornalismo**: uma abordagem inicial. Série Debates CI, n. 5:

comunicação e informação; UNESCO, 2010a. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001899/189917por.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

GUERRA, Josenildo Luiz. Monitoramento de Cobertura e Produção Experimental Monitorada: Pesquisa aplicada voltada para a qualificação de produtos e processos jornalísticos. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério (org.). **Vitrine e vidraça**: Crítica de Mídia e qualidade no jornalismo. Pag. 69-94. LabCom Books, 2010b. Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20101103-christofoletti_vitrine_2010.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.

GUERRA, Josenildo Luiz. Avaliação de qualidade jornalística: desenvolvendo uma metodologia a partir da análise da cobertura sobre segurança pública. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério (org.). **Vitrine e vidraça**: Crítica de Mídia e qualidade no jornalismo. Pag. 153-171. LabCom Books, 2010c. Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20101103-christofoletti_vitrine_2010.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.

GUHA-SAPIR. et al. **Annual disaster statistical review 2008**: the numbers and trends. Brussels: Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (CRED). Institute of Health and Society (IRSS). Université Catholique de Louvain., jun. 2009. Disponível em: <<http://www.cred.be/publication/annual-disaster-statistical-review-numbers-and-trends-2008>>. Acesso em: 23 jul. 2013.

GUHA-SAPIR. et al. **Annual disaster statistical review 2011**: the numbers and trends. Brussels: Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (CRED). Institute of Health and Society (IRSS). Université Catholique de Louvain., jul. 2012. Disponível em: <http://www.cred.be/sites/default/files/ADSR_2011.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2012.

HEARING CHARTER. Subcommittee on Research, Committee on Science, U.S. House of Representatives. One Hundred Ninth Congress - First Session. **The Role of Social Science Research in Disaster Preparedness and Response**. U.S. House of representatives, subcommittee on research, committee on science, Washington, DC. November 10, 2005, Serial No. 109-32. The Subcommittee met, pursuant to call, at 10:05 a.m., in Room 2318 of the Rayburn House

Office Building, Hon. Bob Inglis [Chairman of the Subcommittee] presiding. U.S. Government Printing Office, Washington: 2006. Disponível em: <<http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/CHRG-109hrg24463/html/CHRG-109hrg24463.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

HERRMANN, Maria Lúcia de Paula (org.). **Atlas de desastres naturais do estado de Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC, 2005.

HIGHT, Joe; SMYTH, Frank. **Tragedias & Periodistas**: Guía para una cobertura más eficaz. New York, Dart Center for Journalism & Trauma and Columbia University: 2003. Disponível em: <<http://dartcenter.org/files/TragediasYPeriodistas.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

IFRC. International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. **World Disasters Report 2005**. Geneve: IFRC, 2005. Disponível em: <<https://www.ifrc.org/Global/Publications/disasters/WDR/69001-WDR2005-english-LR.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

IPCC. INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change Adaptation**: Special report of the intergovernmental panel on climate change. IPCC: 2012. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/pdf/special-reports/srex/SREX_Full_Report.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2013.

IPCC WGII. **Climate Change 2014**: Impacts, Adaptation, and Vulnerability - AR5 Summary for Policymakers. WGII AR5 Phase I, Report Launch 1, 31 March 2014. Disponível em: <http://ipcc-wg2.gov/AR5/images/uploads/IPCC_WG2AR5_SPM_Approved.pdf>. Acesso em: 5 abr.2014.

IPCC. **Cambio climático 2007**: Informe de síntesis. Contribución de los Grupos de trabajo I, II y III al Cuarto Informe de evaluación del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático [Equipo de redacción principal: Pachauri, R.K. y Reisinger, A. (directores de la publicación)]. Ginebra, Suiza: IPCC, 2008. 104 págs.. Disponível em: <www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/syr/ar4_syr_sp.pdf>. Acesso em: 23 jul.2013.

JACKSON, Ted. A Tragedy Illuminates the Ethical Dimensions of Picture Taking: An Essay in Words and Photographs. **Nieman Reports**, Fall 2007. Disponível em: <<http://www.nieman.harvard.edu/reportsitem.aspx?id=100148>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

KARAM, Francisco José Castilhos. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2004.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir**. Tradução de Waldir Dupont. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KRÜGER, Jairo Ernesto Bastos. **Capacitação dos gestores de Defesa Civil para uso do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID**. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2012. 112 p. Disponível em: <http://www.ceped.ufsc.br/sites/default/files/livro_s2id_2ed_completo_com_capa.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2013.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul - manual de comunicação**. Tradução: Rafael Varela Jr. 2ª ed. 1ª reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

LACUNZA, Sebastián. Ética y calidad: ¿pueden ir de la mano? In: AMADO SUÁREZ, Adriana (org.). **Periodismo de calidad: debates y desafíos**. 1ª ed. Buenos Aires: La Crujía: FOPEA, 2007.

LAGE, Nilson. **Linguagem Jornalística**. São Paulo: Ática, 1998.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis: Insular, 2001.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Tradução e Prefácio: Jacques A. Wainberg. 2a Ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

LOMBARDI, Marco. Media studies. In: STALLINGS, Robert A (org.). **Methods of disaster research.** (p. 251–265). United States: International Research Committee on Disasters, 2002.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação.** 10a Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

LUCAS, Alexandre. **Como foi feita a capa desta semana.** Faz Caber. Blog da revista Época. 15 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://colunas.revistaepoca.globo.com/fazcaber/2011/01/15/como-foi-feita-a-capa-desta-semana-10/>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

MANUAL de estilo Editora Abril: como escrever bem para nossas revistas. Rio de Janeiro (RJ): Nova Fronteira, 1990.

MARCELINO, Emerson Vieira, et al. Mapeamento de Risco de Desastres Naturais do Estado de Santa Catarina. **Caminhos de Geografia** - revista on line, 2006. Disponível em: <http://www.inpe.br/crs/geodesastres/conteudo/artigos/Marcelino-et-al_2006_Mapa_risco_desastres_naturais_Santa_Catarina.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2013.

MARINI, Eduardo; VILLAMÉA, Luiza. 30 Vezes três. **Revista IstoÉ,** São Paulo, n° 1733, 19 dez. 2002. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/28441_30+VEZES+TRES>. Acesso em: 17 jun. 2013.

MARQUES, Marcos. **Como foi feita a capa desta semana.** Faz Caber. Blog da revista Época. Sexta, 21 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://colunas.revistaepoca.globo.com/fazcaber/2011/01/page/2/>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

MARTINS, Eduardo. **Manual de redação e estilo:** Estado de S. Paulo. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo (SP): Moderna, 1997. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/manualredacao/>>. Acesso em: 3 jan. 2014.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo.** Florianópolis: UFSC, 1992

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Conferência feita nos Cursos da Arrábida, Lisboa - Universidade de Verão. Universidade Federal de Santa Catarina. 1997. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

MEDITSCH, Eduardo. **A filosofia de Paulo Freire e as práticas cognitivas do jornalismo.** Universidade Federal de Santa Catarina. 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/meditsch-eduardo-filosofia-paulo-freire.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

MERRITT, Davis. **Public Journalism and the Public Life: Why Telling the News is Not Enough.** 2nd ed. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1997. Disponível em: <http://books.google.com.br/books/about/Public_journalism_and_public_life.html?hl=pt-BR&id=LW1O2pa_MasC>. Acesso em: 13 abr. 2012.

MEYER, Philip. **Os Jornais Podem Desaparecer?** - Como Salvar o Jornalismo na Era da Informação. São Paulo: Contexto, 2007.

MIRALLES, Ana María. **Periodismo Público en la gestión del riesgo.** Lima: Proyecto PREDECAN, 2009.

MITCHELL, Joseph. **O segredo de Joe Gould.** São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2003.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **Relatório de Inspeção: Área atingida pela tragédia das chuvas Região Serrana do Rio de Janeiro.** Brasília, Fevereiro de 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/relatoriotragediarij_182.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2013.

MOÇAMBIQUE, República de; Ministério da Administração Estatal; Instituto Nacional de Gestão de Calamidades. **Cobertura Jornalística de Desastres Naturais.** Maio de 2009. Disponível em: <<http://desastres-moz.org/coberturajornalistica.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

NOGUEIRA, Ítalo. Cobertura de desastres naturais. In: **5º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo.** 5ª edição, 2010. São Paulo: Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, ABRAJI,

2010. Disponível em: <<http://congressoabraji2010.wordpress.com/2010/07/30/cobrir-desastre-ambiental-pessupoe-realizar-parte-da-reportagem-antes/>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

NORRIS, Pippa (org.). **Public Sentinel: News Media & Governance Reform**. Published by The World Bank, Washington DC: November, 2010. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/EXTGOVACC/Resources/PublicSentineleBook.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

PARRY, Richard Lloyd. **Os fantasmas do tsunami**: Os vivos e os mortos depois da tragédia de março de 2011. Revista Piauí, Edição 91. Abril de 2014. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-91/carta-do-japao/os-fantasmas-do-tsunami?utm_source=revistapiaui&utm_campaign=share&utm_medium=facebook&utm_content=http%3A%2F%2Frevistapiaui.estadao.com.br%2Fedicao-91%2Fcarta-do-japao%2Fos-fantasmas-do-tsunami>. Acesso em: 6 mai. 2014.

PEREZ-LUGO, Marla. **Media uses in disaster situations**: A new focus on the impact phase. Sociological Inquiry, Volume 74, Issue 2, pages 210–225, May 2004. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1475-682X.2004.00087.x/abstract>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

PAULINO, Fernando Oliveira. De “Ouvinte” a “Ouvidor”: Responsabilidade Social da Mídia e parâmetros para atuação da Ouvidoria das Rádios da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). In: CHRISTOFOLETTI, Rogério (org.). **Vitrine e vidraça**: Crítica de Mídia e qualidade no jornalismo. LabCom Books, 2010. Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20101103-christofoletti_vitrine_2010.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.

PEUCER, Tobias. Os Relatos Jornalísticos. Tradução de Paulo da Rocha Dias. **Estudos em Jornalismo e Mídia** – Vol I – n.2. PP. 13-30. 2º Semestre de 2004.

PINHEIRO, Henri; et al. **A maior catástrofe climática do Brasil sob a visão operacional do CPTEC/INPE**. Simpósio Internacional de Climatologia, 2011, Anais, João Pessoa – PB. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 2011. Disponível em:

<http://plutao.dpi.inpe.br/col/dpi.inpe.br/plutao/2011/11.23.16.17/doc/Pineiro_A%20maior.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2013.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A OAB/RJ, POR SUA 9ª SUBSEÇÃO, O MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, O DIRETOR DO IML-AP/RJ E O DELEGADO DE POLÍCIA TITULAR DE NOVA FRIBURGO. **Nota conjunta de repúdio**. Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, 22 de janeiro de 2011. Nota conjunta repudiando a matéria publicada na Revista Veja, edição 2200, ano 44, nº 03, de 19 de janeiro de 2011, em especial, o conteúdo do último parágrafo de fls. 54 até o primeiro parágrafo de fls. 56, em razão de seu conteúdo totalmente inverídico. Nova Friburgo, RJ: Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, 22 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://secompnmf.blogspot.com.br/2011/01/nota-conjunta-de-repudio.html>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

POTTER, Deborah; RICCHIARDI, Sherry. **Disaster and Crisis Coverage**. International Center for Journalists. 2009. Disponível em: <http://www.newssafety.org/images/stories/pdf/safetyresource/guides/ICFJ_disaster_ENG.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2013.

QUARANTELLI, E. L.. **More and worse disasters in the future**. Los Angeles, California; University of California at Los Angeles (UCLA); 1991. Disponível em: <<http://www.cridlac.org/digitalizacion/pdf/eng/doc4348/doc4348.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2013.

QUARANTELLI, Enrico L. The different worlds of science and mass communication: Implications for information flow from the former to the latter. In: NEMEC, J; NIGG, Joanne M; SICCARDI, F. **Prediction and perception of natural hazards**: Proceedings symposium. s.l, Holanda. Kluwer Academic Publishers, 1993. p. 175-82. Disponível em: <<http://www.cridlac.org/digitalizacion/pdf/eng/doc4702/doc4702-contenido.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2013.

QUARANTELLI, E.L.. **Catastrophes are Different from Disasters: Some Implications for Crisis Planning and Managing Drawn from Katrina**. Social Science Research Council (SSRC). **Understanding**

Katrina: Perspectives from the Social Sciences. 11 de Jun. 2006. Disponível em: <<http://understandingkatrina.ssrc.org/Quarantelli/>>. Acesso em: 28 ago. 2012.

RAFAEL, Ricardo dos Reis. **Marketing verde:** Uma análise multimodal da construção do discurso da sustentabilidade em campanhas publicitárias empresariais. Dissertação. Universidade de Brasília – UnB Instituto de Letras – IL Depto. de Linguística, Línguas Clássicas e Português – LIP Programa de Pós - graduação em Linguística – PPGL. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13721/1/2013_Ricardo%20osReisRafael.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13721/1/2013_Ricardo%20dosReisRafael.pdf)>. Acesso em: 28 jan. 2014.

RAMOS, Júlia Capovilla Luz. O fotojornalismo nas revistas: do surgimento às novas práticas. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

RATTIEN, Stephen. **The role of the media in hazard mitigation and disaster management**. In: CATE, Fred H. (org.). International disaster communications: Harnessing the power of communications to avert disasters and save lives. Washington, D.C.: The Annenberg Washington Program in Communications Policy Studies of Northwestern University, 1994. Disponível em: <<http://www.annenberg.northwestern.edu/pubs/disas/>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

REDE GLOBO DE TELEVISÃO. JORNAL HOJE. **Moradores correm pelas ruas com medo de nova inundação**. Nova Friburgo, RJ. 14 jan. 2011. Disponível em: <<http://clipping.radiobras.gov.br/>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

REDE RECORD DE TELEVISÃO. JORNAL DA RECORD. **Boato de rompimento de represa gera pânico e tensão a Nova Friburgo**. Nova Friburgo, RJ. 14 jan. 2011. Disponível em: <<http://clipping.radiobras.gov.br/>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

RIBEIRO, Alex. **Caso Escola Base:** Os Abusos da Imprensa. São Paulo: Ática, 1995.

RODRÍGUEZ, Havidán. **¿Por qué los Desastres no son “Naturales?”** Un Análisis sobre los Aspectos Sociales de los Desastres.” Presented at the Conference “Cuándo la Tierra Tiembla”. University of Puerto Rico-Arecibo, May 2, 2000. Training workshop for High School Teachers in Puerto Rico. Disponível em: <<http://www.prsn.uprm.edu/Spanish/tsunami/investigacion/modulo-tierra-tiembla-social.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2013.

RODRÍGUEZ, Havidán, et al. Communicating Risk and Uncertainty: Science, Technology, and Disasters at the Crossroads. In: RODRÍGUEZ, Havidán; QUARANTELLI, Enrico L.; DYNES, Russell R.. **Handbook of Disaster Research**. p. 476 -488. New York: Springer, 2007.

ROSEN, Jay. **What Are Journalists For?** New Haven, London, Yale University Press, 1999.

ROSSI, Clóvis. **O que é Jornalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

ROTHBERG, Danilo. **Jornalistas e suas visões sobre qualidade:** teoria e pesquisa no contexto dos indicadores de desenvolvimento da mídia da UNESCO. Série Debates CI, n. 4: comunicação e informação; UNESCO: 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001899/189916por.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

SANTA CATARINA. Decreto nº 1.897, de 22 de novembro de 2008. Declara Situação de Emergência por Enxurradas no Estado de Santa Catarina. **Site do Governo de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://server03.pge.sc.gov.br/legislacaoestadual/2008/001897-005-0-2008-003.htm>>. Acesso em: 29 mai. 2013.

SANTA CATARINA. Decreto nº 1.909, de 26 de novembro de 2008. Altera o Decreto nº 1.897, de 22 de novembro de 2008. **Site Desastre.sc.gov**. Defesa Civil Estadual de Santa Catarina, 29 de Novembro de 2008. Disponível em: <http://www.desastre.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=68&Itemid=26>. Acesso em: 24 abr. 2013.

SANTA CATARINA. Decreto nº 1.910, de 26 de novembro de 2008. Declara estado de calamidade pública no Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. **Site Desastre.sc.gov**. Defesa Civil Estadual de Santa Catarina, 29 de Novembro de 2008. Disponível em: <http://www.desastre.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=68&Itemid=26>. Acesso em: 24 abr. 2013.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2003.

SCANLON, Joseph. Unwelcome Irritant or Useful Ally? The Mass Media in Emergencies. In: RODRIGUEZ, Havidán; QUARANTELLI, Enrico L.; DYNES, Russell R.. **Handbook of Disaster Research**. p. 413 -429. New York: Springer, 2007.

SENADO FEDERAL. **Comissão Temporária Interna sobre Defesa Civil: Relatório Final**. Brasília: Senado Federal, dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=101025&tp=1>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

SHAW, Rajib; ISHIWATARI, Mikio; ARNOLD, Margaret. **Nonstructural Measures Community-based Disaster Risk Management** - Knowledge note 2-1 cluster 2. Kyoto University, World Bank, 2012. Disponível em: <http://wbi.worldbank.org/wbi/Data/wbi/wbicms/files/drupal-acquia/wbi/drm_kn2-1.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2014.

SHIROSHITA, Hideyuki; YAMORI, Katsuya. **Participatory Disaster Management Learning Built on the Theory of Legitimate Peripheral Participation**. Journal of Disaster Research, Vol.6, No.2, pp. 258-270, 2011. Disponível em: <<https://www.fujipress.jp/finder/xslt.php?mode=present&inputfile=DSS TR000600020011.xml>>. Acesso em: 9 mai. 2014.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em jornalismo e mídia**: v. 2, n. 1 (2005), p. 95-107. Sociologia do Jornalismo. Florianópolis, SC: UFSC, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/2091/1830>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

SINGER, Eleanor; ENDRENY, Phyllis M. **Reporting on risk**: how the mass media portray accidents, diseases, disasters, and other hazards. New York: Russell Sage Foundation, 1993. 244 p.

SMYTH, Frank. **Manual de seguridad para periodistas**: cubriendo las noticias en un mundo peligroso y cambiante. Committee to Protect Journalists, 2012. Disponível em: <<http://www.cpj.org/es/2012/04/manual-de-seguridad-para-periodistas-del-cpj.php>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

SODRÉ, Karla. **Re: En: dúvida sobre decretos de S.E. e E.C.P.**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <jfrandalozo@gmail.com> 7 ago. 2013.

SOLNIT, Rebecca. **Four years on, Katrina remains cursed by rumour, cliché, lies and racism**. The Guardian (UK): August 26, 2009. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/commentisfree/2009/aug/26/katrina-racism-us-media>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

SOUZA, Carlos Alberto de. **Sensacionalismo, Violência e Sangue**: um Jornal à moda do Notícias Populares. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXX I I I Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1954-1.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

TAMBOSI, Orlando. Informação e conhecimento no jornalismo. 2005. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. II Nº 2, 2º Semestre, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/issue/view/332/showToc>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

TEIXEIRA, Tattiana. Infografia e visualização de dados: apontamentos sobre caminhos inovadores no jornalismo de revistas praticado no Brasil. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

THE BHOPAL MEDICAL APPEAL. **What happened?** The Bhopal Medical Appeal, 2014. Disponível em: <<http://www.bhopal.org/what-happened/>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

THE PULITZER PRIZES. **The 2006 Pulitzer Prize Winners.** 2006. Disponível em: <<http://www.pulitzer.org/citation/2006-Public-Service>>. Acesso em: 18 jan. 2014.

THEVENOT, Brian; RUSSELL, Gordon. **Rape. Murder. Gunfights.** The *Times-Picayune*. September 26, 2005. Disponível em: <<http://www.pulitzer.org/archives/7087>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

TIERNEY, Kathleen, BEVC, Christine; KULIGOWSKI, Erica. **Metaphors matter:** disaster myths, media frames, and their consequences in hurricane Katrina. The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science. vol. 604 no. 1. Mar. 2006. Disponível em: <<http://ann.sagepub.com/content/604/1/57>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mario (org.). **Jornalismo cívico.** Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo:** porque as notícias são como são? Volume I. Florianópolis: Editora Insular, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo:** A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Volume II, 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2008.

UNISDR. United Nations International Strategy for Disaster Reduction. **Hyogo Framework for Action 2005-2015:** Building the Resilience of Nations and Communities to Disasters. Geneva: United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNISDR), 2007. Disponível em: <http://www.unisdr.org/files/1037_hyogoframeworkforactionenglish.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2012.

UNISDR. United Nations International Strategy For Disaster Reduction. **Terminología de reducción de riesgo de desastres.** Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres de Las Naciones Unidas,

2009. Disponível em: <<http://www.unisdr.org/we/inform/terminology>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

UNISDR. United Nations International Strategy for Disaster Reduction. **Hyogo Framework for Action 2005-2015: Building the Resilience of Nations and Communities to Disasters - MID-TERM REVIEW 2010-2011.** United Nations International Strategy for Disaster Reduction, 2011. Disponível em: <http://www.unisdr.org/files/18197_midterm.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2013.

VALDETARO, Erlon Barbosa et al. Diagnóstico do marketing ambiental de bens e serviços do setor floresta. Universidade Federal de Viçosa. Pesquisa Florestal Brasileira - **Brazilian Journal of Forestry Research**, v. 32, n. 70. 2012. Disponível em: <<http://www.cnpf.embrapa.br/pfb/index.php/pfb/article/view/262>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

VAZ, Paulo Bernardo Ferreira; TRINDADE, Vanessa Costa. Capas de revista e seus leitores: um novo texto em cartaz. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (orgs.). **A revista e seu jornalismo.** Porto Alegre: Penso, 2013.

VEJA. São Paulo: Editora Abril. Edição 1, ano 1, n. 1, 11 set. 1968. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/numero1/p_020.html>. Acesso em: 6 dez. 2012.

VIANNA, Luiz Fernando de Novaes; SOUZA, Juliana Mio de. **Relatório sobre o levantamento dos deslizamentos ocasionados pelas chuvas de novembro de 2008 no complexo do Morro do Baú municípios de Ilhota, Gaspar e Luiz Alves.** Governo do Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri. Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina - Ciram. Florianópolis, Janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.ciram.com.br/ciram_arquivos/arquivos/gtc/areas_risco/Relatorio_Morro_Bau.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2013

VICTOR, Cilene. Sustentabilidade: pauta jornalística ou marketing verde?. In: VICTOR, Cilene; et al. **Jornalismo científico e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: All Print Editora, 2009.

VILAS-BOAS, Sérgio. **O estilo magazine**: o texto em revista. São Paulo. Summus, 1996.

VILLALOBOS MORA, Margarita. **Riscos y Desastres**: Estrategia de Comunicación para construir una cultura de prevención. Revista EIRD Informa - América Latina y el Caribe, EIRD ONU, 2001. Disponível em: <http://www.eird.org/esp/revista/No2_2001/pagina10.htm>. Acesso em: 15 ago. 2012.

VIZEU, Alfredo. **O Jornalismo e as "teorias intermediárias"**: cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da Análise do discurso (AD). 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-jornalismo-teorias-intermediarias.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2011.

WOLF, Mauro. **La investigación de la comunicación de masas**. (3. reimpressão, 1996). Barcelona: PAIDOS, 1987.

WORLD BANK; UNITED NATIONS. **Natural hazards, unnatural disasters**: the economics of effective prevention. Washington, DC: 2010.

WORLD CONFERENCE ON NATURAL DISASTER REDUCTION. **Yokohama Strategy and Plan of Action for a Safer World**: Guidelines for Natural Disaster Prevention, Preparedness and Mitigation. Yokohama, Japan, 23- 27 May 1994. Disponível em: <www.ifrc.org/Docs/idrl/I248EN.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2014.

ZANINI, Fábio. Terremoto no Haiti. In: **5º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo**. 5ª edição, 2010. São Paulo: Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, ABRAJI, 2010. Disponível em: <<http://congressoabraji2010.wordpress.com/2010/07/30/cobertura-de-desastres-naturais-tragedia-no-haiti/>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

ZENATTI, Ana Paula de Assis; SOUSA, Soledad Yaconi Urrutia de. **Comunicação em desastres**: a atuação da imprensa e o papel da

assessoria governamental. Florianópolis: Associação Catarinense de Imprensa, 2010.

ZIMMERMANN, Arnaldo. **A Participação do público na cobertura radiofônica do desastre de 2008 em Blumenau**. Florianópolis, 2012. 204 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/96198/310075.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

APÊNDICE – Questionário enviado aos entrevistados

Escreva seu nome completo, formação, cargo e empresa para a qual trabalha atualmente.

Por favor, deixe um telefone para contato posterior, caso seja necessário.

Por gentileza, responda às perguntas da forma mais completa que puder, relatando sua experiência.

- 1. Como foi a sua participação na cobertura?**
- 2. Quais foram as principais dificuldades da cobertura?**
- 3. O que considera mais importante em uma reportagem sobre desastres? Enumere de 1 a 5, sendo 1, mais importante e 5, menos importante.**
 - () Relatos de atingidos e sobreviventes
 - () Explicações técnico-científicas sobre o evento
 - () Declarações de autoridades políticas
 - () Denúncias de irregularidades antes do desastre (atenção ao risco)
 - () Denúncias de irregularidades depois do desastreConsidera outro item importante? Qual?
- 4. De que forma você considera possível o jornalista cobrir o risco antes que aconteça o desastre?**
- 5. Diante de um desastre de grandes proporções, que reflexões você faz sobre o papel do jornalismo em uma sociedade onde o risco é crescente?**

Caso queira acrescentar algo mais, fique à vontade.

ANEXO – Revistas analisadas

As páginas digitalizadas das revistas publicadas são disponibilizadas em CD-ROM. Abaixo estão relacionadas as revistas analisadas e os caminhos para as páginas web nas quais se pode acessar o conteúdo na íntegra.

Cobertura do desastre de novembro de 2008, em Santa Catarina

VEJA. São Paulo: Editora Abril. Edição 2089, ano 41, n. 48, 3 de dezembro de 2008. Disponível em: <veja.abril.com.br/acervodigital/>. Acesso em: 14 jun. 2014.

VEJA. São Paulo: Editora Abril. Edição 2090, ano 41, n. 49, 10 de dezembro de 2008. Disponível em: <veja.abril.com.br/acervodigital/>. Acesso em: 14 jun. 2014.

ISTOÉ. São Paulo: Editora Três. Edição 2039, ano 31, n. 48, 3 de dezembro de 2008. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe-temp/edicoes/2039/sumario.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

ISTOÉ. São Paulo: Editora Três. Edição 2040, ano 31, n. 49, 10 de dezembro de 2008. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe-temp/edicoes/2040/artigo118348-1.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

ÉPOCA. São Paulo: Editora Globo. Edição 550, ano 11, n. 48, 1 de dezembro de 2008. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1,,EIT175-16091,00.html>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

ÉPOCA. São Paulo: Editora Globo. Edição 551, ano 11, n. 49, 8 de dezembro de 2008. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1,,EIT178-16091,00.html>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

Cobertura do desastre de janeiro de 2011, na região serrana do Rio de Janeiro

Devido a um problema que impossibilitou a digitalização das edições 661 e 662, seu conteúdo digitalizado é parcial e proveniente de reprografia.

VEJA. São Paulo: Editora Abril. Edição 2200, ano 44, n. 3, 19 de janeiro de 2011. Disponível em: <veja.abril.com.br/acervodigital/>. Acesso em: 14 jun. 2014.

VEJA. São Paulo: Editora Abril. Edição 2201, ano 44, n. 4, 26 de janeiro de 2011. Disponível em: <veja.abril.com.br/acervodigital/>. Acesso em: 14 jun. 2014.

ISTOÉ. São Paulo: Editora Três. Edição 2149, ano 35, n. 3, 19 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/revista/indice-de-materias/622_>. Acesso em: 14 jun. 2014.

ISTOÉ. São Paulo: Editora Três. Edição 2150, ano 35, n. 4, 26 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/revista/indice-de-materias/623_100+NATURAL>. Acesso em: 14 jun. 2014.

ISTOÉ. São Paulo: Editora Três. Edição 2151, ano 35, n. 5, 2 de fevereiro de 2011. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/revista/indice-de-materias/624_>. Acesso em: 14 jun. 2014.

ISTOÉ. São Paulo: Editora Três. Edição 2152, ano 35, n. 6, 9 de fevereiro de 2011. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/revista/indice-de-materias/625_>. Acesso em: 14 jun. 2014.

ÉPOCA. São Paulo: Editora Globo. Edição 661, ano 14, n. 3, 17 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EIT1147-16091,00.html>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

ÉPOCA. São Paulo: Editora Globo. Edição 662, ano 14, n. 4, 24 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1,,EIT1150-16091,00.html>>. Acesso em: 14 jun. 2014.